

# EXPEDIÇÕES

Teoria da História & Historiografia

[http://www.prp.ueg.br/revista/index.php/revista\\_geth/](http://www.prp.ueg.br/revista/index.php/revista_geth/)



**Reitor**

Haroldo Heimer

**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação**

Ivano Alessandro Devilla

**Coordenação Editorial**

Flávio Reis dos Santos e Eduardo Henrique Barbosa Vasconcelos

**Conselho Editorial**

Ana Catarina Zema de Resende (UnB)	Arnaldo Rosa Vianna Neto (UFF)
Aruanã Antonio dos Passos (UTFPR)	Daniel Barbosa Andrade de Faria (UnB)
Deuzair José da Silva (UEG)	Emile Cardoso Andrade (UEG)
Geraldo Witeze Júnior (IFG)	Gonzalo Pasamar (Universidad Zaragoza)
José Oliver Fautino (IFB)	Júlio Bentivoglio (UFES)
Luís Cláudio R. H. de Moura (IFG)	Wilson de Sousa Gomes (UEG)

**Conselho Consultivo**

Ana Paula Lima Tibola (UPF)	André Gustavo de Melo Araújo (UnB)
André Voigt (UFU)	Astor Antônio Diehl (UPF),
Augusto Bruno C. Dias Leite (UFMG)	Carmem Zeli Gil (UFRGS),
Guido Carvalho (UEG)	João Rodolfo Munhoz Ohara (UNESP)
Léo Carrer Nogueira (UEG)	Lorena Lopes da Costa (UFMG)
Luiz Montez (UFRJ)	Marcelo de Mello Rangel (UFOP)
Marcus Vinicius de Moura Telles (USP)	Mario Marcello Neto (UFRGS)
Omar Ribeiro Thomaz (Unicamp)	Roberta do Carmo Ribeiro (UFRGS/UEG)
Rui Aniceto N. Fernandes (UERJ)	Samira Moretto (UFFS)
Zita Rosane Possama (UFRGS)	

---

A **Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia** é uma publicação on-line (quadrimestral) do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (PPGAS), do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria da História e Historiografia (GPETH) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Rural no Brasil (NEPERBR) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). A Revista disponibiliza espaço para a discussão e reflexão de estudos e pesquisas das Ciências Humanas e Ciências Sociais com ênfase em História, Teoria da História, Historiografia, História da Educação e temáticas características das interações e relações da e em sociedade.

## SUMÁRIO

### **5** Apresentação

*Flávio Reis dos Santos*

### **Artigos**

**6** Institutos Históricos, Geográficos, Arqueológicos e Literários: Seleção de Memórias, Construção Histórica e Conflitos Identitários

*Luís César Castrillon Mendes; Nathália da Costa Amedi; Renilson Rosa Ribeiro*

**31** Nostalgia do Real: O Jovem Jorge Luis Borges e a História de Buenos Aires

*Pedro Demenech*

**49** Escavar o Chão da História: Lucas Alexandre Boitex, o IHGSC e a Pequena Pátria Catarinense

*Janice Gonçalves*

**69** Figuras Resistentes/Figuras Colaborantes: La Francia Ocupada y la Francia de Vicy en la Historiografía, el Cine y el Film “La Redada”

*Gilda Bevilacqua*

**98** A Conferência “Cinquentenário da Abolição” de Mário de Andrade

*Angela Teodoro Grillo*

**120** “Viva a Liberdade”: Contracultura na Obra Literária de Jorge Mautner

*Valéria Aparecida Alves*

**145** Cidades, Memórias e Identidades: Boa Vista e Memorialistas (1970-1980)

*Raimundo Nonato Gomes dos Santos*

**162** Olhar para o Espelho e Confrontar-se com Diferenças: Linguagem, Verdade e Representação na Escrita Historiadora

*César Leonardo Van Kan Saad*

**196** O Fascínio do Fascismo e as Seduções do Autoritarismo nos Filmes “A Onda” (2008) e “Detenção” (2010)

*Danilo Linard*

**223** O Novo Florescer da Independência: Afonso Celso e o Congresso Internacional de História da América (Rio de Janeiro, 1922)

*José Lúcio Nascimento*

**245** As Lixeiras Domésticas do Solar Lopo Gonçalves e a Cultura Material do Século XIX

*Rodrigo Garcia Fraga*

**Resenha**

**269** Epistemologia, Historiografia e História no Ensaio “O Brasil na História de Manuel Bonfim”

*Clayton José Ferreira*

---

## Apresentação

Os apontamentos iniciais desta apresentação expressam os nossos mais sinceros agradecimentos à equipe técnico-científica, que desde 2010, conduziu os trabalhos no interior da *Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia* de forma competente e eficiente, sobretudo, à Coordenação Editorial, ao Conselho Editorial e ao Conselho Consultivo, na medida em que estenderam os contatos, ampliaram as temáticas discutidas e estabeleceram parcerias importantes com universidades nacionais e internacionais, contribuindo para elevar a qualidade dos escritos publicados na *Revista* e para a classificação na avaliação Qualis Periódicos/Quadriênio 2013-2016: B2 em Educação e B3 em História.

Informamos a todos os companheiros e colaboradores, a nossa satisfação e compromisso em substituir parte da Equipe que tanto trabalhou pela *Revista*, e, em parceria com a parte que permanece atuando para a manutenção e desenvolvimento das publicações, assumimos o compromisso e difícil tarefa de manter a excelência dos escritos, na perspectiva de que, mesmo diante das dificuldades e desafios que certamente enfrentaremos, buscaremos não apenas dar continuidade ao trabalho desenvolvido até aqui, mas elevar sempre a qualidade das publicações e avançar aos estratos mais altos da classificação Qualis Periódicos.

Aproveitamos o momento e o espaço para estender os nossos agradecimentos aos inúmeros pesquisadores/autores e avaliadores/pareceristas pela imprescindível colaboração, contribuição, parceria e confiança para a materialização das publicações e, portanto, para a divulgação e socialização do conhecimento acadêmico-científico.

Esclarecemos que os artigos e resenha constituintes desta edição apresentam temáticas e abordagens teórico-metodológicas diversificadas, o que propicia ao leitor ampla possibilidade de enriquecimento de seu capital cultural. Os textos foram elaborados por autores de 11 instituições de ensino superior nacionais e 1 internacional, a saber: Universidade Estadual do Ceará (UECE); Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/Rio); Universidade Federal de Roraima (UFRR); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal do Ceará (UFCE); Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT); e, Universidad de Buenos Aires (UBA).

Desejamos boa leitura a todos.

Flávio Reis dos Santos  
Coordenação Editorial

---

## Institutos Históricos, Geográficos, Arqueológicos e Literários: Seleção de Memórias, Construção Histórica e Conflitos Identitários

Luís César Castrillon Mendes<sup>1</sup>

Nathália da Costa Amedi<sup>2</sup>

Renilson Rosa Ribeiro<sup>3</sup>

**Resumo:** No ano de 1838, na então Corte no Rio de Janeiro, nascia o primeiro instituto histórico do Brasil (IHGB), uma academia ilustrada destinada a construir um sentimento de identidade nacional para o jovem Estado monárquico brasileiro. Essa iniciativa deveria disseminar-se pelas demais províncias do Império, sob a liderança do grêmio fluminense. As fundações do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (1862), do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894) e do Instituto Histórico de Mato Grosso (1919) foram exemplos desse ambicioso projeto. Partindo-se do fato de que a escrita histórica é institucionalizada, compartilhando as reflexões de Michel de Certeau, objetiva-se com o presente texto analisar algumas dessas agremiações enquanto entidades organizadoras e hierarquizadoras de narrativas históricas, resultantes de procedimentos teórico-metodológicos e políticos previamente estabelecidos, aos quais procuram produzir identidades.

**Palavras-Chave:** Institutos Históricos. Identidades. Memória. História do Brasil.

### Historical, Geographical, Archaeological and Literary Institutes: Selection of Memories, Historical Construction and Identity Conflicts

**Abstract:** In the year 1838, at the then Court in Rio de Janeiro, the first historical institute of Brazil (IHGB) was born, an illustrated academy designed to build a sense of national identity for the young Brazilian monarchist state. This initiative should be disseminated by the other provinces of the Empire, under the leadership of the Rio de Janeiro guild. The foundations of the Pernambuco Archaeological and Geographical Institute (1862), the Historical and Geographical Institute of São Paulo (1894) and the Historical Institute of Mato Grosso (1919) were examples of this ambitious project. Starting from the fact that historical writing is

---

1 Doutor em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Estágio pós-doutoral em andamento em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Bolsista PNPd/Capes. Professor adjunto I do Curso de História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).  
Email: l.cesar69@hotmail.com.

2 Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professora de História na educação básica – Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT).  
Email: nathaliadacostaamedi@yahoo.com.br

3Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Estágio pós-doutoral em andamento em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor associado I do Departamento de História, Programa de Pós-graduação em História e ProfHistória – Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).  
Email: rrenilson@yahoo.com.

---

institutionalized, sharing the reflections of Michel de Certeau, the objective of this paper is to analyze some of these associations as organizers and hierarchical entities of historical narratives, resulting from previous theoretical-methodological and political procedures Those who seek to produce identities.

**Keywords:** Historical Institutes. Identities. Memory. History of Brazil.

## Memória e Identidade: Conceitos Construídos Social e Culturalmente

A diferença entre as diversas identidades nacionais reside, portanto, nas diferentes formas pelas quais elas são imaginadas.

Woodward, 2009

Zygmunt Baumann (2005, p. 28), em entrevista ao jornalista Benedetto Vecchi, referindo-se a crise da identidade nacional, característica da época que ele denominou de “modernidade líquida”, afirma que são períodos marcados por um distanciamento das ações do Estado sobre o indivíduo, abrindo espaços para o surgimento de novas identidades. Característica bem diferente do contexto de surgimento do Estado nacional moderno que deveria se sustentar a partir de um sentimento identitário nacional, em que objetivava o monopólio de traçar a fronteira entre os *nós* e os *eles*. Algumas páginas à frente, ao referir-se ao conceito, o sociólogo polonês adverte:

Sempre que se ouvir essa palavra, pode-se estar certo de que está havendo uma batalha. O campo de batalha é o lar natural da identidade. Ela só vem à luz no tumulto da batalha, e dorme e silencia no momento em que desaparecem os ruídos da refrega. [...] é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resoluta a ser devorado (BAUMANN, 2005, p. 83-84).

As reflexões de Baumann podem nos auxiliar na análise do projeto de identidade nacional, encetado pelo Estado-nação, cujo esboço no Brasil se deu durante os primeiros anos do Segundo Reinado (1840-1889), justamente no interior do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, uma das instituições criadas para esse fim, na Corte imperial.

Pode-se inferir que nos dias atuais, identidade constitui-se em um dos conceitos que tem sido alvo de intensos debates. As críticas são dirigidas principalmente contra a ideia de uma identidade naturalizada, essencializada, homogênea e única. Um caso particular de identidade, e talvez um dos mais complexos, mereceu especial atenção no interior de organizações criadas com o intuito de se escrever uma história, por meio das memórias e

---

histórias cuidadosamente selecionadas que se constituiriam na base da representação de uma identidade nacional.

A seleção de acontecimentos e personagens envolve uma série de questões políticas e jogos de interesses dos grupos dominantes no poder, bem como daqueles que estão à margem dele. Esta escolha não é neutra. Definir os agentes que traduzirão os sentimentos nacionais ou os anseios dos seus grupos nos remete a reflexão sobre as polêmicas em torno das disputas de identidade e da busca do sentido do passado.

Fazer esta escolha significa produzir a composição do retrato e dos valores que se deseja instituir para a população. Em síntese, procura-se forjar modelos a serem seguidos e exaltados. A constituição de um calendário de festas e comemorações, assim como o culto aos grandes personagens do passado, geralmente tidos como os construtores ou fundadores da nação ou de um movimento revolucionário, faz parte do processo de legitimação de um regime político ou das lutas de reivindicações de grupos minoritários, por exemplo.

Nesse sentido, segundo Ângela de Castro Gomes:

Processos de construção de identidade, como se sabe, além de inconclusos e permanentes, remetem sempre a dimensões simbólicas, envolvendo a invenção, a divulgação, a imposição e a adesão de um grupo a ideais, valores, crenças, ideologias, etc., que são operacionalizados e/ou materializados em instituições, rituais, festas, símbolos, etc. Uma das dimensões particularmente caras à análise do historiador, nesse complexo processo, é produção de um “passado comum” ao grupo: a constituição de referenciais que lhe assegurem uma “origem” e lhe garantam “continuidade” no tempo, a despeito das transformações que possa ter efetivamente sofrido (GOMES, 2009, p. 29-30).

Institutos históricos como o IHGB e seus congêneres nas províncias/estados, academias literárias, museus, arquivos e associações científicas – desde os tempos do Império – cumpriram a missão de forjar um passado comum para a nação brasileira.

A análise da construção de narrativas nesses espaços têm sido emblemática para se entender o processo de construção de mitologias fundacionais pautadas em conceitos como origem, povo, tradição e herança. Nas páginas das publicações dos letrados do IHGB, à guisa de ilustração, podem ser identificadas memórias e biografias dos construtores ou formadores do Brasil desde os tempos coloniais (OLIVEIRA, 2011), assim como dos principais acontecimentos da nação imaginada.

Dessa forma, esses institutos trazem como proposta a construção de uma história fundamentada e subordinada à memória oficial da nação/região. No caso dos institutos brasileiro e paulista, respectivamente, a memória e identidade da Monarquia constitucional

---

bragantina e do Estado republicano pós-1889. Para o congênere de Pernambuco, a revisão da memória e identidade regionais, ao passo que em Mato Grosso, a criação de uma memória e identidade genuinamente “cuiabana”, como se verificará no decorrer do texto.

A organização, as finalidades e as formas de entender o passado do grêmio fluminense serviram de modelo e fontes de inspiração para iniciativas semelhantes em diferentes partes do Brasil no final do século XIX e início do XX. Nesse contexto, por exemplo, foram fundados o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco (1862), o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), em 1894, na capital paulista, e o Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT), no contexto das comemorações do bicentenário de Cuiabá, em 1919.

Para problematizar a identidade enquanto conceito podem-se trazer algumas perspectivas abordadas pelos estudos culturais. Para Stuart Hall, identidades, construídas discursivamente, emergem no interior das modalidades específicas de poder e são mais um produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, em seu significado tradicional, ou seja, algo inteiriço e sem diferenciação interna (HALL, 2009, p. 109-110). Para Kathryn Woodward (2009, p. 9), se a identidade é relacional, ela está marcada pela diferença e sua fixação se dá por meio de símbolos.

Este texto pretende abordar alguns desses lugares institucionais que objetivaram a construção de identidades, entre a segunda metade dos Oitocentos e as primeiras décadas do século passado. O termo lugar, neste texto, remete às reflexões acerca do *lugar social*, elaboradas por Michel de Certeau, no qual em torno dele se instaura um conjunto de práticas e interesses, cujo intuito é a elaboração de uma escrita. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) priorizaram uma construção identitária em nível nacional, enquanto que o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP) e o Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT), também produziram identidades, porém, de caráter regional por meio de uma releitura das diretrizes para a escrita de uma história nacional produzida pelo IHGB.

### **Um Instituto Autodenominado Brasileiro**

Art. 1º – O Instituto Historico e Geographico Brasileiro tem por fim colligir, methodisar, publicar ou archivar os documentos necessarios para a história e geographia do Imperio do Brazil; e assim tambem

---

promover os conhecimentos destes dous ramos philologicos por meio do ensino publico, logo que o seu cofre proporcione esta despeza.

(RIHGB, 1839, p. 18)

No contexto de disputas pelo poder político e no anseio de aproximar o Brasil das nações *civilizadas*, várias instituições científicas e culturais foram criadas. As primeiras, com a chegada da família imperial, foram as faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, inauguradas já em 1808, por D. João VI. No contexto do Primeiro Reinado (1822-1831), foram criadas a Academia Imperial de Belas Artes (1826) e as faculdades de Direito de São Paulo e Olinda (1827), e, durante o período regencial, o Colégio Pedro II (1837), além do IHGB e do Arquivo Público do Império, (ambos em 1838).

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro surgiu do interior da *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* (SAIN), idealizada em 1820, mas instalada somente em 19 de outubro de 1827, funcionando até 1904, quando foi incorporada ao *Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro*, transformado depois em *Centro Industrial do Brasil*. Entre 1833 e 1892 foi publicado o seu periódico, *O auxiliador da Indústria Nacional*, cuja missão seria vulgarizar conhecimentos úteis à lavoura e às demais atividades produtivas nacionais (SILVA, 1989).

Na sessão do dia 16 de agosto de 1838 da Sociedade Auxiliadora o cônego Januário da Cunha Barbosa, secretário adjunto e o primeiro secretário, marechal Raimundo José da Cunha Matos, propuseram a criação de um Instituto Histórico e Geográfico. No dia seguinte a proposta foi aprovada por unanimidade. Em 25 de agosto o cônego propôs que se convidassem algumas personalidades políticas para serem os sócios fundadores. Proposta igualmente aprovada. Marcada a Assembleia Geral para 21 de outubro, às onze horas da manhã, reunidos no salão da SAIN, sob a presidência do marechal Francisco Cordeiro da Silva Torres Alvim, que dirigia essa instituição, foi declarado fundado o Instituto, contando com 27 sócios. Em seguida, foram escolhidos para servirem interinamente como presidente e primeiro e segundo secretários, José Feliciano Fernandes Pinheiro, visconde de São Leopoldo, o cônego Januário da Cunha Barbosa e o médico Emílio Joaquim da Silva Maia, respectivamente<sup>4</sup>.

---

4 Para Francisco Iglésias (2000), o grêmio criou uma maneira de fazer pesquisa no Brasil pautada no pragmatismo da história e no cuidado com a documentação. Ao refletir sobre a produção historiográfica brasileira entre 1838 e 1931, o autor percebeu que a maioria dos historiadores teve como referência de centro de

---

Para Lorenzo Aldé, na polêmica história acerca da data correta do começo da história do Brasil – se seria 1500 com a vinda dos portugueses, ou antes, com as primeiras sociedades indígenas que aqui chegaram, ou mesmo 1822 com a proclamação da independência – poderia ser afixada outra opção:

[...] a História do Brasil começa em 21 de outubro de 1838. Nessa data foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Começava então a construção oficial do nosso passado. A cargo das mentes coroadas daquela casa do saber ficava a missão de interpretar o país recém-independente: quem éramos, de onde vínhamos, qual era o nosso lugar? (ALDÉ, 2008, p. 56).

Para as finalidades estipuladas para este texto, as fontes privilegiadas para análise serão as publicações dessas agremiações, que evidenciam os seus respectivos projetos institucionais pelos quais foram criados. Trabalhar com esses periódicos requer alguns cuidados metodológicos. Assim como qualquer fonte, não se pode confiar na retórica da documentação e nem em seus discursos unificadores e homogeneizadores. Neste sentido, Tânia Regina de Luca (2008, p. 140) oferece algumas sugestões práticas no trato com este tipo de documentação. A primeira delas é atentar-se para a disponibilidade das longas séries; no caso da Revista do IHGB, por exemplo, desde 1839 há publicação ininterrupta até os dias de hoje. Para o uso das revistas, continua a autora, é preciso observar as motivações que levaram à decisão de dar publicidade a determinado tema.

Para Jean François Sirinelli (1996, p. 249), uma revista é um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade. Aí reside a importância de se identificar autores, editores, colaboradores mais assíduos e os textos selecionados para a veiculação. Observar as ligações com diferentes poderes e interesses financeiros, bem como ao público a que se destina.

Pensando com Pierre Bourdieu, os historiadores do IHGB, encarregados de produzir uma história para a nação, são dotados de um poder simbólico, esse poder invisível conferido a determinados indivíduos ou segmentos sociais que:

Detêm o monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e por este meio, de fazer e desfazer os grupos. Poder impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão, que quando se impõe ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo (BORDIEU, 2010, p. 113).

---

pesquisa o IHGB, seja auxiliando na tarefa de coleta, seleção e conservação de documentos, seja na produção de trabalhos vinculados ao Instituto ou independentes (GUIMARÃES, 2011; RIBEIRO, 2015; MENDES, 2011).

---

O IHGB passaria a divulgar, por meio de sua *Revista*, um projeto de integração das diversas províncias à Corte no Rio de Janeiro, a partir de um monopólio do saber historiográfico, de dar a conhecer e de principalmente se fazer reconhecer. Com base nas questões do tempo presente se selecionaria no passado materiais e personagens para fazerem parte dessa história nacional. História esta a ser construída a partir de um *lugar* específico, qual seja, o centro do poder monárquico nos trópicos.

Ao elaborar um estudo sobre o IHGB, Manoel Luiz Salgado Guimarães (1998, p. 14) analisou a instituição articulada com o projeto de construção da ideia de nação e civilização no Brasil Imperial. Em relação à *Revista*, o autor afirmou que ela se constituía em espaço privilegiado para se rastrear o projeto ambicioso do grêmio fluminense, pois além de registrar as suas atividades por meio de seus relatórios, divulgar cerimônias e atos comemorativos diversos, suas páginas se abriram à publicação de fontes primárias como forma de preservar a informação nelas contidas – aliás, parte representativa de seu conteúdo nos primeiros tempos; de artigos, biografias e resenhas de obras. Os assuntos que mais apareciam na publicação referiam-se aos indígenas, as viagens exploratórias ao interior do território e a história regional.

Os três principais temas veiculados na *Revista*, selecionados pela *operação historiográfica*, por parte do IHGB, nos dão pistas dos assuntos em evidência à época da fundação: com relação aos indígenas, muitas sociedades causaram grandes transtornos aos sertanistas que se aventuravam pelo interior, durante o período colonial; como os vários casos de ataques de indígenas, principalmente as sociedades Guaicuru e Paiaguá. Já no primeiro tomo do periódico do IHGB, em 1839, aparece uma breve notícia sobre os índios cavaleiros, descrevendo seus costumes e as hostilidades oferecidas aos portugueses (RIHGB, 1839, p. 21-44).

As expedições ao interior brasileiro eram outra preocupação do governo imperial no período. Era preciso palmilhar o interior desconhecido, mas não desabitado; delimitar as fronteiras, publicando na *Revista*, diários, mapas e descrições variadas sobre essas remotas regiões. Partindo desses esquadrinhamentos efetuados no território durante o século XVIII se tentava legitimar divergências fronteiriças, mensurar o território no XIX e justificar a sua ocupação.

A ênfase na história regional justifica-se pela necessidade de integração territorial do interior ao litoral, tido como *civilizado*. As tais histórias regionais eram elaboradas a partir do

---

*lugar* central do Império brasileiro; qual seja, o Rio de Janeiro. O Instituto desenvolveu uma política de coleta de documentos no interior das províncias e também no exterior, elegendo como sócios correspondentes os próprios presidentes das províncias, assim como diplomatas brasileiros em diversos países.

Além disso, o IHGB, tendo como protetor o imperador Pedro II, premiava os melhores trabalhos sobre a geografia e a estatística das províncias, acerca da melhor maneira de se catequizar os indígenas para utilização como mão de obra ou sobre *como se deveria escrever a história do Brasil*, esta última constituindo-se enquanto título de uma monografia escrita pelo botânico naturalista e sócio do Instituto Karl Friedrich Phillip von Martius. Premiado em 1847, tornou-se uma espécie de guia que inspiraria quem se lançasse a missão de escrever uma *História Geral do Brasil*.

A dissertação de Martius, escrita em Munique, em 10 de janeiro de 1843, refletiu algumas das inquietações do Estado brasileiro, através do IHGB, de meados do século XIX. Para Temístocles Cezar, o prêmio concedido a Martius legitimou o projeto de escrita da História apto a criar simbolicamente a nação brasileira (CEZAR, 2003, p. 207). O naturalista bávaro deixou diretrizes detalhadas para a confecção de uma história que amalgamasse todo o território nacional. Ou seja, a História enquanto mestra da vida e como meio indispensável para se forjar a nacionalidade.

Os parâmetros estavam traçados, mas isso não significou que eles fossem seguidos integralmente. A tarefa executada em 1854 por Francisco Adolpho de Varnhagen, diplomata e sócio correspondente do Instituto divergiu de Martius na medida em que elegeu como formador da nação brasileira apenas o elemento português.

Em nome da construção e consolidação do Império, os membros do IHGB dedicariam suas atividades de pesquisa documental e de produção de memórias, juízos, biografias e compilações, publicadas nas páginas de seu periódico. Ele seria a vitrine das ideias, projetos e discussões da agremiação<sup>5</sup>.

Escrever história, para esses homens da *boa sociedade*, constituía uma atividade de garimpagem, de quem recolhia documentos da mesma forma como se achassem preciosidades. Para Lilia Schwarcz, “o ato de selecionar fatos supunha a mesma isenção

---

5 Edney Sanchez (2003), dialogando com os pressupostos da crítica e história literária, destacou que a *Revista* atravessou o século XIX como porta-voz de um grupo de intelectuais brasileiros próximos ao poder imperial e reunido em torno do Instituto.

---

encontrada naquele especialista que, ciente do seu ofício, separa as boas pedras das más, ou mesmo daquelas que ofereciam pouco brilho ao olhar” (SCHWARCZ, 1993, p. 114).

Nas mãos dos senhores da memória e da história, no IHGB começou a se conformar uma história que se pretendia única, apesar de marcadamente regional – uma história com os moldes do tempo saquarema (elite fluminense) (CARVALHO, 2008, p. 551-572); pautada pela utilização parcial e seletiva de fatos e documentos a despeito de sua ilusória neutralidade na seleção.

Sob a proteção e mecenato do imperador, que abrigaria em 1841 a associação no Paço imperial, o IHGB transformou-se num emblemático espaço de sociabilidade, onde conviviam políticos e letrados, e seria – repetidas vezes – lembrado e celebrado como instituição pioneira na pesquisa histórica no Brasil (GUIMARÃES, 2002, p. 381). O Instituto era uma necessidade para a historiografia brasileira pelo seu pioneirismo e pela sua incontestável contribuição acadêmica (RODRIGUES, 1978, p. 37).

Na busca obsessiva de uma identidade brasileira, o grêmio adotou um duplo movimento: de um lado procuraram aqueles elementos que aproximassem o Brasil independente das demais nações civilizadas (europeias), de outro demarcaram as características singulares do país com a finalidade de diferenciá-lo dos conjuntos dos outros povos – a definição da *cor local*. Em síntese, os letrados do IHGB tentavam desenhar um tipo ideal nacional – *o ser brasileiro*. Nesta direção, conforme observou Neuma Rodrigues (2001, p. 16), apareceram como temas de reflexão, por exemplo, as consequências da colonização pelos portugueses e os papéis da miscigenação e do indígena na formação da nação brasileira.

Dessa forma, podemos afirmar que predominava entre os intelectuais do IHGB, aliado ao projeto de nação por parte da Monarquia, o desejo de se construir a identidade da nação, visando, no plano interno, manter a unidade territorial e, no externo, legitimar a sua condição singular de governo monárquico em meio às Repúblicas recém-emancipadas da Espanha.

O Instituto no Rio de Janeiro não foi o único a construir, ou pelo menos tentar construir, identidades durante o século XIX. Outros *lugares* de produção discursiva, tais como o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP) e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) tornam-se dois bons exemplos para enriquecer a análise sobre esse conceito, assim como a criação do Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT), na segunda década do século passado.

---

## Pernambuco e São Paulo: Entre o Regional e o Nacional

Aos 28 dias do mez de janeiro do anno de 1862, 41°. Da Independencia e do Imperio do Brazil, e anniversario da Restauração de Pernambuco do poder dos hollandezes, no salão do convento do Carmo, desta cidade do Recife, donde se acha a Bibliotheca publica provincial, estando presente o Ill.º Sr. Dr. Joaquim Pires Machado Portela, Presidente interino da referida sociedade, e mais membros installadores abaixo assignados, para o fim de ser installada a Sociedade Archeologica Pernambucana; depois de serem nomeados pelo Presidente o Dr. Antonio Rangel de Torres Bandeira e o Major Salvador Henrique de Albuquerque, secretários, tomaram estes assentos; e o referido Presidente interino, recitou um discurso análogo ao objecto, declarando por fim installada a Sociedade.

(Revista do IAGP, 1863, p. 6-7)

Num país de dimensões continentais torna-se difícil forjar sentimentos de pertencimento em que todas as regiões se vejam representadas. Diferenças étnicas e culturais à parte, condições de colonização específicas, realidades político-econômicas e sociais durante os primeiros séculos da ocupação portuguesa fizeram com que cada região seguisse caminhos distintos de desenvolvimento. A de Pernambuco, por exemplo, tornou-se uma região próspera em razão da valorização do açúcar no mercado externo, sendo responsável até 1820 por metade da renda obtida com a exportação de açúcar e algodão. Os engenhos nas fazendas propiciaram divisas para a importação de escravos da África. A de São Vicente, pelo contrário, não dispunha de recursos para trazer a mão de obra africana vendo-se obrigada a desbravar o interior em busca de riquezas e do braço indígena para sua subsistência.

O próprio processo de independência política fluminense, por assim dizer, não encontrou legitimidade no Norte<sup>6</sup>. Em Pernambuco e Bahia, por exemplo, desencadearam movimentos separatistas tais como a Confederação do Equador, em 1824. O período pós-abdicação de Pedro I, conhecido como Regência, tornou-se palco de inúmeros levantes como a Sabinada, na Bahia, a Balaiada, no Maranhão e a Farroupilha, no Rio Grande de São Pedro do Sul.

Foi justamente nesse conturbado momento que surgiu na Corte não um Instituto Histórico e Geográfico *do Rio de Janeiro*, mas *Brasileiro*, numa clara demonstração de que a história da Corte revestir-se-ia enquanto uma História *Geral*, patrocinada e protegida pelo Império, herdeiro das luzes europeias e fazendo frente às Repúblicas americanas. As

---

6 O termo “nordeste” é uma construção mais recente, data da primeira década do século XX. No século XIX essa região era entendida como norte (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 127-163).

---

intenções desta agremiação em escrever uma História nacional, a partir das memórias contidas em documentações dignas de fazerem parte dessa escrita são evidentes, assim como a necessidade de se construir uma identidade para a jovem nação brasileira.

Essa não foi uma iniciativa isolada durante o período imperial. Diversas outras instituições foram fundadas. Lugares diversos foram fundados com o intuito de preservar memórias e “civilizar” os trópicos: o Museu Nacional (1808), o Arquivo Nacional (1838), a Academia Imperial de Belas Artes (1826) e também o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP), fundado em 28 de janeiro de 1862, o segundo instituto histórico do Brasil e o primeiro do Norte<sup>7</sup>. Fundado no aniversário da restauração de Pernambuco da ocupação holandesa, se encarregaria de preservar esse passado “de glórias” por parte de uma elite rural tradicional em decadência. Nas páginas de sua *Revista* trimestral, seguindo o padrão do IHGB, seriam publicados os acontecimentos relevantes da história pernambucana, principalmente a “Invasão” Holandesa, a Revolução de 1817 e o Movimento Praieiro (1838-9)<sup>8</sup>.

Para Lilia Moritz Schwarcz (1993, p. 99-140), o IAGP manteve-se mais ligado a uma história de perfil regionalista, buscando enaltecer o papel especial da província, do seu povo no passado colonial brasileiro – transformado em mito de formação da identidade pernambucana. Dessa forma, para a autora, não houve uma preocupação de se construir uma identidade nacional a partir dos acontecimentos regionais, mas apenas preservar o lugar da província, agora em crise econômica, como palco de importantes episódios da história do Brasil.

A província de Pernambuco, exceto pela sua localização periférica em relação ao centro do Império, teria elementos suficientes para a construção de uma identidade nacional visto que um de seus acontecimentos, a expulsão dos holandeses, representada por Victor Meirelles no seu óleo sobre tela *A Batalha dos Guararapes*, de 1879, se tornou uma das imagens mais conhecidas, principalmente em livros didáticos. Lá aparecem as três “raças”

---

7 A agremiação, inicialmente com a denominação de Sociedade Arqueológica Pernambucana, por iniciativa de um grupo formado por de cinco fundadores, liderados por Joaquim Pires Machado Portela (1827-1907). Em 16 de agosto foi aprovado o seu primeiro estatuto, passando a denominar-se Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP). A partir de 1920 o Instituto incorporou o termo “histórico”, passando a denominar-se IAHP – Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (RIBEIRO, 2011).

8 O periódico do IAGP, diferentemente da Revista do IHGB, sofreu algumas interrupções em suas publicações, como, por exemplo, entre 1870 e 1883, bem como entre 1961 e 1974, devido a dificuldades financeiras (GASPAR, 2012).

---

constituintes da nação brasileira, “lutando em harmonia” frente a um inimigo comum. Configuração esta já apontada por Karl F. Ph. Von Martius, em sua monografia vencedora do prêmio oferecido pelo IHGB sobre a melhor maneira de se escrever a história do Brasil. Francisco Adolpho de Varnhagen, na sua *História geral do Brasil* também localiza no episódio da expulsão dos holandeses a gênese da identidade nacional brasileira (cf. RIBEIRO, 2015).

As lutas entre holandeses e portugueses geraram tensões no processo de construção da narrativa da Restauração pernambucana, ocorrida no século XVII. Duas reivindicações entraram em disputa no século XIX: a primeira, de caráter regional, buscava caracterizá-la como evento símbolo do histórico de lutas contra os poderes centralizados lusitano e depois brasileiro. Outra, a partir da Corte, liderada por Varnhagen e o IHGB, visava elevá-la enquanto mito fundacional da nação.

De acordo com Evaldo Cabral de Mello, o nativismo pernambucano considerou-se herdeiro da Restauração, servindo de exemplo para os diversos levantes durante os séculos XVIII e XIX (MELLO, 1986, p. 13-15). A fundação do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP), em 1862, com o intuito de se preservar a memória restauradora, aconteceu logo após as visitas de Pedro II, em 1859, e Varnhagen, em 1861, “que haviam embarçado os brios provinciais ao pôr em relevo o abandono a que haviam sido relegados os vestígios do passado e ao indicar a ignorância que pesava sobre eles”. Para Mello, havia a necessidade, naquele momento, de “dar-se a versão pernambucana dos fatos cruciais da história para evitar que ela fosse escrita sob critério estranho” (MELLO, 1986, p. 61-62).

A versão deste novo lugar de enunciação deveria se contrapor à versão imperial construída pelo visconde de Porto Seguro e esse *critério estranho* refere-se ao tratamento negativo dispensado na obra ao episódio da revolução de 1817, assim como aos outros movimentos contestatórios ao regime imposto pelo Rio de Janeiro, tais como a Praieira, em 1848, e a Confederação do Equador, no ano da Proclamação da Independência política. O 28 de janeiro – dia da Restauração frente aos holandeses – seria o escolhido para a celebração das sessões aniversárias da agremiação pernambucana.

O que estava em disputa entre pernambucanos e fluminenses era o *status* de estarem autorizados para a concatenação dessas histórias regionais em uma história nacional dotando-a de sentido, prerrogativas exclusivas do Instituto “brasileiro”. Dessa forma, a disputa pela narrativa do episódio reproduz um colonialismo interno entre esses dois lugares, na medida

---

em que promove o apagamento de outras possibilidades possíveis, de outras identidades e memórias regionais em detrimento de uma narrativa nacional homogeneizadora.

Para Marcela Marinho (2014, p. 70), o episódio das guerras com os holandeses pode servir para identificar uma identidade distinta no interior de um mesmo território nacional, preocupada com o regionalismo e o nativismo pernambucano. Dessa forma, as identidades culturais emergem “através das disputas de forças entres os tempos diversos, passado e presente, por meio um elemento fundador comum tanto do nativismo pernambucano quanto da nacionalidade brasileira”.

Até o final do regime monárquico, contou o IHGB com a *imediata proteção de sua majestade imperial o Sr. D. Pedro II*<sup>9</sup>. Contudo, com a sua deposição pelos republicanos em novembro de 1889, o Instituto na ex-Corte teria de se adaptar ao novo regime. Nessa nova configuração São Paulo se despontava como liderança política e econômica, em virtude de suas lavouras cafeeiras, ao lado de Minas Gerais, produtora de leite e derivados. Durante os primeiros anos do período republicano surgiria o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), *lugar* este com o nítido objetivo de reescrever a história nacional. Para Lilia Schwarcz (1993), tratava-se de buscar no passado acontecimentos e personagens históricos do Estado representativos para se constituir uma historiografia marcadamente paulista, mas que contemplasse o país como um todo.

Podemos pensar então que diferentemente do IAGP, preocupado com uma identidade regional para Pernambuco, o IHGSP almejava construir uma identidade de âmbito nacional a partir de seus valores e símbolos de cultura e civilização, até então monopolizados e concentrados na Corte. A temática que iria servir aos anseios do Instituto paulista seria a do bandeirantismo, valorizados e popularizados pelos seus historiadores.

O IHGSP, diferente do Instituto pernambucano, que vivia uma fase de decadência econômica de suas elites, presenciava um período próspero e era uma instituição que já havia nascido sob a égide republicana. A data escolhida para a sua inauguração foi exatamente o dia do aniversário da proclamação do novo regime: 15 de novembro de 1894, ao contrário do IHGB e do IAGP que traziam ainda os estigmas da Monarquia.

A ação dos bandeirantes paulistas, pela ótica dos letrados do IHGSP, seria a grande responsável pelo alargamento dos limites entre as coroas ibéricas estabelecidos desde

---

9 Durante o período imperial a *Revista do IHGB* trazia essa inscrição em suas capas.

---

Tordesilhas, em 1494; pelas descobertas de riquezas minerais e pela manutenção dessas fronteiras. Para Marcelo Lapuente Mahl (2008, p. 28-29), o IHGSP nasceu seguindo os moldes do IHGB, porém definiu como missão “apresentar um novo olhar sobre a história do Brasil, valorizando especialmente os feitos paulistas e sua influência na história do país”. Este objetivo se revelou claramente já no primeiro volume da revista, que proclamava: “A História de São Paulo é a própria História do Brasil” (FERREIRA, 2002; MAHL, 2001).

Bandeirantismo e o desenho e manutenção das fronteiras serão os motes principais para a constituição da identidade mato-grossense, frente a ameaça da perda da hegemonia política enquanto capital para a parte sul do Estado e para livrar-se de um histórico “estigma da barbárie”, nas palavras de Lylia Galetti (2012).

### **O Instituto Histórico de Mato Grosso e o Centro Mato-Grossense de Letras: Construindo Uma Identidade “Cuiabana” para Mato Grosso**

O Instituto Historico de Matto-Grosso tem por fim colligir, methodizar, publicar ou archivar os documentos concernentes á historia, geographia e archeologia de Matto-Grosso, bem como á ethonographia dos seus indigenas e á biographia dos seus ilustres.

(Estatutos, RIHMT, I, 1919, p. 8)<sup>10</sup>

De acordo com Lylia Galetti, Mato Grosso era representado pelos brasileiros ora negativamente em razão das grandes distâncias e dificuldades no trajeto que o separavam do mundo e do Brasil civilizado, e também positivamente como sertão promissor e fronteira da pátria. Para os viajantes estrangeiros do século XIX, Mato Grosso era visto como uma região próxima da barbárie: abundante em recursos naturais e dominados por indígenas e mestiços. Na concepção dos mato-grossenses, havia um profundo mal estar cultural em face de uma identidade estigmatizada pela barbárie (RIBEIRO, 2013).

Paulo Roberto Cimó Queiroz analisa esta situação a partir do drama da sua capital – Cuiabá, que se encontrava ameaçada pelo desenvolvimento da parte sul do Estado. A cidade de Corumbá, por exemplo, fora beneficiada pela reabertura da navegação pelo rio Paraguai, após o término do conflito no Prata, transformando-se num importante centro comercial. “Desenvolvia-se além da pecuária a economia ervateira (ainda que sob o virtual monopólio da Companhia Mate Laranjeira)”. Em 1914 estaria terminada a estrada de ferro Noroeste do Brasil e levas de migrantes de várias partes do país e estrangeiros chegavam em cidades do sul de Mato Grosso, como Campo Grande (QUEIROZ, 2006, p. 156).

---

10 Nesse sentido, suas diretrizes não diferiram das apresentadas pelo IHGB, em 1838.

A elite nortista (leia-se cuiabana), durante o governo do bispo D. Aquino Corrêa (1918-22), encarregado de normalizar a vida política da capital, diante desse momento de crise econômica, vivia um período de estagnação e de disputas políticas entre grupos rivais, movidas por paixões partidárias e diante da ameaça de um deslocamento da sede administrativa de Cuiabá para Campo Grande, ou mesmo para Corumbá, responsáveis pela maioria da arrecadação fiscal.<sup>11</sup> O governo consensual de D. Aquino, aliado às oligarquias, tratou de forjar uma identidade mato-grossense em torno das comemorações do bicentenário da fundação de sua capital Cuiabá. É nesse contexto de crise político-econômica que foi criado o Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT)<sup>12</sup>, no dia 8 de abril de 1919, aniversário da fundação de Cuiabá, que contou com a presença de Eurico Góis, representante do IHGB, agraciado com o título de sócio correspondente, assim como a imediata indicação para presidente honorário da Instituição mato-grossense o conde Affonso Celso, na época, presidente do IHGB.

No ano de 1921 seria criado o Centro Mato-Grossense de Letras (CML), o que para Galetti (2012, p. 312), foi uma “outra expressão significativa do desejo de individualizar um lugar e sua gente”. Reunindo, em sua maioria, o mesmo grupo intelectual que fundara o IHMT dois anos antes, tinha como intuito incentivar e promover a cultura literária no Estado, tendo como modelo a seguir o parnasianismo, cujas formas perfeitas conteriam a rebeldia romântica. É marcante no Centro Mato-Grossense de Letras também a presença de D. Aquino e de seu meio irmão, o bacharel e literato José de Mesquita, que descreveu o evento de fundação do CML com pompa e júbilo, destacando o seu papel como responsável pela elevação da cultura mato-grossense:

A sessão de instalação solene do “Centro” se efetuou, em memorável tertúlia, no dia 7 de Setembro de 1921, no salão nobre do Palácio da Instrução, presidida pelo próprio Chefe do Estado, e seu Presidente de honra, D. Aquino Corrêa, que produziu uma oração magistral, traçando os rumos e o programa da novel sociedade. Logo no ano seguinte lançou o “Centro” a sua “Revista”, de que foram publicados com rara pontualidade, 22 números – de 1922 a 1932 – e deu início à série de conferências e estudos, que, proferidas em animadas e concorridas sessões lítero-musicais, muito têm contribuído para a elevação da cultura e do bom gosto no seio da gente cuiabana (MESQUITA, 1941, p. 8-9).

11 Em relação às disputas políticas em Mato Grosso na Primeira República (FANAIA, 2010).

12 Nos primeiros momentos, após a fundação, não havia referência ao termo “Geográfico” no Instituto de Mato Grosso. Este passou a incorporá-lo posteriormente.

---

Com produções de caráter ufanista, o CML contribuiu com a elaboração de elementos da identidade regional. Apesar de não ficar restrita a esses temas, a Revista do Centro lhe dedicou um espaço significativo:

A natureza regional, eventos e personagens já consagrados na memória histórica local – o elogio ao bandeirante, a conquista do território, a luta contra a barbárie dos sertões, entre outros – foram frequentemente enfocados em textos de caráter historiográfico e literário (GALETTI, 2012, p. 361).

O controle desses dois *lugares* institucionais ficou a cargo de intelectuais nortistas. No IHMT e CML a relação saber-poder era exercida de forma emblemática na fabricação do “ethos” do mato-grossense desejado. Foram seus membros que compuseram a base da representação nativa da identidade regional a partir de uma determinada memória histórica.

Destacou-se neste período a atuação de Virgílio Corrêa Filho, sócio-fundador do IHMT e um dos intelectuais de maior projeção fora do Estado. Este autor foi figura imprescindível na construção de uma identidade mato-grossense para a formação e a consolidação de uma unidade nacional. Suas publicações evocavam diretamente a figura do bandeirante como um personagem central na formação da sociedade mato-grossense, dando ênfase à ascendência bandeirante do cuiabano<sup>13</sup>.

Sua intensa produção e projeção nacional, bem como sua atuação em *lugares* sócio-culturais de relevo no campo da história e geografia como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fez com que o historiador cumprisse a “missão de engrandecer Mato Grosso” no cenário nacional contribuindo para sua representação regional (GALETTI, 2012, p. 363).

Para Vilma Trindade, o ingresso de Virgílio Corrêa Filho no IHMT contribuiu de forma marcante para a criação de uma identidade mato-grossense:

[...] construída com o objetivo de evidenciar a importância de Mato Grosso para a formação e consolidação da unidade nacional. As diversas publicações de sua autoria cumpriram os desígnios de D. Aquino, Bispo e Presidente do Estado de Mato Grosso, além de presidente fundador daquele Instituto, à época preocupado com a constituição de um corpo de “apóstolos de um patriotismo iluminado e sadio”, que deveria comprometer-se com a preservação da “memória nacional” (TRINDADE, 2001, p. 14).

Intelectuais da estirpe de D. Aquino Corrêa e Virgílio Corrêa Filho, arregimentados em espaços como o IHMT e movimentando-se entre diferentes campos disciplinares, foram

---

13 Para saber sobre a atuação de Virgílio Corrêa Filho no IHMT e na historiografia mato-grossense (TRINDADE, 2001; FRANCO, 2009; LEOTTI, 2013).

---

nas primeiras décadas da República, conforme palavras de Ângela de Castro Gomes (2009, p. 25) os porta-vozes do discurso da modernização:

Tais intelectuais assumem, de modo obsessivo, o desafio de modernizar uma sociedade saída da escravidão e do regime monárquico, considerados, com intensidades que variavam conforme a adesão ou a aceitação do republicanismo, responsáveis, em grande medida, pelo “atraso” em que o país se encontrava (GOMES, 2009, p. 25).

Houve inúmeros protestos por parte da oposição ao governo de D. Aquino, representantes do sul do Estado, criticando os gastos excessivos nas duas edições da festa do Bicentenário, em abril e dezembro de 1919, já que algumas obras que seriam inauguradas no dia 8 de abril não tinham ficado prontas. De acordo com Paulo Queiroz (2006, p. 171), a frase “o estado vive hoje do que rende o sul” tornou-se o mais forte argumento dos sulistas. Essas críticas, observa Galetti (2012, p. 303), “não comprometeram a festa e nem a sua memória. Entraram para a História de Mato Grosso como um momento de renascimento cultural, cujo mérito é, em grande medida creditado a D. Aquino”.

A narrativa dos acontecimentos seria escrita pelo mais conhecido e respeitado historiador mato-grossense, Virgílio Corrêa Filho, que, ao se envolver nessa *luta simbólica* por uma *representação legítima da região*, nas palavras de Bourdieu, confere legitimidade aos acontecimentos à medida que transcende o regional, engrandecendo Mato Grosso no cenário nacional.

A fundação das duas instituições desempenhou um papel fundamental nesse momento de redefinição da identidade regional. A primeira tendo como objetivo preservar a memória e as tradições locais e a segunda voltada para a produção literária sobre temas regionais – ambas com características fortemente nacionalistas.

Segundo Osvaldo Zorzato (1998, p. 8), os dilemas e impasses acerca da necessidade de construção da identidade nacional brasileira – que assombravam os letrados do IHGB no século XIX – continuavam latentes no século seguinte. As primeiras décadas do regime republicano, permeada pelas contendas políticas entre as elites regionais davam o tom das disputas identitárias. O mosaico que formava o retrato da nação dependia das cores das peças locais. As forças políticas regionalizadas desejavam construir sua própria memória e atrelá-la à narrativa da nação – o que não era tarefa pacífica. Era necessário reordenar o passado – tempo, sujeitos e fatos históricos – em nome da identidade de um povo: o enterro do estigma

da barbárie e a emergência dos destemidos e patriotas mato-grossenses, sentinelas das fronteiras, descendentes dos bandeirantes (AMEDI, 2014; AMEDI & RIBEIRO, 2013)<sup>14</sup>.

O Instituto era o presente mais útil que se poderia oferecer à terra mato-grossense, na ocasião em que se anunciava um novo século de sua história. Os compromissos da instituição estavam expostos logo no artigo 1º dos seus *Estatutos*, conforme a epígrafe acima. Percebe-se que suas diretrizes não diferiram das apresentadas pelo IHGB, em 1838.

Para o primeiro secretário Philogônio de Paula Correa, em seu discurso na sessão solene de inauguração do grêmio, o IHMT tinha nobre missão de:

[...] tornar bem conhecidos a nossa grandeza e a nossa raça. E' immortalizar os feitos dos que se foram, é immortalizar os heróis, é escolher modelos para o futuro. Glória á nação que não deixa apagar a memoria dos seus beneméritos (Discurso proferido pelo orador official, Professor Philogonio de Paula Corrêa, 1º secretario do Instituto, RIHMT, (II), 1919, p. 8).

São evidentes os esforços materiais e intelectuais no sentido de realçar o valor histórico e político de Cuiabá como cidade-mãe de Mato Grosso e dos cuiabanos como os representantes mais autênticos da “raça” mato-grossense. Como já dito anteriormente, por essa época, a mudança da capital de Cuiabá para Corumbá ou Campo Grande era para muitos cuiabanos uma ameaça real<sup>15</sup>.

A velha cidade colonial, descrita nos jornais à época como “um triste enfermo” por fugir aos padrões europeus de metrópole, era defendida pela sua elite letrada e política em nome de um passado (inventado) glorioso, de um presente (ressentido) de conciliação e de um futuro (desejado) de progresso.

Nesse sentido, as comemorações do bicentenário e a instalação do IHMT foram um momento privilegiado de defesa da sua condição de capital política, intelectual e histórica do

---

14 Em larga medida, os letrados do IHMT seguiam os passos do seu congênere paulista – reforçando a epopeia bandeirante como os grandes protagonistas da história do Brasil. Segundo Antonio Celso Ferreira (2002, p. 128), no IHGSP, “seja nas biografias, seja nas genealogias, buscava-se a construção de trajetórias comuns, responsáveis por grandes realizações, individuais ou clânicas, fazendo-as transcender os marcos da própria colonização, com base no recuo a um passado longínquo europeu. A nobilitação das personagens revela a ambição de fixar uma epopéia paulista, sustentada por indivíduos aos quais se atribuía uma força superior”.

15 A perda da condição de capital era um fantasma que assombrava Cuiabá desde os tempos coloniais. No artigo *Boatos e sugestões revoltosas*, Nauk Maria de Jesus (2007, p. 276) avalia as condições políticas da capitania ao longo da segunda metade do século XVIII, procurando evidenciar as motivações da política do poder metropolitano na fronteira oeste da Colônia. Neste sentido, a autora discorre sobre as disputas presentes na definição de Vila Bela como capital da capitania de Mato Grosso pela Coroa, contrariando os anseios de Vila Real do Cuiabá e dos arraiais de São Francisco Xavier e Santa Ana que almejavam “ser escolhidos para sediar a cabeça do governo”. Acerca dessa discussão sobre a perda da condição de capital de Cuiabá (AMEDI, 2014).

---

Estado. Cuiabá transformava-se naquele momento na síntese, ou melhor, no coração, de Mato Grosso.

Em relação à criação das duas instituições, Laura Antunes Maciel (1992, p. 132) tece as seguintes considerações:

De um lado, escolhe-se o que e como lembrar, ordenando o passado e definindo suas possibilidades e aliados, construindo uma memória comum a todos os mato-grossenses. De outro, esse movimento elege o responsável pela guarda desse passado: o cuiabano. Descendente direto dos bandeirantes paulistas, ele constituiria o verdadeiro mato-grossense. Dessa forma, operando uma reconstrução seletiva do passado, busca-se construir, ao mesmo tempo, o seu legítimo herdeiro e o outro, o excluído dessa história. E esse outro, em alguns momentos, podia ser tanto os demais nascidos em Mato Grosso, principalmente no sul do estado, quanto os “paus-rodados”, os que vieram de outros estados brasileiros e que em nenhum momento confundem-se com os “da terra” (MACIEL, 1992, p. 132).

Os festejos referentes ao bicentenário de Cuiabá inseriram-se nas comemorações do centenário da independência política do Brasil, na qual o IHGB buscava elaborar um dicionário histórico, geográfico e etnográfico de todos os estados brasileiros. D. Aquino se empenhou em confeccionar uma Carta Geográfica do Estado que iria ser elaborada pela Comissão de Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas, chefiada por Cândido Mariano da Silva Rondon. Símbolos como o brasão e o hino do Estado, ambos criados por D. Aquino Corrêa, figuravam lado a lado com a obra *História de Mato Grosso*, de Virgílio Corrêa Filho, cuja primeira edição é de 1922, uma iniciativa do IHMT em homenagem ao centenário da independência cuja verba foi concedida pelo governo de D. Aquino, presidente do Estado e do Instituto Histórico (GALETTI, 2012, p. 283-285).

### **Memória, História e Identidade: Entre o Regional e o Nacional**

Após este percurso pelos *lugares* institucionais que objetivavam construir identidades, pode-se perceber que esse conceito, assim como outros, não deve ser encarado enquanto essência, mas sim enquanto construções socioculturais e políticas. Podemos pensá-la, de acordo com Baumann (2005, p. 83), como algo posicional, relacional, que surge do conflito, da crise; ela emerge de um campo de batalha, seu *lar natural*.

A produção de identidades seja regional ou nacional, conforme as priorizadas pelos Institutos analisados, traz em comum o fato de que se efetivou em períodos de crise político-econômica e/ou sócio-cultural, seja no âmbito interno ou externo.

No caso do IHGB, a necessidade de construir uma identidade que conseguisse amalgamar o Estado brasileiro vinha ao encontro do projeto monárquico de promover a

---

integração territorial, mantendo a unidade do Império, frente a ameaça externa republicana. Internamente o perigo da fragmentação territorial era uma realidade que esteve bem próxima, principalmente no período regencial, época de surgimento de diversos conflitos de viés separatista. O IHGB foi fundado justamente nesse período instável politicamente.

O IAGP apareceu num momento de declínio do poder econômico das elites rurais pernambucanas, que não se sentiam representadas pelo discurso historiográfico elaborado na Corte. A escrita da história por meio da coleta e sistematização de uma memória acerca do passado glorioso colonial pernambucano evidenciaria a grandeza da região e destacaria a bravura de seu povo. Esta agremiação vai justamente dar visibilidade aos levantes ocorridos na Província, durante o período regencial, que contestavam o governo central. A data da restauração pernambucana frente aos holandeses, no século XVII, tornou-se o dia das reuniões aniversárias, assim como ocuparam posições destacadas os episódios da Revolução Pernambucana (1817), Confederação do Equador (1824) e o movimento Praieiro de 1848.

O IHGSP, apesar de ter surgido num contexto favorável economicamente, não se via identificado, a exemplo do Instituto Arqueológico de Pernambuco, com a seleção e produção escriturária do IHGB. A frase provocativa, “A história de São Paulo é a própria história do Brasil”, publicada no primeiro volume da sua *Revista*, denunciava a insatisfação com o Instituto fluminense que havia se autodenominado brasileiro. Nascido sob os auspícios do sistema republicano teria todas as condições necessárias para a reescrita da História do Brasil, a partir de um novo *locus* social.

Em Mato Grosso, o momento de crise econômica da porção norte, contrastando com o desenvolvimento do sul, fez surgir o IHMT e o CML, instituições que redimensionaram a insipiente identidade mato-grossense. Elas tratariam de promover a inserção de Mato Grosso na grande narrativa da nação brasileira, deixando de ser apenas um apêndice da epopeia bandeirante. A manutenção das fronteiras e a fundação de cidades como Vila Bela, durante a segunda metade do século XVIII, se deviam aos cuiabanos, os “autênticos” mato-grossenses.

Dessa forma, os projetos de integração historiográfica e identitária, por parte do IHGB, encontraram dificuldades de aceitação/compatibilização, na medida em que cada região/lugar iria reelaborar as suas prescrições. Pernambuco, historicamente rival da Corte, já havia estampado uma espécie de protesto, já na nomenclatura de sua agremiação ao substituir, nos momentos iniciais, o termo *histórico* pelo *arqueológico*. O congênere de Mato Grosso se identificará muito mais com o Instituto de São Paulo, (interessado em produzir uma história

---

“paulista” do Brasil), do que com o do Rio de Janeiro, certamente pela ligação com aquele desde os tempos coloniais.

Dessa forma, a disputa pela escrita histórica sob uma perspectiva regional ou nacional, desde o Oitocentos brasileiro, pode constituir-se em uma interessante maneira de se (re)visitar o passado em momentos de busca de seleção e de preservação de memórias e identidades a fim de servir de fundamento para a construção da narrativa regional/nacional da nação brasileira.

Para Janaína Amado (1990, p. 12-13), o estudo do regional oferece novas óticas de análise ao estudo de cunho nacional, a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular. Assim, nos termos da autora, a historiografia nacional ressalta as semelhanças, a regional lida com as diferenças, a multiplicidade.

Perceber as nuances entre os quatro institutos analisados, observando as tensões regionais/nacionais, bem como a contribuição do Centro de Letras na consolidação desse processo para a identidade local, pode oferecer a oportunidade rara de se trabalhar com conceitos complexos, tais como memória, identidade e história, bem como com os *lugares* em que elas são forjadas, entre muitos outros, pode servir para nos lembrar que esses conceitos complexos e polissêmicos se fazem presentes em nossos dias e precisam ser constantemente reelaborados e ressignificados. Vivemos em um presentismo em que há uma demanda crescente pela memória e a sua patrimonialização, assim como identidades em conflito, ou buscando celebração, além de narrativas em guerra (LAVILLE, 1999).

Cabe à História inserir-se efetivamente nessas questões contemporâneas no sentido de interferir qualitativamente na vida prática, promovendo uma potencialização da consciência histórica de alunos, professores e comunidade, buscando evitar, quem sabe, nos termos de Mairon Valério e Renilson Ribeiro (2013), a morte da política.

### Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de Teoria da História. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife, PE: Bagaço, 2008.

ALDÉ, Lorenzo. Os inventores do Brasil. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, n. 39, p. 56-58, dez. 2008.

- AMEDI, Nathália da Cosa. *A invenção da capital eterna: discursos sensíveis sobre a modernização de Cuiabá no período pós-divisão do estado de Mato Grosso (1977-1985)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.
- AMEDI, Nathália da Costa; RIBEIRO, Renilson Rosa. “... denodados heróis, civilizadores do sertão...”: o mito fundador bandeirante na constituição da história de Cuiabá – Mato Grosso, século XX. In: *Revista Eletrônica Documento/Monumento*. Cuiabá, MT v. 9, p. 153-180, 2013.
- BAUMANN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 107-132.
- CARVALHO, José Murilo de. D. João e as histórias dos Brasis. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, n. 56, p. 551-572, 2008.
- CÉZAR, Temístocles Américo. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX, ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre, RS: Ed. Da UFRGS, 2003, p. 173-208.
- FANAIA, João Edson de Arruda. *Elites e práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930)*. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2010.
- FERREIRA, Antonio Celso. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.
- FRANCO, Gilmar Yoshihara. *O binóculo e a pena: a construção da identidade mato-grossense sob a ótica virgiliana 1920-1940*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2009.
- GALETTI, Lylia da Silva Guedes. *Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*. Cuiabá, MT: EdUFMT; Entrelinhas, 2012.
- GASPAR, Lúcia (Org.). *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (1862-2012): uma bibliografia aos 150 anos*. Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2012.
- GOMES, Ângela de Castro. *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Francisco Adolfo de Varnhagen. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 285-287.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 103-133.

- 
- IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG; IPEA, 2000.
- IHGMT. Bicentenário. Mensagem do Presidente, 18.5.1919. In: *RIHMT*. Cuiabá, MT, (I), p. 14-15, 1919.
- IHGMT. Bicentenário. Discurso proferido pelo orador oficial, Professor Philogonio de Paula Corrêa, 1º secretário do Instituto. In: *RIHMT*. Cuiabá, MT, (II), p. 7-11, 1919.
- IHGMT. Bicentenário. Estatutos. In: *RIHMT*. Cuiabá, MT, (I), p. 8-14, 1919.
- JESUS, Nauk Maria de. A capitania de Mato Grosso: história, historiografia e fontes. In: *Revista Territórios e Fronteiras*. Cuiabá, MT, v. 5, n. 2, p. 93-113, jul. dez. 2012.
- JESUS, Nauk Maria de. Boatos e sugestões revoltosas: A rivalidade política entre Vila Real do Cuiabá e Vila Bela – Capitania de Mato Grosso (segunda metade do século XVIII). In: COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Cecília Helena Sales de. (Org.). *De um império ao outro: sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2007, p. 275-296.
- KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia Galli. A Memória Evanescente: Documento e História. In: KARNAL, Leandro; FREITAS NETO, José Alves de (Org.). *A Escrita da Memória: Interpretações e Análises Documentais*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2004, p. 41-61.
- LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, n. 38, p. 125-138, 1999.
- LEOTTI, Odegar. Bicentenário de Cuiabá: rememoração e invenção do passado. O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Virgílio Corrêa Filho: a invenção da modernidade em Mato Grosso e sua inserção no projeto de reconstrução da nação e da nacionalidade – 1919 a 1969. *Patrimônio e Memória*. Assis, SP, v. 7, n. 1, p. 78-100, 2011.
- LEOTTI, Odegar. *Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT: relações de poder, escrita, política, cientificidade e a invenção do mato-grossense moderno (1895 a 1934)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, 2013.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.
- MACIEL, Laura Antunes. *A capital de Mato Grosso*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1992.
- MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon*. São Paulo: EDUC; FAPESP, 1998.
- MAHL, Marcelo Lapuente. O paulista e o outro: a constituição de uma identidade racial no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de São Paulo (1894-1940). In: FERREIRA, Antonio Celso; MAHL, Marcelo Lapuente (Org.). *Letras e identidades: São Paulo no século XX, capital e interior*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 27-48.
- MAHL, Marcelo Lapuente. *Teorias raciais e interpretação histórica: O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2001.

- MARINHO, Marcela Irian Machado. *Francisco Adolfo de Varnhagen, a narrativa do episódio da invasão holandesa e o mito fundacional do Brasil: fato, temporalidades e sujeitos históricos e as suas ressonâncias no ensino de história*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro veio: imaginário da restauração pernambucana*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1986.
- MENDES, Luís César Castrillon. *Publicar ou arquivar? A Revista do IHGB e a escrita da História Geral do Brasil (1839-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2011.
- MESQUITA, José de. *A Academia Mattogrossense de Letras (Notícia Histórica)*. Cuiabá: Escolas Profissionais Salesianas, 1941.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Ed. FGV; EDUR; ANPUH Rio de Janeiro, 2011.
- PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades (um breve ensaio). In: *Diálogos*. Maringá, v. 10, n. 2, 2006, p. 149-184.
- QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na 1ª metade do século XX*. Bauru: EDUSC, 2004.
- RIBEIRO, Mariana dos Santos. *Construindo histórias e memórias: O IHGB e o IAGP em meio às celebrações do centenário do movimento pernambucano de 1817*. Tese (Doutorado em História Social da cultura) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2011.
- RIBEIRO, Renilson Rosa. A invenção discursiva de Mato Grosso nas páginas da *História geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854/1857): In: *Territórios e Fronteiras. Revista Eletrônica Documento/Monumento*. Cuiabá, MT, v. 8, p. 153-172, 2013.
- RIBEIRO, Renilson Rosa. *O Brasil inventado pelo visconde de Porto Seguro: Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção do Brasil Colonial no Brasil Império (1838-1860)*. Cuiabá: Entrelinhas, 2015.
- RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- RODRIGUES, Neuma Brilhante. *O amor da pátria, o amor das letras: as origens da nação na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2001.
- SANCHEZ, Edney C. T. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX*. 2003. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, José Luiz Werneck da. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, matriz do Instituto Histórico. In: WEHLING, Arno. (Coord.). *Origens do IHGB: ideias filosóficas e sociais e estrutura de poder no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: IHGB, 1989.

---

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

TRINDADE, Vilma E. *Política, história e memória em Mato Grosso*: Virgílio Corrêa Filho (1887-1973). Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001.

VALÉRIO, Mairon Escorsi; RIBEIRO, Renilson Rosa. Para que serve a História ensinada? A guerra de narrativas, a celebração das identidades e a morte da política. In: *Revista Territórios e Fronteiras*. Cuiabá, MT, v. 6, n. 3, p. 40-52, dez. 2013.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 7-72.

ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

---

## Nostalgia Do Real: O Jovem Jorge Luis Borges e a História De Buenos Aires

Pedro Demenech<sup>16</sup>

**Resumo:** Neste artigo apresenta-se uma trajetória intelectual do jovem Jorge Luis Borges e, a seguir, analisa-se como ele narra um passado imemorial da cidade. Buenos Aires é remodelada para que, em sua história, Borges refaça o itinerário da fundação, criando histórias paralelas numa articulação entre passado e presente que dão a Buenos Aires um sentido quase a-histórico. Assim, analisa-se a relação com história que Borges constrói.

**Palavras-Chave:** Argentina. Buenos Aires. Vanguarda.

## Real's Nostalgia: The Young Jorge Luis Borges and the History of Buenos Aires

**Abstract:** This article briefly presents the intellectual history of young J. L. Borges, to introduce the analysis of how he tells a immemorial past for the city. In this poem Buenos Aires is reshaped, so its history can be rewritten, in order to combine an infinity of parallel stories that mingle past and present, conferring to the city an a-historical dimension. In so doing, this article uncovers the distinct with history that shapes the work of Borges.

**Keywords:** Argentina. Buenos Aires. Vanguard.

### Introdução ou da Metáfora Ultraísta

Em 2016 completam-se trinta anos da morte do escritor argentino Jorge Luis Borges (1899-1986). Muitas vezes lembrado por sua cegueira, um fato interessante em sua trajetória é o vínculo que Borges estabeleceu com Buenos Aires, sua cidade natal, lugar indissociável de sua criação literária.

Nascido em 1899, Borges, já na infância, teve formação cosmopolita. Desde cedo, em sua casa e pela família, foi incentivado a desenvolver habilidades e qualidades literárias e intelectuais (MICELI, 2012, p. 44-85). O contato com os livros da biblioteca de seu pai, Jorge Guillermo Borges (1874-1938), e com a tradição argentina, através da história familiar de sua mãe, Leonor Acevedo Suárez (1876-1975), além de fazer parte do cotidiano de Borges, deram-lhe condições para desenvolver os temas de sua ficção.

Em 1914, Borges partiu com a família para Europa procurando encontrar tratamento para o problema de vista de seu pai e que, anos mais tarde, também o acometeria. Programada para ser curta, essa viagem se prolongou até 1921, uma consequência da Primeira Guerra

---

<sup>16</sup> Doutor em História Social da Cultura pela PUC/Rio. E-mail: p\_demenech@yahoo.com.br.

---

Mundial (1914-1918) na vida dessa família argentina. Um fato interessante desse período, em que Borges e sua família viveram na Europa, foi o contato dele com parte da vanguarda espanhola e a influência do escritor Rafael Cansinos Assens (1882-1964), um dos líderes do grupo ultraísta.

A presença de Cansinos Assens foi decisiva para Borges e sua produção poética de juventude, sobretudo, pela importância que concedia ao bairro, um espaço quase místico onde o rosto da cidade ganha características pitorescas. Borges (1999, p. 54-58), inclusive, em seu *Ensaio Autobiográfico*, se considerou discípulo dele.

Ao retornar para Buenos Aires, em 1921, Borges deparou-se com uma cidade que mudara tanto no aspecto físico como cultural. Antes da viagem, morava em Palermo e tinha pouco contato com o centro de Buenos Aires, onde ocorreram algumas dessas transformações. É também durante o momento desse retorno que a Argentina ganha alguma projeção internacional.

O país, nessa época, passou por transformações importantes na história. Isso deu àqueles argentinos, principalmente aos portenhos, a sensação de que o passado de guerras e disputas internas estava encerrado, pois, apresentava-se diante deles um futuro próspero, guiado pelo progresso econômico. Com esse desenvolvimento, entretanto, surgiam outras questões, tais como a ocupação em massa da cidade e o aumento populacional por meio da imigração. Tais elementos se apresentam, e até embasam, os escritos de Borges dos anos 20. Assim, podemos diferenciar um “Borges inicial”, que viveu na Europa da Primeira Guerra, e o Borges que retorna para Buenos Aires.

O expressionismo alemão, o convívio com intelectuais espanhóis, principalmente Cansinos-Asséns, e a influência da Revolução Russa de 1917 influem diretamente numa escrita borgiana mais engajada e em consonância com certos princípios das vanguardas europeias, tais como a renovação estética das letras e da cultura (BARILI, 1999, p. 37-73). Isso, com certeza, foi decisivo para que Borges, ao retornar, redescobrisse Buenos Aires.

Essa redescoberta, aliás, ganha um significado particular na medida em que Borges se distancia dessas propostas para buscar algo de peculiar ao contexto argentino, principalmente em Buenos Aires (SOUZA, 2009). Faz assim uma espécie de passagem do ultraísmo espanhol para um ultraísmo argentino, do qual ele mesmo se afastaria mais tarde. Sem mais delongas, é chegado o momento de analisar, com necessário esmero, como essa passagem acontece.

---

Em 1921, ainda na Espanha, na revista ultraísta *Ultra*, Borges dissecou a anatomia de seu “ultra” nas seguintes bases:

A estética é o arcabouço dos argumentos edificados *a posteriori* para legitimar os juízos que nossa intuição faz a respeito das manifestações da arte. Isso no que se refere ao crítico. No que diz respeito ao artista, o caso muda. Pode assumir todas as formas entre aqueles dois polos antagônicos da mentalidade, que são o polo impressionista e o polo expressionista. No primeiro, o indivíduo se abandona ao ambiente; no segundo, o ambiente é o instrumento do indivíduo. [...] Assim, na renovação literária atual – essencialmente expressionista – o futurismo, com sua exaltação da objetividade cinética do nosso século, representa a tendência passiva, mansa de submissão ao meio [...] (BORGES, [1921] 2008, p. 133).

O crítico, segundo Borges, é passivo porque tece seu julgamento *a posteriori* da criação, já o artista é ativo, pois cria. Porém, tanto no impressionismo como no futurismo o artista é passivo, porque na primeira o “indivíduo se abandona ao ambiente”, e, na segunda, a exaltação da máquina torna esse indivíduo ainda mais manso e submisso ao meio. Apenas o artista expressionista é capaz de transformar o ambiente, pois atua sobre e a partir dele.

Ora, todo esse jogo de oposições feito por Borges, ativo X passivo, crítico X artista, impressionismo e futurismo X expressionismo, lhe serve para declarar a preferência de intervir ativamente no meio do qual participa. Assim, pode declarar “intenções de seu esforço lírico” e através delas procurar:

[...] a *sensação em si* e não a descrição das premissas espaciais ou temporais que a rodeiam. Sempre foi costume dos poetas executar uma reversão do processo emotivo que se havia operado em sua consciência; isto é, voltar da emoção à sensação e desta aos agentes que a causaram. Eu – e note-se bem que falo de propósitos e não de realizações efetivadas – anseio por uma arte que traduz a emoção despojada, depurada dos dados adicionais que a precedem. Uma arte que evitasse o dérmico, o metafísico e os últimos planos egocêntricos ou mordazes (BORGES, [1921] 2008, p. 133-134).

*Dérmico, metafísico, planos egocêntricos*: elementos esses impedem a arte e o poeta apreenderem a sensação em si, tal como é. A intenção de Borges não poderia ser mais clara; ao poeta cabe mostrar aquilo que é e não escamotear, com palavras, suas emoções. Uma vez que isso seja evitado, a poesia se libera das amarras convencionais, isto é, daquilo que está estabelecido – o que é canônico. Borges assim oferece uma conceituação do ultraísmo e de sua intenção poética.

De tal modo, para que esses propósitos se efetivem, declara a importância tanto de um *ritmo* (elemento acústico) ondulante, solto, redimido e bruscamente truncado como da *metáfora* (elemento luminoso), “essa curva verbal que traça quase sempre entre dois pontos – espirituais – o caminho mais breve” (BORGES, [1921] 2008, p. 134).

Talvez, esses pressupostos fiquem ainda mais claros quando, em outro texto de 1921, Borges opõe o ultraísmo, essa “novíssima estética”, ao “rubenianismo” (referência jocosa ao

modernismo), essa forma literária que ele deseja “tirar das ruas e abolir”. Já na Argentina, na revista *Nosotros*, em dezembro de 1921, ele define o ultraísmo especificamente nesse contexto.

O ultraísmo de Borges se define, além do ataque ao modernismo, essa “coisa já amadurecida e saturada, semelhante à beleza de uma tela antiga, completa e eficaz na limitação de seus métodos e em nossa aquiescência em nos deixarmos ferir por seus recursos previstos”, em oposição ao *sencillismo*<sup>17</sup>, essa corrente onde:

Nem a escrita apressada e ofegante de algumas fragmentárias percepções nem os circunlóquios autobiográficos arrancados da totalidade dos estados de consciência e mal copiados merecem ser poesias. Com essa vontade oportunista de aproveitar o menor ápice vital, com essa comichão contínua de encadernar o universo e encaixá-lo numa estante, só se chega a uma sempiterna espionagem da própria alma, que talvez fragmenta e histrioniza o homem que a exerce (BORGES, [1921] 2008a, p. 135).

Borges demarca duas estéticas dominantes: o modernismo e o *sencillismo*. A rixa com o modernismo, o distanciamento que Borges e outros de seu tempo procuram tomar desse movimento, era comum nos ambientes literários hispano-americanos do período. Em relação ao *sencillismo*, mais precisamente, Borges se circunscreve à Argentina. Olea Franco (1993, p. 119), comentando essa questão, mostra um Borges que ansiando por uma nova estética faz *tabula rasa* dessas correntes literárias. Aliás, nesses ataques, podemos ver que o desejo e a exaltação do novo são comuns às vanguardas do período, tanto na América Latina como na Europa.

A questão, dessa passagem que Borges faz da Espanha a Argentina, passa pela percepção de que, entre maio e dezembro de 1921, Borges sistematiza o ultraísmo transformando-o num programa estético assentado nos seguintes princípios:

1º Redução da lírica ao seu elemento primordial: a metáfora.

2º Supressão das frases de recheio, dos nexos e dos adjetivos inúteis.

3º Abolição dos trabalhos ornamentais, do confessionalismo, da circunstanciação, das prédicas e da nebulosidade rebuscada.

4º Síntese de duas ou mais imagens em uma, ampliando desse modo a sua faculdade de sugestão (BORGES, [1921] 2008a, p. 136).

O poema ultraísta, composto por metáforas, é autorreferente e propõe a “visão inédita de algum fragmento da vida”. Ao que parece, essa poética procura insinuar o breve. Borges ataca essas estéticas anteriores porque não fazem outra coisa senão cambalear “entre a caça de

---

17 O principal expoente do *sencillismo* foi Baldomero Fernández Moreno (1886-1950).

efeitos auditivos e visuais, e o prurido de querer expressar a personalidade do seu fazedor”.

Por isso que:

Superando essa inútil obstinação em fixar verbalmente um eu vagabundo, que se transforma a cada instante, o ultraísmo tende à meta primeira de toda poesia, isto é, à transmutação da realidade palpável do mundo em realidade interior e emocional (BORGES, [1921] 2008a, p. 139).

Usando o ambiente como matéria, o poeta ultraísta transmuta a realidade em emoção. Não à toa, a metáfora ganha relevância, pois, além de iluminar a linguagem, serve para criar tanto uma imagem como uma sensação. Com isso, Borges molda a partir da literatura uma realidade, escapando da obsessão modernista de cultivar o “eu”, se afastando do “ornamento” modernista e das “prédicas” *sencillistas*. Contudo, entre *sencillistas* e ultraístas há um fato em comum: o rechaço do modernismo. Porém, essa afirmação exige uma comparação matizada acerca das aproximações e diferenças nessas duas correntes.

Ainda em dezembro de 1921, Borges, Guillermo de Torre (1900-1971), Eduardo González Lanuza (1900-1984) e Guillermo Juan (1906-1966) fundam a revista mural *Prisma*, revista essa que era colada pelo nas paredes de Buenos Aires – daí o nome, além de que já em “Anatomia do meu ultra” Borges buscava a estética ativa dos prismas. Assim, no nº 1 da revista, declaram que Baldomero Fernández Moreno e seu grupo embora:

[...] não ostentam a tatuagem azul rubeniana, exercem um episodismo loquaz i fomentam penas rimáveis que, esmaltadas de visualidades oportunas, venderão depois, com um gesto de amestrada simplicidade i de espontaneidade prevista (BORGES et al., [1921] 2008, p. 139).

A substituição do “y” pelo “i”, um jogo entre gramática e linguagem oral<sup>18</sup>, que Borges faz aí, na poesia e nos ensaio dos anos 20 já denota que a oposição entre essas correntes reside nas temáticas e formas trabalhadas. Assim, enquanto o *sencillismo* lida com questões locais numa linguagem cotidiana, o ultraísmo tem orientação cosmopolita e o desejo de transcender a realidade diária, algo que os afasta de uma estrutura da linguagem cotidiana. Borges e seu grupo, no segundo número da revista, o último por sinal, expressam-se como aqueles que buscam “a vida entusiasmada i simultânea das ruas, a glória das manhãzinhas ingênuas i o mel das tardes maduras, [...] a tragédia dos domingos e dos dias cinzentos” (BORGES et al., [1922] 2008, p. 141). Consequentemente, dizem:

---

18 Para uma orientação mais precisa acerca dessa questão em Borges e em outros integrantes das vanguardas (SCHWARTZ, 2008, p. 63-80). Outrossim, gostaria de salientar a publicação de três livros com essas características, mas que Borges suprimiu posteriormente de suas obras. Esses livros, aliás, contém uma oralidade, digamos, na qual ele almejava transpor a língua falada para a escrita. São eles: *Inquisiciones*, *El tamaño de mi esperanza*, *El idioma de los argentinos*.

---

Fartos daqueles que, não contentes com vender, chegaram a alugar a sua emoção e a sua arte, prestamistas da beleza, dos que espremam a mísera ideia caçada por casualidade, talvez roubada, nós, milionários de vida e de ideias, saímos para apresentá-las nas esquinas, para esbanjar as abundâncias da nossa juventude, desatendendo as vozes dos avaros de sua miséria (BORGES et al., [1922] 2008, p. 141).

Não se trata de transformar arte em mercadoria, e, sim, renová-la. Borges, nesses anos de arroubo vanguardista, parece que faz senão isto: opor-se às estéticas já estabelecidas para, além de marcar seu movimento, estabelecer um desvio e assim transpor novo curso para os procedimentos literários do século XX que ainda estavam marcados pelos do final do XIX.

Como vanguardista, Borges propõe mudanças, abre horizontes. Ele através do ultraísmo transpõe a experiência espanhola para a realidade argentina, colocando-a em diálogo com propostas cosmopolitas. Por isso que, nesses termos, não faz sentido dizer que existiu um Borges vanguardista e outro antivanguardista, como postulou parte da crítica.

Ocorre que nessa fase, do ultraísmo e das vanguardas, segundo Pinto, já encontramos um Borges que se mantém “vinculado às percepções de um mundo mutante, de um tempo e de um lugar, de uma história ágil, de uma memória continuamente renovada” (PINTO, 2004, p. 138). Ademais, pela oposição tanto ao modernismo como ao *sencillismo*, notamos como ele se insere no cenário argentino. Borges, contudo, não para por aí.

Entre 1922 e 1923, Borges dirige a revista *Proa* em sua primeira fase. Nesses anos, ainda defende a proposta ultraísta e o uso metáfora. Assim, em “Ao Oportuno Leitor”, publicado em *Proa 1* durante agosto de 1922, Borges explicita mais uma vez que:

O ultraísmo não é uma seita carcerária. Enquanto alguns, com altiloquência juvenil, consideram-no como um campo aberto, onde não há obstáculos que mortifiquem o espaço, como uma ânsia insaciável de horizontes, outros simplesmente o definem como uma exaltação da metáfora, essa imortal artimanha de todas as literaturas [...] (BORGES, [1922] 2008a, p. 247).

Gostaria de chamar a atenção para o fato de que, em pouco mais de um ano, após as mutações sobre o ultraísmo, Borges parece conceituá-lo de modo menos cerrado em relação aos manifestos de 1921. Interessante que, ao dirigir *Proa*, abra sua posição. Sem abandonar o ultraísmo, prossegue dizendo ao leitor – essa figura oportuna – que “destas [duas] explicações [acima], intuitiva a primeira e intelectual a segunda, escolha a que mais lhe aprouver. Sobejarão ambas, se nossos versos não o comoverem. Sobejarão também, se algum deles conseguir tocar o seu coração” (BORGES, [1922] 2008a, p. 247). Como quem não se importa, Borges se encaminha para um diálogo com outras posições sem necessariamente preferir a própria opinião. Ora, como já falei, *Proa* tem uma primeira fase, que é breve.

---

Coincidência ou não, no mesmo ano que a revista encerra essa fase, Borges publica seu *Fervor de Buenos Aires* (1923).

Todavia, antes de prosseguirmos, convém lembrar que ainda nesses anos Borges, além do modernismo e do *sencillismo*, atacou diretamente a Leopoldo Lugones (1874-1938). Lugones era uma espécie de intelectual oficial, participava ativamente do campo político e se opunha à efervescência cultural argentina daqueles anos, principalmente aos vanguardistas que o consideravam representante literário do século XIX. Borges, em 1926, no Prólogo III de *Índice de la Nueva Poesia Americana* declara que: “Lugones é outro forasteiro greicizante, versejador de vagas paisagens feita ao puro arbítrio de rimas e para o qual basta que o ar num verso seja azul para que no subsequente lhe saia um paul na ponta”.

Esse ataque a Lugones ocorre porque, nas temáticas literárias, Borges endossa uma posição nacionalista bem distinta da que Lugones assume, isto é, enquanto este é adjetivado de “forasteiro greicizante”, Borges preocupa-se com a língua local e questões que lhe aproximem de certa ideia de argentinidade. Por conta disso, arrefece o ânimo cosmopolita anteriormente impulsionado pelo espírito vanguardista.

Já no lançamento de *Fervor de Buenos Aires* (1923) encontramos um Borges que se aproxima de suas origens, procurando reencontrar um passado que experimentara até então só pela memória. Ode à cidade, *Fervor* a canta de forma nostálgica. Digamos que se esse livro é uma metáfora da cidade, seus poemas, entretanto, são verdadeiras metonímias. Indo ao encontro dos arrabaldes, e, meio que varrendo a cidade a contrapelo, constrói uma Buenos Aires diacrônica, bem diferente dos modelos sincrônicos que a representavam. Assim, Borges se afasta de certas propostas ultraístas, poetizando-a num tom intimista.

Podemos dizer que, para Borges, Buenos Aires se torna, usando a expressão de Morse (1995), *arena cultural*<sup>19</sup> onde ele batalha pelos significados que ela lhe oferece. Essa cidade, então, se transforma em objeto e em conceito que nutrem sua produção poética. Borges, certo modo, a interpreta em seus ensaios, poesia, artigos de revistas e jornais<sup>20</sup>, flertando Buenos Aires por ângulos peculiares tanto ao discurso ultraísta como ao modelo oficial.

---

19 Essa proposta, aliás, inspirou recentemente um livro em que Gorelik e Peixoto (2016) reúnem artigos de distintos especialistas, alargando a proposta de Morse para as principais cidades latino-americanas entre o final do século XIX e início do XXI.

20 Seus primeiros poemas estão nos livros *Fervor de Buenos Aires* (1923), *Luna de enfrente* (1925) e *Cuadernos San Martín* (1929). Já os ensaios desses anos, *Inquisiciones* (1925), *El tamaño de mi esperanza* e *El idioma de los argentinos* (1928), ele excluiria, anos mais tarde, de suas obras completas, não permitindo que fossem reeditados enquanto estava vivo.

---

Até aqui a discussão, além de analisar o percurso do ultraísmo em Borges, procurou introduzir a questão do vínculo entre Borges e Buenos Aires. Assim, acredito que para seguir adiante seja interessante encontrar um caminho que permita se concentrar nesse itinerário borgiano da cidade.

### **Fervor de Buenos Aires ou das Metonímias do Tempo**

A busca desse itinerário logo aparece no prólogo escrito em 1923, prólogo esse emblemático, pois, além de ser posteriormente suprimido por Borges nas sucessivas reedições de *Fervor*, condensa toda uma relação entre ele e a cidade:

Minha pátria – Buenos Aires – não é o dilatado mito geográfico que estas duas palavras assinalam; é minha casa, os bairros amigáveis, e juntamente com essas ruas e retiros, que são querida devoção de meu tempo, o que em elas sabia de amor, de pena e de dúvidas (BORGES, [1923] 2007, p. 197).

Esse trecho transmite a sensação que atravessa todo o livro, afinal, *Fervor* foi escrito para exaltar essa cidade que é acima de tudo pessoal. De fato, ele permite que Borges introduza uma cidade particular porque a expõe como algo pessoal, vinculada a um passado que parece não mais existir. Opõe-se desse modo àquela cidade monumental que, exaltada por suas imagens e símbolos, desperta sentimentos de grandeza. “A quem ler” Borges avisa que toma distância da:

[...] vociferante energia de algumas ruas centrais e [d]a universal chusma dolorosa que há nos portos, acontecimentos ambos que rubricam com inquietude inusitada o desinteresse de uma população *criolla*. Sem aspiração pelo vindouro nem nostalgia do que foi, meus versos querem exaltar a atual visão portenha, a surpresa e a maravilha dos lugares que assumem minhas caminhadas (BORGES, [1923] 2007, p. 197-198).

Em tom de confissão, Borges diz ao leitor por quais lugares da cidade caminha. Circunscrevendo-a, ele fala de suas sensações e demarca um espaço e um tempo. Esses elementos são mais que suficientes para entrever a distância que Borges toma das propostas ultraístas. Ao expressar sua vontade de exaltar a *sua* atual visão portenha, sem aspiração nem nostalgia, Borges espacializa o tempo e temporaliza o espaço de Buenos Aires, fazendo algo próximo daquela já citada ideia de história ágil.

Ademais, isso coloca a ideia de uma verdadeira redescoberta, isto é, como Borges ao caminhar pela Buenos Aires de 1920 a redescobre tanto por sua memória como pela materialidade que a evoca.

Não à toa, escreve justamente para chamar a atenção de uma população *criolla*. Para Borges, talvez, esse “inusitado” desinteresse seja o real motivo pelo qual exalte a cidade em seus versos. São os desgastes provocados, tanto pela “vociferante energia” das ruas centras

como pela “chusma dolorosa”, que lhe levam a buscar no presente um sentido de permanência. O dilatado mito geográfico que Buenos Aires assinala, apenas encobre as casas, os subúrbios e ruas que Borges poetiza. E, embora diga que não tenha aspiração nem nostalgia, essa paisagem lhe oferece o necessário para construir sua poética. Aliás, a invisibilidade e a cegueira dessa paisagem, ofuscada pela grande cidade, nega o presente e é consumida pelo passado e pelo futuro.

O subúrbio borgiano parece ter algo de permanente, é uma paisagem onde algo se apreende: perto da natureza (o pampa), sem que seja por ela consumida, e próxima da cultura (a pátria), próxima o suficiente para consumir. Assim, nesses retiros Borges se aproxima da infância, do espaço idealizado, mas, enquanto caminha por Buenos Aires experimenta a disjunção entre passado e presente. Consequentemente, a narrativa/percurso de suas caminhadas vem acompanhadas de uma espécie de simultaneidade que ele conhece, mas ainda não pode experimentar.

Incapaz de se expressar em todas as línguas da cidade, incapaz de falar todas de uma vez, Borges destoa da urbe monumental, essa que vigora a paisagem, e assim através de um chamado aos *criollos* procura reingressar na *polis* que perdeu. Borges então, segundo Piglia (1979), constrói um mito pessoal invés de geográfico, declarando que:

As ruas de Buenos Aires  
já são minhas entranhas.  
Não as ávidas ruas,  
incômodas de turba e agitação,  
mas as ruas do bairro,  
quase invisíveis de tão habituais,  
enternecidas de penumbra e ocaso  
e aquelas mais longínquas  
privadas de árvores piedosas  
onde austeras casinhas se aventuram,  
abrumadas por imortais distâncias,  
a perder-se na profunda visão  
de céu e planura (BORGES, [1923] 2000, p. 15).

Se Borges não ingressa na *polis*, a transforma em suas próprias entranhas. Assim, vai buscando não as ruas agitadas, mas as do bairro, aquelas ruas sentimentalizadas pela penumbra e pelo ocaso, afastadas do centro e do porto. Chegam, aliás, a se fundir pois nesse horizonte borgiano o céu é tangenciado pela planura do pampa, esse espaço que por gerações instigou o imaginário portenho com as mais distintas antinomias, tais como barbárie X civilização, campo X cidade, *gaucho/criollo* X imigrantes. Sem necessariamente negar as

---

mudanças, essa cidade ainda conserva traços importantes do passado que começam a desaparecer. Borges, num só movimento, funda e constrói a própria cidade. Isso demonstra um Borges que, além de caminhar pelas ruas dos bairros, participa do “intenso debate sobre o subúrbio” daqueles anos (GORELIK, 1999). Borges poetiza o bairro e a si, fundando sua pátria:

Para Oeste, o Norte e o Sul  
se desfraldam – e são também pátria – as ruas;  
oxalá nos versos que traço  
estejam essas bandeiras (BORGES, [1923] 2000, p. 15).

Nessas ruas, Olmos (2008) vê um sujeito poético que se configura na busca desses arrabaldes e dos entardeceres silenciosos, alguém que celebra nostalgicamente a pátria para se afastar do centro. Buenos Aires, segundo Pinto (1998, p. 128-129) se torna produto da memória desse sujeito poético, que junto dos arrabaldes e das tardes, busca fragmentos dessa paisagem transitória para inseri-los em sua obra. Enquanto a multidão e as transformações arquitetônicas modificam a cidade, alineando esse sujeito de seu suposto lugar de origem, segundo Molloy (1999, p. 198-203) Borges cuidadosamente escolhe os lugares e a hora de sua Buenos Aires. Uma vez despovoada e descentralizada, essa cidade se transforma em sua pátria.

Pedra-angular na obra de Borges, Buenos Aires permitia-lhe projetar caminhos entre passado, presente e futuro. Infinita ao olhar, a cidade borgiana permanece à mediada que sua obra lembra alguns dos elementos esquecidos nas mudanças do espaço. Essa escrita recria uma história voltada para o limiar onde elementos singelos adquirem importância. Mesclando origem familiar e memória individual com imagens coletivas, Borges conta a história de Buenos Aires como poesia.

Essa cidade é referência para vermos o que permanece e o que passa despercebido. Nesse espaço de constantes mudanças, Borges transitou pelo tempo para encontrar o material de sua ficção. Por isso ele escolheu os bairros, porque ali encontrou especificidades da sociedade e cultura portenhas que lhe permitiam varrer a história a contrapelo.

Construindo narrativas que conectavam os habitantes de Buenos Aires com seu passado, Borges montava itinerários urbanos que não eram encontrados nos mapas. Ele transformava as margens de sua cidade no próprio centro, procurando por aquilo que a tornava única.

Afirmando que Buenos Aires era sua pátria, Borges entrevia-a pelo limiar. Privilegiava as casinhas e as ruas habituais porque lhe permitiam escapar de um ambiente massificado e supostamente sem história. Captando aquilo que era omitido, Borges evidenciava o que perdia força. Ele confirmava a sensação de que o esquecido deveria ser lembrado. A cidade borgiana foi erguida entre esquecimento e lembrança. Ao escrevê-la, Borges adéqua ao presente o que estava se perdendo. Entender isso é perceber que a Buenos Aires de Borges não é feita somente de ruas, prédios e praças. São inúmeras camadas, que extrapolam o espaço e a história. Ou melhor, camadas que carregam inúmeros espaços e histórias.

### **Coda: História na e da Fundação Mítica de Buenos Aires**

Recapitulando a seção anterior, podemos dizer que Borges funda uma Buenos Aires. Dessa vez, uma fundação mítica mesclada de memória e trajetória individuais e elementos da cultura coletiva da cidade. Assim, seguindo com a análise, proponho uma leitura do poema “Fundação mítica de Buenos Aires” de Borges, que abre o livro *Cuaderno San Martín*, publicado pela primeira vez em 1929. Leiamos:

E foi por este rio de modorra e barro  
que as proas vieram fundar minha pátria?  
Deviam ir aos trancos os barquinhos pintados  
por entre os aguapés de sua corrente zaina (BORGES, [1929] 2000, p. 81).

Em sua história, Buenos Aires teve duas fundações. Na primeira, no ano de 1536, foi fundada como povoado, porém, pelas dificuldades e falta de estrutura, em 1541 foi decretado o despovoamento. Já na segunda, de 1583, a Juan de Garay (1528-1583), se definem duas das principais características da cidade: o quarteirão (*manzana*) que, no conjunto, forma o tabuleiro (*damero*).

Num tom nostálgico, Borges apresenta elementos que levam ao passado imemorial da cidade. Buenos Aires assim é remodelada, porque, exaltando um passado perdido, ele refaz o itinerário de sua fundação. Cria, certo modo, histórias paralelas numa articulação entre passado e presente que dá a Buenos Aires um sentido quase a-histórico, pois parece não estar no tempo. Continuando, escreve:

Pensando bem na coisa, vamos supor que o rio  
fosse então azulado, como oriundo do céu  
com sua estrelinha rubra para marcar o sítio  
em que Juan Díaz jejuou e os índios comeram.  
O certo é que mil homens e outros mil chegaram

---

por um mar com a largura de cinco luas  
e ainda povoado de sereias e endríagos  
e dessas pedras-ímãs que enlouquecem a bússola (BORGES, [1929] 2000, p. 81).

A figura do rio (da Prata), elemento importante para a cidade, faz o tempo se misturar, nos versos acima, com inúmeras camadas de temporalidade que completam o sentido da fundação de Buenos Aires. Borges, então, cria presenças do passado portenho de modo que origem e história se vinculam para devolver uma direção ao que se perde no presente. Borges procura recuperar uma cidade perdida, oscilando entre adotar uma identidade portenha do presente e o seu, já citado, passado familiar.

A fundação que Borges faz de Buenos Aires insere o passado no presente. Assim, por exemplo, no rio onde fundam a cidade há tanto de figuras do passado colonial (índios e Juan Díaz de Solís) como de seres míticos considerados reais (sereias e endríagos) pelos europeus, na época do Descobrimento. Borges, de tal modo, inicia esse tempo rememorando o deslumbramento e a confusão que o Novo Mundo causou na cultura da Europa<sup>21</sup>, quando inicia-se uma das fases da modernidade.

Parece que essa Buenos Aires, assim como no texto bíblico de Gênesis, antes de ser criada, por Borges, era um mundo de caos e trevas, sem tempo nem espaço. Borges dá a ela forma e alma, isto é, uma origem que, embora não seja precisa, permite contar a história da cidade. E, como pedras-ímã que enlouquecem a bússola, esses versos de Borges transitam do passado para o presente e vice-versa. Essa epopeia portenha, que preserva imagens apagadas, também dá ela voz e lugar na história. A poesia, nessa ocasião, tem dupla temporalidade: mítica e real ao mesmo tempo. Borges reconstrói Buenos Aires e seu espaço costurando mito e realidade num mesmo texto. Para poesia, aliás, isso é tão possível quanto uma pátria fundada por proas ou o mar ter a largura de cinco luas.

Entendendo que Borges funda a cidade com elementos excluídos da sua história, poderíamos perguntar se no poema a lenda e a história estão juntas. Afinal, na “Fundação mítica de Buenos Aires”, duas temporalidades coexistem vertical e horizontalmente, pois, Borges valoriza os elementos marginais justamente para dar grandeza a cidade. Assim, no poema:

Ficaram alguns ranchos trêmulos pela costa,  
dormiram assombrados. Isso – dizem – foi no Riachuelo,  
mas são desses embustes que se forjam na Boca.  
Foi numa quadra inteira e em meu bairro: Palermo (BORGES, [1929] 2000, p. 81).

---

21 Sobre esse assunto conferir Greenblatt (1996).

---

Ranchos trêmulos, o (rio) Riachuelo como embuste forjado na Boca e algo que aconteceu numa quadra inteira e em Palermo: elementos que aparecem para disputar o lugar de origem na cidade do presente e assim complementar o passado mítico. Contudo, essa origem de Buenos Aires ganhará existência na infância do escritor, infância essa que é anterior à viagem de Borges e sua família para a Europa quando ainda habitavam o bairro de Palermo. Isso complementa o sentido daquele movimento anteriormente dito, quando Borges dá forma e alma para a cidade desordenada.

A fundação ocorre na infância de Borges, e ainda que outros locais disputem a origem da cidade, parecem oferecer apenas resquícios assombrados e embustes – os ranchos que sombram e as estórias contadas no Boca, bairro de imigrantes. O centro de Buenos Aires se desloca para as memórias de Borges. Assim, o poeta constrói a singularidade do lugar e de seus habitantes. E, por isso, Borges aproxima história coletiva da experiência pessoal, dando ao passado um sentido mais amplo e aberto do que aquele supostamente encerrado, quando a Argentina começava a despontar no cenário mundial. É o valor que Borges dá às figuras e aos lugares de Buenos Aires que, certo modo, fundam a história da cidade como uma poesia, isto é, o mito que explica a origem.

Quando Sarlo (2007, p. 25) afirma que Buenos Aires é uma cidade moderna, pois, devido à aceleração do tempo ainda condensa elementos materiais do passado, nos diz também que conceitos como modernidade, modernização e cidade carregam valores e processos que convertem Buenos Aires numa espécie de condensação simbólica e material com mudanças que geram tanto entusiasmo como desconfiança, oscilação essa presente na “Fundação mítica de Buenos Aires”. Partindo desse pressuposto, Pinto afirma que, nos estudos históricos, Borges e sua obra têm historicidade própria. Assim, valoriza tanto a discussão teórica como a reflexão sobre a história, os fatos vivenciados por Borges. Por isso, segundo Pinto (1998, p. 133-144) para Borges, Buenos Aires seria a *cidade-origem* de seu projeto literário borgiano, pois ele a utilizou como espaço de criação e fundamento de suas criações ficcionais.

Quando Borges escreve “Fundação mítica de Buenos Aires”, a cidade era lugar fundamental dos movimentos artísticos, políticos e sociais. Seu crescimento acompanha uma série de transformações que impactam o desenvolvimento e a proliferação desses grupos. Bondes, metrô, a expansão da rede elétrica, a imigração, tudo isso que movimenta a cidade também movimenta a escrita de Borges. Assim, ele realoca para aquela quadra de sua infância o campo e as ruas e, em seguida, passa aos elementos populares da cidade:

---

Uma quadra inteira, mas do lado do campo  
exposto às madrugadas e chuvas e suestadas.  
Essa quadra parelha que persiste em meu bairro:  
Guatemala, Serrano, Paraguay, Gurruchaga.

Um armazém rosado como o verso de um naipe,  
brilhou e em seus fundos conversaram um truco;  
o armazém rosado floresceu num compadre,  
do da esquina agora, já ressentido e duro (BORGES, [1929] 2000, p. 81).

A poesia de Borges reorganiza o presente. Assim, ela se destaca do traçado que organiza a cidade como uma enorme e monótona grade (GORELIK, 2010). Por isso uma quadra do lado do campo, formada pelas ruas Guatemala, Serrano, Paraguay e Gurruchaga, mas, que se forma por escrita e memória.

De tal modo, os elementos de uma cultura popular portenha (o armazém, o truco, o compadre) aparecem para fundamentar a imagem da cidade que, outra vez, vai sendo fundada. Como por exemplo uma opção que Borges faz em relação às escolhas feitas pela Intendência Municipal que, ao representar a cidade, em 1925, lança o *Proyecto orgánico para urbanización del municipio* (de Buenos Aires). Monumental, a cidade do *Proyecto orgánico* era racional e eficiente. De tal modo, a ideia de beleza urbana apagava o que escapasse ao fundamento do projeto. Uma cidade assim desconsiderava tanto parte de seu passado como elementos do presente.

É assim que Borges e sua poesia tergiversam com a monumentalidade de Buenos Aires. Dando sentido ao passado, resgata-se elementos da cidade que ficavam esvaziados de significado porque eram substituídos por imagens desvinculadas da história da cidade. Borges, então, aproxima-se da história singularizando elementos que vão se perdendo à medida que um futuro vazio se instaura como sinônimo de progresso. Vazio, pois, não respeita nem abre espaço para conformar esse passado evocado na “Fundação mítica de Buenos Aires”.

No poema então se revela não o futuro, mas um passado que diz algo sobre o presente. Ora, como um *bricoleur*, Borges junta pedaços da cidade que conformam sua fundação mítica. Usando o que estava à mão, e ao olhar, o poeta constrói uma mitologia urbana, uma opção ao discurso que, através do planejamento, transforma a cidade em técnica. Assim:

O primeiro realejo surgia no horizonte  
com seu porte queixoso, a habanera e o gringo.  
Na certa o barracão já falava em YRIGOYEN,  
um piano mandava tangos de Saborido.

Uma tabacaria incensou como uma rosa

---

o deserto. A tarde mergulhara em ontens,  
os homens partilharam um passado ilusório.  
Só faltou uma coisa: a calçada defronte (BORGES, [1929] 2000, p. 81-82).

Não à toa, o nome de Yrigoyen, presidente da Argentina, aparece em destaque no poema. Borges o via como líder capaz de guiar a cidade e o país, fazendo-os renascer através de elementos passados. Assim, o poema parecia entrever um tempo onde a cidade poderia novamente brilhar através de seu passado.

Quando eleito democraticamente, para seu primeiro mandato (1916-1922), a figura de Yrigoyen carregava um misto de esperança e terror, pois, sua ascensão política significava que certos grupos, até então marginalizados da participação política, dividiriam o poder com as oligarquias que, na época de unificação nacional, tinham um monopólio do poder. Para eles, essa vitória significava que um passado glorioso, o da conquista do “deserto”, por exemplo, poderia esvanecer.

De tal modo, quando Borges escreve a “Fundação mítica”, a segunda vitória de Yrigoyen, em 1928, significava uma restauração de um equilíbrio que, ao longo dos anos vinte, era cada vez mais precário. A simpatia de Borges por Yrigoyen, segundo Franco (2009, p. 61-63), decorria de uma possibilidade de restauração vinculada a sua figura. Ou seja, no poema os elementos do presente são costurados ao passado para deslocar um sentido ilusório e assim abrir um horizonte.

Contudo, o horizonte não se abre e o equilíbrio não é restaurado. O tempo é, nesse sentido, rompido porque, em 1930, um golpe de Estado derruba Yrigoyen e leva ao poder o general José Félix Uriburu ao poder, reconduzindo novamente uma oligarquia que acreditava poder restaurar seu passado glorioso. De tal modo, se inaugura uma atmosfera de ilusão e desesperança, a chamada “década infame” da Argentina. Porém, nesse ínterim, a cidade ainda despertava em Borges um sentido de ordem e abertura de horizontes, pois, escrevia na estrofe final que:

Parece-me história o começo de Buenos Aires:  
julgo-a tão eterna como a água e o ar (BORGES, [1929] 2000, p. 82).

Maleável e etérea, quase metafísica, Buenos Aires tem começo mitológico, e por isso superior ao curso da história ordinária da Argentina. Misturando diferentes tempos (passado e presente) com espaços reais e imaginários, Borges produz uma história imagética que retrata através de interstícios tanto sua origem pessoal como a de sua cidade. Ou, mais precisamente,

---

Buenos Aires é o local onde Borges reencena o passado para então introduzir diferentes temporalidades.

### Referências

BARILI, Amelia. El primer Borges. In: *Jorge Luis Borges y Afonso Reys: la cuestión de la identidad del escritor latinoamericano*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1999, p. 37-73.

BORGES, Jorge Luis (et al). Mural *Prisma* nº1. In: SCHWARTZ, Jorge (org.). *Vanguardas latino-americanas: polémicas, manifestos e textos críticos*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008b.

BORGES, Jorge Luis (et al). Mural *Prisma* nº2. In: SCHWARTZ, Jorge (org.). *Vanguardas latino-americanas: polémicas, manifestos e textos críticos*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2008.

BORGES, Jorge Luis. “A quien leyre” (1923). *Textos recobrados (1919-1929)*. Buenos Aires: Emecé, 2007.

BORGES, Jorge Luis. Anatomia do meu Ultra (1921). In: SCHWARTZ, Jorge (org.). *Vanguardas latino-americanas: polémicas, manifestos e textos críticos*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

BORGES, Jorge Luis. Ao oportuno leitor – *Proa* (1922). In: SCHWARTZ, Jorge (org.). *Vanguardas latino-americanas: polémicas, manifestos e textos críticos*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

BORGES, Jorge Luis. *Autobiografía (1899-1970)*. Buenos Aires: El Ateneo, 1999.

BORGES, Jorge Luis. *Obras completas: Cuadernos San Martín*. São Paulo: Globo, 2000.

BORGES, Jorge Luis. *Obras completas: Fervor de Buenos Aires*. São Paulo: Globo, 2000.

BORGES, Jorge Luis. Prólogo III (1926). In: SCHWARTZ, Jorge (Org.). *Vanguardas latino-americanas: polémicas, manifestos e textos críticos*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2008.

BORGES, Jorge Luis. Ultraísmo (1921). In: SCHWARTZ, Jorge (Org.). *Vanguardas latino-americanas: polémicas, manifestos e textos críticos*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2008a.

BORGES, Luis Borges. A quien leyre (1923). In: *Textos recobrados (1919-1929)*. Buenos Aires: Emecé, 2007.

FRANCO, Gustavo Naves, “*As formas da infâmia: política e estética em Jorge Luis Borges*”, Tese de doutorado, PUC-Rio, 2009.

GORELIK, Adrián. “El color del barrio: mitología barrial y conflicto cultural en la Buenos Aires de los años veinte”, *Variaciones Borges*, 8 (1999).  
<http://www.borges.pitt.edu/sites/default/files/0805.pdf> [acessado em 27 de julho, 2016].

GORELIK, Adrián. *La grilla y el parque: espacio público y cultura urbana en Buenos Aires (1887-1936)*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2010.

- 
- GORELİK, Adrián e Peixoto, Fernanda Arêas (comp.). *Cidades sudamericanas como arenas culturales*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2016.
- GREENBLATT, Stephen. *Possessões maravilhosas: o deslumbramento do novo mundo*. São Paulo: Edusp, 1996.
- MICELI, Sergio. Jorge Luis Borges – história social de um escritor nato. In: *Vanguardas em retrocesso*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012, p. 44-85.
- MICELI, Sergio. “O nacionalismo cultural do jovem Borges (2007)”. In: *Vanguardas em retrocesso*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012, p. 86-105.
- MOLLOY, Sylvia. *Las letras de Borges y otros ensayos*. Buenos Aires: Beatriz Viterbo, 1999.
- MORSE, Richard M., “As cidades ‘periféricas’ como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina”, *Estudos históricos*, 8, 16, 1995, p. 205-225.
- OLEA FRANCO, Rafael. *El otro Borges. El primer Borges*. México, D.F.: Colegio de México: Buenos Aires: FCE, 1993.
- OLMOS, Ana Cecilia. *Porque ler Borges*. São Paulo: Globo, 2008.
- PIGLIA, Ricardo. Ideologia y ficción en Borges, *Punto de vista*, Buenos Aires, ano 2, no. 5, 1979, p. 3-6.
- PINTO, Júlio Pimentel. *Uma memória do mundo: ficção, memória e história em Jorge Luis Borges*. São Paulo: 1998.
- PINTO, Júlio Pimentel. “Borges, no periodismo das vanguardas”. In: *A leitura e seus lugares* São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- SARLO, Beatriz. *Borges, un escritor en las orillas*. 2. ed. Buenos Aires: Seix Barral, 2007.
- SCHWARTZ, Jorge. “As linguagens imaginárias”. In: *Vanguardas latino-americanas: polémicas, manifestos e textos críticos*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- SOUZA, Eneida Maria de. *O século de Borges*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

## Escavar o Chão da História: Lucas Alexandre Boiteux, o IHGSC e a Pequena Pátria Catarinense

Janice Gonçalves<sup>22</sup>

**Resumo:** O artigo parte de duas noções empregadas pelo historiador Lucas Alexandre Boiteux – a saber, a noção de “escavação” e a de “pequena pátria” – para abordar seu papel na construção de uma narrativa histórica acerca de Santa Catarina, no contexto do período republicano e em íntima relação com a trajetória do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC). Destaca-se a indissociabilidade dessa narrativa com a expressão e a afirmação de um afeto cívico-patriótico por aquele estado do sul do Brasil, bem como uma marcante preocupação com a condição e o destino dos repositórios que continham as fontes consideradas primordiais para essa tarefa: os arquivos governamentais.

---

<sup>22</sup> Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: janice.gnclvs@gmail.com.

---

**Palavras-Chave:** Lucas Alexandre Boiteux. IHGSC. Historiografia.

## **To Dig the Ground of the History: Lucas Alexandre Boiteux, the Ihgsc and the Catarinian Little Phomelan**

**Abstract:** This article deals with two notions – the notion of “digging” and the notion of “little homeland” – that were employed by the historian Lucas Alexandre Boiteux. The intention is to approach his role on the construction of a historical narrative about Santa Catarina’s State (Brazil), in the republican context, and in connection with the activities of the Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC). That narrative cannot be separated of an expression and affirmation of a civic and patriotic affection by Santa Catarina (one of the States of Brazilian Republic, located in the South of the country). Also, that narrative includes a deep concern about the conditions and the future of government archives, that contained essential documents for the task of to write History.

**Keywords:** Lucas Alexandre Boiteux. IHGSC. Historiography.

### **Introdução**

Há um pequeno texto de Walter Benjamin, inserido entre suas muitas “imagens do pensamento” (*Denkbilder*), que estabelece relação entre o ato de escavar e o acesso ao passado<sup>23</sup>. Intitulado “Escavando e recordando”, o texto, restrito a um parágrafo, trata mais propriamente do passado pessoal, figurado de forma significativa em “imagens que, desprendidas de todas as conexões mais primitivas, ficam como preciosidades nos sóbrios aposentos de nosso entendimento tardio, igual a torsos na galeria do colecionador.” A memória, neste texto, é considerada “o meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades estão soterradas”; para Benjamin, “quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava” (BENJAMIN, 1987, p. 239).

Nesse escavar, não só o encontrado é importante: também o processo de escavação e todas as camadas perpassadas pela ação. Não só o achado, mas o lugar onde foi encontrado, seu contexto: “se ilude, privando-se do melhor, quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho” (BENJAMIN, 1987, p. 239). O paralelo com o trabalho do arqueólogo é evidente. E como todo lugar, para ser alcançado, exige a passagem por outros, que com ele estabelecem diferentes relações de

---

<sup>23</sup> Os textos que compõem as “Imagens do pensamento” foram escritos entre 1925 e 1934 e publicados apenas postumamente (ARAÚJO, 2014, p. 247).

---

distância e correlações de sentido, é certo que “um bom relatório arqueológico deve não apenas indicar as camadas das quais se originam seus achados, mas também, antes de tudo, aquelas outras que foram atravessadas anteriormente” (BENJAMIN, 1987, p. 240)<sup>24</sup>.

Significativo, portanto, não é apenas o achado (ou o reencontrado); importa ainda considerar como, quando, onde e porque se deu; significativas são as interações entre o passado lembrado e o presente em que se lembra. Poderia ser o trabalho do historiador percebido como um trabalho de escavação?

Reinhart Koselleck utilizou a metáfora dos “estratos do tempo”, inspirada nas camadas geológicas e na história da Terra; com isso intencionou superar a representação do tempo quer como linha quer como círculo, uma e outra apresentando insuficiências. Ao propor tratar o tempo como uma composição de estratos, o historiador alemão buscou uma alternativa para pensar mais adequadamente o jogo de permanências e rupturas, repetições e singularidades, tradições e inovações que atravessa os processos históricos, em parte visibilizados nos “vestígios da experiência” (KOSELLECK, 2014, p. 20). Caberia aos historiadores examinar essas diversas camadas, os diversos estratos temporais, para perceber a densidade, a inter-relação e o nível de extravasamento de eventos e estruturas. Conforme Koselleck (2014, p. 44-45):

A multiplicidade de estratos temporais – o fato de que as experiências são únicas, mas, mesmo assim, se acumulam – sempre se traduz nos métodos que reconstróem os fatos e indagam como eles se tornaram possíveis. [...] Malgrado o fato de as justificativas últimas terem sofrido transformações fundamentais, seja pelos helenos, romanos, cristãos ou, na modernidade, por pesquisadores que se veem como cientistas, a estrutura formal do processamento metodológico das experiências permanece a mesma. Ela se baseia na refração temporal de toda experiência primária, que – de forma mais ou menos consciente – é analisada para comparar o que é singular e o que é duradouro. Nisso residem os traços comuns mínimos de toda pesquisa histórica [...]<sup>25</sup>.

No texto de Benjamin, a memória é o meio onde estão “soterrados” os vestígios das vivências passadas, sendo de interesse compreender o quão profundamente estão alojados esses vestígios, e próximos ou distantes de quê. Já para Koselleck é o tempo histórico que se encontra em camadas e, se a operação historiográfica pode ser assimilada a uma investigação

---

<sup>24</sup> Ressalto que são possíveis aproximações entre a perspectiva de Benjamin e a de Freud, que não somente na tarefa de interpretação dos sonhos como, de forma geral, na proposição dos procedimentos fundamentais da psicanálise, estabeleceu comparações com a escavação arqueológica. A esse respeito, ver Bevidas (2004) e Ferreira (2010).

<sup>25</sup> Na edição brasileira do livro *Estratos do tempo*, o prefácio de Koselleck, datado de janeiro de 2000, indica terem sido os textos ali reunidos “elaborados ao longo das três últimas décadas”. Os capítulos aos quais me referi mais diretamente intitulam-se “Estratos do tempo” e “Mudança de experiência e mudança de método: um esboço histórico-antropológico”. Conforme a edição espanhola do mesmo livro, tais textos foram originalmente publicados, respectivamente, em 1995 e 1988 (KOSELLECK, 2001, p. 155).

---

sobre níveis estratigráficos e suas interações, a ela caberia encontrar, sobretudo, os vestígios de experiências históricas breves ou duradouras, singulares ou plurais, únicas ou recorrentes. É interessante notar que a associação entre investigação histórica e escavação está também presente nos escritos de um historiador especialmente dedicado à história de Santa Catarina, Lucas Alexandre Boiteux (1880-1966). Em seus trabalhos, porém, a metáfora não foi potencializada para uma reflexão teórica de fôlego, o que é compreensível, se considerado o seu perfil. No presente artigo, parto dessa peculiaridade – a imagem da investigação histórica como escavação –, para focar a construção de uma determinada narrativa histórica sobre Santa Catarina, nas primeiras décadas do período republicano, bem como suas conexões com um *locus* tornado privilegiado para a atividade historiadora: o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC).

### **Lucas Alexandre Boiteux: O Historiador como Escavador**

Na família Boiteux, três irmãos – Henrique Adolfo, José Artur e Lucas Alexandre – dedicaram-se, cada qual à sua maneira, ao estudo e à escrita da história de Santa Catarina<sup>26</sup>. José Artur, mais voltado para o mundo da política – o que lhe garantiu a ocupação de vários cargos no governo estadual, desde o início da República –, foi um dos principais responsáveis pela criação do IHGSC, ocupando mais de uma vez as funções de presidente ou de 1º. secretário, entre os anos de 1896 e 1930 (GONÇALVES, 2006, p. 362). As pesquisas de Henrique estiveram mais relacionadas à história militar. Dos três, foi Lucas quem, não obstante suas produções relativas à história da Marinha – à qual esteve ligado desde a juventude, tendo chegado a almirante –, teve interesse em construir uma narrativa abrangente sobre Santa Catarina, em especial por meio de publicações como as *Notas para a história catarinense*, de 1912, ou a *Pequena história catarinense*, de 1920 (BOITEUX, 1998, p. 79-81).

Nas *Notas...*, aliás, pode ser encontrada uma das passagens em que Lucas Boiteux mobilizou a imagem da investigação histórica como escavação. Segundo ele, aquele livro era:

[...] resultado de alguns anos de trabalho na reunião de documentos e notícias acerca da história de nosso estremecido torrão natal. Fui vagarosamente compilando os *apontamentos encontrados em escavações*

---

<sup>26</sup> Eram três dos nove filhos do casal Henrique Carlos Boiteux (de ascendência suíça e francesa) e Maria Carolina Jacques, ambos, por sua vez, de famílias de comerciantes. Filho mais novo, Lucas realizou seus estudos iniciais em Nova Trento, cidade catarinense onde nasceu, prosseguindo-os no Colégio São Luís Gonzaga, em Itu, estado de São Paulo, posteriormente concluindo-os no Ginásio Catarinense, na capital de Santa Catarina. Ingressou, em 1897, na Escola Naval, no Rio de Janeiro, desde então abraçando a carreira militar na Marinha (BOITEUX, 1998, p. 95; PIAZZA, 1985, p. 79).

---

*procedidas em várias épocas*, e, hoje, apresento-os enfeixados em volume, julgando assim facilitar aos estudiosos o conhecimento da evolução histórica da terra catarinense nos seus quatro séculos de existência (BOITEUX, 1912, p. V, grifos meus)<sup>27</sup>.

Escavar, portanto, era equivalente à ação de pesquisar. Foi com esse sentido que, na mesma década de 1910, a imagem do historiador-escavador apareceu de forma recorrente em textos de Lucas Boiteux publicados na *Revista Trimensal do IHGSC*, entidade à qual era associado (foi, inclusive, seu presidente, entre 1914 e 1920). Em texto publicado em 1915, sobre João Dias de Solís, referiu-se às “inúmeras escavações procedidas por dedicados e incansáveis historiadores e cronistas” a respeito do tema que abordava (BOITEUX, 1915, p. 51). Nas edições da mesma revista relativas ao ano de 1918, a imagem se repetiu, em especial quando fez referências a Jacinto de Matos, pesquisador da história catarinense que lançara, havia pouco tempo, o livro *Colonização do Estado de Santa Catarina - dados históricos e estatísticos (1640-1916)*. A esse respeito, duas menções aparecem na edição do terceiro trimestre de 1918, em artigo intitulado “Comentários à História Catarineta”:

O ilustrado Dr. Jacinto de Mattos, aproveitando seus parcos lazeres, vem, com rara operosidade, projetando luz sobre vários pontos obscuros e duvidosos da nossa história regional, *como resultado de meticulosas escavações procedidas em os nossos, infelizmente, já desfalcados arquivos estadual, municipal e eclesiástico* (BOITEUX, 1918a, p. 327, grifos meus).

No mesmo artigo, Jacinto de Matos e Henrique Fontes eram identificados pelo autor como “ilustrados escavadores da nossa história”<sup>28</sup>. Na continuação do texto “Comentários à História Catarineta”, publicada no quarto trimestre de 1918, ainda uma vez as pesquisas de Jacinto de Matos foram referidas por Lucas Boiteux, mas a imagem antes utilizada sofreu uma modulação: das escavações, passou-se a “preciosas exumações históricas” (BOITEUX, 1918b, p. 431)<sup>29</sup>. Finalmente, em texto publicado em edição da revista de 1919, sobre a Ponte do Vinagre, Boiteux alude às “várias escavações” que realizava “a respeito das coisas antigas da nossa Florianópolis” (BOITEUX, 1919, p. 76)<sup>30</sup>.

A sinonímia entre investigação e escavação não era, naquele momento, propriamente uma novidade, mas tinha dicionarização relativamente recente, como indica a consulta a alguns

---

<sup>27</sup> Nas citações das fontes, a ortografia foi modernizada. Para o melhor entendimento da discussão que se segue, cabe informar que, na publicação original, a palavra “escavações” foi grafada com x (excavações).

<sup>28</sup> Também pode ser citado texto publicado anteriormente, na mesma revista, que, embora não seja assinado, foi muito provavelmente escrito por Lucas Boiteux: trata-se de nota bibliográfica sobre o já referido livro de Jacinto de Matos, autor então apontado como “paciente escavador”, que compulsara “cópia imensa de documentos esquecidos já em nossos confusos arquivos” (BIBLIOGRAFIA, 1918, p. 114).

<sup>29</sup> Na publicação original, a palavra aparece grafada como “exhumações”.

<sup>30</sup> Em todos os textos citados, as palavras escavação e escavador aparecem grafadas com x no lugar do s.

dicionários publicados entre o final do século XVIII e o final do XIX. No dicionário do padre Bluteau revisado por Antônio de Moraes Silva, publicado em 1789, para o verbo “escavar” são arrolados os seguintes significados: “fazer covas ao pé das vinhas, árvores d’espinho etc, para ali se ajuntar água etc.”; “escarnar o dente, apartar a gengiva em redor para o limpar” (SILVA, 1789, p. 556).

O dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto, publicado em 1832, não vai além do que já era registrado no de Moraes Silva: escavar aparece somente como “fazer cova à roda do tronco da árvore etc, para ajuntar água” (PINTO, 1832). Mas o dicionário de Caldas Aulete, de 1881, registra, para o verbo “escavar” – grafado, porém, como “excavar”, tal como o utilizou originalmente Lucas Boiteux –, os sentidos figurados de “investigar, pesquisar”, com desdobramentos para “escavador” (grafado como “excavador”) e, por consequência, contemplando os sentidos de “investigador, pesquisador”<sup>31</sup>. São indícios de que o emprego dessas duas palavras, em alusão à atividade de pesquisa – como o fez Lucas Boiteux, nos anos de 1910 –, havia se disseminado entre as décadas de 1830 e 1880, a ponto de ganhar lugar em dicionário.

Algo semelhante ao que se observa com as palavras “escavação” e “escavador” ocorre com o termo “exumar”. Tanto no dicionário de Bluteau revisado por Antonio de Moraes Silva como no de Silva Pinto, a acepção era restrita ao ato de desenterrar um cadáver<sup>32</sup>. Novamente, em Caldas Aulete (1881) se verifica uma mudança. Convém verificar suas definições para exumação e exumar (conforme o original, “exhumação” e “exumar”):

**Exumação** (e-zu-ma-ssão), *s.f.* ação de exumar, de desenterrar um cadáver.// (Por ext.) Escavação.// (Fig.) Investigação; descoberta (à custa de grandes trabalhos e pesquisas): Os eruditos, escavando no passado e ministrando os materiais das suas doudas *exumações*, tornaram experimental e indutiva a ciência do progresso. (Lat. Coelho) // F. *Exumar* + ão.

**Exumar** (e-zu-már), *v.tr.* desenterrar. // (Fig.) Tirar do esquecimento; descobrir à custa de trabalhos e investigações: Este historiador exumou grande número de documentos preciosos.// F. lat. *Exhumare*.

Os exemplos presentes nos verbetes do dicionário de Caldas Aulete são particularmente instigantes, pois o sentido figurado, relacionado ao trabalho de investigação (e ao ato de “tirar do esquecimento”), ou é remetido aos “eruditos” que investigam o passado ou aos historiadores que pesquisam “documentos preciosos”. Basicamente, o que está em questão são os estudos e pesquisas de caráter histórico.

<sup>31</sup> Nem no dicionário de Moraes Silva nem no de Pinto o termo “escavar” aparece grafado com x.

<sup>32</sup> Assinale-se que, para Silva (1789), a palavra aparece grafada como “exhumanação” e, para Pinto (1832), como “exhumação”.

Cabe aqui um complemento à discussão, proporcionado por texto de Henrique da Silva Fontes, publicado na revista do IHGSC em sua primeira fase (1902-1920)<sup>33</sup>. Na edição de 1920, Fontes, por conta de polêmica em torno da data de criação da paróquia de Desterro, refere-se ao padre Paiva e a José Gonçalves como “dois cabouqueiros de nossa história” (FONTES, 1920, p. 117)<sup>34</sup>. Encontra-se assim outra palavra a associar a atividade de pesquisa à busca de algo que, para ser encontrado, exige grande esforço, pois não está visível em superfície nem é de fácil acesso. Note-se que, no dicionário de Caldas Aulete (1881), “cabouqueiro”, no respectivo verbete, é apenas definido como “o que abre cabouco”; “cavador”; “o que escava as pedreiras para delas tirar pedras”; “o que trabalha em rocha para abrir uma mina ou uma galeria subterrânea”. Porém, no verbete referente a escavador (“excavador”), o mesmo dicionário indica como sinônimo o termo “cabouqueiro”.

As menções ao cabouqueiro, definido ainda como indivíduo que trabalha em minas ou pedreiras, oferecem oportunidade para pensar em outra variante da imagem do escavador: a do garimpeiro. É uma imagem que pode ser encontrada, por exemplo, na publicação póstuma que reuniu textos de Lucas Boiteux relativos à participação catarinense, durante a segunda metade do século XIX, nos conflitos por ele denominados “guerras do Uruguai e do Paraguai”. Com tais escritos, o autor afirmou querer “prestar serviço aos garimpeiros do nosso glorioso passado”, além de “uma simples, mas mui sincera, homenagem àqueles que com os olhos d’alma na ‘Santa terrinha’, selaram com seu generoso e nobre sangue o triunfo do Brasil” (BOITEUX, 1972, p. 21)<sup>35</sup>.

Vale refletir mais um pouco sobre o escavador e suas figuras complementares – o exumador, o cabouqueiro, o garimpeiro. O que estava enterrado sob o solo escavado? E que solo, enfim, era esse?

---

<sup>33</sup> Henrique da Silva Fontes (1885-1966) era então Diretor da Instrução Pública, cargo que ocupou entre 1919 e 1926. Antes disso, foi professor e, em 1918, responsável pelo Serviço de Recenseamento Estadual. Foi ainda Secretário da Viação e Obras Públicas (1926-1929), Juiz e Procurador do Tribunal Eleitoral (1932-1934), Procurador Geral do Estado (1934-1937) e Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado (1937-1946) (JAMUNDÁ, 1970, p. 23-24). No IHGSC, foi o 1º. Vice-Presidente, entre os anos 1914 e 1930, assumindo a presidência da entidade em 1935, a qual deixou apenas ao morrer (GONÇALVES, 2006, p. 362-363).

<sup>34</sup> Quanto aos referidos “cabouqueiros”: o padre Joaquim Gomes d’Oliveira Paiva, ou arcebispo Paiva (1815-1869), foi autor, entre outros trabalhos, de uma *Notícia Geral da Província de Santa Catarina*, editada postumamente (1873); José Gonçalves dos Santos Silva (1824-1871) escreveu *Cartas acerca da Província de Santa Catarina* e deixou inéditos os seus *Subsídios para a História da Província de Santa Catarina* (PIAZZA, 1981, p. 60-63).

<sup>35</sup> O livro teve supervisão editorial de Walter F. Piazza. Lucas Boiteux provavelmente o escreveu no final da década de 1930: a “Simple explicação” do autor (p. 21), texto do qual foi extraída a citação anterior, é datada de 23 de outubro de 1940 e, na primeira parte do livro, pode-se ler o comentário de Lucas Boiteux sobre os “dias que fluem, tão sombrios e ingratos” (p. 23), provável alusão à Segunda Guerra Mundial.

---

Em um plano mais geral, o terreno a ser escavado poderia ser interpretado como o próprio processo histórico que, sob o signo do tempo, soterraria os fatos na sucessão dos anos, das décadas e dos séculos. Mas, nas citações anteriores, é possível perceber, mais pontualmente, a estreita relação entre o solo aberto pela escavação e os arquivos vasculhados pelo historiador, repositórios dos mais antigos documentos referentes à história transcorrida em território catarinense. Para os historiadores que compunham o IHGSC, não só consultar tais documentos, mas igualmente zelar por sua preservação ou, não sendo esta possível, pela preservação das informações contidas na documentação (lançando mão de transcrições ou de edições), eram procedimentos inerentes às atividades dos que se lançavam ao estudo da História. Como afirmou Henrique da Silva Fontes, em 1913, em discurso no qual comentou perdas que já haviam ocorrido nos arquivos de Santa Catarina:

Eis aí uma lição dolorosa que nos deve trazer proveito, incitando-nos a salvar dos arquivos, por meio da impressão, documentos preciosos, já carcomidos pelas traças e quase inutilizados pela umidade, e que, mais dia menos dia, se perderão sem remédio. (FONTES, 1913, p. 117)

Nisso o IHGSC demonstrava sua proximidade em relação a entidades congêneres, a começar da entidade-matriz, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).<sup>36</sup>

Nos inícios republicanos, o zelo pelos arquivos tinha intuito profundamente pragmático, tendo em vista, em Santa Catarina, as tensões geradas por disputas territoriais com os estados vizinhos. Já em 1896, mesmo ano da fundação oficial do IHGSC, seu secretário, José Artur Boiteux, informara, em cartas, sobre uma viagem para Lisboa destinada à missão de levantar documentos relacionados à questão de limites com o Paraná (EXPEDIENTE, 1902, p. 92-94). Na década de 1910, o tema dos limites territoriais de Santa Catarina seria referido reiteradamente na revista da entidade, ressaltando-se que, na garantia da integridade do território catarinense, os documentos de arquivo forneciam o fundamento dos direitos. Lucas Alexandre Boiteux, ao tratar da questão de limites entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, afirmou:

---

<sup>36</sup> Em uma perspectiva de média duração, pode-se compreender que as atitudes em relação aos documentos de arquivo cimentaram a participação direta de membros do IHGSC, na década de 1980, na proposição (com aprovação) de uma legislação estadual voltada para os arquivos públicos de Santa Catarina, bem como a organização de um sistema estadual de arquivos. Saliente-se, nesse caso, o protagonismo de Walter F. Piazza. Nessa legislação e no sistema de arquivos, os conjuntos arquivísticos não foram tratados apenas como repositórios de fontes para a pesquisa histórica, mas como suporte à ação governamental, além de veículos de informações de interesse para os cidadãos e provas de direitos. A esse respeito, ver GONÇALVES (2006, p. 158-161).

---

Por felicidade os nossos arquivos ainda guardam, embora maltratados pelo tempo, os documentos indispensáveis para a prova cabal do nosso direito. Corramos, pois, aos arquivos e, armados dos elementos indispensáveis, façamos face à desmedida pretensão do Estado gaúcho. [...] o nosso direito, escudado em documentos autênticos de mór valia, é histórico, honesto e incontestável (BOITEUX, 1918c, p. 78-79 e 88, grifos meus).

Tratava-se, por consequência, de uma perspectiva na qual a prática historiadora não pressupunha um passado drasticamente isolado do presente ou apenas destinado a fornecer exemplos inspiradores para o momento vivido. Se é certo que o viés da *historia magistra vitae* transparecia em vários dos debates, projetos e produções dos membros do IHGSC –, pois estavam fortemente comprometidos com o ideário republicano e com a educação dos cidadãos, a partir dos bons exemplos oferecidos pela História –, a percepção do valor probatório dos documentos de arquivo era uma faceta importante do engajamento cívico-patriótico dos historiadores do Instituto, que os comprometia na resolução de problemas e na transformação do presente, em prol daquilo que consideravam “interesses catarinenses”<sup>37</sup>.

Eis os nexos fundamentais estabelecidos pelo IHGSC entre a pesquisa histórica e o trabalho com os documentos arquivísticos, entre a percepção do fato preciso e o achado do “documento precioso”. Não por acaso, nos trabalhos de Lucas Boiteux também aparece como um dos duplos do escavador, tal como anteriormente referido, a figura do garimpeiro, esse caçador de pedras e metais raros. Para além dos textos publicados já mencionados, a imagem do pesquisador da História como alguém que garimpa, que explora o terreno em profundidade, que “cata”, ainda pode ser encontrada em seu discurso de posse como acadêmico, ao ingressar em outra entidade de peso no contexto político-cultural catarinense – a Academia Catarinense de Letras, na qual transitavam, aliás, muitos sócios do IHGSC:

[...] cabe ao pequeno grupo de interessados pelo passado catarinense o dever religioso e inadiável de *catar* (seguindo mesmo as pegadas do patrono desta cadeira e seus escassos continuadores), com paciência beneditina, enquanto ainda é tempo, *os parques sobejos dos esfarelados e puídos documentos* até agora extremes de

---

<sup>37</sup> Na Primeira República, sócios do IHGSC – como, além de Lucas Boiteux, José Artur Boiteux e Vieira Rosa – se dedicaram intensamente à defesa do que entendiam como as verdadeiras fronteiras de Santa Catarina, face às contestações dos estados vizinhos. Tais preocupações cívico-patrióticas puderam ser efetivadas em ações governamentais, dada a grande proximidade do Instituto e de seus sócios em relação à máquina estatal, algo que foi igualmente comum às instituições congêneres, a começar do IHGB. Manoel Luiz Salgado Guimarães (2011, p. 74), ao comentar um relatório do ministro do Império Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque, de 1838 (mesmo ano de criação do IHGB), destacou que, naquele documento oficial, apontava-se “como valor da história seu significado pragmático para a vida política do país, o que estava presente tanto na concepção de história do instituto como na de Varnhagen”.

---

interpelações astuciosas e intencionais, *adormecidos nos arquivos públicos e particulares* e, com eles, ir completando reconhecidas falhas e lacunas.” (BOITEUX, s/d, p.10-11, grifos meus)<sup>38</sup>.

O comentário é bastante elucidativo acerca da visão de Lucas Boiteux sobre a construção do conhecimento histórico em relação ao estado de Santa Catarina, naquele momento: a dedicação àquela tarefa como *dever* de consulta aos arquivos (“religioso e inadiável”!); a certeza de ser essa uma *tarefa árdua*, a ser feita com afínco e extrema (“beneditina”) paciência, quanto mais se considerada a rarefação de vestígios substanciais (sendo necessário ir à cata desses “parcos sobejos”) e levado em conta o estado de conservação dos materiais a compulsar (“esfarelados e puídos”), o que tornava *urgente* a realização do trabalho (cumprilo “enquanto ainda é tempo”). Uma tarefa, enfim, *coletiva*, que caberia “ao pequeno grupo de interessados pelo passado catarinense”, de modo a gradativamente completar “reconhecidas falhas e lacunas”.

A posse de Lucas Boiteux na Academia era o reconhecimento dos esforços nesse sentido feitos por ele, até então, por meio de livros como as *Notas para a história catarinense* e a *Pequena história catarinense*, ou dos textos veiculados na revista do IHGSC e em publicações periódicas diversas. Mas, em seus próprios textos, em especial naqueles livros de caráter panorâmico, identificava insuficiências:

Reconheço perfeitamente que o trabalho, que ora apresento, *é fraco e falho em muitos pontos, sofre algo de falta de método e de unidade, lacunas sensíveis* que uma crítica benévola perdoará, sabendo que *esta modesta coletânea de notícias e apontamentos* sobre a fecunda e pródiga terra catarinense representa, sincera e honestamente, o *grande desejo em ser de algum modo útil à terra natal*. (BOITEUX, 1912, p. V-VI, grifos meus).

Para além de um exercício retórico de falsa modéstia, a alusão a falhas e inconsistências talvez deva ser interpretada como uma percepção objetiva da dimensão e dos desafios da tarefa assumida – a escrita da história de Santa Catarina, de maneira a compor um quadro o mais completo possível. Inevitável lembrar, quanto a isso, do combate de Lucien Febvre contra os adeptos do que denominou “história historizante”, sintetizado em resenha que o historiador francês escreveu, em 1947, para livro de Louis Halphen. Um trecho daquela resenha é particularmente pertinente:

Sempre a mesma ideia; *os fatos, pequenos cubos de mosaico*, bem distintos, bem homogêneos, bem polidos. Um tremor de terra deslocou o mosaico; *os cubos afundaram-se no solo; retiremo-los e, principalmente, procuremos não esquecer nenhum*. Devemos recolher todos. Sem escolha [...] *Isso diziam nossos mestres* [...] (FEBVRE, 1992, p. 106, grifos meus).

---

<sup>38</sup> Lucas Boiteux assumiu, na Academia, a cadeira de Manoel Joaquim de Almeida Coelho; conforme informações disponíveis em Corrêa (1996, p. 42), a posse provavelmente ocorreu em 1921.

---

Lucas Boiteux e, *grosso modo*, os demais historiadores do IHGSC, na Primeira República, se afinavam com essa perspectiva “historizante”, valorizadora da coleta documental e segura de que eventuais divergências seriam resolvidas com mais pesquisas ou leituras mais acuradas dos documentos consultados. Escavar, garimpar, coligir... até alcançar a completude do quadro pretendido. Nesse sentido, há um paralelo entre a recolha dos documentos e a dos “fatos”.

Mas por que, afinal, se dedicar a algo que exigia tão grande esforço? As justificativas encontraram, em Lucas Boiteux, poucas variações: a saudade de seu “estremecido torrão” natal, o desejo de ser útil à terra querida, o afeto cívico pela pequena pátria catarinense. Convém examinar a questão mais detidamente.

### **História Pátria: Um Lugar para Santa Catarina**

Nos primeiros tempos do IHGSC, em especial nos discursos e textos de sócios que foram publicados na revista da entidade, observa-se uma profusão de afirmações de caráter patriótico, num jogo contínuo de espelhamentos entre a “grande pátria” (o Brasil) e a “pequena pátria” (Santa Catarina). Em discurso proferido em 22 de maio de 1902, o sócio efetivo Alfredo da Costa e Albuquerque declarou:

Fundado, como se acha o Instituto Histórico e Geográfico de nosso Estado, seja ele *o centro para onde gravitem todas as energias morais, todas as dedicações patrióticas* [...] Saudando, pois, aos ilustres fundadores de tão benemérita associação, como é o Instituto Histórico e Geográfico, faço sinceros votos para que tenha ela uma longa existência, realizando o fim de sua criação, que outro não é senão *trabalhar e lutar pelo progresso e engrandecimento de nossa estremecida pátria*. (ALBUQUERQUE, 1902, p. 47, grifos meus).

Pouco tempo antes, Joaquim Tiago da Fonseca, por ocasião do 11<sup>o</sup> aniversário da Constituição Federal, em 24 de fevereiro de 1902, destacara, também em discurso, dificuldades com que tiveram de lidar os fundadores do IHGSC – “a tradicional apatia dos nossos concidadãos, a indiferença de muitos e o riso escarninho e alvar de alguns” –, superadas, talvez, por terem divisado, “através do nevoeiro espesso do indiferentismo público”, a “estrela bendita” do amor votado à Pátria:

[...] hoje, mais do que nunca, estamos aparelhados para tornar o Instituto Histórico uma fonte poderosa e fecunda de energias, que *elaborarão o progresso mental deste futuroso Estado – da bela e generosa terra catarinense*. (FONSECA, 1902, p. 11, grifos meus).

Novamente em comemoração ao aniversário da Constituição republicana, discurso de Joaquim David Ferreira Lima, em 1913, indicava estarem entre as funções do IHGSC “não só a pesquisa e o colecionamento dos dados históricos e geográficos do Estado, como a de incitar

---

e desenvolver por todos os meios a educação cívica, o respeito e o amor à Pátria”, inclusive de modo a comemorar solenemente as grandes datas nacionais: “Sim, meus senhores, é preciso isto! Pois é um crime de lesa-civismo, de lesa-patriotismo, deixar-se correr no indiferentismo e no olvido as datas gloriosas da História!” (LIMA, 1913, p. 104).

No ano anterior, a perspectiva patriótica fora claramente anunciada por Lucas Boiteux, em suas *Notas para a história catarinense*. Observe-se a primeira dedicatória:

Ao Estado de Santa Catarina, *meu berço natal* – Longe de ti, *terra querida*, eu precisava respirar uma atmosfera toda tua. E foi procurando conhecer o teu desenvolvimento histórico, que eu vivi em ti e *matei as minhas saudades*. (BOITEUX, 1912, p. I, grifos meus).

A escrita da História era, assim, indicada como instrumento de apaziguamento da saudade provocada pela distância da terra em que nascera. Eis um ponto relevante: a pequena pátria supõe, antes de tudo, o vínculo identitário com a terra em que se nasce, com seu povo, suas tradições, sua história. Decorrente desse pertencimento como marca de nascença, o amor pela pequena pátria é próprio, portanto, do nativo (o que em parte ajuda a compreender, nesse tipo de discurso, as preocupações constantes com os elementos “alienígenas”, no território) e se enraíza em sua ascendência.

A pesquisadora Anne-Marie Thiesse apontou que, na França, a circulação da noção de “pequena pátria” se deu durante a Terceira República, no bojo de um projeto pedagógico amplo:

Encarregados de conceber um ensino patriótico, os pedagogos da Terceira República consideraram rapidamente que a noção de pátria era muito abstrata para os filhos do povo. Eles valorizaram, então, a noção de “pequena pátria”, equivalente do vocábulo alemão *Heimat*. [...] A educação ao nacional foi então apoiada sobre a descoberta do regional. (THIESSE, 2009, p. 16).

E, como complementou Thiesse (2009, p. 19), o “ensino regional” deveria ser simultaneamente “uma educação intelectual, estética e afetiva”.

Cabe ressaltar que, a partir da década de 1910, em Santa Catarina, as escolas passaram a lidar com mudanças introduzidas pela reforma da Instrução Pública, promovida no governo de Vidal Ramos e coordenada pelo professor Orestes Guimarães. Como indicaram Cristiani Bereta da Silva e Ernesta Zamboni, tal reforma marcou “uma série de transformações importantes não apenas no ensino, mas também na produção e circulação de uma história dita catarinense” (SILVA; ZAMBONI, 2013, p. 137).

Os programas de ensino dos anos 1910 chegaram a prescrever, para os três primeiros anos do grupo escolar, a discussão de conteúdos que partissem da história local (SILVA; ZAMBONI,

2013, p. 149-150). Embora os conteúdos compreendidos como mais estritamente vinculados a uma história “nacional” preponderassem sobre a história considerada local ou regional, a forma como deveriam ser organizados assinalava que “a pequena pátria catarinense era o caminho para se educar para a grande pátria” (SILVA; ZAMBONI, 2013, p. 151).

A *Pequena História Catarinense* viria a ser um dos materiais de referência utilizados nesse processo de consolidação da reforma educacional: por decreto do governador, o trabalho foi adotado para uso na Escola Normal Catarinense. Orestes Guimarães recomendou, inclusive, seu uso mais ampliado<sup>39</sup>.

Tanto na *Pequena história...*, de 1920, como nas *Notas para a história catarinense*, de 1912, Lucas Boiteux não apenas expressou seu amor pela pequena pátria catarinense como buscou disseminá-lo. A esse respeito, as epígrafes, tal como citações destacadas em prefácio, oferecem elementos de interesse para reflexão.

No livro *Notas para a História Catarinense*, que contém apenas três epígrafes, duas são do historiador francês Fustel de Coulanges<sup>40</sup>. A primeira antecede o capítulo referente ao século XVI, “Da Descoberta à Conquista”: “O verdadeiro patriotismo não é somente o amor à terra, mas o amor ao passado, o respeito pelas gerações que nos precederam”. A segunda antecede o capítulo relativo ao século XVII, “Do Desbravamento dos Sertões e do Povoamento”: “O melhor historiador é aquele que se avizinha mais dos textos, que os interpreta com mais retidão, só pensa influenciado por eles” (FUSTEL apud BOITEUX, 1912, s/n).

Com a autoridade de Fustel de Coulanges, o patriotismo é articulado ao amor à terra, ao amor ao passado, à dedicação ao estudo da história (percebida como estudo do passado) e ao estudo efetuado por meio da interpretação fundamentada nos documentos (com ênfase nos documentos escritos): eis o motor e a moldura do livro, eis a receita da narrativa histórica de

---

<sup>39</sup> Na própria edição de 1920 transcreve-se parecer de Orestes Barbosa, datado de 25 de setembro de 1918. Eis um trecho: “Há tempos, li, com a mais escrupulosa atenção, esse trabalho, cujo assunto, método expositivo e concatenação, a meu ver, constituem sérios motivos para que me lembre de pedir a V.Exa. [o Secretário Geral de Instrução Pública] a aprovação e adoção da aludida História [*Pequena História Catarinense*] para uso dos alunos dos quartos anos dos Grupos Escolares, das Escolas Complementares e da Escola Normal, nesta de acordo com o regulamento em vigor” (FUSTEL apud BOITEUX, 1920, s/n).

<sup>40</sup> Numa-Denys Fustel de Coulanges (1830-1889), historiador francês, é conhecido principalmente por seu livro *A cidade antiga*, apesar de seus numerosos estudos sobre a história da França. Conforme destacou François Hartog (2003, p. 178), Fustel de Coulanges, sobretudo entre 1870-1872, “concebe uma história nacional em que, ao universalismo de uma França guia dos povos, sucede o particularismo e a concentração em si, com a definição do patriotismo como amor à terra, e antes de tudo ao passado (e a *todo* o passado) da França; em que a necessidade da *homónoia*, do consenso, se acha historiograficamente demonstrada, porquanto a história das origens não legitima nenhuma guerra civil; em que se acha historicamente esclarecida e argumentada a conclusão, amplamente compartilhada no mesmo momento, sobre a necessidade de a França se prover de uma nova aristocracia”.

---

Lucas Boiteux e, em linhas gerais, dos demais historiadores do IHGSC, na Primeira República, com ressonâncias em períodos posteriores.

Já na *Pequena História Catarinense*, não é mais Fustel de Coulanges a autoridade invocada para articular história e patriotismo, mas Émile Faguet<sup>41</sup>: no prefácio, Lucas Boiteux lança mão de duas citações do escritor francês, destacadas em sequência: “O amor da pequena Pátria é a própria essência do patriotismo, porque a pequena Pátria é a que amamos instintivamente e que não precisa de ser admirável para ser admirada nem de ser amável para ser amada”; “Pode o historiador não ser um patriota, mas, em que lhe pese, será um semeador de patriotas” (FUSTEL apud BOITEUX, 1920). A ressoar o título do livro, bem como suas singelas dimensões, Lucas Boiteux selecionou citações que remetem a algo pequeno (a pequena pátria), mas nem por isso menos devedor de admiração. O autor catarinense assumiu, no mesmo prefácio, datado de 2 de maio de 1919, a intenção da semeadura do patriotismo: “Foi assim pensando que me animei a escrever o presente livrinho. Que a sagrada semente, que procuro difundir, caia em campo feraz, é o meu maior anelo” (BOITEUX, 1920, s/n).

Como os institutos históricos e geográficos de outras unidades da federação, o IHGSC procurou realizar um recorte regional na unidade maior da Nação, instituindo um papel para Santa Catarina no interior da história e da geografia nacionais – inventariando e estabelecendo, portanto, especificidades locais e regionais que assinalariam suas diferenças, sem que elas impedissem, contudo, a integração catarinense no tecido da pátria brasileira.

Lilia Schwarcz analisou iniciativas similares em Pernambuco e São Paulo, considerando a trajetória dos respectivos institutos até os anos 1930. Como salientou a autora, o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, fundado em 1862, procurou valorizar, em seus estudos de caráter histórico, sobretudo o período colonial, representando Pernambuco como baluarte da defesa da nacionalidade, de sua autonomia, tendo em vista principalmente a luta contra o domínio holandês, bem como o movimento revolucionário de 1817.

Já o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, criado em novembro de 1894, tratou de “buscar no passado fatos e vultos da história do estado que fossem representativos para constituir uma historiografia marcadamente paulista, mas que desse conta do país como um todo”, o que foi possível principalmente por meio da relevância atribuída, a partir de então, ao bandeirismo (SCHWARCZ, 1995, p. 123-127). Tratava-se de identificar e selecionar, no

---

<sup>41</sup> Auguste Émile Faguet (1847-1916) foi membro da Academia Francesa, para a qual foi eleito em 1900. Publicou diversos trabalhos de crítica literária (FAGUET, 2017).

---

passado, momentos decisivos das participações regionais no forjar da nacionalidade. Haveria um lugar especial para Santa Catarina na construção nacional? Responder afirmativamente a isso era o desafio que se apresentava aos membros do IHGSC.

Tomando ainda uma vez, como referência, a produção veiculada pela revista do Instituto, é possível perceber que, em meio aos debates em torno da defesa dos limites territoriais do Estado, anteriormente referidos, valorizaram-se as figuras mais diretamente responsáveis por estabelecê-los, remetendo ao período colonial: os primeiros povoadores, os primeiros administradores da capitania. Ao mesmo tempo, indicou-se a contribuição da “pequena pátria” para a defesa da “grande pátria”, o que seria visível, por exemplo, na participação catarinense na Guerra contra o Paraguai: os materiais contidos na revista do Instituto no período da Primeira Guerra Mundial incluíram, em 1913 e 1914, as cartas que o combatente Fernando Machado de Souza escreveu para a esposa e, em 1916, artigo de Laércio Caldeira sobre os Voluntários da Pátria; em 1917, deu-se destaque para a estátua de Fernando Machado de Souza, então recentemente inaugurada. Ressalte-se que, ao ser publicada novamente, na década de 1940, após uma interrupção de cerca de vinte anos, a revista do IHGSC dedicou vários textos àquele conflito (GONÇALVES, 2006, p. 80-81).

A Guerra do Paraguai é tema de um dos 28 breves capítulos que compõem a *Pequena história catarinense*. O livro organiza seu conteúdo em rigorosa ordem cronológica linear, com unidades definidas pelo século, partindo de 1492 e chegando a 1920; portanto, incorporando tanto quanto possível o momento vivido pelo autor e por seus leitores. Em 131 páginas, a história de Santa Catarina de Lucas Boiteux era predominantemente “passado”, mas o presente dos governos republicanos, embora timidamente integrado, nas três páginas finais, surgia inequivocamente valorizado, contemplado no “Quinto século: Do Progresso (1900-1920)”. A estrutura dos capítulos permite vislumbrar três eixos fundamentais, transversais à divisão em “séculos”:

A definição do território catarinense e as disputas a ele relacionadas (“O descobrimento”, “A terra catarinense”; “Primeiros reconhecimentos”; “O litoral – primeiras penetrações”; “A Capitania de S. Paulo”; “Os surtos para o sertão”; “A invasão espanhola”);

O povoamento e o perfil dos ocupantes da terra (“Os aborígenes”, capítulo reservado ao “Primeiro século”; “Portugueses e castelhanos”; “Colonização açorita e madeirense”; “Colonização estrangeira”);

O governo do território e das gentes (“Governo geral – a catequese”; “Fundação de S. Francisco”, “Desterro e Laguna”; “Capitania subalterna”; “Novas freguesias – Lages”; “Novas administrações”; “Derradeiros governos coloniais”; “Os primeiros presidentes”; “Assembleia Provincial – novas administrações”; “A República Juliana”; “Novas gestões – campanha abolicionista”; “O regime republicano”; “Revolução federalista”; “Domínio da legalidade”; “Administrações republicanas”).

Dois capítulos escapam a esses eixos: “A vida catarinense”, inserido no século XVIII, e “A Guerra do Paraguai” (este último, a rigor, o único que não aborda propriamente um acontecimento preso às fronteiras catarinenses)<sup>42</sup>.

Observa-se que os capítulos mais claramente dedicados à definição do território e de seus limites avançam até o último quartel do século XVIII (invasão espanhola da Ilha de Santa Catarina), como se os episódios posteriores – um deles bastante vívido e relativamente recente, quando da publicação do livro – a Guerra do Contestado – não fossem tão decisivos para a conformação territorial de Santa Catarina. O tratamento do povoamento deixa entrever os povos originários como um tema a ser efetivamente tratado com destaque apenas em decorrência do contato europeu. A vinda de grandes contingentes populacionais, emigrados, nos séculos XVIII e XIX, sob a rubrica de “colonização”, sugere acomodação a uma situação populacional já bem definida.

Note-se, na lógica dos capítulos, a ausência de um especificamente destinado aos africanos e seus descendentes, embora possam ser entrevistados, indiretamente, no capítulo que trata da campanha abolicionista; portanto, fica sugerida a sua percepção não em termos de grupos étnicos, mas como mão de obra, diferentemente dos demais grupos. As tensões e os conflitos são em geral subentendidos, exceção feita aos espanhóis invasores, no século XVIII.

No sumário da *Pequena história catarinense*, embora a sucessão temática dos capítulos apresente-se relativamente neutra, pode-se constatar o elogio da República. A leitura do livro o confirma, não somente com a efetivação do regime republicano. Vejam-se, por exemplo, as considerações de Lucas Boiteux sobre a “ideia republicana” em Santa Catarina:

*A ideia republicana não era nova entre nós, e avivou-se sobremodo ao fazermos a independência. Desde 1831, catarinenses de valor, sob a capa de liberais exaltados, sonhavam com a forma republicana para o governo de nossa pátria. A monarquia, diziam, era uma planta exótica no continente americano. Com a revolução dos Farrapos, o pensamento entre nós tomou vulto e criou milhares de adeptos, principalmente ao sul da província. A vitória do Governo imperial veio, apenas, abafar as cinzas que cobriam o brasido inextinguível. Em 1870, o manifesto lançado por um pugilo de sonhadores foi a rajada que, dispersando as cinzas, fez levantar a primeira fãulha adormecida. [...]” (BOITEUX, 1920, p. 120, grifos meus).*

No desenrolar da narrativa histórica construída por Lucas Boiteux, deu-se o desdobramento republicano das relações entre a pequena e a grande pátria: ambas foram positivamente integradas no momento por ele vivido, sob o manto das ideias de República e dos sonhos, e

---

<sup>42</sup> Mesmo movimentos políticos como a chamada Revolução Farroupilha/Guerra dos Farrapos e a Revolução Federalista foram pensados fundamentalmente a partir de episódios no território catarinense (no caso do movimento dos Farrapos, o capítulo se refere especificamente à “República Juliana”).

---

enfim concretizados, governos republicanos, com os quais, afinal, tanto Lucas Boiteux como o próprio IHGSC estiveram fortemente identificados.

### Conclusão

Tendo como principais referências alguns dos escritos de Lucas Alexandre Boiteux, neste artigo procurei demonstrar que a imagem da investigação histórica como um dedicado escavar – imagem por sua vez desdobrada nas ações de exumar, cavoucar, garimpar – é uma chave relevante para a compreensão da atividade historiadora dos integrantes do IHGSC, durante a Primeira República. A pesquisa histórica foi representada como operosa atividade de busca, consulta e estudo de documentos de arquivo, principalmente aqueles gerados pelos governos, em suas várias esferas; por meio dessa atividade poderiam ser efetuadas a descoberta e a disponibilização de algo que, com o correr do tempo, ficara disperso, oculto e supostamente perdido.

Em termos práticos, os arquivos eram o solo a escavar e os documentos encontrados, os resultados imediatos da escavação. O valor dos documentos, para além de seu potencial para dignificar e difundir os feitos da história catarinense – e desta maneira contribuir para a formação dos cidadãos –, residia também em seu caráter probatório: seus efeitos jurídicos poderiam ser decisivos em um tempo de acirradas disputas territoriais entre Santa Catarina e os estados vizinhos. Tudo isso conferia à pesquisa histórica uma perspectiva pragmática, ao mesmo tempo em que acentuava o sentido cívico-patriótico de sua realização.

Compreende-se, assim, que a dedicação à pesquisa histórica apareça fortemente ligada à preocupação com a preservação dos arquivos, presente nos escritos de Lucas Alexandre Boiteux e espaiada entre integrantes do IHGSC. No caso de Lucas Boiteux, tal preocupação se articulou à divulgação do conteúdo desses documentos para pessoas muito diretamente interessadas (como os sócios do IHGSC) e à sua difusão para um público amplo, sobretudo escolar, de modo a compartilhar o conhecimento da história de Santa Catarina e multiplicar, tanto quanto possível, o número de agentes a serviço do engrandecimento da pequena pátria catarinense.

### Referências

ALBUQUERQUE, Alfredo da Costa e. Discurso do socio effectivo sr. Alfredo da Costa e Albuquerque, lido na sessão de 22 de maio de 1902. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina, Florianópolis*, v. 1, n. 2, p. 44-47, 1902.

---

ARAÚJO, Rodrigo. Deambulações de Walter Benjamin: entre as Imagens do Pensamento e o Haxixe. *Redobra*, Salvador, n. 14, p. 247-251, 2014.

AULETE, F. J. Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26034>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

BEIVIDAS, Waldir. O sonho de Freud: semiótica do discurso onírico. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 137-162, 2004.

BENJAMIN, Walter. Escavando e recordando [excerto de “Imagens do pensamento”]. In: \_\_\_\_\_. *Rua de mão única - Obras escolhidas*, v.2. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 239-240.

BIBLIOGRAFIA. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina*, Florianópolis, p. 114, 1918.

BOITEUX, Lucas Alexandre. A Ponte do Vinagre. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina*, Florianópolis, p. 76, 1919.

\_\_\_\_\_. *A província de Santa Catarina nas guerras do Uruguai e do Paraguai: notas e apontamentos*. [Florianópolis]: [Ed. da UFSC], [1972].

\_\_\_\_\_. Comentários à História Catarineta. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina*, Florianópolis, p. 327, 1918a (3º. trim.).

\_\_\_\_\_. Comentários à História Catarineta. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina*, Florianópolis, p. 431, 1918b (4º. trim.).

\_\_\_\_\_. Discurso de posse do acadêmico Lucas Alexandre Boiteux. Sem indicação de local, sem data. Cópia carbono de original datilografado. *Arquivo da Academia Catarinense de Letras*, Dossiê Lucas Alexandre Boiteux.

\_\_\_\_\_. João Dias de Solís - esboço histórico. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina*, Florianópolis, p. 51, 1915.

\_\_\_\_\_. Limites com o Rio Grande. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina*, Florianópolis, p. 78-88, 1918c (1º. trim.).

\_\_\_\_\_. *Notas para a historia catharinense*. Florianópolis: Typ. a vapor da Livraria Moderna, [1912].

\_\_\_\_\_. *Pequena historia catharinense (adoptada oficialmente)*. Florianópolis: Officinas a elect. da “Imprensa Official”, 1920.

BOITEUX, Nylson R. Dados biográficos do Almirante Lucas Alexandre Boiteux (1880-1966). In: BOITEUX, L. A. *Primeira página da colonização italiana em Santa Catarina*. 2. ed. Caxias do Sul (RS): EDUCS, 1998. p. 79-81.

---

CORRÊA, Carlos Humberto P. *Lições de política e cultura: a Academia Catarinense de Letras, sua criação e relações com o poder*. Florianópolis: Edições ACL, 1996.

EXPEDIENTE do Instituto. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina*, Florianópolis, p. 92-94, 1902.

FAGUET. Sítio eletrônico da Académie Française. Disponível em: <<http://www.academie-francaise.fr/les-immortels/emile-faguet>>. Acesso em 8 mar. 2017.

FEBVRE, Lucien. Febvre contra a história historizante (1947). In: \_\_\_\_\_. *História*. São Paulo: Ática, 1992. p. 103-107. (Grandes cientistas sociais, 2)

FERREIRA, Iara F. R. *Três metáforas de Freud na descoberta do inconsciente*. Brasília, 2010. 138 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de Brasília.

FONSECA, Joaquim Thiago. Discurso proferido em 24 de fevereiro de 1902. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina, Florianópolis*, v.1, n.2, p. 10-11, 1902.

FONTES, Henrique da Silva. A criação da paróquia do Desterro. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina*, Florianópolis, p. 117, 1920.

\_\_\_\_\_. Discurso proferido pelo sr. Henrique da Silva Fontes na sessão comemorativa do 187º aniversário da criação da vila de N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. do Desterro, sessão realizada a 26 de março de 1913. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina*, Florianópolis, p. 115-117, 1913 (1º.-2º.trim).

GONÇALVES, Janice. *Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX*. São Paulo, 2006. 444 p. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Historiografia e nação no Brasil – 1838-1857*. Rio de Janeiro: EDUERJ, ANPUH, 2011.

HARTOG, François. *O século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. Catarinenses ilustres. In: JAMUNDÁ, Theobaldo Costa et al. *História de Santa Catarina*. Curitiba: Grafipar, 1970. v.2.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2014.

\_\_\_\_\_. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Paidós, 2001. (Pensamiento contemporáneo, 66).

LIMA, Joaquim David Ferreira. Discurso inaugural proferido pelo snr. dr. Joaquim David Ferreira Lima, na sessão solenne de 24 de fevereiro de 1913. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina*, Florianópolis, p. 101-104, 1913 (1º.-2º. trim).

---

PIAZZA, Walter F. Dois historiadores catarinenses: Afonso d'E. Taunay e Lucas A. Boiteux. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, n. 6, p. 74-84, 1985.

\_\_\_\_\_. Historiografia de Santa Catarina. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, n. 3, p. 57-75, 1981.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/>>. Acesso em 11 abr. 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. 1a. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Antonio Moraes e. *Diccionario da Lingua Portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro - tomo primeiro, A-K*. Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/>>. Acesso em 11 abr. 2017.

SILVA, Cristiani Bereta da; ZAMBONI, Ernesta. Cultura politica e políticas para o ensino de história em Santa Catarina no início do século XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 65, p. 135-159, 2013.

THIESSE, Anne-Marie. Ensinar a nação pela região: o exemplo da Terceira República francesa. *Educação*, Santa Maria, v. 34, n. 1, p. 13-27, 2009.

---

## Figuras Resistentes/Figuras Colaborantes: La Francia Ocupada y la Francia de Vichy en la Historiografía, el Cine y el Film “La Redada”

Gilda Bevilacqua<sup>43</sup>

**Resumen:** En 1944, el jurista judeo-polaco Rafael Lemkin, en *El dominio del Eje en la Europa ocupada*, sintetizó las consignas del programa de la “revolución nacional”, proclamada por quienes conformaron el régimen de Vichy en lo que se conoció como la “Francia no ocupada”, tras la caída de Francia y la firma del Armisticio con Alemania e Italia el 22 de junio de 1940. Uno de los puntos principales de este programa, según Lemkin, fue “el racismo, lo cual produjo la sanción de leyes antijudías”. Ante esto, afirmó: “sólo los historiadores futuros podrán determinar en qué medida estas consignas son el producto de las mentes de los líderes de Vichy y en qué medida se han infiltrado en la vida francesa a través de canales de colaboración con Alemania”. Aquí, nos preguntaremos, ¿pudieron los historiadores? ¿Son medibles estas posibilidades? ¿De qué otros modos han sido pensadas y representadas estas cuestiones? Abordaremos estos problemas haciendo un breve recorrido por la historiografía y los films sobre el tema, y centrándonos luego en su indagación a partir del análisis formal de una de las últimas películas francesas estrenadas sobre esta temática: *La Redada* (Roselyne Bosch, 2010). Nos preguntaremos, ¿qué historia nos narra? ¿Qué nos dice y cómo acerca de la Francia ocupada y la Francia de Vichy? ¿Qué vínculos podemos establecer entre lo que nos dice este film y cierta historiografía sobre el tema? Para responder estos interrogantes, utilizaremos las nociones de “modo narrativo clásico”, de David Bordwell, y de “historiofotía” y “causalidad figural” de Hayden White, así como su aparato narratológico desarrollado en *Metahistoria*.

**Palabras Clave:** Francia ocupada-Francia de Vichy. Historiografía. Cine.

### Resistant Figures/Collaborating Figures: Vichy's Occupied France and France in Historiography, Cinema and the Film “La Redada”

**Abstract:** In 1944, the Polonized-Jewish Raphael Lemkin summarized the slogans of the “national revolution” program in Axis Rule in Occupied Europe, as proclaimed by those who conformed the Vichy regime in what was known as the “unoccupied zone” after the fall of France and the signing of the armistice with Germany and Italy on 22 June 1940. According to Lemkin, one of the main slogans of the program was “racialism, which resulted in the promulgation of anti-Jewish laws”. He thus stated: “Only the future historian will be able to determine to what extent these slogans are a product of the minds of the Vichy leaders and to what extent they have infiltrated French life through the channels of collaboration with Germany”. We will then be asking ourselves whether historians have actually been able to do

---

<sup>43</sup> Doctoranda en Historia (UBA). Este trabajo forma parte de una investigación mayor en curso, financiada por una Beca de Doctorado, otorgada por la Universidad Nacional de Buenos Aires. E-mail: gildasbevilacqua@gmail.com.

so. Are these possibilities measurable? In what other ways have these issues been thought about and represented? We will approach these problems by briefly examining the historiography and films on the subject, then focusing on further questioning this issue by means of a formal analysis of one of the latest French films addressing it: *The Round Up* (Roselyne Bosch, 2010). We will ask ourselves what kind of story it relates. What does it say, and how, about occupied France and Vichy France? What bonds are we able to establish between that being said by the film and selected historiography on the subject? In order to reply these questions, we will use concepts such as “classical narration”, coined by David Bordwell, and “historiophoty” and “figural causation” by Hayden White, as well as the latter’s narratological apparatus, developed in *Metahistory*.

**Keywords:** Occupied France-Vichy France. Historiography. Cinema.

### Introducción

En el año 1944, se editó por primera vez *El dominio del Eje en la Europa ocupada*, del jurista judeo-polaco Rafael Lemkin. Un libro que ha abierto y marcado un camino fundamental en los estudios sobre el desarrollo de la “solución final” durante la Segunda Guerra Mundial en los países ocupados por las potencias del Eje y en el cual su autor acuñó un nuevo concepto en la materia, el de genocidio, clave “para dar cuenta del modo de destrucción identitaria que se proponía el nazismo en aquellas sociedades donde ejercía su dominio” (FEIERSTEIN, 2009, p. 25)<sup>44</sup>.

En el capítulo XVIII dedicado a Francia, Lemkin sintetizó las consignas del programa de la “revolución nacional”, proclamada por los líderes políticos que se reunieron en torno al mariscal Petain, tras la caída de Francia y la firma del Armisticio con Alemania e Italia, el 22 de junio de 1940. Esos líderes conformaron el régimen de Vichy en lo que se conoció entonces como la “Francia no ocupada”<sup>45</sup>. Los puntos principales de este programa fueron “el fortalecimiento del poder ejecutivo, el aumento de la producción mediante la solidaridad

---

<sup>44</sup> Para un análisis profundo del concepto de genocidio, ver, FEIERSTEIN, Daniel. *El genocidio como práctica social. Entre el nazismo y la experiencia argentina*. Buenos Aires: FCE, 2007; FEIERSTEIN, Daniel. ¿Qué se discute cuando se discute sobre genocidio? *Revista Sociales en Debate*, n° 8, 2015.

<sup>45</sup> Tras el Armisticio, Francia quedó dividida territorialmente en cuatro zonas administrativas: 1) las administraciones civiles de Alsacia y Lorena, establecidas dentro del marco de los distritos alemanes del Reich (Reichsgaue) cercanos, a los cuales fueron incorporadas (Moselland y Westmark, respectivamente); 2) la zona de ocupación italiana, establecida en el distrito de Mentone, y luego de noviembre de 1942, extendida a los Alpes Marítimos, Haute-Savie y el Valle du Rhone, hasta el verano de 1943, tras la caída de Italia y el reemplazo en la zona por tropas alemanas; 3) la Francia ocupada [zona norte], bajo la administración de un comandante militar alemán de París; 4) la Francia no ocupada (el resto de Francia), bajo la administración de Vichy, que permaneció incluso luego de la ocupación del todo el territorio francés por las tropas alemanas, en noviembre de 1942, que ejercieron solo actividades de supervisión o tareas propias de la Gestapo (LEMKIN, Raphael. *El dominio del Eje en la Europa ocupada*. Buenos Aires: Prometeo, 2009, p. 271).

proclamada de las clases, un regreso a la tierra [...], el fortalecimiento de la unidad familiar, la educación de la juventud de acuerdo con el espíritu nacional, y el racismo, lo cual produjo la sanción de leyes antijudías” (LEMKIN, 2009, p. 280).

Ante este programa, Lemkin, como testigo-víctima y analista contemporáneo de los hechos en cuestión<sup>46</sup>, afirma luego lo que será el disparador y punto de partida de la presente indagación: “sólo los historiadores futuros podrán determinar en qué medida estas consignas son el producto de las mentes de los líderes de Vichy y en qué medida se han infiltrado en la vida francesa a través de canales de colaboración con Alemania” (LEMKIN, 2009, p. 280-281).

Aquí, nos preguntamos: ¿pudieron los historiadores? ¿Sólo ellos podían, pueden? ¿Fueron, son medibles estas dos posibilidades como para determinar cuál primó sobre la otra? ¿De qué otros modos han sido pensadas *a posteriori* estas dos cuestiones? En la actualidad, como veremos, en general la historiografía académica sobre el tema no ha llegado a un acuerdo respecto de las interpretaciones posibles que expresa la afirmación de Lemkin<sup>47</sup>. Es más, hoy podemos encontrar un abanico aún mayor de posibilidades respecto del mismo fenómeno (y de estos dos polos o medidas posibles que plantea Lemkin), que se expresa en los debates historiográficos, políticos y públicos en Francia respecto del problema de la responsabilidad del pueblo francés en torno a los fenómenos del antisemitismo, el colaboracionismo con la ocupación nazi, el Régimen de Vichy, la persecución y deportación de los judíos<sup>48</sup> a los campos de detención, concentración y exterminio, y, en paralelo, el problema de la dimensión, alcance, rasgos e implicancias de la resistencia, y el carácter mismo de lo que puede o no entenderse por resistencia, así como los límites difusos entre el colaboracionismo y la indiferencia.

Pero estos debates no empezaron a surgir ni se han manifestado inmediatamente después de la guerra, sino luego de varios años, y el cine francés no estuvo al margen de esta aparición tardía, a diferencia de lo que se puede ver en el cine italiano. De hecho, como veremos, podemos apreciar en las distintas representaciones cinematográficas sobre la denominada

---

<sup>46</sup> “Lemkin comenzó a compilar las leyes sancionadas por los países del Eje mientras vivía como refugiado en Suecia, precisamente escapado de su Polonia natal a partir de las persecuciones antisemitas del nazismo y completó el libro mientras trabajaba en el Departamento de Guerra de los Estados Unidos, adonde emigró posteriormente” (FEIERSTEIN, Daniel. Estudio preliminar. En: LEMKIN, Raphael. *El dominio del Eje en la Europa ocupada*. Buenos Aires: Prometeo, 2009, p. 24).

<sup>47</sup> Ver, por ejemplo, BANKIER, David y GUTMAN, Israel (ed.). *La Europa nazi y la Solución Final*. Buenos Aires: Losada, 2005; principalmente, capítulos sobre Francia, p. 407-480.

<sup>48</sup> Primero, extranjeros, y luego también franceses.

Francia de Vichy y/o de la Francia ocupada (tanto documentales como de ficción) distintos momentos o períodos en los que aparecen con más fuerza ciertas aristas, posicionamientos e inquietudes sobre todos estos problemas. También los podemos ver en la actualidad, por ejemplo, al analizar las representaciones de las diferentes reacciones del pueblo francés, que han sido fuente de inspiración para directores y guionistas, las cuales “van de la cobardía más baja al heroísmo, pasando por todas las facetas intermedias imaginables” (CROCI y KOGAN, 2003, p. 105).

En sintonía con el análisis de Lemkin sobre la Europa ocupada, creemos que esta “tardanza” y la particularidad, si se quiere, del caso francés respecto de los films producidos en los otros países aliados triunfadores se relaciona con el hecho de que la ocupación del territorio no fue un mero movimiento militar más en el contexto del enfrentamiento con el Eje. Como lo muestra tempranamente Lemkin, la ocupación fue parte insoslayable del plan nazi de desarrollo sistemático de la “solución final” y su resultado, el Holocausto, y por lo tanto no puede ser escindida del horror y los eventos traumáticos que ha conllevado, cuyos efectos, como veremos, aún persisten.

Por esto, para ciertos autores, la ocupación es “un sujeto particularmente sensible en el desarrollo sociopolítico francés. Se trata de un *momento de corte* en la historia gala, ‘*un pasado que no [pasa]*’<sup>49</sup>, que resurge una y otra vez” (AIZPURU, 2009, p. 197; subrayados nuestros), como lo testimonian las siguientes polémicas: la desatada por la presencia del fallecido presidente Mitterrand en el aparato administrativo generado por el gobierno de Vichy; con ocasión de los juicios a importantes colaboracionistas como Touvier y Papon [en 1994 y 1998] o el caso Barbie<sup>50</sup> (AIZPURU, 2009, p. 198); como también “el hecho de que el presidente Jacques Chirac reconociera públicamente en julio de 1995 la responsabilidad

---

<sup>49</sup> Esta expresión refiere al título del libro de Eric Conan y Henry Rousso, *Vichy, un passé qui ne passe pas*, editado en 1994, traducido al inglés como *Vichy: An Ever-present Past* (1998), que trata sobre los debates públicos que provocaron las declaraciones de François Mitterrand de 1992, respecto de su negativa a ofrecer disculpas públicas a los judíos de Francia en ocasión del 50 aniversario de las redadas de Velódromo de Invierno (*Vel d'Hiv*). En julio: “A lo largo de su historia, la República Francesa siempre ha mostrado una actitud muy tolerante... especialmente con los judíos de Francia. ¡Por favor, no hagan responsable a esta República!... En 1941 existía un ‘Estado francés’, era el Régimen de Vichy, no era la República. Y este ‘Estado francés’ es el responsable”. Y en diciembre: “Si la nación se hubiera implicado en esa lamentable aventura que representa el Gobierno de Vichy, se pediría perdón... Pero la nación francesa en su conjunto no estuvo implicada en aquellos hechos ni tampoco la República” (CARON, Vicki. La opinión pública francesa y la “cuestión judía”, 1930-1942: el papel de las asociaciones profesionales de clase media. En: BANKIER, David y GUTMAN, Israel (ed.). *La Europa nazi y la Solución Final*. Buenos Aires: Losada, 2005, p. 476).

<sup>50</sup> Un alto oficial de las SS y de la Gestapo, conocido como “el carnicero de Lyon”, deportado desde Bolivia, y juzgado en esa misma ciudad francesa en 1987.

parcial de Francia en el Holocausto” (CARON, 2005, p. 414); y “el importante documento dado a conocer por la iglesia francesa en 1997 aceptando su responsabilidad por haberse mantenido en silencio durante la persecución y deportación de los judíos franceses” (FINCHELSTEIN, 2010, p. 117)<sup>51</sup>.

Todas estas polémicas conllevan asimismo discusiones acerca de si Vichy representó un verdadero corte en la historia de Francia o una continuidad y exacerbación de tendencias previas expresadas en el antisemitismo francés, por ejemplo, en el famoso caso Dreyfus; es decir, el problema más general de la historización y del rol del antisemitismo en la historia de Francia.<sup>52</sup> Y, también, expresan el problema, aún en boga, respecto de la memoria, los usos y “abusos” públicos del pasado, el “deber de memoria”, y su relación con la historia como disciplina académica, etc<sup>53</sup>.

Un ejemplo paradigmático del desarrollo de estas problemáticas lo podemos encontrar a partir del trabajo ya clásico de Henry Rousso, *El síndrome de Vichy* (1991). Allí, el autor elaboró un modelo según el cual la memoria tendría una tendencia a atravesar distintas etapas o fases que, en el caso específico del régimen de Vichy, se corresponderían con: primero, el acontecimiento traumático del final de la guerra y la liberación; segundo, la represión de los años cincuenta y sesenta; tercero, la “anamnesis” (“el retorno de lo reprimido”) a partir de los años setenta; y por último, la “obsesión” memorial actual (TRAVERSO, 2011, p. 44-45), caracterizada por “el resurgimiento de la memoria judía y por la importancia que las

---

<sup>51</sup> Para más información respecto de estas polémicas y su impacto en la memoria y la historiografía sobre el caso (Ver: ERICE, Francisco. *Guerras de la memoria y fantasmas del pasado. Usos y abusos de la memoria colectiva*. Oviedo: Eikasía, 2009).

<sup>52</sup> Esta expresión refiere al título del libro de Eric Conan y Henry Rousso, *Vichy, un passéquinépassépas*, editado en 1994, traducido al inglés como *Vichy: An Ever-present Past* (1998), que trata sobre los debates públicos que provocaron las declaraciones de François Mitterrand de 1992, respecto de su negativa a ofrecer disculpas públicas a los judíos de Francia en ocasión del 50 aniversario de las redadas de Velódromo de Invierno (*Vel d'Hiv*). En julio: “A lo largo de su historia, la República Francesa siempre ha mostrado una actitud muy tolerante... especialmente con los judíos de Francia. ¡Por favor, no hagan responsable a esta República!... En 1941 existía un ‘Estado francés’, era el Régimen de Vichy, no era la República. Y este ‘Estado francés’ es el responsable”. Y en diciembre: “Si la nación se hubiera implicado en esa lamentable aventura que representa el Gobierno de Vichy, se pediría perdón... Pero la nación francesa en su conjunto no estuvo implicada en aquellos hechos ni tampoco la República” (CARON, Vicki. La opinión pública francesa y la “cuestión judía”, 1930-1942: el papel de las asociaciones profesionales de clase media. En: BANKIER, David y GUTMAN, Israel (ed.). *La Europa nazi y la Solución Final*. Buenos Aires: Losada, 2005, p. 476).

<sup>53</sup> RICOEUR, Paul. *La memoria, la historia, el olvido*. México: FCE, 2008; TRAVERSO, Enzo. *El pasado, instrucciones de uso*. Buenos Aires: Prometeo, 2011; HARTOG, François. *Regímenes de historicidad*. México: Universidad Iberoamericana, 2007, capítulo 4, principalmente; BOUTON, Christophe. Responsabilidade pelo passado: lançando Luz no debate sobre o “dever de memória” na França. *Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia*, v. 7, nº 1, 2016; FINCHELSTEIN, Federico. *El canon del Holocausto*. Buenos Aires: Prometeo, 2010.

reminiscencias de la ocupación asumieron en los debates en la esfera pública francesa” (FINCHELSTEIN, 2010, p. 116)<sup>54</sup>.

En el caso de la historiografía, tomando el análisis de Enzo Traverso, podemos ver que siguió, a grandes rasgos, el recorrido de la memoria: “la producción histórica sobre Vichy y sobre el nazismo conoció su desarrollo en el momento de la anamnesis y alcanzó su apogeo en la fase de la obsesión. Fue alimentada por estas etapas y, a su vez, contribuyó a moldearlas” (TRAVERSO, 2011, p. 45)<sup>55</sup>. Así, como también señala Rouso, la historiografía de la ocupación estuvo primero, durante los años 1960, “fuertemente impregnada del resistencialismo dominante, una versión gaullista o comunista, y no logró a crear verdaderamente una ruptura epistemológica.

Como se sabe, la ruptura aparecerá tardíamente, hacia los años 1970, y será impulsada en gran medida por historiadores extranjeros” (ROUSSO, 2012, p. 5). Entonces, una “revisión histórica” tuvo lugar en Francia a partir del trabajo de los historiadores que, siguiendo los pasos del estadounidense Robert Paxton (1974) y del israelí Zeev Sternhell (1986), “ha permitido reconocer las raíces autóctonas del régimen de Vichy, su carácter autoritario incluso fascista, su parte activa en la colaboración y su complicidad en el genocidio de los judíos” (TRAVERSO, 2011, p. 108).

No obstante, la historiadora Vicky Caron señala que el debate reciente más controvertido tienen que ver justamente con la segunda de las posibilidades de la afirmación de Lemkin: “hasta qué punto la ciudadanía francesa apoyó las normas antisemitas de Vichy [...] cuánto

---

<sup>54</sup> Ver, ROUSSO, Henry. *The Vichy Syndrome: History and Memory in France since 1944*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1991; ROUSSO, Henry. Para una historia de la memoria colectiva: el post-Vichy. *Aletheia*, vol. 3, Nº 5, 2012. Para algunos análisis de su propuesta, ver, RICOEUR, Paul. *La memoria, la historia, el olvido*. México: FCE, 2008, p. 573-581; LAVABRE, Marie-Claire. Sobre el peso y la elección del pasado. Una lectura crítica de *El síndrome de Vichy*. *Aletheia*, vol. 3, nº 5, 2012; ERICE, Francisco. *Guerras de la memoria y fantasmas del pasado. Usos y abusos de la memoria colectiva*. Oviedo: Eikasía, 2009.

<sup>55</sup> No obstante, según Traverso esto no siempre es así, ya que las temporalidades, histórica y memorial, pueden también entrar en colisión, porque para que un libro de historia no sea un trabajo aislado, únicamente de erudición, se precisa también una demanda social, pública, como, por ejemplo, el caso del libro de Hilberg, *La destrucción de los judíos europeos* (2005), que cuando fue editado por primera vez en 1960 no tuvo gran impacto y luego, a partir de los años '80, fue retomado y elevado como obra de referencia sobre el tema, TRAVERSO, Enzo. *El pasado, instrucciones de uso*. Buenos Aires: Prometeo, 2011, p. 44, 46. Federico Finchelstein realiza una apreciación similar de la obra de Hilberg, y sostiene que se ha convertido ya en canónica, FINCHELSTEIN, Federico. *El canon del Holocausto*. Buenos Aires: Prometeo, 2010, p. 19-39. Para Traverso es importante tener en cuenta además que “la historia se escribe siempre en presente y el cuestionamiento que orienta nuestra investigación del pasado se modifica según las épocas, las generaciones, las transformaciones de la sociedad y los recorridos de la memoria colectiva” (TRAVERSO, Enzo. *El pasado, instrucciones de uso*. Buenos Aires: Prometeo, 2011, p. 106).

apoyo popular tuvo la legislación antisemita de Vichy” (CARON, 2005, p. 429-430)<sup>56</sup>. La autora sostiene que han surgido tres interpretaciones principales sobre este tema. La primera, llamativamente, está expresada en el film *La tristeza y la piedad*, del director francés Marcel Ophüls, proyectado en París por primera vez en 1971, film que sugiere que “la población apoyó abiertamente el antisemitismo y en líneas más generales, la colaboración franco-alemana”. Para Rouso, esta anticipación del cine, en este punto, respecto de la historiografía también fue evidente<sup>57</sup>.

Más tarde, esta primera interpretación fue apoyada por Denis Peschanski (1997), que tras su estudio de miles de mensajes postales y otros medios de telecomunicación que la policía de Vichy interceptó, observó que “la exclusión de los judíos es una preocupación fundamental del régimen y que, al menos hasta el verano de 1942, suscita la aprobación de una gran mayoría de la opinión pública” (CARON, 2005, p. 430). Caron misma sostiene esta interpretación y señala que este apoyo popular francés “iba más allá de los círculos de extrema derecha, y en ninguna circunstancia puede ser tildado de indiferencia, ni siquiera amoldamiento”, y que, más bien, “entre ciertos sectores de la población, especialmente entre diferentes colectivos profesionales de clase media, se produjo un fuerte apoyo a la campaña del régimen de Vichy para reducir la influencia de los judíos en la vida económica, cultural y política francesa”.

Por esto, para Caron “es probable que la ausencia de protesta popular ante las medidas antisemitas de Vichy entre 1940 y 1942 se deba más al apoyo de sectores influyentes de la población que a la indiferencia”, sectores que ya venían pidiendo medidas de este tipo desde fines de la década de 1920 y durante la de 1930 (CARON, 2005, p. 434-435)<sup>58</sup>. La segunda

---

<sup>56</sup> Hilberg brinda una descripción detallada de esta legislación y las distintas normas antisemitas de Vichy, como los Estatutos de Judíos (el primero, del 3 de octubre de 1940, y el segundo, el 2 de junio de 1941) y su relación con la administración de la zona ocupada (HILBERG, Raul. *La destrucción de los judíos europeos*. Madrid: Akal, 2005, p. 675-733).

<sup>57</sup> Al respecto, Rouso sostiene que, “aunque se presentan a priori mejor documentados, los libros de historia están a menudo atrasados respecto de otras representaciones explícitas del pasado que a menudo se adelantan a ellos, como es el caso evidente del cine. Por la fuerza de la imagen y por la receptividad más amplia, fuerte e inmediata de su audiencia, algunos cineastas cuya sensibilidad sobre el pasado ha sido muy aguda, lograron transformar la visión que la sociedad francesa tenía acerca de la última guerra. Dos ejemplos contundentes de esto son *Le Chagrin et la pitié* [*La tristeza y la piedad*], de Marcel Ophüls y *Shoah* de Claude Lanzmann [1985]”, ROUSSO, Henry. Para una historia de la memoria colectiva: el post-Vichy. *Aletheia*, v. 3, n° 5, 2012, p. 5.

<sup>58</sup> Estas afirmaciones están basadas en sus propias investigaciones y de otros especialistas sobre estos colectivos profesionales de clase media (organizaciones que representan a médicos, abogados, comerciantes y artesanos, principalmente) y su relación con los judíos (franceses y extranjeros) y la vida civil francesa en general desde 1930 hasta 1942. Caron sostiene que estos colectivos son importantes porque los judíos que en su mayoría pertenecían a esta clase estaban muy integrados en este sector de la sociedad (Ver: CARON, Vicki. *Uneasy*

---

expresa una posición más matizada, propuesta por los historiadores Michael Marrus y Robert Paxton (1981) y Susan Zuccotti (1993), según la cual “la población francesa como conjunto no apoyó ni se opuso al programa antisemita de Vichy durante el período comprendido entre 1940 y 1942. [...] la opinión pública se mostró indiferente ante el tema judío. [...] La mayoría de los hombres y mujeres franceses [...] estaban demasiado absortos en sus propias preocupaciones cotidianas al principio de la guerra como para que les importara mucho el destino de los judíos” (CARON, 2005, p. 431).

También señalan que “ninguna presión ejercida desde abajo inspiró el programa antisemita de Vichy” y que la opinión popular comenzó a deslizarse hacia “la simpatía sin ambages por los judíos solo a finales de la primavera y del verano de 1942, después de que los alemanes impusieran el decreto de la estrella amarilla en la zona norte y, especialmente, después de que se embarcaran en su política de deportaciones masivas con la colaboración de la administración y de la policía francesas” (CARON, 2005, p. 432).

La tercera interpretación es una variación de la anterior, sostenida por los eruditos Asher Cohen, Pierre Laborie, John Sweets y Renée Poznanski, para quienes la opinión pública francesa “se mostró abrumadoramente indiferente a la ‘cuestión judía’ hasta el verano de 1942. No obstante, creen que en un principio era más neutral que moderadamente hostil, debido al dramático efecto de la derrota, y que con la presión de las deportaciones, dicha neutralidad se transformó en compasión activa por los judíos”. Asimismo, estos autores también consideran la indiferencia de los años 1941 y 1942 “más inclinada hacia la compasión latente, que creen que allanará el camino para que surjan las actividades de rescate” (CARON, 2005, p. 433-434).

En el cine, podemos ver también un recorrido similar al de la memoria y la historiografía, que podemos clasificar, y hasta cierto punto periodizar, en tres grandes momentos, en los cuales prima un posicionamiento específico respecto de los problemas enunciados. Una primera etapa en la cual, luego de finalizada la guerra, el cine francés, por un lado, “mostró durante bastantes años una mirada conforme con el discurso político dominante entre los triunfadores: la Francia fue en su conjunto parte de la Resistencia antinazi, participando valientemente en las acciones de oposición contra los ocupantes alemanes” (AIZPURU, 2009, p. 198). Y a la

---

*asylum*: France and the Jewish Refugee Crisis, 1933-1942. Stanford, CA: Stanford University Press, 1999; CARON, Vicki. The Anti-Semitic Revival in France in the 1930s: The Socioeconomic Dimension Reconsidered. *Journal of Modern History*, nº 70, 1998).

vez, por otro lado, también “muestra que muchos franceses prefirieron reconstruir el orgullo de su identidad nacional antes que examinar sus responsabilidades” (CROCI; KOGAN, 2003, p. 105).

Así, durante las dos décadas posteriores a la guerra hasta la de 1970, aproximadamente, las películas mayoritariamente hacen hincapié en la resistencia contra la ocupación y los actos heroicos, mientras que rara vez aparecía la figura del colaboracionista<sup>59</sup>. No obstante, a partir de mediados de la década del ‘50, empieza un “cambio de tendencia” con el estreno de *Noche y niebla* de Alain Resnais (1955), “un film marcado por la censura-boicot que obligó a eliminar una escena donde se apreciaba el kepis de un gendarme vigilando un campo de concentración alemán, lo que indicaba la complicidad del gobierno de Vichy con las deportaciones y la participación de la policía francesa en la ‘solución final’ nazi” (AIZPURU, 2009, p. 199)<sup>60</sup>.

Más tarde, aparece uno de los primeros films de ficción que se refiere abiertamente al colaboracionismo, *El viejo y el niño* (Claude Berri, 1967), mediante una historia autobiográfica acerca de la relación entre un campesino francés, anciano y antisemita, y un niño judío al que cuida bajo una identidad falsa para que no lo deporten; film que marca el comienzo del fin de la postura complaciente que había adoptado la sociedad francesa (CROCI; KOGAN, 2003, p. 113). Pero el quiebre fundamental va a estar dado, como dijimos, a inicios de la década del ‘70 por el film documental de Ophüls, *La tristeza y la piedad*, que con el montaje de material de archivo y testimonios de políticos de Vichy, prisioneros de campos de concentración, testigos y declaraciones de oficiales alemanes, se encarga de demostrar que no existió unanimidad en la lucha contra el nazismo y se propone construir una memoria que descubre ese pasado que se mantuvo oculto como un tema tabú en la sociedad francesa hasta entonces (CROCI; KOGAN, 2003, p. 110).

---

<sup>59</sup> Ver, por ejemplo, *Le père tranquille* (*Mr. Orchid*) (René Clément, 1946); *La batalla del riel* (René Clément, 1946); *Un condenado a muerte se escapa* (Robert Bresson, 1956); *La línea de demarcación* (Claude Chabrol, 1966); *¿Arde París?* (René Clément, 1966); *El ejército de las sombras* (Jean-Pierre Melville, 1969), si bien este último film, a diferencia de los otros, muestra una resistencia menos heroica y encarnada por seres humanos vulnerables. Una excepción temprana a esta tendencia inicial general la marcó el film *El silencio del mar* (Jean-Pierre Melville, 1947), que muestra la empatía entre una joven francesa y un oficial alemán convaleciente, al que tiene que cuidar en su hogar junto con su tío, quien decide por el contrario no dirigirle la palabra, en los primeros años de la ocupación del pequeño pueblo francés en el que viven.

<sup>60</sup> En 1959, *Hiroshima mon amour*, también dirigida por Resnais, desde la ficción, se refiere retrospectivamente y a partir de rememoraciones a la culpa que siente la protagonista por haber tenido una historia de amor con un soldado alemán durante la ocupación, y a la humillación pública que tuvo que vivir luego de la liberación, como tantas otras mujeres francesas por haber sido marcadas como colaboracionistas.

---

No obstante, este film también fue objeto de cierta censura, ya que, si bien fue realizado para televisión, las cadenas francesas se negaron a emitirlo hasta 1981, porque consideraron su contenido muy crudo y polémico, y por esto, solamente se estrenó en salas pequeñas de cine arte, lo cual hizo que no tuviera en ese momento gran repercusión (CROCI y KOGAN, 2003, p. 110-111). Unos años más tarde, llegaría otra película que causó mucha conmoción: la ficción de Louis Malle, *LacombeLucien*, estrenada en 1974, cuyo joven protagonista es un campesino analfabeto que, ante el desprecio que recibe de un miembro de la resistencia, decide formar parte de las fuerzas colaboracionistas y se convierte en auxiliar de la Gestapo. El estallido y las controversias que produjo este film en parte de la opinión pública y la manera en que repercutió en los medios de comunicación son un indicio de que todavía perduraba la herida abierta y la mala conciencia aún a tres décadas de los sucesos (CROCI; KOGAN, 2003, p. 114).

A partir de entonces, podemos ver la aparición de películas que muestran abierta y crudamente el colaboracionismo de Vichy con la Alemania nazi y sus fuerzas ocupantes, en sus diferentes formas, algunas de las cuales, además, sugieren que, conjuntamente con el fenómeno de la colaboración, también hay que incluir en la mirada sobre esta época el fascismo y antisemitismo de ciertos sectores del pueblo francés<sup>61</sup>.

Por último, a partir de los años '80, con el levantamiento ya de todos los tabúes y las polémicas públicas que mencionamos, podemos ver un incremento notable y sostenido en la cantidad de películas estrenadas acerca de estos fenómenos, que si bien muestran críticas abiertas y duras contra el colaboracionismo y el antisemitismo, vuelven también sobre la resistencia, pero a su vez revisan ambos temas a través de distintas formas, perspectivas, géneros, personajes, problemáticas de la vida cotidiana de distintos sectores de la sociedad, como los artistas, los profesionales, los confesionales, de miembros paradigmáticos o individuos o colectivos que condensan las distintas clases sociales y sus diferentes puntos de vista, muchas veces confrontados y otros matizados por circunstancias específicas, irreductibles a interpretaciones generalizadas. Películas que en su conjunto ponen el énfasis en la complejidad de los eventos de la época y la multiplicidad de factores y aristas que cada uno de estos puntos de vista podía aportar, ampliando las perspectivas, y distanciándose así

---

<sup>61</sup> Ver, por ejemplo, *El jueves del adiós* (Michel Mitrani, 1974); *Los violines del baile* (Michel Drach, 1974); *Una bolsa de bolitas* (Jacques Doillon, 1975); *El otro señor Klein* (Joseph Losey, 1976).

de la visión polar-binaria que caracterizaba a los primeros films tanto sobre la resistencia como sobre la colaboración, en sus exclusiones mutuas<sup>62</sup>.

Por todo lo expuesto, vemos así que el acuerdo no parece ser tan sostenido ni estable, ni en la historiografía ni en la cinematografía sobre el tema, respecto de la segunda posibilidad señalada por Lemkin acerca de la adhesión, colaboración y/o indiferencia del pueblo francés en general con la ocupación nazi del territorio y el régimen de Vichy, más allá del acuerdo que sí parece existir hoy respecto de las “raíces autóctonas” de este último y de su colaboración con la ocupación alemana. Es decir, esta cuestión todavía sigue siendo objeto de debate y de representaciones que expresan distintos puntos de vista sobre en qué medida las consignas del programa político del régimen de Vichy se han infiltrado en la vida francesa a través de canales de colaboración con Alemania, tal como se lo preguntaba Lemkin en 1944.

Puesto de otro modo: ¿o es que el movimiento fue inverso y la “vida francesa” de aquella época fue el marco propicio donde se desarrollaron esas consignas que tuvieron su base en la idiosincrasia de ciertos sectores de la población que avaló la formación del régimen que las elevó como su bandera? Es la representación cinematográfica de este problema aún en disputa el que abordaremos a continuación. Pero, dada la complejidad y extensión que un estudio sobre el tema requiere, aquí nos centraremos principalmente en su indagación a partir del análisis formal de una de las últimas películas francesas que se estrenaron sobre esta temática: *La redada*, escrita y dirigida por Roselyne Bosch, y estrenada en el año 2010<sup>63</sup>.

Nos preguntaremos, ¿qué historia nos narra *La redada* y qué idea de historia podemos percibir en ella? ¿Qué nos dice y cómo acerca de la Francia ocupada y su relación con la Francia de Vichy? ¿Qué vínculos o relaciones podemos establecer entre lo que nos dice este film y cierta historiografía más o menos canónica sobre el tema? A partir de todo esto, ¿qué aportes realiza específicamente esta película al eje temático de la cinematografía en el que la

---

<sup>62</sup> Ver, por ejemplo, las ficciones: *El último subte* (François Truffaut, 1980); *Los unos y los otros* (Claude Lelouch, 1981); *Papá a la resistencia* (Jean-Marie Poiré, 1984); *Adiós a los niños* (Louis Malle, 1987); *Un asunto de mujeres* (Claude Chabrol, 1988); *El extraño caso del doctor Petiot* (Christian de Chalonge, 1990); *Uranus* (Claude Berri, 1990); *Los miserables* (Claude Lelouch, 1995); *Una razón para vivir* (Gérard Jugnot, 2001); *Salvoconducto* (Bertrand Tavernier, 2002); *La llave de Sarah* (Gilles Paquet-Brenner, 2010); *La redada* (Roselyne Bosch, 2010); y los documentales: *Shoah* (Claude Lanzmann, 1985); *Hôtel Terminus: The Life and Times of Klaus Barbie* (Marcel Ophüls, 1988); *Premier convoi* (Pierre-Oscar Levy, 1992); *La mirada de Vichy* (Claude Chabrol, 1992); *Les Enfants du Veld'Hiv'* (Maurice Frydland y Michel Muller, 1992); *My Enemy's Enemy* (Kevin Macdonald, 2007).

<sup>63</sup> En el año 2009, se estrenó la serie francesa de TV, *Un pueblo francés*, que trata sobre Villeneuve, un pequeño pueblo ficticio del Jura, que cambia radicalmente con la llegada del ejército alemán en junio de 1940 y que muestra cómo, durante los cuatro años de ocupación de Francia, sus habitantes tendrán que vivir cotidianamente. Durante 2016, esta serie ha sido transmitida por el canal de cable *Europa*.

---

hemos incluido? Para responder estos interrogantes, analizaremos la forma-contenido del film basándonos en las nociones de “modo narrativo cinematográfico clásico”, elaborada por el teórico e historiador del cine, David Bordwell (1996), y las ideas de “historiofotía” y “causalidad figural” de Hayden White (2010), historiador y teórico de la historia, y el aparato analítico narrativista y tropológico que este autor ha desarrollado en su ya clásica obra de 1973, *Metahistoria. La imaginación histórica en la Europa del siglo XIX* (2014).

### **El contenido de la forma de La Redada**

#### **Abordaje(s) de la Relación Cine-Historia**

Para empezar, queremos dejar sentado desde qué punto de vista entendemos el cine y los films que representan eventos pasados. En primer lugar, creemos que las películas no deberían ser abordadas solo como simples productos culturales de la época en la que fueron producidas, estrenadas y proyectadas, es decir, como fuentes primarias para la investigación historiográfica, como sostienen aquellos que siguen los lineamientos desarrollados inicialmente por Marc Ferro (2000, 2003) y Pierre Sorlin (1985).

Tampoco concebimos los films que tratan sobre el pasado como sucedáneos audiovisuales o fílmicos, más o menos fieles, de la historiografía, es decir, como un cine que se caracterizaría por “la existencia de un referente concreto extraído de un saber extra-cinematográfico llamado Historia” (MONTERDE; SELVA; SOLÀ, 2001, p. 136), siendo ésta la que posee los referentes que servirían de vara para establecer si una película puede ser considerada legítimamente histórica o no. Este tipo de abordaje se ha expresado generalmente a través de la categoría de “cine histórico” elaborada por Robert Rosenstone (1997). Por ejemplo, este autor sostiene que este cine, para ser tomado en serio, “no debe transgredir o desdeñar todos los conocimientos e ideas que tenemos del pasado. Todos los cambios y ficciones deben incardinarse en el corpus de conocimientos históricos. Todos los cambios respecto de lo documentado deben ser concordantes con los hechos e interpretaciones acreditados por la historia escrita” (ROSENSTONE, 1997, p. 64).

Aquí, en cambio, concebiremos los films que tratan acerca del pasado, tomando las propuestas teóricas de Hayden White, como *discursos por derecho propio*. Siguiendo a White, creemos que:

[...] estamos inclinados a tratar a la evidencia en imágenes como si fuera como mucho un complemento de la evidencia verbal, más que como un suplemento, es decir, un *discurso en su propio derecho* y capaz de decirnos cosas sobre sus referentes, que son tanto diferentes de lo que puede decirse en el discurso verbal como también de lo que puede decirse solamente por medio de imágenes visuales. [...] Estamos inclinados a usar imágenes

---

principalmente como ‘ilustraciones’ de las predicaciones hechas en nuestro discurso escrito. No hemos explotado en profundidad las posibilidades del uso de imágenes como medio principal de la representación discursiva (WHITE, 2010a, p. 218; subrayados nuestros).

Es decir, desde esta perspectiva teórica, concebiremos estas películas, entre ellas *La redada*, como discursos legítimos sobre el pasado que pueden decirnos cosas relevantes acerca de éste, y no sólo de su época de producción y circulación, más allá de las formas y estrategias de su construcción-representación, que pueden relacionarse y/o vincularse (o no) con los modos de representación y construcción de conocimiento de la historiografía académica. Por estos motivos, tomamos de White la noción de historiofotía, “la representación de la historia y nuestro pensamiento acerca de ella en imágenes visuales y discurso filmico” (WHITE, 2010a, p. 217). Entendemos que, a diferencia de la de “cine histórico”, esta noción tiene su base en la idea de que:

[...] ninguna historia, visual o verbal, ‘refleja’ todos, o incluso la mayor parte de los eventos o escenas de los que se propone ser un relato, y esto es cierto aún en la más estrictamente restringida ‘micro-historia’. Toda historia escrita es producto de procesos de condensación, desplazamiento, simbolización y clasificación, exactamente, como aquellos usados en la producción de una representación fílmica. Es sólo el medio el que difiere, no la forma en que los mensajes son producidos (WHITE, 2010a, p. 219).

En este sentido, White también enfatiza que no podemos olvidar que:

[...] como la novela histórica, el film histórico llama la atención en la medida en que es un constructo o, como lo llama Rosenstone, una representación ‘modelada’ de la realidad que los historiadores preferiríamos considerar ser ‘encontrada’ en los acontecimientos mismos o, si no allí, entonces al menos en los ‘hechos’ que han sido establecidos por la investigación de los historiadores sobre los registros del pasado. Pero la monografía histórica no es menos “modelada” o construida que el film histórico o la novela histórica. Se le puede dar forma a través de distintos principios, pero no hay razón por la que una representación filmada de acontecimientos históricos no sería tan analítica y realista como cualquier relato escrito (WHITE, 2010a, p. 221).

Y asimismo sostiene que “las demandas sobre la verosimilitud en las películas que es imposible en cualquier medio de representación, incluyendo a la historia escrita, derivan de la confusión de individuos históricos con clases de ‘caracterización’ de ellos requeridas para propósitos discursivos, ya sea en medios verbales o visuales” (WHITE, 2010a, p. 225). Así podemos ver, como dijimos anteriormente, que en el caso de las distintas representaciones sobre la Francia ocupada y la Francia de Vichy, las cinematográficas brindaron interpretaciones pioneras respecto de algunos de los problemas que, desde la ocupación nazi misma, han sido señalados por Lemkin.

De este modo, entendemos que, según la perspectiva de la relación entre cine e historia que adoptemos, podríamos omitir, o dejar de lado por considerarlo irrelevante, por ejemplo, lo que el film de ficción *LacombeLucien* (Louis Malle, 1974) tendría para decirnos como *discurso en*

---

*su propio derecho*. Es decir, si adoptáramos solamente la perspectiva de Ferro y Sorlin, podríamos pensar que lo que el film tiene de relevante para decirnos es únicamente sobre los años de su producción y estreno, como producto cultural de su época, en este caso, la década de 1970 en Francia. En este punto, Ferro es categórico: “el cine nos informa sobre su propia época, es decir, la que es contemporánea a la realización de la película, más que sobre la época que intenta representar, cuando se trata del pasado” (FERRO, 2003, p. 117).

Y si tomáramos sólo la perspectiva de Rosenstone, tal vez podríamos no tenerlo ni siquiera en cuenta, dado que su “contenido” no se incardina en el *corpus* de los conocimientos producidos y validados por la historiografía académica; y por ello, solo podríamos clasificarlo como film de “ambientación histórica”, ya que “para ser considerado ‘histórico’, un film debe ocuparse, abierta o indirectamente, de los temas, las ideas y los razonamientos del discurso histórico. Por tanto, es obligado a rechazar aquellos largometrajes que utilizan el pasado como un decorado más o menos exótico o lejano para narrar aventuras y amores” (ROSENSTONE, 1997, p. 59).

Por el contrario, creemos que un abordaje como el propuesto por White nos permite atender más profundamente lo que este film (y otros que hablan acerca del pasado), a través de su forma, nos dice acerca de los eventos representados. Y, en este caso, por ejemplo, prestarle atención específicamente al modo en que en él es abordado el complejo problema del colaboracionismo y los límites y la amplitud posibles de la resistencia a la ocupación nazi en un momento en que, como vimos, la historiografía francesa aún no había elaborado interpretaciones que se hicieran cargo del carácter polémico y tabú de lo acontecido durante esta época de su propia historia nacional.

En el caso de *La Redada*, a su vez, nos habilita a pensar y abordar lo que este film tiene para decirnos *por derecho propio* sobre los eventos que representa, y no tratar de analizarlo teniendo como base y preocupación si se puede vincular o clasificar dentro de alguna de las corrientes historiográficas existentes sobre el tema y cómo es que el film la logra representar a través de un lenguaje propio.

### **La Redada: Narración Clásica y Causalidad Figural**

*La Redada*<sup>64</sup> es una película ficcional, basada en la investigación que realizó su directora con la ayuda de un asesor histórico, el especialista reconocido en el tema, Serge Klarsfeld.<sup>65</sup> Su

---

<sup>64</sup> Ficha técnica. Título original: *La rafle*. Dirección y guión: Roselyne Bosch. Países: Francia, Alemania y Hungría. Año: 2010. Duración: 115 min. Género: drama, bélico. Idioma: francés, alemán, yiddish.

argumento representa, en paralelo, las etapas de la implementación de la “solución final” en Francia luego de la ocupación nazi, y la historia de vida de Joseph Weismann, “Jo”, uno de los pocos sobrevivientes de la llamada “redada del Velódromo de Invierno” y del campo de detención francés de Beaune-la-Rolande<sup>66</sup>. Podemos percibir en el film el abordaje y representación de tres grandes problemas también trabajados por la historiografía académica:

- 1) el colaboracionismo del gobierno de Vichy con el régimen nazi;
- 2) la existencia de franceses civiles y militares que, de diversos modos y con diferentes grados de exposición, se resistieron a la ocupación y sus normativas, ayudando a sus conciudadanos judíos;
- 3) la propia resistencia, más o menos activa, de los judíos franceses a someterse al destino que le deparaban las nuevas leyes de segregación racial y la deportación a los campos, llevadas a cabo por el gobierno de Vichy y las fuerzas de ocupación.

Como veremos, *La Redada*, por su forma-contenido, está en sintonía con los rasgos de lo que David Bordwell denominó “modo narrativo clásico”<sup>67</sup>, ejemplificado por Hollywood:

- 1) individuos psicológicamente definidos que luchan por resolver un problema o para conseguir unos objetivos específicos; en el transcurso de esta lucha, entran en conflicto con

Interpretación: Jean Reno (Dr. David Sheinbaum), Mélanie Laurent (Annette Monod), GadElmaleh (SchmuelWeismann), RaphaëlleAgogué (Sura), Hugo Leverdez (Jo), Joseph Weismann (Joseph), SylvieTestud (Bella), AnneBrochet (Dina). Producción: Alain Goldman. Música: Christian Henson. Fotografía: David Ungaro. Montaje: Yann Malcor. Distribuidora: Wide Pictures. Estreno en Francia: Marzo de 2010. Calificación por edades: no recomendada para menores de 12 años.

<sup>65</sup> Ver, por ejemplo, KLARSFELD, Serge. *Vichy-Auschwitz*. París: Fayard, 1983; KLARSFELD, Serge. *Memorial to the Jews Deported from France, 1942-1944*. Nueva York: BeateKlarsfeldFoundation, 1983. “El volumen contiene listas de nombres, con nacionalidad, edad, lugar de nacimiento, por orden cronológico de partida de los trenes” (HILBERG, Raul. *La destrucción de los judíos europeos*. Madrid: Akal, 2005, p. 703).

<sup>66</sup> “En 1941, el gobierno de Vichy había establecido en el sur de Francia una red de campos: Gurs, Rivesaltes, Noe, Recbedon, La Vernet y Les Milles. Además de los judíos de Baden y del Sarre, los campos contenían a recién llegados del Reich, Austria, el Protektorat y Polonia, así como diversos judíos ‘apátridas’ de todo tipo. El número total de presos era de 20.000. En París, la administración alemana observó estos movimientos con aceptación aprobatoria. Vieron en la medida francesa una base para adoptar medidas similares en el territorio ocupado. Bajo la dirección del ObersturmführerDannecker, experto de las SS en asuntos judíos destacado en la embajada, la prefectura de policía de París reunió un índice de fichas en el que se enumeraba a cada judío (1) alfabéticamente, (2) por su dirección, (3) por profesión y (4) de acuerdo con el crucial criterio de nacionalidad. La lista se utilizó por primera vez en mayo de 1941, con una redada de judíos polacos, y de nuevo en agosto, con la captura de judíos involucrados en ‘delitos comunistas y gaullistas, y en intentos de asesinato contra miembros de la Wehrmacht’” (HILBERG, Raul. *La destrucción de los judíos europeos*. Madrid: Akal, 2005, p. 696).

<sup>67</sup> “Un modo narrativo es un conjunto de normas de construcción y comprensión narrativas históricamente distintivas. [...] La relativa estabilidad y coherencia de este conjunto de normas es lo que permite a los espectadores entender y aplicar diversos esquemas de comprensión narrativa. Estas normas también proporcionan a los cineastas modelos de construcción. Considerar que los conjuntos de normas proporcionan bases históricas concretas para los actos de observación y construcción de filmes es considerarlos como lo que yo llamo modos de narración” (BORDWELL, David. *La narración en el cine de ficción*. Barcelona: Paidós, 1996, p. 150).

---

otros o con circunstancias externas y la historia termina con una victoria decisiva o una derrota, la resolución del problema o la consecución o no de los objetivos;

2) la “historia canónica” que respeta el modelo de establecimiento de un estado de la cuestión inicial que se altera y que debe volver a la normalidad; así, la causalidad es el primer principio unificador;

3) las configuraciones espaciales se motivan por el realismo y por necesidades compositivas;

4) la causalidad también motiva los principios temporales: el argumento representa el orden, frecuencia y duración de los acontecimientos de la historia de forma que salgan a relucir las relaciones causales importantes;

5) el argumento está dividido en segmentos, las secuencias de montaje y las escenas, según el criterio neoclásico: unidad de tiempo (duración continua o coherentemente intermitente), de espacio (una localización definible) y de acción (una fase distintiva causa-efecto); de ahí la “linealidad” de la construcción narrativa;

6) la tendencia del argumento a desarrollarse hacia un conocimiento completo y adecuado, el film se mueve hacia una creciente conciencia de la verdad;

7) acabar la película con un epílogo, una breve “celebración” de la estabilidad conseguida por los personajes principales, que repite los temas connotativos que han aparecido a lo largo del film;

8) la llamada “ocultación de la producción”, por la cual la historia parece que no se ha construido, sino haber preexistido a su representación narrativa (BORDWELL, 1996, p. 157-161).

Ahora bien, atendiendo a estas características, ¿qué podemos *conocer* mediante este film en tanto representación narrativa clásica? ¿Qué nos dice a través de su forma sobre la Francia ocupada y la Francia de Vichy? Para responder estos interrogantes, tomaremos también la lectura de White sobre el modelo de figura-cumplimiento que Erich Auerbach desarrolló en *Mimesis. La representación de la realidad en la literatura occidental* (2014): la idea de que “la historia es precisamente el modo de existencia en el cual los acontecimientos pueden a la vez ser cumplimientos de eventos precedentes y figuras de posteriores” (WHITE, 2010b, p. 45). White propone denominar a este modo distintivamente histórico de causación con el término de “causalidad figural”. Ésta:

[...] informa el proceso por medio del cual la humanidad se auto-realiza por medio de su capacidad singular de complimentar las múltiples figuras en y por medio de las cuales la realidad es, a un mismo tiempo, representada

---

como un objeto para la contemplación y como un premio, un *pretium*, un objeto de deseo digno de los esfuerzos humanos por comprenderlo y controlarlo (WHITE, 2010b, p. 35).

Así, señala White que, en el marco de este modo de causación:

la concepción estética de la relación [entre acontecimientos anteriores y posteriores] sitúa el significado preponderantemente en el *acto retrospectivo de apropiación* de un acontecimiento previo, por medio del procedimiento de considerarlo una figura relativa a un evento posterior. No es un asunto relativo a la facticidad; los hechos del acontecimiento previo son los mismos aún después de la apropiación. Lo que ha cambiado es la relación que agentes de un tiempo posterior establecen retrospectivamente con el evento previo como un elemento en su propio pasado -un pasado sobre la base del cual un presente específico es definido (WHITE, 2010b, p. 38, subrayados nuestros).

Por estos motivos, para White, esta relación no es causal o genética, si no genealógica, en tanto “los agentes responsables de la ocurrencia del acontecimiento posterior opten por el acontecimiento previo como un elemento de la genealogía del evento ulterior” (WHITE, 2010b, p. 45). Siguiendo su lectura, la relación genealógica puede analizarse en dos niveles que se yuxtaponen: a) el diacrónico, que establece una relación sintagmática entre épocas; y b) el sincrónico o paradigmático, constituido por las relaciones intrínsecas a un período dado, entre texto y contexto (WHITE, 2010b, p. 39-40).

Esta idea de historia, creemos, tiende a plasmarse en el modo narrativo de la escritura historiográfica<sup>68</sup> y en la narración cinematográfica clásica, cuyos rasgos sintetizamos previamente, como intentaremos mostrar a continuación a través del análisis de *La Redada* utilizando estas ideas y conceptos. Entonces, ¿qué genealogía se establece en este film? ¿Qué figuras y qué cumplimientos expresa? ¿Qué historia nos cuenta? ¿Qué podemos conocer mediante el uso de este modelo?

En el nivel diacrónico, *La redada* representa la aplicación de la “solución final” en el contexto de la Francia ocupada a través de la figura cumplida de un pasado que no es sólo de colaboracionismo con los nazis. El hecho de que la historia se desarrolle en el epicentro de la zona ocupada, París, establece una base importante respecto de lo que, como veremos, el film va a decirnos en su conjunto. En esa zona, como ya señala tempranamente Lemkin, se organizó y desarrolló principalmente la resistencia<sup>69</sup>, lo cual marcó un contraste fundamental respecto de lo que sucedía en la zona no ocupada<sup>70</sup>.

---

<sup>68</sup> Ver: BARTHES, Roland. El discurso de la historia. En: BARTHES, Roland. *El Susurro del Lenguaje*. Barcelona: Paidós, 1987; WHITE, Hayden. La historiografía como narración. En: WHITE, Hayden. *Ficción histórica, historia ficcional y realidad histórica*. Buenos Aires: Prometeo, 2010c.

<sup>69</sup> “En apariencia los ocupantes no gozan de una sensación de seguridad en la región ocupada, a pesar de haber impuesto la política de ‘colaboración forzada’ a la población francesa. La evidencia sobre ese hecho se puede encontrar, entre otras cosas, no sólo en la gran cantidad de sabotajes y tomas de rehenes, sino también en

---

Así, en el film puede vislumbrarse una genealogía de la historia de la Francia contemporánea que no quiere ser cortada, ni contada, por un evento vergonzante para sus protagonistas como lo fue y es el colaboracionismo. *La redada* puede ser analizada entonces como un eslabón en esta “cadena” de figuras que se preceden y consuman. Se dice al final, en el epílogo de la película, con textos sobreimpresos en la imagen negra: “De los 13.000 judíos del ‘Velódromo de invierno’ sólo 25 adultos sobrevivieron. Ninguno de los 4051 niños deportados regresó jamás. Vichy y los alemanes esperaban reunir a 24.000 personas. Pero en la mañana de la Redada, *parisinos valientes* contribuyeron a esconder a 10.000 judíos, hombres, mujeres y niños”.

Dice, entonces, los franceses no fuimos todos colaboracionistas. Así, podemos ver que se cumple la figura elaborada desde el inicio del film en el que, también con textos sobreimpresos en un fondo negro, se indica: “Todos los eventos de esta película, hasta los más extremos, ocurrieron realmente en el verano de 1942”. De esta manera, nos cuenta finalmente que, en ese pasado, hubo también “grandes hombres y mujeres” que lucharon o se resistieron a la ocupación nazi, pero también a lo que significaba y a lo que dio lugar el régimen de Vichy, el racismo y el antisemitismo. No obstante, ¿es trasladable, extensible, esta conclusión a toda la población francesa, a lo que sucedió en todo el territorio francés? Mostrar París, y a los “parisinos valientes”, como sinécdoque de toda Francia, como veremos, es problemático en sí mismo, justamente, por las consecuencias interpretativas que acarrea.

Es la construcción de la figura de una *Francia resistente*, diferenciada del Estado de Vichy, representado mediante sus funcionarios dirigentes, que termina primando e imponiéndose, casi por omisión, invisibilización de los ciudadanos civiles y la vida cotidiana de la zona no ocupada, sobre la figura de una posible *Francia colaborante*. Veamos entonces cómo se logra construir esta idea y cada una de estas figuras en la narración y en las imágenes mismas.

---

decretos como el del 5 de febrero de 1942 donde se prohíbe a todo personal médico [...] que no estén cumpliendo servicio en el ejército alemán tratar a miembros de las fuerzas armadas alemanas o a civiles de nacionalidad alemana. [...] Recientemente, la seguridad de los ocupantes se vio seriamente amenazada no sólo por una clandestinidad francesa bien organizada, sino también por un tipo especial de guerra de guerrillas desencadenada en la región del sudeste de Francia” (LEMKIN, Raphael. *El dominio del Eje en la Europa ocupada*. Buenos Aires: Prometeo, 2009, p. 278-279).

<sup>70</sup> Es importante destacar también, tomando a Hilberg, que “la legislación francesa de Vichy se aplicaba tanto en el territorio ocupado como en el no ocupado, mientras que el régimen alemán se limitaba al área ocupada. Como resultado, los *judíos de la zona ocupada sufrían una doble opresión*, francesa y alemana, mientras que los de la zona no ocupada estaban expuestos solo a las normativas del régimen de Vichy. En 1942, la línea demarcatoria se vino abajo, y las medidas francesas y alemanas entraron igualmente en vigor en toda Francia” (HILBERG, Raul. *La destrucción de los judíos europeos*. Madrid: Akal, 2005, p. 682; subrayados nuestros).

*La Redada* establece el comienzo de su genealogía a través de imágenes montadas de archivo documental de la entrada de Hitler y el ejército alemán en París. Con la Torre Eiffel de fondo, a modo de trofeo, Hitler aparece mirando a su alrededor, posando, como jactándose de su victoria y su poder; luego, un camión militar lleno de soldados va camino hacia el Arco del Triunfo. Todos estos planos, acompañados por la canción de Edith Piaf, homónima de la ciudad, componen la presentación del film y sobre ellos, en textos sobreimpresos, sus créditos. Estas imágenes parecen cumplir la función de dar veracidad-verosimilitud al relato. Pero también pueden indicar que el inicio de toda esta historia se da por esta intromisión externa, marcando todo lo que va a venir después casi como un destino inexorable e indisoluble y exclusivamente relacionado con la ocupación nazi.

Luego, empieza la historia ficcional con el paso al color y a la historia personal de los protagonistas. En esta primera escena, de la primera secuencia, se establece el nexo genealógico principal: el plano de transición entre las imágenes de archivo y las ficcionales está dado por el paso del blanco y negro de una bandera con la esvástica colgada en un parque donde hay una calesita, que vemos luego enteramente a color. En ese plano, con un texto sobreimpreso, se indica una fecha crucial, “6 de junio de 1942”, día de la implementación de la Estrella de David amarilla (inscripta con la palabra “judío” en el centro), como distintivo obligatorio para los judíos de la zona ocupada. Está allí el protagonista principal, Jo Weismann, al que se muestra discriminado por un oficial que está filmando en el lugar como si fuera un turista y que ve a través de su lente, en blanco y negro, la insignia judía sobre su pecho, mientras miraba la calesita girar. Inmediatamente después aparece un plano detalle de un cartel colgado en la entrada que dice “Prohibido para los judíos”.

Observemos que sólo media, entre la entrada de Hitler a París, el 22 de junio de 1940, y el 6 de junio de 1942, un plano de transición, que genera una elipsis temporal, que establece un vínculo directo, sin escalas entre un momento y otro, como si no hubiera entre ellos nada que los diferenciase, nada que valga la pena ser destacado, enfatizando así una relación de causa-efecto entre ambos<sup>71</sup>.

Que el comienzo de la historia de “la redada” esté representado de este modo nos sugiere un estado de situación particular con respecto a la recepción de las medidas antisemitas del

---

<sup>71</sup> Recordemos que, siguiendo a Marcel Martin, la vocación de la elipsis “no es tanto suprimir los tiempos débiles y los momentos perdidos como sugerir lo *sólido* y lo *pleno* dejando fuera del campo (fuera de representación) lo que la inteligencia del espectador puede suplir sin dificultad” (MARTIN, Marcel. *El lenguaje del cine*. Barcelona: Gedisa, 2002, p. 93; subrayados del original).

---

régimen de Vichy por parte de la sociedad civil francesa en general. Es decir, ese momento, principalmente con la imposición de la estrella amarilla, según la mayoría de los historiadores que mencionamos anteriormente, marca un “punto de inflexión” en la opinión de la mayoría de la población francesa, que, siguiendo el estudio de Caron, encontraba repelente esta modalidad de antisemitismo, pero que no había encontrado repelente en los años previos una variedad moderada de este, que pedía que se restringiera la participación de los judíos en los cargos públicos y en diferentes profesiones, y, no obstante, “se detenía en seco antes de autorizar la violencia antisemita o el asesinato en masa” (CARON, 2005, p. 471).

Así, la figura que se consume, que se cumple en el film está dada por este “origen”: la elección genealógica de este origen delimitado, primero, con las imágenes documentales de la ocupación, y luego con la ficcionalización de una fecha exacta, el 6 de junio de 1942, mediante la mostración-símbolo de la estrella en el pecho del protagonista. Este inicio-origen del relato puede sugerir la proyección de las actitudes civiles y militares de rechazo y hasta de resistencia activa a las medidas antisemitas, registradas en los años 1943 y 1944, al período inicial de “luna de miel” con el régimen que, según Caron, los sectores profesionales medios demostraron, principalmente (CARON, 2005, p. 459).

Una proyección tal como si, desde el minuto cero de la ocupación, este rechazo al antisemitismo hubiese estado más presente en el pueblo francés de lo que, parece, efectivamente estuvo. Por el contrario, antes de la imposición de la estrella, la población francesa fue, en líneas generales, indiferente, o bien adoptó una postura de complicidad que, como vimos con Caron, en los sectores medios profesionales “es más perceptible en la ejecución incuestionable y despiadada de las leyes antisemitas y xenófobas” (CARON, 2005, p. 451).

John Sweets plantea una reflexión que bien podríamos relacionar con las conclusiones que nos aporta este análisis de *La redada*. Señala que si bien “Francia y muchos ciudadanos franceses estaban indisolublemente implicados en el proceso que envió a casi ocho mil judíos a la muerte. Aún así, otros franceses forman parte de los motivos que explican por qué sobrevivieron muchos más judíos de los que murieron en Francia durante la II Guerra Mundial” (SWEETS, 2005, p. 420-421). Así, Sweets cita y adhiere al planteo de RenéePoznsanski (1997), quien ofrece, según él, “un análisis deliciosamente sutil de la mezcla de circunstancias que condujeron a la muerte de una cuarta parte de la población judía y a la supervivencia de las tres cuartas partes”, y sugiere que “la metáfora de la botella medio

vacía o medio llena resulta la más apropiada para explicar la experiencia judía” (SWEETS, 2005, p. 425).

El film también plantea la hipótesis-metáfora-figura cuantitativista de la botella medio vacía-medio llena, y para resolverla, elige, en su construcción genealógica, optar también por el medio lleno, valiéndose de las estadísticas numéricas que arroja la investigación historiográfica y que reproduce en los textos sobreimpresos del epílogo final. Fue el día mismo de “la redada” en el que ese vaso medio lleno se consuma y toma forma en la “salvación” de los 10.000 judíos que los alemanes y sus ejecutores franceses no pudieron atrapar. De hecho, podemos encontrar investigaciones recientes que señalan que “nada influyó tanto para que la opinión pública cambiara respecto al tema judío como las redadas masivas y las deportaciones del verano de 1942.

Por primera vez, como observan Marrus y Paxton, los prefectos comenzaron a informar de la oposición existente a las medidas antisemitas, incluso entre muchos antisemitas” (CARON, 2005, p. 473). No obstante, como decíamos, según Caron, si tenemos en cuenta, por ejemplo, las actitudes de dichos colectivos de profesionales de clase media entre 1940 y 1941, y aún antes, a partir de 1930, “hay escasas pruebas para apoyar la afirmación de Sweets de que la Revolución Nacional de Pétain tuvo poco respaldo popular” (CARON, 2005, p. 458).

Quizás entonces otro hubiese sido el “cumplimiento” en *La redada*, si la figura construida hubiera sido, en vez de la Francia del verano de 1942, la de la década de 1930, o la de finales de los años ‘20, cuando, por ejemplo, “las organizaciones profesionales de clase media ejercieron una presión considerable para echar a los competidores extranjeros y, concretamente, a los judíos” (CARON, 2005, p. 437). O, más atrás aún, y si la figura elegida hubiese sido la Francia del “caso Dreyfus”, ¿sería también la Francia de Vichy de 1943-1944 el cumplimiento? ¿Qué Francia prevalecería entonces?

### **La Redada: Narración Clásica y Entramado Narrativo**

*La Redada* representa simultáneamente, con las técnicas de un “realismo” clásico y del montaje narrativo<sup>72</sup> paralelo<sup>73</sup>, acontecimientos situados, en el tiempo cronológico

---

<sup>72</sup> El montaje narrativo consiste en “reunir planos, según una secuencia lógica o cronológica con vistas a relatar una historia, cada uno de los cuales brinda un contenido fáctico y contribuye a que progrese la acción desde el punto de vista dramático (el encadenamiento de los elementos de la acción según una relación de causalidad) y desde el punto de vista psicológico (la comprensión del drama por parte del espectador)”, MARTIN, Marcel. *El lenguaje del cine*. Barcelona: Gedisa, 2002, p. 144. “A veces se refiere a las relaciones entre toma y toma, pero en especial a las relaciones entre escena y escena o entre secuencia y secuencia, lo cual nos conduce a considerar

documentado por la historiografía, a meses de distancia. A su vez, el tiempo de lo cotidiano de las familias judías francesas parece ir más lento, dado que se dilata en escenas más extensas que muestran “lo normal” y “normativo” de ese mundo.

En contraposición, aparecen, mechando y cortando esa cotidianidad-comunidad, mediante escenas más breves y diferenciadas, por un lado, la decisión de Hitler de exterminar a los judíos de las zonas ocupadas, y, por otro, la aplicación rotunda y expeditiva de sus colaboradores franceses, los funcionarios del régimen de Vichy, determinando el devenir final de lo cotidiano como inexorable, un final que se presenta como “explicable”, pero de manera externa, a partir de las decisiones y ejecuciones de *los otros* antagonistas ubicados afuera de esa comunidad. Este es el efecto del montaje, a la vez, narrativo y paralelo de estas escenas, las cuales convergen brindando una explicación de aquello que, en la representación de lo cotidiano, al interior de sus escenas, y su irrupción violenta desde “el afuera” siniestro, se tornaba inexplicable, increíble, inimaginable.

Esta yuxtaposición termina estructurando el relato hasta su final mostrando cómo ese afuera se va imponiendo y va arrasando con esta cotidianidad-comunidad, lo cual se desarrolla en la segunda secuencia narrativa del film, en la que se representan linealmente las distintas etapas de radicalización de la implementación de la “solución final” en la Francia ocupada. De este modo, en esta secuencia se suceden, consecutivamente, la cruenta noche de la redada. Luego, los días que la familia protagonista tiene que vivir hacinada, junto con las otras familias de la comunidad, en el Velódromo de Invierno.

Allí conocen a los otros dos personajes principales del film, la enfermera de la Cruz Roja, Annette Monod<sup>74</sup>, quien había sido presentada como crítica a las medidas antisemitas,

---

el film como una totalidad significativa” (MARTIN, Marcel. *El lenguaje del cine*. Barcelona: Gedisa, 2002, p. 171).

<sup>73</sup> El montaje paralelo es uno de los cuatro tipos de montaje narrativo que distingue Martin (además del lineal, invertido y alternado), a partir del cual “dos acciones (y a veces varias) se hacen simultáneas mediante intercalación de fragmentos pertenecientes alternadamente a cada una de ellas, *para que surja un significado de su confrontación*. La contemporaneidad de las acciones ya no es necesaria en absoluto; por eso, el tipo demontaje paralelo es el más sutil pero también el más vigoroso. Empleado en el nivel narrativo, en cierto modo no es sino una extrapolación del montaje ideológico, del cual ya hemos dado detallados ejemplos. Este montaje se caracteriza por su *indiferencia al tiempo*, dado que consiste precisamente en reuniracontecimientos que pueden estar muy alejados en el tiempo y cuya simultaneidad estricta no es para nada necesaria para que su yuxtaposición sea demostrativa” (MARTIN, Marcel. *El lenguaje del cine*. Barcelona: Gedisa, 2002, p. 174-175; subrayados del original).

<sup>74</sup> Annette Monod, igual que Oskar Schindler, fue nombrada “justa entre las naciones”. Luego de la constitución del Estado de Israel, esta expresión del judaísmo también designa un programa de reconocimiento y distinción oficial, desarrollado por el YadVashem (institución creada para honrar a las víctimas y los héroes del Holocausto), a partir de 1963, para rendir honor a aquellas personas que, sin ser de confesión o ascendencia

---

promulgadas en los Estatutos de judíos, en las escenas también paralelas posteriores al primer bloque de escenas que presentan a Jo y su entorno. También conocen al doctor judío David Sheinbaum, quien junto con Annette se encargan de cuidar a los enfermos y a los niños, primero, del Velódromo y, luego, del campo de detención al que son trasladadas forzosamente todas las familias, antes de ser todos, primero los adultos y luego los niños, deportados a los campos de exterminio del Este, principalmente, Auschwitz, deportación de la que Jo y su amigo Pavel logran escapar. Esta es la etapa final de la “solución final”, que se muestra en la última escena de esta secuencia, en la que vemos a Jo y Pavel al lado de vías férreas, escondidos, observando triste y desesperanzadamente cómo se aleja a toda marcha el tren de carga que transportaba a sus pequeños compañeros hacia su inexorable final.

Luego, comienza la tercera y última secuencia del film, en la que vemos otro texto sobreimpreso blanco que dice: “París, junio de 1945”, y a Annette buscando a los supervivientes del Velódromo en el Hotel Lutetia, donde encuentra a Jo y a uno de los niños pequeños que cuidó durante todas las etapas hasta la deportación final. En la última escena de este desenlace, vemos a Jo nuevamente mirando, con un gesto triste y de resignación en su rostro, girar la misma calesita en la plaza de su barrio, donde arranca la primera secuencia, pero ya no tiene la estrella amarilla, y ahora está acompañado por su padres adoptivos. Toda su familia ha sido asesinada en los campos de exterminio.

Vemos así que *La redada* se mantiene en un modo narrativo clásico. De este modo, en el film, todas esas sensaciones-sentidos que nos transmiten los personajes, todos los eventos extremos representados se constituyen, en el entramado narrativo, como acontecimientos de una tragedia, y son explicados así por este tipo de trama. En este punto, es pertinente aclarar que el desplazamiento que realizamos de la obra de White, principalmente de *Metahistoria* (2014) que refiere al análisis y crítica primordialmente de la escritura historiográfica, al ámbito cinematográfico se debe a las observaciones que el autor sostiene en el artículo “Historiografía e Historiofotía” ya citado, las cuales, entendemos, nos permiten relacionar y/o comparar estos medios respecto a cómo realizan su representación del pasado y/o bajo qué criterios. En ambos casos esa forma es narrativa y, aunque en medios de expresión diferentes, siguiendo a White, esa característica las vuelve pasibles de ser comparadas, ya que “puesto

---

judía, prestaron ayuda a las víctimas, por su condición judía, de la persecución llevada a cabo por el régimen nazi y otros Estados y grupos afines y/o colaboradores en Europa antes y durante la Segunda Guerra Mundial.

que las narrativas son siempre tramadas, éstas son significativamente comparables” (WHITE, 2003, p. 194)<sup>75</sup>.

Entonces, tomando la caracterización del entramado narrativo trágico que nos provee White, podemos decir que:

[...] en la tragedia no hay ocasiones festivas, salvo las falsas e ilusorias; más bien hay intimaciones de estados de división entre hombres más terribles que el que incitó el *agon* trágico al comienzo del drama. Sin embargo, la caída del protagonista y la conmoción del mundo en que habita que ocurren al final de la obra trágica no son vistas como totalmente amenazantes para quienes sobreviven a la prueba agónica. Para los espectadores de la contienda ha habido una *ganancia de conciencia*. Y se considera que esa ganancia consiste en la epifanía de la ley que gobierna la existencia humana, provocada por los esfuerzos del protagonista contra el mundo. [...] Las reconciliaciones que ocurren al final de la tragedia son mucho más sombrías; son más de la índole de resignaciones de los hombres a las condiciones en que deben trabajar en el mundo. De esas condiciones, a su vez, se afirma que son inalterables y eternas, con la implicación de que el hombre no puede cambiarlas sino que debe trabajar dentro de ellas. Ellas establecen los límites de lo que se puede pretender y lo que se puede legítimamente proponer en la búsqueda de seguridad y salud en el mundo (WHITE, 2014, p. 20; subrayados nuestros).

Así, según White, la explicación por la trama es aquella que:

[...] da el ‘significado’ de un relato mediante la identificación del *tipo de relato* que se ha narrado. Si en el curso de la narración de su relato el historiador [y/o cineasta] le da la estructura de trama de una tragedia, lo ha ‘explicado’ de una manera; si lo ha estructurado como comedia, lo ha ‘explicado’ de otra. El tramado es la manera en que una secuencia de sucesos organizada en un relato se revela de manera gradual como un relato de cierto tipo particular (WHITE, 2014, p. 18; subrayados del original)<sup>76</sup>.

De este modo, un conjunto de eventos tramado como una tragedia, como señalamos en el caso del film *La redada*:

[...] puede ser explicado ‘científicamente’ (o ‘realistamente’) apelando a leyes estrictas de determinación causal o a presuntas leyes de la libertad humana [...]. En el primer caso la implicación es que los hombres están sometidos a un destino ineluctable en virtud de su participación en la historia, mientras que en el segundo la implicación es que pueden obrar de tal manera que puedan controlar, o por lo menos afectar, sus destinos (WHITE, 2014, p. 37).

Podemos apreciar finalmente ambas implicaciones en *La redada*. La forma narrativa de esta película, entramada como tragedia, nos da así el “significado” del relato.

## Conclusiones

---

<sup>75</sup> Para ejemplos de análisis de relatos cinematográficos ficcionales sobre la “solución final” y el Holocausto y su relación con el discurso historiográfico mediante herramientas analíticas whiteanas, ver, BEVILACQUA, Gilda. A propósito de *La lista de Schindler* (Steven Spielberg, 1993): una revisión del ‘desafío’ del cine a la historiografía moderna. *Imagofagia*, N° 9, 2014a; BEVILACQUA, Gilda. Narrativa cinematográfica e historiografía narrativa. Algunas reflexiones acerca de *El Juicio de Núremberg*. En: NIGRA, Fabio (coord.). *El discurso histórico en el cine de Hollywood*. Buenos Aires: Editorial Imago Mundi, 2014b.

<sup>76</sup> White, siguiendo la línea indicada por Northrop Frye en su *Anatomy of Criticism*, identificó por lo menos cuatro modos diferentes de tramar: el romance, la tragedia, la comedia y la sátira (WHITE, Hayden. Introducción: la poética de la historia. En: WHITE, Hayden. *Metahistoria. La imaginación histórica en la Europa del siglo XIX*. México: FCE, 2014, p. 18).

---

En este trabajo intentamos mostrar, utilizando las herramientas conceptuales de historiofotía, causalidad figural y el análisis narratológico de White, y el modo narrativo cinematográfico clásico de Bordwell, qué es lo que podemos conocer mediante el análisis de *La Redada*, un film sobre la implementación de la “solución final” en territorio francés y el Holocausto, que tiene características narrativas similares a las de las grandes producciones cinematográficas hegemónicas sobre estos eventos extremos, a las que nos referimos generalmente como “hollywoodenses”<sup>77</sup>, como en el caso paradigmático de *La lista de Schindler* (Steven Spielberg, 1993)<sup>78</sup>.

Como resultado de este análisis, entendemos que lo que nos cuenta *La Redada* sobre los eventos históricos que representa está dado en su forma, es decir, en su estructura narrativa clásica, causal, lineal, cerrada y moralizante, en su entramado como tragedia y, englobando todo, en cómo enlaza tomas, escenas y secuencias en las cadenas de figuras-cumplimiento que construye a partir de los dispositivos cinematográficos, principalmente, a través del montaje narrativo paralelo, el uso particular que realiza de las imágenes de archivo documental y los textos sobreimpresos.

Por otro lado, vemos que el análisis del film mediante la noción whiteana de “causalidad figural” nos habilita la posibilidad de interrogar sobre aspectos que de otro modo quedarían soslayados por el criterio de veracidad que conllevan las representaciones clásicas del pasado. Tratamos de mostrar así qué explicaciones del evento podemos encontrar a través del uso de herramientas como el análisis del entramado y de las figuras-cumplimiento que se presentan en el film, y de este modo demostrar la utilidad de estos dispositivos teóricos como herramientas analíticas.

Creemos entonces que nuestro trabajo puede ser útil para enfatizar la importancia del diálogo entre historiografía, memoria y cine, entendiéndolos y relacionándolos, no como ámbitos de producción discursiva jerarquizados o sujetos unos de otros, sino como “discursos por propio derecho”, que en su abordaje intertextual e interdiscursivo colaboran mejor para comprender a cada uno por separado y en su conjunto. Abordajes que amplían de este modo los sentidos y nuestro conocimiento acerca de los eventos del pasado, cómo son concebidos-representados

---

<sup>77</sup> Ver, NIGRA, Fabio (coord.). *El discurso histórico en el cine de Hollywood*. Buenos Aires: Editorial Imago Mundi, 2014; NIGRA, Fabio (coord.). *Visiones gratas del pasado: Hollywood y la construcción de la Segunda Guerra Mundial*. Buenos Aires: Editorial Imago Mundi, 2012.

<sup>78</sup> Ver: BEVILACQUA, Gilda. A propósito de *La lista de Schindler* (Steven Spielberg, 1993): una revisión del ‘desafío’ del cine a la historiografía moderna. *Imagofagia*, n° 9, 2014a.

en los distintos momentos y cómo se moldean y modifican los relatos sobre ellos según las perspectivas que adoptemos.

Para finalizar, queremos dejar a modo de conclusión e inquietud para futuras indagaciones esta sugerencia de White: “cuando se considera la utilidad o adecuación de los relatos filmados de acontecimientos históricos, entonces, sería bueno reflexionar sobre las formas en que un discurso distintivamente en imágenes (*imagisticdiscourse*) puede o no transformar la información sobre el pasado en hechos de un tipo específico” (WHITE, 2010a, p. 222).

### Referencias

AIZPURU, Mikel. Adiós muchachos o la aventura de los judíos en la Francia de Vichy. En: DE PABLO, Santiago (editor). *La Historia a través del cine. Las dos guerras mundiales*. Gipuzkoa: Universidad del País Vasco, 2009.

AUERBACH, Erich. *Mimesis. La representación de la realidad en la literatura occidental*. Buenos Aires: FCE, 2014.

BANKIER, David y GUTMAN, Israel (ed.). *La Europa nazi y la Solución Final*. Buenos Aires: Losada, 2005.

BARTHES, Roland. El discurso de la historia. En: BARTHES, Roland. *El Susurro del Lenguaje*. Barcelona: Paidós, 1987.

BEVILACQUA, Gilda. A propósito de *La lista de Schindler* (Steven Spielberg, 1993): una revisión del ‘desafío’ del cine a la historiografía moderna. *Imagofagia*, nº 9, 2014a.

\_\_\_\_\_. Narrativa cinematográfica e historiografía narrativa. Algunas reflexiones acerca de *El Juicio de Núremberg*. En: NIGRA, Fabio (coord.). *El discurso histórico en el cine de Hollywood*. Buenos Aires: Editorial Imago Mundi, 2014b.

BORDWELL, David. *La narración en el cine de ficción*. Barcelona: Paidós, 1996.

BOUTON, Christophe. Responsabilidade pelo passado: lançando Luz no debate sobre o “dever de memoria” na França. *Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia*, vol. 7, nº 1, 2016.

CARON, Vicki. La opinión pública francesa y la “cuestión judía”, 1930-1942: el papel de las asociaciones profesionales de clase media. En: BANKIER, David y GUTMAN, Israel (ed.). *La Europa nazi y la Solución Final*. Buenos Aires: Losada, 2005.

\_\_\_\_\_. The Anti-Semitic Revival in France in the 1930s: The Socioeconomic Dimension Reconsidered. *Journal of Modern History*, nº 70, 1998.

\_\_\_\_\_. *Uneasy asylum: France and the Jewish Refugee Crisis, 1933-1942*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1999.

CONAN, Éric y ROUSSO, Henry. *Vichy: An Ever-present Past*. Hanover, NH: Dartmouth College, 1998.

CROCCI, Paula y KOGAN, Mauricio. *Les Humanidad. El nazismo en el cine*. Buenos Aires: La Crujía, 2003.

- ERICE, Francisco. *Guerras de la memoria y fantasmas del pasado. Usos y abusos de la memoria colectiva*. Oviedo: Eikasía, 2009.
- FEIERSTEIN, Daniel. *El genocidio como práctica social. Entre el nazismo y la experiencia argentina*. Buenos Aires: FCE, 2007.
- \_\_\_\_\_. Estudio preliminar. En: LEMKIN, Raphael. *El dominio del Eje en la Europa ocupada*. Buenos Aires: Prometeo, 2009.
- \_\_\_\_\_. ¿Qué se discute cuando se discute sobre genocidio? *Revista Sociales en Debate*, N° 8, 2015.
- FERRO, Marc. *Diez lecciones sobre la historia del siglo XX*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Historia Contemporánea y Cine*. Barcelona: Ariel, 2000.
- FINCHELSTEIN, Federico. *El canon del Holocausto*. Buenos Aires: Prometeo, 2010.
- HARTOG, François. *Regímenes de historicidad*. México: Universidad Iberoamericana, 2007.
- HILBERG, Raul. *La destrucción de los judíos europeos*. Madrid: Akal, 2005.
- KLARSFELD, Serge. *Memorial to the Jews Deported from France, 1942 -1944*. Nueva York: Beate Klarsfeld Foundation, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Vichy-Auschwitz*. París: Fayard, 1983.
- LAVABRE, Marie-Claire. Sobre el peso y la elección del pasado. Una lectura crítica de *El síndrome de Vichy*. *Aletheia*, v 3, n° 5, 2012.
- LEMKIN, Raphael. *El dominio del Eje en la Europa ocupada*. Buenos Aires: Prometeo, 2009.
- MARRUS, Michael y PAXTON, Robert. *Vichy France and the Jews*. Nueva York: Basic Books, 1981.
- MARTIN, Marcel. *El lenguaje del cine*. Barcelona: Gedisa, 2002.
- MONTERDE, José, SELVA, Marta y SOLÀ, Anna. *La representación cinematográfica de la historia*. Madrid: Akal, 2001.
- NIGRA, Fabio (coord.). *El discurso histórico en el cine de Hollywood*. Buenos Aires: Editorial Imago Mundi, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Visiones gratas del pasado: Hollywood y la construcción de la Segunda Guerra Mundial*. Buenos Aires: Editorial Imago Mundi, 2012.
- PAXTON, Robert. *La Francia de Vichy. 1940-1944*. Barcelona: Noguer, 1974 [1972].
- PESCHANSKI, Denis. *Vichy 1940-1944: contrôle et exclusión*. Bruselas: Complexe, 1997.
- POZNANSKI, Renée. *Les juifs en France pendant la Seconde Guerre Mondiale*. París: Hachette, 1997.
- RICOEUR, Paul. *La memoria, la historia, el olvido*. México: FCE, 2008.
- ROSENSTONE, Robert. *El pasado en imágenes. El desafío del cine a nuestra idea de la historia*. Barcelona: Ariel, 1997.
- ROUSSO, Henry. Para una historia de la memoria colectiva: el post-Vichy. *Aletheia*, v. 3, n° 5, 2012.

---

\_\_\_\_\_. *The Vichy Syndrome: History and Memory in France since 1944*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1991.

SORLIN, Pierre. *Sociología del Cine*. México: FCE, 1985.

STERNHELL, Zeev. *Neither Right nor Left: Fascist Ideology in France*. Berkeley: University of California Press, 1986.

SWEETS, John. Judíos y no judíos en la Francia de la II Guerra Mundial. En: BANKIER, David y GUTMAN, Israel (ed.). *La Europa nazi y la Solución Final*. Buenos Aires: Losada, 2005.

TRAVERSO, Enzo. *El pasado, instrucciones de uso*. Buenos Aires: Prometeo, 2011.

\_\_\_\_\_. *La violencia nazi. Una genealogía europea*. Buenos Aires: FCE, 2003.

WHITE, Hayden. Historiografía e historiofotía. En: WHITE, Hayden. *Ficción histórica, historia ficcional y realidad histórica*. Buenos Aires: Prometeo, 2010a.

\_\_\_\_\_. Introducción: la poética de la historia. En: WHITE, Hayden. *Metahistoria. La imaginación histórica en la Europa del siglo XIX*. México: FCE, 2014.

\_\_\_\_\_. La historia literaria de Auerbach. Causalidad figural e historicismo modernista. En: WHITE, Hayden. *Ficción histórica, historia ficcional y realidad histórica*. Buenos Aires: Prometeo, 2010b.

\_\_\_\_\_. La historiografía como narración. En: WHITE, Hayden. *Ficción histórica, historia ficcional y realidad histórica*. Buenos Aires: Prometeo, 2010c.

\_\_\_\_\_. La trama histórica y el problema de la verdad en la representación histórica. En: WHITE, Hayden. *El texto histórico como artefacto literario*. Buenos Aires: Paidós, 2003.

ZUCCOTTI, Susan. *The Holocaust, the French and the Jews*. Nueva York: Basic Books, 1993.

---

## A Conferência “Cinquentenário da Abolição” de Mário De Andrade

Angela Teodoro Grillo<sup>79</sup>

**Resumo:** O presente trabalho divide-se em dois momentos, em primeiro lugar contextualiza as Comemorações do Cinquentenário da Abolição, organizadas por Mário de Andrade, Diretor do Departamento de Cultura da Municipalidade de São Paulo, cargo público que ocupou de 1935 a 1938. Em seguida, apresentamos a transcrição completa da conferência, com notas da pesquisa que decodificam os diálogos entre a biblioteca e o arquivo do escritor. O texto datiloscrito muito provavelmente não chegou a ser apresentado pelo seu autor, pois as comemorações, em grande parte interrompidas, ocorriam enquanto Mário de Andrade era afastado de seu cargo.

**Palavras-Chaves:** Mário de Andrade. Departamento de Cultura. Cinquentenário da Abolição da Escravidão. Preconceito Racial. Negro brasileiro.

### The Fiftieth Anniversary of the Abolition Conference by Mário de Andrade

**Abstract:** The present work is divided into two moments, firstly contextualizing the Fiftieth Anniversary of Abolition, organized by Mário de Andrade, Director of the Department of Culture of the Municipality of São Paulo, public office held from 1935 to 1938. Afterwards, After, we present the complete transcription of the conference, with research notes that decode the dialogues between the library and the writer's file. The untitled and unpublished text was not presented by its author, since the celebrations, largely interrupted, occurred while Mário de Andrade was removed from his post.

**Keywords:** Mário de Andrade. Department of Culture. Fiftieth Anniversary of Slave Abolition. Racial Prejudice. Black brazilian.

### Introdução

Na série *Manuscritos Mário de Andrade*, que integra o arquivo do escritor, salvaguardado no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP), o dossiê *Preto* corresponde a 350 documentos, em sua maioria notas prévias/notas de trabalho, que abarcam a coleta de assuntos e tópicos em leituras sobre o negro, ligadas a uma vasta bibliografia. Mário de Andrade etnógrafo a partir de leituras organiza um vasto fichamento, concretizando, a grafite, escólios ou assuntos na margem de obras em sua biblioteca, e da transcrição de fragmentos em fólios, como notas para servir a diferentes tópicos aventados.

---

<sup>79</sup> Atualmente desenvolve projeto de Pós-Doutorado, no Programa de Cultura e Identidade, no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP) e atua como professora substituta de Teoria da Literatura na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora e mestre em Letras, na área de Literatura Brasileira, pela FFLCH-USP. Autora de *Sambas insonhados: o negro na perspectiva de Mário de Andrade* (2016). O presente trabalho advém de pesquisa financiada pela FAPESP. E-mail: angelagri@gmail.com.

---

A classificação do dossiê *Preto*, por mim preparada para o catálogo analítico da referida série, no Projeto Temático FAPESP/ IEB/FFLCH-USP<sup>80</sup>, *Estudo do processo de criação de Mário de Andrade nos manuscritos de seu arquivo, em sua correspondência, em sua marginália e em suas leituras*, indica, além das notas de trabalho, a versão datiloscrita do ensaio-conferência sem título, à qual intitulei *Cinquentenário da Abolição*, e dois artigos de Mário, sob a forma de recortes: “A superstição da cor preta”, divulgado em *Publicações Médicas* (São Paulo, junho-julho de 1938, p. 63-68), e “Linha de cor”, em *O Estado de S. Paulo* (São Paulo, 29 de março de 1939). A conferência, no conjunto do manuscrito, representa parcela de um ensaio bem mais amplo projetado, ao que se depreende dos múltiplos assuntos sinalizados pelas numerosas notas de trabalho. Confirma vinte anos de pesquisa e reflexão, corroborados por datas que se insinuam nas notas de trabalho e no ano das edições daquelas obras com os quais o ensaísta dialogou, isto é, suas matrizes (GRILLO, 2010).

A análise deste documento, originalmente sem título, datado de 7 de maio de 1938, revela um texto desenvolvido para leitura perante uma plateia, no dia 10, ao lado de outro conferencista, Francisco Lucrécio. Nesse momento, Mário de Andrade, diretor do Departamento de Cultura da Municipalidade de São Paulo desde 1935, procura concretizar as comemorações do Cinquentenário da Abolição, por ele traçadas em conjunto com as Associações negras, para o período 28 de abril a 13 de maio.

Os jornais paulistanos especificam o programa: doze dias de conferências e congada nas ruas centrais, no próprio dia 13, festa coroando a iniciativa do Departamento. Até então, os negros memoravam a Lei Áurea com a Prova 13 de Maio, corrida pedestrianista, e a romaria ao túmulo de Luís Gama e Antônio Bento, no Cemitério da Consolação, ambas promovidas pelo Clube Negro de Cultura Social.

Em 1938, as conferências realizam-se no Palácio do Trocadero, sede do Departamento de Cultura, no centro, bem perto do Teatro Municipal, espaço da elite que acolhe o ápice do evento – uma sessão solene em 2 de maio. Intelectuais negros e brancos, como Mário, Arthur Ramos, Justiniano Costa e Lino Guedes, conferencistas, discutem questões cruciais, contando com a cobertura da imprensa. Tudo corre bem até o dia 3 desse mês, quando Ademar de Barros, interventor do Estado Novo em São Paulo, substitui o prefeito Fábio Prado por Francisco Prestes Maia. Mário de Andrade demite-se. Em 9 de maio, Francisco Pati é

---

80 Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo / Instituto de Estudos Brasileiros / Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

nomeado para o cargo, cabendo-lhe encerrar a programação na data prevista, no Trocadero. A festa do dia 13 é cancelada e os negros mantêm romaria aos túmulos dos abolicionistas.

Ao que se pode apurar da leitura dos jornais de 11 de maio, que noticiam unicamente a conferência de Francisco Lucrécio, *A liberdade e o negro*, Mário de Andrade não comparece ao Trocadero em 10 de maio de 1938. Seu ensaio/conferência, ao qual convergiram 44 notas de trabalho das 346 que compõem o estudo *Preto*, retorna à pasta do manuscrito, onde, na diversidade dos quatorze subtemas por ele pesquisados, três foram eleitos para discutir o preconceito de cor – Apodo, Contra o preto e Superstição<sup>81</sup>.

Retirando-se do Departamento de Cultura, Mário de Andrade muda-se para o Rio de Janeiro no segundo semestre de 1938; regressa à Pauliceia somente em fevereiro de 1941. Em 1939, na então Capital Federal, chega-lhe a carta na qual, em 5 de agosto, Gilda de Moraes Rocha, sua prima<sup>82</sup>, lhe pede opinião sobre um trabalho universitário. Aluna no curso de Sociologia da Religião no Brasil, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ela traduz, de fato, a solicitação do Prof. Roger Bastide. Pela carta seguinte de Gilda, em 11 de agosto, sabe-se da proposta recebida e da escolha feita – “O culto aos espíritos maus no povo brasileiro” –, tema que, ao implicar Exu, supunha a consulta ao inédito *Preto*. Mário lhe dá acesso ao manuscrito. Determina a José Bento Faria Ferraz, o jovem secretário que ficara em São Paulo, essa e outras tarefas:

Com o ‘*Preto*’ é que a porca torce o rabo. Vão aqui os dois trabalhos que pretendo ajuntar num só e acrescentar. Leia pra entender a escolha que você terá que fazer. Primeiro: tenho um livro sobre *Symbolisme des coulers* ou coisa parecida, que foi daqui praí na última grande remessa. Me mande já. Segundo: passe este meu estudo à Gilda, que fiquei mesmo de lhe enviar. Ela que o leia e o devolva imediatamente a você. Quanto às fichas você pelas que tiverem subtítulo, se desinteressará por todas as que tratarem de história, de escravidão, de anedotas etc. Das outras você terá pacientemente que buscar nos livros pra ver a que se referem. Só me interesse por cor preta como superstição geral europeia ou universal mesmo, provérbios, ditos e quadrinhas. Veja bem: versalhadas semicultas, eruditas ou popularesco-urbanas contra o preto, apodos em desafios, não me interessam. De poesia, só quadrinhas populares, você dando, se possível a região onde foi colhida. Além, está claro, da referência bibliográfica, pelos números (não se engane) pois tenho cópia aqui”<sup>83</sup>.

Este trecho da missiva a José Bento guarda informações relevantes sobre o escritor e a moça universitária que com ele se aconselha, em 1939. Indica que a pesquisa sobre o negro não é

---

81 Os subtemas classificados são: Gesto, Música, Escravidão, O mulato, Caracteres, Contra o preto, Apodo, Botânica, Contra-ataque, Africanologia/História, Costumes, Mulher de cor, Religião e Superstição.

82 Gilda de Mello e Souza, depois de seu casamento, em 1944, com Antonio Candido, crítico e professor na mesma Faculdade. Distinguiu-se como grande estudiosa da obra de Mário de Andrade.

83 A carta, sem data, de MA a José Bento Faria Ferraz, por força da ligação com a de Gilda de Moraes Rocha a seu primo escritor, em 11 de agosto de 1939, coloca-se como posterior a essa data. Trecho transcrito em MORAES, Marcos Antonio de. *Orgulho de jamais aconselhar: A epistolografia de Mário de Andrade*. Edusp, 2007, p. 198.

interrompida depois da publicação do artigo “Linha de cor”, em 29 de março desse mesmo ano, n’*O Estado de S. Paulo*, e que, apesar disso, a escritura do ensaio não se finaliza até a morte de Mário de Andrade, em 25 de fevereiro de 1945. Indica, também, o interesse de Gilda de Moraes Rocha pela cultura do negro, no correr da formação intelectual dela. Em janeiro de 1942, já na vertente da crítica literária em que logo se distinguirá, sai na *Revista Acadêmica*, o artigo dela, “A poesia negra norte-americana” (SOUZA, 1942).

Depois do falecimento de Mário, a edição de suas Obras Completas pela Livraria Martins, em São Paulo, conforme o plano do autor que, em 1942, envolve obras já publicadas e inéditos, prossegue, graças à colaboração de parentes e amigos. Em 1955, a musicóloga Oneida Alvarenga, encarregada de preparar o volume XIII – *Aspectos do folclore no Brasil*, encontra dificuldade em localizar os manuscritos dos “Estudos sobre o negro” para comporem a parte terceira do livro, precedidos do ensaio “O folclore no Brasil” e de “Nótulas folclóricas”. Acompanhada de Gilda, vai ao arquivo de seu mestre (ALVARENGA, 1974, p. 18), e certamente não esmiúça o dossiê do manuscrito *Preto*, onde se acha a conferência sem título. O volume XIII torna-se, então, *Música de feitiçaria no Brasil*, também uma grande pesquisa inacabada. Oneida Alvarenga assume essa incumbência bem mais complexa; a obra chega às livrarias em 1963.

*Cinquentenário da Abolição* é difundido aqui, na *Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia*, em texto por mim apurado, com atualização ortográfica pela regra vigente, enriquecido com notas da edição que decodificam os diálogos das notas de trabalho do escritor com obras em sua biblioteca, e oferecem indicações de cunho histórico, no intuito de melhor entrosar os leitores. Esta versão estará, brevemente, na tiragem do inédito *Aspectos do folclore no Brasil*, por mim organizado, anotado e prefaciado que materializará o projeto original para o título, no protocolo de edições fidedignas de obras de Mário de Andrade preparadas pela equipe Mário de Andrade do IEB-USP.

No texto, Mário de Andrade coloca referências numéricas que se ligam à sua *Bibliografia de releituras para* Na pancada do ganzá, vasta listagem de títulos ou fontes de trabalhos dele, sobretudo na esfera do folclore e da cultura popular, foi por ele desenvolvida de 1929 a 1944. Notas como “(270, 134)” designam, no primeiro algarismo, autor e obra, e, no segundo, a página onde se localiza a contribuição colhida. A presente edição preferiu deslocar para o rodapé este tipo de indicação designando-a como Nota MA; a seguir, entre colchetes, identifica o título da obra consultada, a edição, a página que guarda a informação; quando ali

está nota autógrafa do escritor, a ela justapõe outra Nota MA, para transcrever essa anotação. As Notas MA são majoritariamente a grafite. A *Bibliografia* reporta-se, na maioria das vezes, a títulos na biblioteca de MA; inclui também livros e revistas nas estantes do amigo Yan de Almeida Prado, em São Paulo, e de Pio Lourenço Correa, primo residente em Araraquara, apontadas como “Yan” e “Pio”.

### Referências

ALVARENGA, Oneyda. *Mário de Andrade, um pouco*. São Paulo: Livraria José Olympio, 1974.

GRILLO, Angela Teodoro. *Processo de criação do estudo Preto, um inédito de Mário de Andrade*. Dissertação de Mestrado em Letras.. FFLCH-USP, 2010.

MICELI, Sergio & MATTOS, Franklin de (orgs.). *Gilda, a paixão pela forma*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul/Fapesp, 2007,

SOUZA, Gilda de Mello. A poesia negra norte-americana. In: *Revista Acadêmica*, nº59. Rio de Janeiro, 1942.

### Cinquentenário da Abolição

[Mário de Andrade]

Senhores,

Na sessão solene realizada pelas associações negras de São Paulo no dia dois de maio passado, não pude deixar de sorrir melancolicamente ouvindo um dos oradores negros da noite falar em “negros de alma de arminho”. Assim, era ele mesmo, um negro, a esposar essa fácil e trágica antinomia de origem branco-europeia, pela qual se considera a cor branca simbolizadora do Bem e a negra simbolizadora do Mal. Mas não é apenas este orador negro a esposar a detestável tradição branca de simbolismo das cores. Conta Paulo Prado<sup>84</sup> que era costume entre os negros a frase feita “negro sim, porém direito”, da mesma forma com que os brancos carinhosamente (carinhosamente?) diziam dos escravos velhos serem “negros só na cor”, como registrou Vieira Fazenda, ou mais geralmente até agora falar-se em “negro com alma de branco”, ou “com alma branca”. Em Portugal correu também o provérbio:

Ainda que negro é,

---

<sup>84</sup> Nota MA: “(270, 134)” [PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. São Paulo: Tip. Duprat-Mayença, 1928; p. 134: presença do apodo citado].

---

Alma tem, honra e fé<sup>85</sup>.

Se qualquer de nós, brasileiros, se zanga com alguém de cor duvidosa, e quer insultá-lo, é frequente chamar-lhe:

- Negro!

Eu mesmo já tive que suportar esse possível insulto em minhas lutas artísticas, mas parece que ele não foi lá muito convincente nem conseguiu me destruir pois que vou passando bem, muito obrigado.

Mas é certo que se insultamos alguém chamando-lhe “negro”, também nos instantes de grande carícia, acarinhamos a pessoa amada chamando-lhe “meu negro”, “meu nêgo”, em que, aliás, socialmente falando, mais verdadeiro apodo subsiste, o resíduo escravocrata do possessivo: negro sim, mas *meu...*

No Brasil não existe realmente uma linha de cor. Por felicidade entre nós negro que se ilustre pode galgar qualquer posição: Machado de Assis é o nosso principalíssimo e indiscutido clássico da língua portuguesa e é preciso não esquecer que já tivemos Nilo Peçanha na presidência da República.

Mas semelhante verdade não oculta a verdade maior de que o negro entre nós sofre daquela antinomia branco-europeia que lembrei de início, e que herdamos por via ibérica. Isso talvez possa um bocado consolar o negro da maioria dos apodos que o cobrem. É ver que o branco, o possível branco o despreza ou insulta exclusivamente por superstição. Pela superstição primária e analfabeta de que a cor branca simboliza o Bem e a negra simboliza o Mal.

Não é porque as culturas afronegras sejam inferiores às europeias na conceituação do progresso ou na aplicação do individualismo; não é, muito menos, porque as civilizações negras sejam civilizações “naturais”; não foi inicialmente por nenhuma inferioridade técnica ou prática ou intelectual que o negro se viu depreciado ou limitado socialmente pelo branco: foi simplesmente por uma superstição de cor. Na realidade mais inicial: se o branco renega o negro e o insulta, é por simples e primária superstição.

---

85 Nota MA: “(204, 11)”. [CAMARA, Paulo Perestrelo da. *Coleção de provérbios, adágios, rifões, anexins, sentenças morais e idiotismos da língua portuguesa*. Lisboa: Typ. Rollandiana, 1848; p. 11: presença do apodo citado. Nota MA na *Bibliografia de releituras para* Na pancada do ganzá: “Pio”. Obra consultada no site: <[http://purl.pt/6410/6/sc-33770-p\\_PDF/sc-33770-p\\_PDF\\_24-C-R0150/sc-33770-p\\_0000\\_capa-cap\\_a\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/6410/6/sc-33770-p_PDF/sc-33770-p_PDF_24-C-R0150/sc-33770-p_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf)> . Acesso em: 5 nov. 2013].

Em quase todos ou todos os povos europeus, o qualificativo “negro”, “preto”, é dado às coisas ruins, feias ou maléficas. E por isso nas superstições e feitiçarias europeias e consequentemente nas americanas, a cor preta entra com largo jogo. Já Leite de Vasconcelos<sup>86</sup> o observou muito bem. Hermann UrteI<sup>87</sup> refletindo que seria porventura o aspecto exterior rebarbativo dos judeus que os tornou culpados das atribuições de feitiçaria que os portugueses lhes davam, conclui que, esse foi certamente o caso dos negros. Aliás entre os próprios negros africanos a antítese branco-negro pra simbolizar o Bem e o Mal persiste, sendo difícil já agora dizer se tradição deles mesmos ou lhes transmitida pelos brancos europeus.

Os hotentotes, os congueses e outros povos bantos guardam a tradição de um castigo que lhes teria dado a inferioridade de cor. Entre certas tribos de Moçambique grassa uma lenda curiosa que parece inspirada no caso bíblico de Noé. Lá se conta que uma vez o bom deus Mulúcu tendo tomado uma bebedeira, tirou as roupas e caiu nu no meio da estrada. Então passaram os africanos e caçoaram de Mulúcu. Depois passaram os europeus que o cobriram de folhagem pra esconder o ridículo do deus nu. E Mulúcu, por isso, castigou os africanos tirando a inteligência deles e lhes dando a cor preta. Porém, macacos me mordam, se não foi algum europeu que botou esta malvadeza no lendário dos moçambiques... A cor preta é sinistra, e para os europeus simboliza tristeza e luto. Na Beira Baixa registrou-se a quadrinha:

Chita preta, chita preta,  
Chita preta entrançada,  
Por causa da chita preta  
Ando triste, apaixonada<sup>88</sup>.

“Casa Maria com Pedro? Casamento negro”, dizem no Turquel<sup>89</sup>; e entre os provérbios e frases feitas portuguesas, registrados por Perestrelo da Câmara vem a comparação: “negro como a alma do diabo”<sup>90</sup>.

Na feitiçaria e na superstição europeias agem o galo preto, o gato preto, o porco preto, a ovelha preta, o papão negro, o bode preto etc. Em Portugal se diz que é bom ter sempre uma

---

86 Nota MA: “(115, X, 74)”. [VASCONCELOS, Leite de. CANÇÕES DE BERÇO. *Revista Lusitana*, v. 10, nº 1-2. Lisboa, 1907, p. 1-86; p. 74: presença do apodo citado]. Nota MA na *Bibliografia de releituras para* Na pancada do ganzá: “já li até o n. XXXI”. Nota da edição| A *Revista Lusitana* frequentada por MA na biblioteca de Pio Lourenço Correa, em Araraquara e ali não mais existente.

87 Nota MA: “(86, 80)”. [URTEL, Hermann. *Beiträge zur portugiesischen Volkskunde*. Hamburg: Kommissionsverlag L. Friederichsen & Co., 1928; p. 80: Nota MA: tradução de palavras].

88 Nota MA: “(115, XI, 108)”. [AMARAL, A. Monteiro do. TRADIÇÕES POPULARES E LINGUAGEM DE ATALAIA. *Revista Lusitana*, v. 11, nº 1-2. Lisboa, 1908, p. 96-163; p. 108: presença do apodo citado].

89 Nota MA: “(115, XXVIII, 180)”. [RIBEIRO, José Diogo. LINGUAGEM POPULAR DE TURQUEL. *Revista Lusitana*, v. 28, nº 1-4. Lisboa, 1930, p. 87-244; p. 180: presença do apodo citado].

90 Nota MA: “(204, 116)”. [CAMARA, P. Perestrello da. Op. cit.; p. 116: presença do apodo citado].

galinha preta em casa, porque as desgraças cairão todas sobre a ave<sup>91</sup>, ao que em Vila Nova de Famalicão se especifica melhor que a galinha preta afugenta qualquer doença<sup>92</sup>. Em Vila Real a borboleta branca é sinal de boa notícia, e a preta de má, pelo que a matam<sup>93</sup>. No Alentejo galo cantando de-noite todas as coisas se espalham, e se é preto então a desgraça inda é maior<sup>94</sup>.

Na feitiçaria o preto é também duplamente usado: 1º como cor do mal; 2º mas tão detestável que afugenta o próprio mal. O bode preto é o das bruxas e bruxedos europeus, que veio feminilizar-se, entre nós, na cabra preta dos catimbós e candomblés. Num curioso texto português setecentista, AS BRUXAS NAMORADAS, elas invocam o bode preto diabólico pela boca de Bruxamaia<sup>95</sup>; em decassílabos mais ou menos frouxos:

Correi da ferra, ó bodes cor da noite,  
Acendei com as caudas a fogueira!

No *Auto das fadas* de Gil Vicente o galo é preto, o gato é preto, o bode é preto, o corvo e o pez são pretos. E mais: o próprio “sino samão” o signo de Salomão, está:

metido num coração  
de gosto preto<sup>96</sup>

Mas que o preto chegue a horrorizar as próprias bruxas europeias, não há dúvida. Leite de Vasconcelos ainda uma vez colheu um refrão usado pelas bruxas portuguesas de Alcobça que diz assim:

Galo branco?  
Não me espanto.  
Galo loiro?

91 Nota MA: “(151, 196)”. [VASCONCELLOS, Leite de. OS ANIMAIS. In: *Tradições populares de Portugal*. Porto: Livraria Portuense de Clavel & Cia Editores, 1882, p. 130-199; p. 196: “A galinha preta em casa livra de coisa má, porque esta acanhará a ave negra e não a gente”].

92 Nota MA: “(115, XXVIII, de 1930, pg. 279)”. [LIMA, Fernando de Castro Pires de. APONTAMENTOS DE TERAPÊUTICA POPULAR. *Revista Lusitana*, v. 28, nº 1-4. Lisboa, 1930, p. 279-281; p. 279: “Não entram doenças nas casas em que houver uma galinha preta ou uma ferradura à porta”].

93 Nota MA: “(115, X, 216)”. [PEREIRA, A. Gomes. TRADIÇÕES POPULARES E LINGUAGEM DE VILLA REAL. *Revista Lusitana*, v. 10, nº 1-2. Lisboa, 1908, p. 122-23; p. 216: “17. A borboleta branca é sinal de boa notícia e a negra de má (morte, etc.), e por isso deve matar-se”].

94 Nota MA: “(115, X, 301)”. [PIRES, A. Thomaz. INVESTIGAÇÕES ETHNOGRAFICAS. *Revista Lusitana*, v. 10, nº 1-2. Lisboa, 1908, p. 298-305; p. 301: “Em cantando os galos de noite, todas as cousas se espalham. E os que têm mais *virtude* são os galos pretos”].

95 Nota MA: “(115, XI, 256)”. [PIRES, A. Thomaz. INVESTIGAÇÕES ETHNOGRAFICAS. *Revista Lusitana*, v. 11, nº 1-2. Lisboa, 1908, p. 248-268; p. 256: presença dos versos citados na passagem do idílio 7 de AS BRUXAS NAMORADAS].

96 Nota MA: “(151, 131)”. [VASCONCELLOS, Leite de. *Tradições populares de Portugal*. Porto: Livraria Portuense de Clavel & Cia Editores, 1882. À p. 131: Vasconcellos transcreve trecho sobre feitiçaria de *Autos das fadas* de Gil Vicente].

É agoiro.  
Galo preto?  
Não me meto<sup>97</sup>!

E essa é a crença mais universal, como prova outro autor, pela *Revista Lusitana*, v. 21<sup>98</sup>. A cor preta é tão horrível que é da maior eficácia como exorcismo, usada pra afastar bruxedos e feitiçarias e quase todos os malefícios extranaturais.

Em todo caso é possível por motivos econômicos não ser muito exigente com a cor negra... É ainda em Portugal (Turquel) que corre o provérbio condescendente:

Negro é carvoeiro  
Branco é o seu dinheiro<sup>99</sup>.

Esta a superstição primeira, pueril e depreciativa, que botou os negros no ostracismo do Bem. Não se trata de uma questão antropológica, nem da estupidez de um Gobineau<sup>100</sup> ou de um ariano, nem de uma comparação de culturas: se trata de uma simples superstição de cor, anterior ao convívio histórico de pretos e de brancos, que se descarregou sobre as raças negras dominadas. Aplicou-se ao preto homem o que se dera à cor preta fosse na chita ou no pelo do bode. E o homem preto chega por isso a ser o próprio diabo. Quando este aparece, no famoso desafio que teve com Manuel do Riachão, aparece na pessoa de um negro.<sup>101</sup> Lindolfo Gomes<sup>102</sup> lembrando a tradição do “negro velho” em cima do telhado, que recolheu em Minas, verifica também que ele é o símbolo do demônio, a quem o povo ainda chama de “negro sujo”. Às vezes, pela cor que tem, é um valor exorcístico, afasta as desgraças e dá

---

97 Nota MA: “(115, XX, 55)”. [RIBEIRO, José Diogo. TURQUEL FOLCLÓRICO. *Revista Lusitana*, v. 20, nº 1-2. Lisboa, 1930, p. 54-80; p. 55: presença do apodo citado].

98 Nota MA: “(Conf. 115, XXI, 37 e ss.)”. [ADRIÃO, José Maria. RETRATOS DE UM ADAGIÁRIO. *Revista Lusitana*, v. 21, nº 1-2. Lisboa, 1930, p. 33-57; p. 37-40: o autor focaliza práticas de feitiçarias em diferentes locais, como Portugal, França, Cabo Verde, Prússia, Grécia, Índia, Tailândia, Sri Lanka].

99 Nota MA: “(115, XXVIII, 188)”. [RIBEIRO, José Diogo. LINGUAGEM POPULAR DE TURQUEL. *Revista Lusitana*, v. 28, nº 1-4. Lisboa, 1930, p. 88-244; p. 188: presença do apodo citado].

100 Nota da edição| Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882) diplomata francês, escritor etologista e filósofo, cuja teoria sobre o determinismo racial teve grande influência no desenvolvimento de políticas racistas na Europa. Segundo ele, a mistura de raças era inevitável e levaria a espécie humana a graus sempre maiores de degeneração física e intelectual. Escreveu *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853).

101 Nota MA: “(59, V, 36)”. [O número 59 refere-se ao conjunto de documentos no arquivo de MA, intitulado por ele *Fundo Villa-Lobos*, recebido do compositor em 1929. Reúne farta documentação da literatura oral brasileira. Nesta nota, especificamente, trata-se de um trecho do cordel DESAFIO DO MANUEL DO RIACHÃO COM O DIABO].

102 Nota MA: “(265, II, 98)”. [GOMES, Lindolfo. CANTIGAS DO ADORMECER. In: *Contos populares: narrativas maravilhosas e lendárias seguidas de cantiga de adormecer. Da tradição oral do Estado de Minas*. São Paulo: Melhoramentos, s. d, v. 2, p. 98: Nota MA: “Preto” e traço ligando o trecho: “Quem se der ao estudo de tão evocadoras cantigas verá que, em muitas delas, figuram seres míticos, fantásticos e lendários (a coca (1), o papão; figuras sinistras, negro velho (2) em cima do telhado” à nota: “(2) Este negro velho é o símbolo do demônio, a quem o povo trata de *negro sujo*. Curutu é a voz onomatopaica para infundir o pavor”].

felicidade; outras vezes, pela cor que tem, é um valor invocativo, chama as desgraças. Preso por ter cão, preso por não ter cão...

Já em Portugal<sup>103</sup> ver uma mulher preta dá infelicidade mas ver um preto dá felicidade; ver um casal é felicidade garantida. No Nordeste brasileiro ver um padre e depois um soldado traz felicidade, mas ver um padre e depois um negro traz desgraça.<sup>104</sup> Em Barretos<sup>105</sup> viajante encontrando negro velho na estrada é sinal de desastre na viagem. Entre outras superstições colhidas por Edmundo Krug<sup>106</sup> em nosso Estado, preto vestido de branco dá possibilidades da gente se avistar com a pessoa amada e a contagem de pretos entra nas sortes de amor e nas da loteria, mas também ver preto cambaio é sinal de desgraça e sonhar com preto conhecido é doença, desgosto ou a própria morte na família.

Todas estas observações podem ser mesquinhas como elevação moral do homem branco ou muito interessantes como folclore, mas é realmente trágico a gente verificar que foi duma simples superstição inicial, uma questão de cores-símbolos que o branco derivou o seu repúdio, a sua repulsa por toda uma larga porção da humanidade, as raças negras. E os pretos foram desde então e desde sempre cobertos de apodos cruéis, vício a que desgraçadamente o brasileiro também se associou. E os negros começaram a ser insultados pelos brasileiros como gente ruim ou inferior, só por causa da cor.

Na sessão solene de dois de maio passado, outro escritor de origem negra, Fernando Góes,<sup>107</sup> trouxe à baila vários documentos para provar essa inferioridade em que o branco concebe o negro no Brasil. Mas a sua documentação me pareceu na realidade pouco convincente como preconceito de cor, porque quase toda ela podia ser convertida no problema maior de classe. Eram documentação de classe e não de cor. Se um grupo de senhoras da elite funda uma

---

103 Nota MA: “(86, 80)”. [URTEL, Hermann. Op. cit.; p. 80: Nota MA: tradução de palavras].

104 Nota MA: “(Inquérito do *Diário de S. Paulo* 2-II-1930)”. [Trata-se da seção INQUÉRITO, mantida por três meses, coligindo contribuições dos leitores sobre lendas e superstições. *Diário de São Paulo*. São Paulo, 2 fev. 1930; p. 3: presença do apodo citado. Periódico consultado no Arquivo Público do Estado São Paulo].

105 Nota MA: “(mesmo Inquérito 6-II-930)”. [Documento do mesmo periódico e seção; 6 fev. 1930; p. 3: presença do apodo citado].

106 Nota da edição| Edmundo Krug, um dos leitores que contribuíram para o INQUÉRITO do jornal referido. Estudioso do folclore; na biblioteca de Mário de Andrade encontram-se duas obras de sua autoria: *A superstição paulistana* (São Paulo: Typ. Brasil Rothschild, 1910) e *Curiosidades da superstição brasileira: moléstias, remédios, curas, etc.* (São Paulo: Gráfica Paulista, 1938).

107 Nota da edição| Fernando Ferreira de Góes (1915-1979), poeta e jornalista, ligado à imprensa negra: *Alvorada* (redator), *Tribuna Negra* (secretário) e *Niger* (colaborador). Participou das comemorações do Cinquentenário da Abolição, em 2 de maio de 1938. *O Estado de S. Paulo*, do dia seguinte, sem mencionar título ou tema, informa: “A conferência do sr. Fernando Góes foi vivamente aplaudida pelo auditório e pelos componentes da mesa, tendo sido diversas vezes interrompida pelos aplausos, foi o número final do programa da sessão solene no Teatro Municipal”.

escola para moças de cor com o fito de formar boas cozinheiras, é certo que não formariam escolas de operárias brancas para educá-las em senhoras de elite. Formariam boas costureiras, boas manicuras ou mais largamente boas donas de casa, como o provam as “escolas domésticas” existentes no Brasil e onde entram pretas como brancas e desta e outra classe.

Da mesma forma: se um pai burguês recusar sua filha branquinha em casamento a um negro – o que não é uma lei entre nós – é profundamente certo que a recusará mais peremptoriamente e com bastante razão, a um sapateiro ou maquinista de qualquer cor. O preconceito de cor existe incontestavelmente entre nós. Porém, me parece que na sua complexidade e sutileza temos que não confundi-lo com um problema de classe, não só para não exagerá-lo em sua importância, como para lhe dar melhor luz de ciência e não enfraquecê-lo em suas provas legítimas.

Nesse sentido, creio que não há melhor jeito de provar a existência do preconceito do que buscando a sua documentação no folclore. E então veremos essa coisa espantosa do próprio povo inculto esposar o preconceito e cobrir o negro de apodos, pelo simples fato de ser negro. Aqui não se trata evidentemente mais de uma confusão de problemas similares, mas não idênticos, como são os de classe e os de raça: é exclusivamente um problema de cor.

Os provérbios de apodo são numerosos. Eis alguns:

Em festa de branco,  
Negro não se mete<sup>108</sup>

Negro comendo com branco,  
A comida é do negro;  
Negro em pé é um toco,  
E dormindo é um porco;  
Negro é como trempe,  
Quando não queima, suja<sup>109</sup>;  
Negro que não gosta de mel,  
É ladrão de cortiço;  
Negro quando não suja na entrada,  
Na saída é certo;  
Quando o negro não quer fava,  
Fava no negro;  
Matolotagem de negro,  
Não salta riacho;  
Negro não come gostoso

108 Nota MA: “(266, X de 1931, p. 132)”. [AMARAL, Amadeu. OS DITADOS QUE REALMENTE SE DIZEM. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, v. 37, ano 22, nº 118, Rio de Janeiro, outubro de 1931, p. 115-132; p. 132: Nota MA: escólio “negr[o] (Baía)” à margem e grifo em palavra do ditado: “Em festa de branco, negro não se mete – Corresponde a: ‘Em festa de macuco, nambu não pia’].

109 Nota MA: “(Rev. da Academia Brasileira de Letras, I de 1931, ps. 58 a 60)”. [MOTTA, Leonardo. PARAMIOLOGIA NACIONAL. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, ano 22, v. 35, nº 109, Rio de Janeiro, jan. 1931, p. 45-63; p. 60: Nota MA: indicação “preto” e traço à margem dos três apodos citados].

Porque não espera cozinhar<sup>110</sup>

Eis mais outros provérbios nordestinos:

Negros, criá-los, depois vendê-los;  
Mulatos, criá-los, depois matá-los;  
Quem mata mulato é capricho;  
Negro ensaboado,  
Tempo perdido,  
Sabão desperdiçado<sup>111</sup>

Há toda uma série de provérbios detestáveis pra demonstrar pelas variantes de vocabulário a distinção entre o branco e o negro. São os provérbios em que se nega ao negro o direito de usar pra si, palavras usadas em relação aos brancos nos seus atos tanto individuais como sociais. Eis alguns:

Negro não fala,  
Resmunga;  
Negro não come,  
Babuja;  
Negro não dorme,  
Cochila;  
Negro não pare,  
Estóra;  
Negro não nasce,  
Aparece<sup>112</sup>;  
Negro não namora,  
Embirra<sup>113</sup>;  
Negro não acompanha santo,  
Corre atrás;  
Negro não casa,  
Se ajunta<sup>114</sup>

110 Nota MA: “(Rev. da Ac. B. de Letras nº XII de 1930, os - 387 a 483)”. [MOTTA, Leonardo. FILOZOFIA POPULAR BRAZILEIRA. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, ano 21, v. 34, nº 108. Rio de Janeiro, dez. 1930, p. 387-405; p: 387, 403: presença dos apodos citados].

111 Nota MA: “(176, ps. 153, 154, 237, 245)”. [MOTTA, Leonardo. *No tempo de Lampião*. Rio de Janeiro: Of. Industrial Graphica, 1930; p. 153, 154, 237 e 245: presença dos apodos citados].

112 Nota MA: “(645, 54)”. [CARVALHO, Rodrigues. ASPECTOS DA INFLUÊNCIA AFRICANA NA FORMAÇÃO SOCIAL DO BRASIL. In: FREYRE, Gilberto et al. (Org.). *Novos estudos afro-brasileiros*. (Segundo tomo). Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife. Prefácio de Artur Ramos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937. (Biblioteca de Divulgação Científica, v. 9); p. 54: presença do apodo citado].

113 Nota MA: “(176, 241)”. [MOTTA, Leonardo. *No tempo de Lampião*. Ed. cit.; p. 241: presença do apodo citado].

114 Nota MA: “(Rev. da Ac. B. de Letras, I, de 1931, p. 56 e ss.)”. [MOTTA, Leonardo. PARAMIOLOJIA NACIONAL. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, ano 22, v. 35, nº 109. Rio de Janeiro, jan. 1931, p. 45-63; p. 58: Nota MA: “Negro” e traço à margem do apodo “Negro comendo com branco, a comida é do negro”. À p. 59 Nota MA: “Preto” e traço ligando os apodos “Negro em pé é um toco, dormindo é um porco.” com “Negro não casa, se ajunta”].

Não querendo insistir neste gênero de provérbios colhidos aqui e além, lembro apenas que Sílvio Romero<sup>115</sup> ainda enumera outros mais, numa lenga-lenga que colheu da própria boca de pretos, e à qual eles chamavam de “Padre Nosso do Negro”!

Outro provérbio bem cruel é aquele registrado por Afrânio Peixoto nas *Miçangas*.

Abelha preta é arapuá,  
Tempero de negro é manguá<sup>116</sup>

Manguá é pau no sentido de sova.

E também:

Mulato em burro é lacaio<sup>117</sup>

Há outro provérbio ainda crudelíssimo, colhido por Martius<sup>118</sup> em Minas e cuja parte central omitirei:

As brancas são pra casar,  
As mulatas pra f...  
As negras pra servir.

Outro ainda é o [que] se originou dos “andas” como se dizia outrora, os escravos vestidos apuradamente, destinados a carregar suas senhoras nos veículos coloniais. Usavam luvas, donde o provérbio:

Negro de luva  
É sinal de chuva<sup>119</sup>

Que também se diz em São Paulo, piorando o apodo:

Macaco de luva,  
Sinal de chuva.

---

115 Nota MA: “(339, 88)”. [ROMERO, Sílvio. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1888. Obra consultada no site: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01614300#page/90/mode/1up>>. Acesso em: 5 nov. 2013].

116 Nota MA: “(287, 68)”. [PEIXOTO, Afrânio. ADÁGIOS BRASILEIROS. In: *Missangas: Poesia e folklóre*. São Paulo: Comp. Editora Nacional, 1931, p. 61-106; p. 68: Nota MA: cruzeta à margem do apodo citado].

117 Nota MA: “(287, 83)”. [PEIXOTO, Afrânio. Op. cit.; p. 83: presença do apodo citado].

118 Nota MA: “(134, I, 303)”. [SPIX, Johan Baptist von & MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Reise in Brasilien*. v. 1. München: Gedruckt bei M. Lindauer, 1823; p. 303: os autores focalizam o tratamento dado a negras escravas como “mulheres de cama”].

119 Nota MA: “(330, 131)”. [EDMUNDO, Luís. OS TRANSPORTES. In: *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 163. Rio de Janeiro, 1932, p. 125-136; p. 131: presença do apodo citado].

Esta equiparação nacional do negro ao macaco, bem que pro estrangeiro sejamos todos uns “macaquitos”, deu também o ditado que indica ser alguém um mulato, “coçar a orelha com o pé”, que Amadeu Amaral já estudou<sup>120</sup>.

Se abandonarmos os prolóquios e enveredarmos pela poética e pela canção populares os apodos continuam, ou melhor aumentam de força. Houve aparentemente o interregno do lundu, no século XIX, em que o texto tinha como principal motivo o elogio da graça, da beleza e do valor sensual da mulatinha de caroço no pescoço, ou da mucama bonita. Mas ainda aí o apodo ou a depreciação subsiste virtualmente, porque uma das características mais permanentes do lundu é a comicidade.

O lundu é um fenômeno social muito parecido com o da ópera cômica italiana, em que a ópera erudita, a ópera das classes chamadas superiores, abandonou o assunto nobre, os temas da Antiguidade clássica pelos da popularidade contemporânea. Mas pondo o povo em cena, a ópera erudita se transformou de ópera séria em ópera cômica, ópera bufa, como se o elemento popular não fosse dramático mas apenas bufão e capaz de ridículo.

O fenômeno da modinha e do lundu de salão, na primeira metade do século dezenove brasileiro, é absolutamente idêntico. A modinha cantava as ninfas alvas e os amores elevados ao passo que o lundu cantava as mulatinhas e negras e os amores fáceis e brejeiros. A modinha era séria e virtuosa. O lundu, cômico e apimentado. E num deles, *Gosto da negra*, que colhi em Bragança, o estribilho denuncia francamente o preconceito de cor:

Que bem m'importa  
Que falem de mim:  
Gosto da negra  
Mesmo assim.

Mas o lundu é sempre o mesmo caso sutil em que o problema da cor pode se confundir com o problema de classe. Vejamos na poética popular, em que a luta de classes necessariamente

---

120 Nota MA: “(226, setembro de 1931, p. 9)”. [AMARAL, Amadeu. OS DITADOS QUE, DE FATO, SE DIZEM. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, ano 22, v. 37, nº 118. Rio de Janeiro, set. 1931, p. 5-13; p. 9: “Coçar as orelhas com os pés – Diz-se dos mulatos. Aparentemente não há senão uma imagem para declarar que o indivíduo é “cabra”. Mas este não é o único animal que se coça com a pata: o que induz a desconfiar que alguma outra origem terá tido esse dito. Reza um anexim francês ‘Il ne se mouche pas du pied’ (ele não se assoa com o pé). Vale o mesmo que dizer de uma pessoa que é bem educada e de boas maneiras. Informa L. Martel que a frase nasceu do fato de que os artistas de feira, gente de baixa condição, entre as diferentes sortes que costumavam fazer, executavam essa de passar o pé pelas ventas, como quem se assoava. A explicação não é lá muito satisfatória; mas enfim sempre se colhe de tudo isto, por enquanto, que há em francês um ditado análogo ao nosso tanto na forma como no fundo”]. Nota da edição| Equívoco de MA, esta indicação refere-se ao nº 266.

não existe. O grande romancista paraibano Lins do Rego, no seu *Banguê*<sup>121</sup>, registra duas quadrinhas tão ignominiosas pro negro que não tenho forças pra dizê-las, são violentas por demais. Rodrigues Carvalho, porém registrou esses mesmos versos e variantes deles, também cheias de insultos aos negros, porém mais fáceis de dizer:

Dorme o branco em camarinha,  
O caboclo no terreiro,  
Mulato atrás, na cozinha,  
Negro embaixo do poleiro.

O branco é filho de Deus,  
O mulato é enteado,  
O cabra não tem parente,  
E negro é filho do Diabo<sup>122</sup>

No desafio do cantador branco Bernardo Cintura, da Serra do Borborema, com o negro Francisco Bernardo, o branco tem pro negro este remoque duro, em que desrespeita até padres negros:

Se o padre é branco, diz missa,  
Sendo preto está mentindo;  
Preto nasceu pra cachorro,  
E o jeito é morrer latindo.

Eis uma curiosa quadra goiana bulindo com a loquacidade dos negros:

Negros de Paracatu,  
São negros de pé rapado;  
Mas bula com a língua deles  
Que salta um advogado<sup>123</sup>

Outra nordestina que indica que o negro não tem valor:

Sapato véio é chinelo,  
Coisa ruim é geringonça,  
Negro preto, bem retinto,  
Se chama cumê de onça<sup>124</sup>

Mais outra portuguesa:

---

121 Nota MA: "(484, 258)". [REGO, José Lins do. *Banguê*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934; p. 258: Nota MA: "Preto" e chave selecionando os dois apodos]. Nota da edição. A passagem do romance trata de conflito entre engenhos. O dono do engenho Santa Fé, negro, reclama ao coronel do engenho Santa Ana do feitor Nicolau, por este molestar seus trabalhadores e sua família, dizendo: "– Não trabalho em bagaceira de negro./ Branco Deus o fez./ Mulato Deus pintou./ caboclo bufa de porco./ Negro o diabo cagou" e "Branco dorme na sala./ Mulato no corredô/ Caboclo na cozinha/ Negro no cagadô".

122 Nota MA: "(645, 55 e ss)". [CARVALHO, Rodrigues. Op. cit.; p. 55: presença dos apodos citados].

123 Nota MA: "(266/ II de 1933, p. 201)". [GOMES, Lindolfo. FOLCLORE. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, ano 24, v. 41, nº 134. Rio de Janeiro, fev. 1933, p. 182-205; p. 201: presença do apodo citado].

124 Nota MA: "(59, I, 132)". [CABÔQUINHA, sem referência autoral. *Fundo Villa-Lobos*. Arquivo Mário de Andrade, IEB-USP].

O preto vai na tumba  
 C'o seu dente arreganhado,  
 Padre cura vai dizendo  
 – Saca fora, cão danado<sup>125</sup>!

Variante ou variada da célebre quadrinha nossa:

Negro preto quando morre  
 Vai na tumba de banguê;  
 Os compadre tão dizendo:  
 – Urubu tem que cumê.

Ainda variada entre nós, da seguinte maneira:

Negro velho quando morre  
 Tem catinga de xexéu,  
 Permita Nossa Senhora  
 Que negro não vá ao céu<sup>126</sup>

Ilação do provérbio “quando negro não quer fava, fava no negro”, Luís Edmundo conheceu a quadrinha popular:

Comida de negro brabo:  
 Quatro laranjas num gaio,  
 Uma cuia de farinha,  
 Cinco ponta de vergaio<sup>127</sup>

E esta pernambucana:

Do Recife pra Goiana  
 Os vales já se acabou,  
 Carreira de velho é chouto,  
 Negro cresceu, apanhou<sup>128</sup>

E esta outra também nordestina:

125 Nota MA: “(115, XVII, 138)”. [SOARES, Urbano Canuto. SUBSÍDIOS PARA O CANCIONEIRO DO ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA. *Revista Lusitana*, v. 17, nº 1-2. Lisboa, 1914, p. 135-158; p. 138: presença do apodo citado].

126 Nota MA: “(603, 87)”. [BRANDÃO, Alfredo. OS NEGROS NA HISTÓRIA DE ALAGOAS. In: FREYRE, Gilberto et al. (Org.). *Estudos afro-brasileiros: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido no Recife em 1934*. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935; p. 87: Nota MA: indicação “Negro” e traço à margem do trecho, destacando onde está o apodo citado: “O caboclo foi sempre considerado como o tipo mais perfeito de estupidez e os negros não perdiam vasa de o achincalhar. Por sua vez, aquele tinha seus arrancos de represália contra estes e assim vivia sempre a invectiva-los: ‘Negro quando não suja na entrada suja na saída’. ‘Negro de pé é um toco, deitado é um porco’. ‘Negro só nasceu para espoleta do branco’].

127 Nota MA: “(330, 384)”. [EDMUNDO, Luís. COZINHA E MESA. In: Op. cit.; p. 384: presença do apodo citado; na mesma página, o autor ao descrever os costumes da época acrescenta: “Resta falar do negro, a pobre besta humana escravizada e que comia o que lhe davam. Por espírito de sórdida economia, atendendo ao preço verdadeiramente irrisório, na época, das nossas frutas, os senhores, em geral, alimentavam os seus cativos com laranja, banana e farinha de mandioca”].

128 Nota MA: “(396, 269)”. [CARVALHO, Rodrigues de. *Cancioneiro do Norte*. Paraíba: Livraria S. Paulo, 1928; p. 269: Nota MA: cruzeta ao lado da estrofe e grifo no último verso do apodo citado].

Negro preto, rabingudo  
Cabeça de bode macho,  
Esse teu beijo de cima  
Já passa pelo debaixo<sup>129</sup>

Cornélio Pires, nos seus *Sambas e cateretês*<sup>130</sup>, registrou ainda três recortados de caipiras paulistas, que são caçoadas cruéis à mulher de cor.

Mas não é só na quadrinha tradicional que os remoques e os apodos chovem sobre o pobre homem de cor. Na literatura de cordel, nos romances e desafios do Nordeste, ainda em nossos dias permanece o vício popular de insultar o negro da maneira mais aviltante. Chega a ser admirável a riqueza de invenção no gosto de insultar que tem o cantador nordestino desde que lhe aparece um negro pela frente. Foi o que fez o ótimo cantador Leandro Gomes ao ver um negro, tirando o mote:

Negro não devia ter  
Nem a água do batismo<sup>131</sup>,  
que glosou à farta

Já num estranho romance do cantador João Martins de Ataíde, *HISTÓRIA DUM PESCADOR*<sup>132</sup>, o preconceito de cor deforma estranhamente o problema do Otelo. Se trata dos amores de uma princesa branca com um negro. Mas o cantador brasileiro, em vez de se apaixonar pelo problema, deforma-o da maneira mais curiosa. Os dois amantes, em vez de nobres e fatalizados pelo destino, são dois monstros repugnantes, acabam castigados e morrem. Salvam-se apenas os bons e, como lá termina o cantador:

Houveram muitos discursos  
E parabéns à multidão.

---

129 Nota MA: “(59, XVII, 199)”. [GÍRIA DO NORTE, sem referência autoral. *Fundo Villa-Lobos*. Arquivo Mário de Andrade, IEB-USP].

130 Nota MA: “(336, ps. 199 e 288)”. [PIRES, Cornélio. *Sambas e cateretês*. São Paulo: Unitas, 1933; p. 199: Nota MA: “Preto” à margem da letra RECORTE DA NEGRA, cuja 1ª estrofe é: “O zoio da negra/ É zoio de gralha./ Retira negra!/ Não me atrapaia...”. A segunda indicação não está na p.288 e sim na p. 228: Nota MA: “Preto”, à margem da estrofe: ‘Oia o jeito da negra/ Oia o jeito dela;/ Com a cara preta/ Queném panela;/ Assim mesmo ela diz/ Que é linda e bela/ Mais quem é que qué/ Uma negra daquela’. Ainda, na p. 223: Nota MA: “Preto” à margem dos versos: “Ai, ai! Ai! ai!/ Meu Deus do céu!/ O cabelo da negra/ Virou mundéu”].

131 Nota MA: “(59, XVIII, 29)”. [UM MOTE, sem referência autoral. *Fundo Villa-Lobos*. Arquivo Mário de Andrade, IEB-USP].

132 Nota MA: “(59, II, 133 ou folheto nº 50)”. [HISTÓRIA DE UM PESCADOR, sem referência autoral. *Fundo Villa-Lobos*. Arquivo Mário de Andrade, IEB-USP].

Nos desafios o insulto se desmanda livremente. O grande cantador Inácio da Catingueira, que era negro, teve de sofrer muito por causa da cor. Basta recordar o seu célebre desafio com Romano<sup>133</sup> que lhe dizia:

Negro, eu canto contigo  
Por um amigo pedir,  
Visto me sacrificar  
Não me importa de o ferir.

Negro, cante com mais jeito,  
Veja sua qualidade,  
Eu sou branco e sou de vulto  
Perante a sociedade,  
Em vir cantar com você,  
Baixo de dignidade.

Outro cantador negro, Joaquim Francisco, teve que engolir destas, na peleja que teve com José Claudino<sup>134</sup>:

Eu vou dizer a verdade:  
Negro não tem senhoria,  
Não tem reino nem império,  
Nem poder nem fidalguia,  
Negro resmunga e não fala  
E sua casa é a senzala  
Onde vive em gritaria.

Joaquim, eu não sou seu filho,  
Si fosse, só comeria  
Milho, cevada e capim  
E vinte surras por dia,  
Porque negro se sustenta  
Em levar surra e setenta,  
E nunca vergonha cria.

Eis ainda um martelo tirado pelo cego Aderaldo contra José Pretinho do Tucum<sup>135</sup>:

Negro, és um monturo,  
Mulambo rasgado,  
Cachimbo apagado,  
Recanto de muro,  
Perna de tição,  
Boca de purão,  
Beijo de gamela,  
Venta de muela,  
Muleque ladrão.

---

133 Nota MA: “(59, XX, 114 e ss)”. [ROMANO E IGNÁCIO DA CATINGUEIRA. *Fundo Villa-Lobos*. Arquivo Mário de Andrade, IEB-USP].

134 Nota MA: “(59, XVII, 83)”. [PELEJA DE JOAQUIM FRANCISCO E JOSÉ CLAUDINO. *Fundo Villa-Lobos*. Arquivo Mário de Andrade, IEB-USP].

135 Nota MA: “(59, V, 96)”. [PELEJA DO CEGO ADERALDO COM JOSÉ PRETINHO DE TUCUM. *Fundo Villa-Lobos*. Arquivo Mário de Andrade, IEB-USP].

Negro é raiz  
Que apodreceu,  
Casca de judeu,  
Muleque infeliz,  
Vai pro teu país  
Sinão eu te surro  
Dou-te até de murro,  
Te tiro o regalo  
Cara de cavalo  
Cabeça de burro.

Negro careteiro  
Eu te rasgo a giba,  
Cara de guariba,  
Pajé feiticeiro,  
Queres o dinheiro,  
Barriga de angu,  
Barba de quando,  
Camisa de saia,  
Te deixo na praia,  
Escovando urubu.

Pra terminar com este rebaixamento total:

Desculpe, José Pretinho,  
Se eu não cantei a seu gosto:  
Negro não tem pé, tem gancho,  
Não tem cara nem tem rosto,  
Negro na sala dos brancos  
Só serve pra dar desgosto.

Vou parar com as citações. No correr das minhas leituras e viagens fui anotando os ditos, as lendas, os provérbios, as quadrinhas, as superstições insultantes ao negro. Agora tive a ideia de lembrá-los hoje, mas a documentação colhida era tão numerosa que tirei dela, sem a menor escolha apenas uma parte menor, que acabei de expor.

Talvez o que disse agora não seja sequer a décima parte da documentação que já colecionei, mas essa parte mínima creio que prova mais que suficientemente que o problema do preconceito de cor, no Brasil, não se confunde com o de classe, pois é no próprio povo inculto, é dentre os operários da cidade e do campo, é da boca das classes supostamente inferiores que vieram os ditos, os provérbios, os apodos e caçoadas cruéis que recenseei. Trata-se exatamente de um preconceito de cor em que os próprios brancos incultos colaboram abundantemente, também eles concordando que:

Negro, na sala dos brancos  
Só serve pra dar desgosto.

Ora, o Departamento de Cultura da Municipalidade de São Paulo, se já provou que não tem o preconceito de cor quando, em fins de 1936, um grupinho de três ou quatro cantoras desajuizadas pretendeu evitar a colaboração negra em nossos corais. O Departamento de Cultura, nesta celebração do cinquentenário da Lei Áurea, fez questão de trazer os negros para esta “sala de brancos”, a um deles trazendo para este ciclo de conferências comemorativas. É o Dr. Francisco Lucrécio<sup>136</sup>, designado pelas associações negras e que vai nos falar agora.

Resta saber apenas se esta trazida dos negros para a sala dos brancos, não trouxe algum desgosto. Se os pretos que me escutam, me permitirem falar com toda a sinceridade, eu direi que sim, e que estas celebrações terminam com algum desgosto meu. E vou dizer qual é, com a franqueza leal que penso me caracterizar.

Desde o dia dois de maio, os negros cultos, os negros escolhidos por eles mesmos, vem falando tanto no Teatro Municipal como aqui. Deram-se sadios conselhos como os do poeta Lino Guedes<sup>137</sup> recomendando o livro, fizeram-se vivas reabilitações como a do prosador Fernando Góes. Houve principalmente uma verificação muito útil e que por vários foi repetida: a de que o negro sofre de um complexo de inferioridade e que precisa vencê-lo.

É principalmente esse complexo de inferioridade que inferioriza o negro deixando-o numa subalternidade lastimável. Porém, olhando o passado e este nosso presente de comemorações, eu me pergunto: essa subalternidade atual não será mais ou menos justificável? Pelo menos isso parecem provar os oradores negros destas comemorações.

Não basta verificar o complexo de inferioridade e recomendar a todos que o vençam. Positivamente um rapaz novo, lúcido, voluntarioso, audaz em suas afirmativas, reivindicações e maneira de agir, como Fernando Góes, não sofre mais do complexo de inferioridade, ou se o sofre o sabe vencer.

Mas a todos os oradores negros que desfilaram nestes dias falta, faltou enormemente a vontade, o esforço, aquela vontade e aquele esforço pacientes que fizeram o francês dizer que o gênio não passava de uma longa paciência. Qual o discurso, qual a conferência proferida por

---

136 Nota da edição: Francisco Lucrécio (1909-2001), cirurgião-dentista, um dos fundadores da Frente Negra Brasileira (FNB), em 16 de setembro 1931; trabalhou no jornal *Senzala* e em 1934 assumiu o cargo de secretário-geral da referida frente. Proferiu a conferência “A liberdade e o negro”, no Palácio do Trocadero, em 10 de maio de 1938, nas comemorações do Cinquentenário da Abolição.

137 Nota da edição| Lino Guedes (1897-1951), poeta e jornalista; atuou na imprensa negra, nos jornais *Getulino* (redator-chefe), *Maligno* (diretor) e *Progresso* (editor). Em 2 de maio de 1938, fez sua conferência na sessão solene das comemorações do Cinquentenário da Abolição. No dia seguinte, *O Estado de S. Paulo* afirma que Lino Guedes “encareceu o papel do livro no desenvolvimento cultural dos homens da raça”, mas não menciona o título da conferência.

---

negros, nestas comemorações, que se possa aproximar da ciência e na reflexão das conferências de um Artur Ramos<sup>138</sup>, por exemplo? Certamente nenhuma, e isto é o que me desgosta. Os negros paulistas sabiam que estava para chegar o cinquentenário da maior data deles e uma das maiores do Brasil. Não faltou quem lhes estendesse a mão, não por generosidade a que eles devam ser gratos, mas por simples justiça de iguais. Não era este o momento dos negros provarem o que valem, em vez de afirmarem que valem. Não haverá um homem são de espírito no Brasil que negue esse valor. A nossa história, o nosso passado e a nossa justiça crítica o provam mais que suficientemente.

O que eu senti nestas comemorações é que o negro se contenta de alcançar um posto de destaque intelectual entre os do seu meio ainda culturalmente menos apreciável. Nenhum se dedicou a uma obra de fôlego, nenhum a uma obra paciente de cultura, nenhum a uma obra de igualdade. E que não se diga seja isto uma questão financeira porque um Artur Ramos também vive de seu ganho e luta por viver. E que não se diga seja aqui um problema de linha de cor, pois que se nalgum salão de baile é possível [que] se proíba a entrada do negro, não há uma biblioteca no Brasil onde essa infamante proibição exista. E é incontestável que na maior data negra do Brasil, os intelectuais negros de São Paulo não quiseram se igualar como era possível, e nem quiseram vencer, como deviam.

O desânimo ainda pesa sobre a raça negra entre nós, e a falta de vontade enérgica. Quando os japoneses quiseram levantar sua força nacional à altura da europeia, eles adotaram métodos europeus. Se a raça negra quiser se igualar à branca, como deve e pode, terá que adotar métodos brancos de ânimo e tenacidade. É certo que muitos dos negros já venceram o complexo de inferioridade. Aos oradores negros destas noites não faltou convicção, às vezes prematura. Mas em nenhum pude notar a verdadeira consciência da data que comemoravam, e conseqüentemente aquele esforço, aquela vontade iluminada que só eles na cultura, levam à criação de obras duráveis.

---

138 Nota da edição: Artur Ramos (1903-1949), médico, antropólogo e estudioso do folclore. Autor de *O negro brasileiro: etnografia religiosa e psicanálise* (1934), *O folclore negro no Brasil* (1935) e *As culturas negras no Novo Mundo* (1937). Nas comemorações do Cinquentenário da Abolição, fez três conferências: “Negro e folclore cristão no Brasil”; “O espírito associativo do negro” e “Castigo de escravos”, publicadas na *Revista do Arquivo do Município de São Paulo*, nº 47, ano 9, São Paulo, jun. 1938; número dedicado ao Cinquentenário da Abolição.

---

Uma feita fui não compreendido pelos negros de São Paulo, porque numa reportagem de romance denunciei algumas falhas deles.<sup>139</sup> Outra feita fui por eles louvado porque lhes denunciei algumas das qualidades essenciais. Não merecia nem o louvor nem a incompreensão, porque, na realidade, como disse na abertura destas comemorações, para mim o negro não é motivo nem de louvor nem de repúdio, “é pura e simplesmente um homem como todos os outros”, e que por isso, deve ser tomado como qualquer outro.

Aproveito, pois este momento que não pretende ser de louvações inúteis para concitar os negros de São Paulo à coragem de maiores esforços. É preciso, pelo menos por enquanto, que eles não se esqueçam da pesada cor que tem. É preciso que eles se redimam do simbolismo das cores que levou a cor branca a ser o Bem e a preta a ser o Mal. Porque não basta abolir o preconceito da cor, é preciso justificar essa abolição. E só o esforço próprio, a tenacidade, o gozo das volúpias de tais batalhas é que levarão os negros a essa vitória perfeita de serem homens como quaisquer outros.

São Paulo, 7 de maio, 1938.

---

139 Trata-se de A NEGRADA, trecho do romance inacabado *Café*, cedido à revista *Movimento Brasileiro*, ano 2, nº 16. Rio de Janeiro, abr. 1930, p. 10-12, (ilustração de Di Cavalcanti).

**“Viva a Liberdade”: Contracultura na Obra Literária de Jorge Mautner<sup>140</sup>**Valéria Aparecida Alves<sup>141</sup>

**Resumo:** O texto ora apresentado comunica a pesquisa sobre a contracultura no Brasil, especificamente, a partir da análise da obra “*Deus da chuva e da morte*” de Jorge Mautner. Buscou-se compreender a partir da reflexão sobre a obra, as marcas estéticas da contracultura, a proposta do autor e o contexto em que a obra foi produzida (1962).

**Palavras-Chave:** Brasil. Contracultura. Literatura. Jorge Mautner.

**“Long Live Freedom”: Contraculture in the Literary Work of Jorge Mautner**

**Abstract:** The text presented here communicates the research on the counterculture in Brazil, specifically, from the analysis of the work “*Deus da chuva e da morte*” by Jorge Mautner. It was sought to understand from the reflection on the work, the aesthetic marks of the counterculture, the author's proposal and the context in which the work was produced - 1962

**Keywords:** Brazil. Counterculture. Literature. Jorge Mautner.

**Considerações Iniciais**

Quando a chuva que é tão fria  
E cinzenta e gelada,  
Mas tão quente lá dentro  
Me molhou pela primeira vez,  
Eu tive a iluminação!  
Hei, Hei, Hei, Hei

E vi o mundo de uma cor

Que eu nunca imaginei,  
E o mundo era aquilo  
Que eu sonhei!

[...] E eu não ligo pra toda essa gente

Que me chama de alienado  
E que diz que eu vivo errado  
E que vivo em confusão [...]

Jorge Mautner – Canção *Iluminação*, 1958

A relação *História e Literatura* já suscitou e, ainda, suscita muitos debates. Por muito tempo, as obras literárias foram desprezadas pelo historiador, não eram consideradas fontes –

140 Este artigo refere-se às discussões realizadas na Mesa-Redonda: “Estéticas Literárias” no III Encontro Interdisciplinar Diálogos sobre a Arte, ocorrido em 13 a 15 de janeiro de 2016, promovido pelo DICTIS – Laboratório de Estudos e Pesquisas em História e Culturas – Mestrado Acadêmico em História da Universidade Estadual do Ceará (MAHIS/UECE).

141 Professora Adjunta do curso de História da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Email: valeria.alves@uece.br.

documentos, pois como ficção não traziam o “testemunho da verdade”, para a análise histórica. Tal postura, felizmente, já foi há muito superada e a literatura foi incorporada às discussões históricas, tanto como objeto de estudo, quanto fonte. Documento, inclusive, privilegiado para os historiadores que buscam apreender o imaginário, as sensibilidades, os valores, as ideias e as representações de determinado contexto histórico.

Como destacou Pesavento (2005, p. 82), após a superação do debate sobre a pertinência da literatura como fonte histórica, “a nova questão que se abre, e que é central para a definição de estabelecer uma nova e grande corrente de abordagem da História Cultural, é a do uso da Literatura pela História”.

A admissão da obra literária como fonte histórica não resulta, obviamente, de consenso entre os historiadores sobre a relação entre a História e Literatura e os procedimentos metodológicos para sua análise. O debate e as diversas formas de abordagem da literatura na análise histórica evidenciam as reflexões sobre as aproximações e os distanciamentos entre as narrativas – histórica e literária. Sobre o embate em torno das discussões, destaca-se que:

[...] Segundo as ponderações de alguns historiadores a respeito das relações entre a narrativa histórica e a narrativa literária, embora se deva reconhecer a presença de traços literários na primeira, não se pode deixar de lado as operações específicas que a tipificam como disciplina: construção e tratamento dos dados, produção de hipóteses, crítica e verificação de resultados, validação da adequação entre o discurso do conhecimento e seu objeto (FERREIRA apud PINSKY; LUCA, 2012, p. 77).

Admitindo, portanto, que a narrativa histórica é construída a partir do vivido, do acontecimento, ou seja, do fato – mesmo que selecionado e, portanto, “construído” pelo historiador, a análise histórica só se dá sobre o que ocorreu, ou seja, o real. Mesmo considerando que a narrativa histórica é limitada, possibilitando apenas uma aproximação do real e não sua “recuperação”. Enquanto a Literatura, como arte, não possui nenhum compromisso com o real, ou seja, sua narrativa é ficcional, mesmo quando o autor apresenta uma análise sobre o vivido.

Entendo, portanto, que a principal diferença entre as narrativas – histórica e literária, está em seu propósito, na preocupação central que move historiadores e literatos. Compreendo que a narrativa histórica tem o compromisso com a explicação dos fatos – mesmo considerando que tal explicação sempre será incompleta e subjetiva –, enquanto a narrativa literária – mesmo que, também, se detenha a explicar o vivido, os acontecimentos – não carrega tal compromisso. Como produção artística, a narrativa literária está marcada pela liberdade. Assim, entendo que:

[...] a Literatura é fonte de si mesma. Ela não fala de coisas ocorridas, não traz nenhuma verdade do acontecido, seus personagens não existiram, nem mesmo os fatos narrados tiveram existência real. A literatura é testemunho de si própria, portanto o que conta para o historiador não é o tempo da narrativa, mas sim o da escrita. Ela é tomada a partir do autor e sua época, o que dá pistas sobre a escolha do tema e de seu enredo, tal como sobre o horizonte de expectativas de uma época. (PESAVENTO, 2005, p. 83).

Assim, a análise da obra literária “*Deus da chuva e da morte*”, de Jorge Mautner ora apresentada, considerou as questões fundamentais para a análise histórica: Quem produziu? Quando foi produzida? Onde? Para quem? Por quê? Para quê? Com o quê e como? Portanto, a narrativa histórica construída a partir das respostas obtidas para tais questões, propõe evidenciar o contexto histórico em que a obra foi produzida. Desta forma, buscou-se analisar as evidências observadas na obra sobre as marcas do período de sua produção, ou seja, a década de 1960.

### **Jorge Mautner e o Kaos**

Considerando que antes de compreender a obra, devemos nos ater sobre quem a produziu, apresento o autor da obra “*Deus da Chuva e da Morte*”: Jorge Henrique Mautner nasceu em 17 de janeiro de 1941, no Rio de Janeiro. Filho de refugiados da Segunda Guerra Mundial – Paul Mautner e Anna Illich. Permaneceu no Rio de Janeiro até 1948, quando se mudou com a família para São Paulo. Começou a escrever a obra *Deus da Chuva e da Morte* aos 15 anos de idade, ou seja, em 1956. E, em 1958 produziu suas primeiras canções.

Em 1962, por intermédio de Mário Schenberg, integrou o Comitê Central do Partido Comunista, especificamente, na célula cultural. Sobre a experiência, Mautner explicou que:

[...] Era uma célula avançada, experimental, e muito importante. Na época, o Mário Schenberg me deu o livro do Christopher Caldwell, que aliás Tarso Genro conhece, eu e o Tarso Genro discutimos muito sobre esse livro, em que ele pedia, ele dizia nesse livro que o realismo socialista era uma bobagem stalinista, nisso nem se fala. Mas que nem o impressionismo, nem o cubismo, nem o surrealismo seriam fortes o suficiente para representarem o que significa a revolução no marxismo mundial e que isto só poderia ser feito em forma e conteúdo de mitologia. No livro Christopher Caldwell fala isso, e o Mario Schenberg dizia que era a etapa do Partido na parte estética e ética e caberia a mim. Você imagina: no Partido Comunista, a pessoa mais alta em instância pedia a mim para elaborar a mitologia do século XX para o XXI. Então a minha Minha Mitologia do Kaos se encaixava perfeitamente. Daí eu ter pulado vários degraus, estava acima hierarquicamente que muita gente no Partido, numa ação quase secreta. [...] (MAUTNER, 2006 apud COHN, 2007, p. 171-172).

Entre 1963 e 1964, trabalhou para o jornal *Última Hora*, responsável pela coluna “Bilhetes do Kaos”, publicada em suplemento cultural. As agitações políticas e manifestações ocorridas no período marcam seus textos. Com linguagem coloquial, explicitava seu posicionamento político e sua leitura dos acontecimentos:

1 A DEMOCRACIA é a coisa mais formidável que existe. Só nela é que se goza da total disponibilidade de ir para onde se quiser. Só no sistema democrático conseguiremos fluir. A democracia com seus mitos, suas

---

alucinações e defeitos, ainda é o melhor dos sistemas, mesmo porque em outro sistema me proibiriam de existir e escrever como escrevo. Minha obra é a disponibilidade total. Só obedeco às forças primordiais da paixão humana, dos elementos da natureza e do meu instinto. [...] (MAUTNER, 1964 apud COHN; FIORE, 2002, p. 46).

No trecho acima, nota-se a defesa do regime democrático feita por Jorge Mautner. Naquele momento, o Brasil vivia um clima de enorme tensão política, em razão das polêmicas Reformas de Base, apresentadas pelo Presidente João Goulart. De caráter reformista e não revolucionário ou socialista, como a oposição ao Governo Jango, classificava o projeto das reformas, as medidas visavam reformar áreas consideradas estratégicas para promover o desenvolvimento econômico do país.

Entre as áreas a serem reformadas, destaca-se: Educação – ampliação de vagas para o Ensino Superior e reforma curricular –, Administrativa – agilizar e racionalizar o sistema burocrático brasileiro –, Tributária – ajustar a taxa e arrecadação de tributos –, Urbana – facilitar a aquisição de moradia, através de financiamentos e construção de conjuntos habitacionais, bem como regular o valor dos aluguéis – e Agrária – promover a reforma agrária, favorecendo o acesso à terra, a ampliação da produção agrícola e reduzir a concentração fundiária no país.

A proposta das Reformas de Base dividiu as opiniões e acentuou a polarização vivenciada no início dos anos 1960 no Brasil. A esquerda – representada no Partido Comunista Brasileiro, sindicatos, União Nacional dos Estudantes (UNE) –, pressionava o Governo Jango para promover, mesmo que através de decretos presidenciais, as reformas, entendidas como imprescindíveis para o desenvolvimento econômico. Por outro lado, a direita – representada pela União Democrática Nacional (UDN), empresários, industriais e grandes proprietários, pressionavam o governo Jango e o Congresso Nacional a rejeitar a proposta das reformas, entendida como o início do processo rumo a implantação do socialismo no país.

Em meio aos debates e manifestações que tomaram conta do país, o Congresso Nacional rejeitou todas as propostas das Reformas de Base. Na tentativa de defender o projeto e pressionar o Congresso a aprovar as medidas, o presidente João Goulart participa de vários comícios em território brasileiro, a fim de divulgar e conquistar a opinião pública para a importância das reformas no país. Entre os comícios realizados, o mais polêmico ocorreu na sexta-feira de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro.

O comício da Central do Brasil repercutiu em manifestações de oposição ao Governo Jango. A manifestação de maior destaque ocorreu em São Paulo, no dia 19 de março de 1964, conhecida como “Marcha da Família, com Deus pela Liberdade”. As agitações vivenciadas no

país, o clima de violência, continuaram a ser destaque na coluna de Jorge Mautner, que escreveu:

1 A FACULDADE de Direito estava de luto. Faixas negras na tarde cinza de São Paulo. Um jovem faz uma leitura. Fala dos desmandos da polícia. Correm boatos da morte de um repórter da “Manchete”. E a gente fica imaginando o colega morto. Uma cólera nasce na gente. Um ódio. A tarde é cinza e o estudante fala com muita emoção, exagero e impulso [...]

3 UM LOUCO? Demente? O primarismo da propaganda de direita obceca. Entro na Faculdade e vejo um furo de bala de metralhadora num vidro esquecido. Esquecido porque depois das rajadas a polícia, para não deixar as marcas das balas, espatifou os vidros furados. Esqueceu de espatifar um pedaço de vidro. Lá, ficou a marca da bala. Uma rajada foi alta. Foi para não acertar ninguém. A outra foi baixa: na altura da cintura. Foi para matar.

4 À NOITE chegou o ministro da Justiça. O brucutu com suas luzes vermelhas, na voz do delegado do DOPS, mandou esvaziar o Largo. Depois a polícia baixou a borracha. Eu estava lá e corri para dentro da Faculdade. Estava fantasiado de repórter, com uma máquina sem filme na mão. Parecia um turista na verdade. Estava falando com o Marco Aurélio que, de barba e tudo, falava de poesia. Depois falei com vários estudantes. E estudante é tão otimista. Tão estudante. [...] (MAUTNER, 1964 apud COHN; FIORE, 2002, p. 50).

Observa-se na análise dos textos publicados na coluna *Bilhetes do Kaos*, o posicionamento favorável às Reformas de Base e a defesa da manutenção do regime democrático no país, que estava em risco naquele momento. Em tom irônico, criticava, explicitamente, a “Marcha da Família, com Deus pela Liberdade” em São Paulo e alertava sobre o risco de implantação do autoritarismo no país e todo retrocesso que o golpe representaria e, ainda, ressaltava a importância da mobilização para a defesa da democracia, conforme destaca-se:

[...] 2 COMO é impressionante o número de empregadas domésticas que foram obrigadas por suas patroas a participar do desfile! Foram defender os privilégios das patroas.

3 O ESTUDANTE de direito virou-se para a mal-amada e falou: - “Pois é, nós defendemos o povo, as reformas, a senhora é rica, defende os privilégios”. E a senhora gritou: - “Está enganado! Eu não sou rica não!” De fato, ela não era rica, era burra.

4 PARABÉNS à gloriosa classe dos estudantes, que sempre marcharão com a História e o povo! O Largo de São Francisco é o heroico de São Francisco.

5 A IDADE Média pode cair sobre o mundo. Depende de nós. Está nas mãos do homem fazer as coisas. Senhor guarda-civil, meu amigo, irmão, homem do povo, você vai atirar no povo? Vamos mais uma vez lançar o apelo da luta pacífica, da marcha legal dentro da Constituição pela efetuação de um vasto e definitivo plebiscito popular. Pelo voto dos analfabetos. Pelas reformas realmente de base. Por todo o programa democrático!

6 SÃO PAULO tem um status quo social diferente das outras regiões do País. Uma frente nacional-burguesa aqui não funciona. Porque aqui a luta de classes é mais nítida. Sempre em nome da união total das forças progressistas e nacionais, democráticas e do centro, contra os golpes que a direita desesperada trama a todo vapor, de qualquer maneira. Saravá! (MAUTNER, 1964 apud COHN; FIORE, 2002, p. 53).

Nos últimos dias do mês de março de 1964, o país vivenciou a ampliação das manifestações de apoio e, também, de oposição ao Governo Jango e, em 31 de março, ocorreu o golpe militar, que implantou um governo autoritário, que duraria 21 anos. Algumas ações foram adotadas imediatamente ao golpe militar, sob a liderança do Comando Supremo

Revolucionário, como a denominada “Operação Limpeza”, que visava a prisão de todos aqueles considerados “subversivos” e opositores ao novo governo.

Entre os diversos presos após o golpe militar de 1964, estava Jorge Mautner, que foi incluído na Lei de Segurança Nacional. Naquele ano, publicou a obra “Kaos”. Em 1965, publicou duas obras: “*Narciso em tarde cinza*” - concluindo, a trilogia sobre a “*Mitologia do Kaos*” – e “*Vigarista Jorge*”, obra proibida pela censura do governo militar. Ainda, em 1965, lançou o compacto com as canções *Radioatividade* e *Não, não, não*. Exilou-se em 1966 nos Estados Unidos, onde empregou-se na UNESCO e aproximou-se do escritor norte-americano Robert Lowell, de quem foi secretário. Sobre sua experiência nos EUA, as influências recebidas, as dificuldades enfrentadas e oportunidades, explicou que:

[...] trabalhando de várias maneiras. Fui datilógrafo das Nações Unidas, lavava prato, lavador de prato, depois fui ajudante de garçom – nunca consegui ser garçom. Depois fui massagista e fazia uma massagem oriental e uma massagem sueca, que até hoje dou na Gal Costa, ela sempre me pede, Caetano também – Caetano diz que é fã da minha massagem. Agora, o nível de sobrevivência é bem descontínuo, né? Porque pela riqueza que tem lá você pode sobreviver assim no nível bem fácil, ao mesmo tempo que é muito duro, porque as pessoas se comunicam com você de uma outra maneira. Mas eu acho os Estados Unidos genial, um grande maná, de onde a gente pode extrair forças incríveis que vão contribuir muito pra essa nova cultura. Porque você tem toda uma lição de uma vivência até democrática, do populismo americano, aquela parte poética do Walt Whitman, do Allen Ginsberg, o clima que foi expresso pela *beat generation*, pela parte viva da América. Todos esses elementos que são democráticos e filhos da revolução industrial, esses elementos assim, eu diria até progressistas (Mautner começa a cantar algumas de suas músicas, tocando um bandolim e acompanhado por dois violões). (MAUTNER, 1972 apud COHN, 2007, p. 47-48).

Retornou ao Brasil em 1968 e participou como roteirista do filme *Jardim de guerra*, de Neville d’Almeida. Neste ano conheceu Ruth Mendes, com quem se casou. Sobre a aproximação e o relacionamento com Jorge Mautner, ela, explicou:

Quando eu estudava no ginásio do Colégio Pedro II, no começo dos anos 1960, uma amiga minha, que era também poeta, me mostrou *Deus da Chuva e da Morte*, como sendo um livro genial, que tinha que ser lido. E eu lia muito naquela época, era uma típica existencialista carioca. E fiquei muito brava com o livro, porque eu achei genial, mas não entendi, assim, de primeira. Foi essa mesma amiga, a Maria Helena, que iria me apresentar pessoalmente ao Jorge, anos depois, em 1967, quando ele voltou clandestino dos EUA para a filmagem do “*Jardim de Guerra*”, o filme de Neville D’Almeida do qual ele fez o roteiro. Esse encontro foi no Garota de Ipanema, e nós tivemos uma discussão calorosa sobre a Amazônia, mas no mesmo dia fizemos as pazes, na casa do Jorginho Guinle. Neste primeiro encontro, fui tomada por uma surpresa, que nunca deixou de existir e que permanece ainda agora, mais de trinta anos depois de tê-lo conhecido. Além de ter tido uma filha maravilhosa com ele, a Amora, e ter sido casada com ele por quase 15 anos, o que me surpreende até hoje é a capacidade de termos permanecido amigos desde o primeiro encontro. Aprendi a viver mais intensamente com ele, compartilhando diversas experiências e convívios. (RUTH MENDES – Entrevista Por Sérgio Cohn e Juliano de Fiore na casa de Ruth e Jorge Mautner, no Alto Leblon, em março de 2002 apud COHN; FIORE, 2002, p. 69).

Em 1970 viajou para Londres, onde conheceu Caetano Veloso e Gilberto Gil. A aproximação, marcada por afinidades, estabeleceu-se em parceria que rendeu várias canções nas décadas posteriores. Sobre o primeiro encontro com os baianos, Jorge Mautner, explicou que:

[...] Eu entrei de guarda-chuva na casa de Caetano e disse uma profecia. O Caetano ficou impressionado e disse tremulamente – “Você é profeta, é?” Eu disse mais tremulamente: - Bem, não são bem profecias, são análises, análises totalizantes que incluem muitas coisas, por exemplo ... E falei, falei. Gilberto Gil disse – “Ei, nêgo, você toca bandolim, é?” E eu timidamente no dia seguinte trouxe meu bandolim e tocamos, tocamos, noites, dias e a lua sumia por dentro da névoa londrina. Aquele relax londrino com juventude sensual imitando os Rolling Stones pelas ruas do ex-império a passear. Com Caetano eu tocava (acompanhando fazendo ecos e fraseados) sambas antigos, de Noel e Caimmy, de Ismael Silva e Ary Barroso, todo aquele repertório popular de Caetano. Com Gil eu tocava acompanhando o seu novo som africano-rock-heavy-brazilian-electricity. Às vezes rock & baião. Falava-se muito de tudo. Inumeráveis discussões sobre Nietzsche, Hegel, estruturalismo, discos voadores, Dionísio e Apolo. [...] (MAUTNER, 1971 apud COHN; FIORE, 2002, p. 82-83).

Da aproximação e parceria com Caetano Veloso e Gilberto Gil, ainda, em Londres, produziu o filme *O Demiurgo*, em 1970. Sobre o filme, afirmou:

[...] O filme é colorido e Caetano é um Demiurgo (mistura de oráculo, prestidigitador, pitonisa, profeta) Gil é o deus Pã, Leilah Assumpção é Cassandra, e eu sou Satã, a negação. Há a revolta das mulheres chefiadas por Dedé. Há milhares de situações e acontecimentos. Aguilar, o pintor, é Sócrates, mestre do Demiurgo, e o filme teria sido impossível sem a inestimável colaboração de Ruth que explodiu a minha alma e me fez crescer os cabelos, e sem a assistência da direção constante, os palpites maravilhosos, a criatividade, a presença dinâmica de Arthur de Mello Guimarães. [...] O filme é a fusão de quatro influências: expressionismo alemão, Godard, Glauber, pop americana. E um quinto elemento tropicalmente brasileiro de chanchada. Claro que o filme é muito mais como tudo é sempre mais. O filme é denso, profundo, aterrorizante. Há uma nostalgia romântica a pairar por cima do filme, e acho que é algo muito novo. (MAUTNER, 1971 apud COHN; FIORE, 2002, p.84-85).

O filme foi censurado no Brasil, ainda em 1971, e só depois liberado. Contudo, mesmo após a liberalização não foi exibido no circuito comercial, sendo assistido apenas em apresentações particulares, ficando, portanto, restrito ao grupo de amigos, artistas e intelectuais com quem dialogavam. Sobre as dificuldades para a produção do filme e a censura, Ruth Mendes – na época esposa de Jorge Mautner -, relatou:

[...] O Jorge teve a ideia e escreveu o roteiro, mas não sabia se a gente devia investir todas as nossas economias de imigrantes num projeto como esse. Na época a gente pensava em dar entrada num apartamento em Ipanema, e na realidade esta era a ideia original: juntar dinheiro para comprar um apartamento, que nós não temos até hoje, porque pusemos todo o nosso dinheiro, por volta de dez mil dólares, na produção de *Demiurgo*. Quem produziu foi o Arthur, que não cobrou nada é claro. Todos os negativos foram comprados das sobras do filme “Queimada” do Marlon Brando, aliás é por conta da extrema qualidade desses negativos que o filme está em ótima qualidade até hoje. Só o editor e o câmera man é que receberam dinheiro para trabalhar. A fotografia quem fez foi um inglês que não entendeu muito bem o que a gente queria. Por isso é que a fotografia ficou simples, clássica. Mas o Jorge não ligava para estas coisas, ele ligava mesmo era pra direção de atores. Todo o nosso dinheiro foi investido nesse filme, que no fim acabou dando lucro nenhum. [...] Tudo tinha um duplo sentido, nada era muito claro ou direto – nós até fizemos um corte no filme, que era um nu frontal de Gil, para não ter problemas com a censura. Mesmo a cena de Caetano com Dedé rolando no chão, era toda feita com eles vestidos. [...] O filme chama o “*Demiurgo*” em homenagem a Caetano, que é o poeta exilado que tem suas revelações através da palavra (Ruth Mendes. Aproximação com Jorge Mautner. Entrevista realizada por Sérgio Cohn e Juliano Fiore em março de 2002 apud COHN & FIORE, 2002, p. 71-72)

Jorge Mautner retornou ao Brasil em 1971, quando participou como colaborador do Semanário *O Pasquim*. A experiência, porém, foi rápida, saiu em 1972, após

desentendimentos, principalmente, com Millôr Fernandes. Sobre o afastamento, revelou, com ironia e ressentimento:

[...] a minha expulsão do Pasquim, feita pelo humorista sem graça que é Millôr Fernandes (parece que ele é guru de certo grupo de “intelectuais” – a burritzia brasileira!) em seu artigo contra mim em que se ergue como defensor de um pretensamente “atacado” Noel Rosa. Millôr com seu estilo sem graça subpopulista fascista e intolerante, apenas descrevia como uma imensa tela de projeção a trajetória de um ego oportunista, projetando-o em mim! Foi essa uma de suas raras piadas que me fizeram rir!”

“E depois e principalmente porque me foi ordenado por instâncias divinas e superiores que é preciso desmascarar, desmistificar e eliminar tais elementos nocivos à sociedade, à construção de um planeta democrático, inteligente, tolerante, não-fascista, é preciso acabar com os fariseus da má-fe”. (MAUTNER, 1977 apud COHN; FIORE, 2002, p. 164-165).

A saída da equipe d’*O Pasquim* não retirou Jorge Mautner da cena cultural. Ainda, em 1972 firmou parceria musical com Nelson Jacobina (parceria que durou até a morte de Jacobina, em 2012) e colaborou com artigos para o jornal *Rolling Stones* – da imprensa alternativa. Nos anos seguintes, seguiu produzindo obras literárias e canções, e, ainda, hoje continua, ativamente, a produzir.

#### “Anos Dourados”

Jorge Mautner iniciou a escrita da obra “*Deus da chuva e da morte*” em 1958. O Brasil vivia os “anos dourados” do governo Juscelino Kubistchek, marcado pelo crescimento econômico – “50 anos em 5”-, abertura ao capital externo, ampliação do consumo, aumento da dívida externa, expansão da classe média e construção da nova capital – Brasília. Tais transformações aproximaram, ainda mais, o Brasil da influência norte-americana, ampliou-se o consumo de mercadorias e produtos culturais estrangeiros, em especial a música, com destaque para o *rock and roll*, e filmes, que contribuíam para influenciar e modificar comportamentos, principalmente da juventude, que passava a ser vista como consumidores em potencial.

Os anos JK (1956-61) caracterizaram-se por um período de otimismo da população brasileira, que via na expansão econômica, na geração de emprego, no acesso aos bens de consumo, a possibilidade de melhoria das condições de vida, embora o alto endividamento externo e a inflação a longo prazo frustraram tais expectativas. Contudo, durante o mandato do presidente Juscelino Kubitschek, aparentemente, o Brasil parecia ter encontrado o caminho para o desenvolvimento. A modernização do país, verificada pelas reformas estruturais, na instalação de indústrias – mesmo que grande parte de capital externo, resultando na remessa de lucros ao exterior –, na mudança da capital e seu projeto arquitetônico e urbanístico, geravam entusiasmo e ascensão da popularidade do presidente JK.

---

Em 1958, em meio à onda de otimismo e euforia que o país vivia, a seleção brasileira de futebol conquistou seu primeiro título mundial na Copa do Mundo, disputada na Suécia, com uma escalação que contava com Pelé e Garrincha, destaques no mundial. No cenário musical brasileiro, destaca-se o lançamento do compacto de João Gilberto, com as canções “*Chega de Saudade*” e “*Bim Bom*”, que inaugurava um novo gênero musical – a *Bossa Nova* –, revolucionando a música popular brasileira.

Contudo, apesar da euforia e otimismo dos “anos dourados”, os problemas estruturais do país prevaleciam. A política desenvolvimentista do governo JK não foi capaz de reduzir as desigualdades sociais, pelo contrário, durante seu governo percebe-se o aumento do desequilíbrio econômico regional, impulsionando o processo migratório do Norte e Nordeste para o Centro-Sul do país, onde havia maior desenvolvimento econômico e, portanto, maiores possibilidades de emprego e acesso aos direitos sociais. As cidades cresciam, mas sem planejamento e infraestrutura que atendesse as demandas, ampliando, desta forma, os problemas enfrentados nas grandes cidades – falta de moradia, saneamento básico, transporte público, educação e segurança.

Os jovens de classe média, porém, usufruíram da política desenvolvimentista do governo JK. Foram beneficiados com a ampliação do consumo e da circulação de ideias, do contato com culturas estrangeiras – através da programação da TV, música – discos e rádio –, cinema, livros, revistas e viagens – e o acesso à educação. No final da década de 1950, o debate sobre os problemas nacionais ganhava destaque nas Universidades, na produção intelectual e artística, observados em seminários, filmes, canções, no teatro e na literatura. As reflexões sobre os dilemas brasileiros adentraram a década de 1960 e resultaram em projetos de diferentes tendências ideológicas e continuaram a pontuar os debates e produção intelectual e artística.

O início da década de 1960 no Brasil, foi marcado pela instabilidade política, agravamento da crise econômica e manifestações – greves, comícios, passeatas – de vários setores sociais. Caracterizado como um período de engajamento, dentre os manifestantes, destacam-se os estudantes, principalmente, os universitários, que protagonizaram manifestações de apoio ao Governo João Goulart, reivindicaram reformas – em especial – do Ensino, com ampliação de vagas nas Universidades – e se opuseram ao golpe civil-militar e implantação da Ditadura Militar no Brasil.

Mas, as sucessivas derrotas enfrentadas e o aumento dos mecanismos de repressão e cerceamento das liberdades, contribuíram para frustrar uma parcela de jovens que reivindicam liberdade e mudanças sociais. Esses jovens questionavam as estratégias utilizadas até então para provocar tais transformações na sociedade:

[...] Corriam os anos 60 e um novo estilo de mobilização e contestação social, bastante diferente da prática política da esquerda tradicional, firmava-se cada vez com maior força, [...] transformando a juventude, enquanto grupo, num novo foco de contestação radical (PEREIRA, 2009, p. 7).

Durante a década de 1960, em meio às transformações políticas e econômicas, verifica-se uma mudança no comportamento de parte de jovens – sobretudo das classes médias – que culminou num movimento denominado de contracultura:

[...] pode se referir ao conjunto de movimentos de rebelião da juventude [...] e que marcaram os anos 60: o movimento *hippie*, a música *rock*, uma certa movimentação nas universidades, viagens de mochila, drogas, orientalismo e assim por diante. E tudo isso levado à frente com um forte espírito de contestação, de insatisfação, de experiência, de busca de uma outra realidade, de um outro modo de vida. [...] o mesmo termo pode também se referir a alguma coisa mais geral, mais abstrata, um certo espírito, um certo modo de contestação, de enfrentamento diante da ordem vigente, de caráter profundamente radical e bastante estranho às formas mais tradicionais de oposição a esta mesma ordem dominante. Um tipo de crítica anárquica. [...] Aquela postura ou posição de crítica radical em face da cultura convencional [...] (PEREIRA, 2009, p. 21-22).

Apesar da aparência – cabelos compridos e roupas coloridas - e comportamento não convencional serem marcas que rapidamente identificam tais jovens, o movimento de contracultura, no Brasil e no mundo, revela uma mudança mais significativa – a mudança de pensamento e de valores. Identificados por uma nova concepção sobre o mundo, a política, as relações pessoais e o consumo, muitos jovens conceberam uma transformação radical na sociedade, a partir de novas práticas, acreditavam estar construindo a “Nova Era” ou “A Era de Aquarius. De caráter libertário, defendiam que a criação da “nova sociedade”, a partir de uma nova concepção sobre si e o mundo:

[...] Era imperativo navegar para além das convenções, já que elas próprias eram a prisão do homem. Cabia ir até onde nem mesmo o mais poderoso dos Estados poderia perseguir, cabia se libertar de toda repressão. Aliás, o Estado nada mais era do que uma das formas de repressão, esta medusa do poder que adota formas híbridas no campo social, individual, coletivo, moral, religioso, consensual, coercitivo, institucional. Percebeu-se que o poder (em suas diversas manifestações) estava entranhado nos corpos, havia sido incorporado de forma profunda e que não havia sujeitos que não o exercesse. Aliás, percebia-se gradualmente que o poder não era um objeto em si, mas uma ação. Não havia mais poderosos e impotentes, mas disputas de poder em jogo no dia-a-dia: cabia achar as armas certas para a luta cotidiana. Foi esse o principal ganho: não mais a perspectiva futurista de uma revolução redentora, mas a louvação do cotidiano como possível libertação. Era imperativo se “partir pra uma outra”, ir além dos limites repressivos, desprender-se das amarras. A revolução da libertação holística cedia espaço nas mentes e corações para a revolução do cotidiano, a libertação individual e a viagem da mente. Era a época de desbundar (ALONSO, 2013, p. 45-46).

---

Em busca da “Nova Era”, uma parcela da juventude, no Brasil e no mundo, recusava-se a assumir papéis sociais legitimados e previamente estabelecidos. Optaram por romper com as convenções e subverteram as regras sociais. A mudança, contudo, deveria iniciar-se internamente, ou seja, era necessário a introspecção, o acesso ao inconsciente, a reflexão sobre si mesmo e seu entendimento prescindia as mudanças sociais. Daí, nota-se o crescente interesse e adoção de práticas religiosas, sobretudo as orientais e o consumo de drogas, especialmente, os alucinógenos, entendidos como veículos para a “transcendência” e “abertura da mente”:

O termo “loucura”, assim, passou a conotar um sentido invertido em relação ao conceito predominante. Ficar “louco”, para o jargão contracultural, significava romper as amarras dos condicionamentos socialmente internalizados, os quais eram promovidos por uma sociedade que, estruturalmente, era insana, porquanto promotora da infelicidade e da morte. “Cair fora” do Sistema passou a ser concebido como “cair em si”, ou seja, debruçar-se sobre a loucura socialmente introjetada e, por um processo de catarse, desencadeado pela meditação, pelas drogas e pela análise, libertar-se de suas amarras (CAPELLARI, 2007, p. 31).

No Brasil, no início da década de 1960, dentre os jovens, que optaram em romper com as convenções, em “cair fora”, destaca-se Jorge Mautner, que na sua primeira obra “*Deus da chuva e da morte*”, revela suas experiências e propaga o advento da “Nova Era”.

### **Deus da Chuva e da Morte**

A obra “*Deus da chuva e da morte*”, publicada em 1962, refere-se a um volume de 466 páginas, capa preta com letras vermelhas, reúne, de acordo com Jorge Mautner as ideologias de centro, direita e esquerda e apresenta o Kaos – com K – que seria explicado em mais duas obras – “*Kaos*” e “*Narciso em tarde cinza*”, que completa a trilogia. Neste ano, o Brasil vivia uma grave crise econômica – resultante dos gastos excessivos e endividamento externo promovidos pela política desenvolvimentista do governo Juscelino Kubistchek – e política – provocada pela tempestiva renúncia do presidente Jânio Quadros e as tensões e disputas, sobretudo entre os militares e a Frente Legalista – liderada por Leonel Brizola -, em torno da posse do vice-presidente João Goulart. A fim de evitar uma possível guerra civil, o Congresso Nacional aprovou a emenda constitucional – proposta pelo deputado Plínio Salgado – instituindo o sistema parlamentarista, e garantindo a posse de Tancredo Neves, como Primeiro Ministro (chefe de governo) e de João Goulart – vice-presidente (chefe de Estado) e, portanto, sem autoridade, num sistema parlamentar.

Apesar da solução pacífica encontrada na aprovação da emenda constitucional, a instabilidade política prevalecia, bem como a crise econômica e o país estava marcado por manifestações de diversos setores, que organizavam passeatas, comícios e greves.

Em 1962, em meio às tensões políticas e econômicas, a conquista do bicampeonato mundial pela seleção de futebol, no Chile, a aprovação da lei do 13º salário, a criação do Comando Geral dos Trabalhadores – CGT, da Superintendência para a Reforma Agrária – SUPRA – no cenário cultural, a União Nacional dos Estudantes – UNE, criava o Centro Popular de Cultura – o CPC, que em seu anteprojeto apresentado em março daquele ano, afirmava a “arte popular revolucionária” como referência estética para o processo criativo, que deveria promover a conscientização das massas a fim de promover a revolução, conforme destaca-se:

[...] Nós, os artistas e intelectuais que compomos o Centro Popular de Cultura, temos também nossas concepções estéticas, mas a elas chegamos partindo de outras regiões da realidade. Assim pensamos e assim agimos porque consideramos que a arte, bem como as demais manifestações superiores da cultura, não pode ser entendida como ilha incomunicável e independente dos processos materiais que configuram a existência da sociedade. Nem tampouco acreditamos que ao homem, por sua condição de artista, seja dado o privilégio de viver em um universo à parte, liberto dos laços que o prendem à comunidade e o acorrentam às contradições, às lutas e às superações por meio das quais a história nacional segue o seu curso. Antes de ser um artista, o artista é um homem existindo em meio aos seus semelhantes e participando, como um a mais, das limitações e dos ideais comuns, das responsabilidades e dos esforços comuns, das derrotas e das conquistas comuns. [...] (MARTINS, 1962 apud HOLLANDA, 2004, p. 135).

O manifesto apresentado pelo CPC da UNE, conforme observa-se no trecho citado, propõe ao artista a aproximação entre a realidade vivida e o processo de criação. Entendendo o artista como sujeito histórico, defende que a arte tem uma função social e deveria estar à serviço da transformação da sociedade. Durante a década de 1960, os debates promovidos pelo CPC da UNE, influenciaram diversos artistas e intelectuais – sobretudo jovens universitários -, que discutiram a realidade nacional através de suas obras, incluindo temas como a desigualdade social, a migração, o latifúndio e a reforma agrária, entre outros.

Contudo, apesar de influenciar diversos artistas e intelectuais, a proposta do CPC da UNE para a criação artística, instaurou enorme polêmica no cenário cultural brasileiro, enfrentou críticas e oposição de muitos, que rejeitavam a proposta, pois julgavam-na como limitadora do processo criativo, e, assim, cerceadora da liberdade – tão reivindicada nos anos 1960. Os opositores da proposta do CPC, defendiam a liberdade de criação, sem a limitação de temas, formas de comunicação no processo criativo e o compromisso com a transformação social. Isto não quer dizer que os artistas e intelectuais que rejeitavam a proposta do CPC da UNE, eram alienados e suas obras não propunham uma crítica e reflexão sobre os dilemas nacionais,

apenas rejeitavam a “fórmula” defendida pelo cepecistas. Tal postura, ficou mais evidente a partir do final da década de 1960, com o posicionamento de Glauber Rocha, no cinema, dos tropicalistas na música e de José Celso Martinez, no teatro, que optaram, ainda, na década de 1960, pelo denominado “engajamento experimentalista”:

[...] Supostos adversários, o experimentalismo formal e as propostas da arte popular revolucionária criam uma forte tensão que alimenta e percorre tanto a produção cultural do período quanto a das tendências mais recentes. Ainda que guardando sérias diferenças em relação à orientação cepecista, ambos atualizam e participam de um mesmo debate: há também nas vanguardas, a integração aos debates a respeito de projetos de tomada do sistema e a militância política de seus participantes, cuja história de vida, em muitos casos, se submetida a um exame, revelaria uma atuação próxima às organizações de esquerda, às quais muitas vezes estiveram integrados; eram pessoas que assumiam socialmente um discurso militante e que, em diversos momentos, foram vítimas da repressão policial (HOLLANDA, 2004, p. 42-43).

Ainda sobre a proposta apresentada pelo CPC, Jorge Mautner revelou-se contrário, tecendo duras críticas ao projeto e seus participantes, polemizou nos seguintes termos:

Minha missão é destruir o CPC. Pois todo artista é um sado-masoquista [*sic*] [...] O maior crime que o CPC cometeu foi assassinar poetas e pintores em nome da revolução, enquanto se deve fazer o contrário, a revolução dentro da arte, dentro do próprio artista. O que é grave é que essa geração do CPC vai forjar a cultura de amanhã, conheço certos deles. Por isso minha missão é libertá-los da sanha de neuróticos, como Ferreira Gullar, por exemplo, que encontrou no suposto esquerdismo o remédio para sua paranóia, e age como se fossem santos, dividindo aqui, o bem, e ali, o mal, numa atitude de selvagerismo anticultural, que no fundo é uma frustração. Quero libertá-los da sanha desses tarados que em nome do movimento mais puro da humanidade, isto é, a libertação do homem, exercem o mais nojento terror psicológico existente. São fanáticos, e aposto que até Maiakóvski e Kandinski seriam expulsos do CPC (MAUTNER, 1964 apud COHN; FIORE, 2002, p. 36).

Em meio a polêmicas, observa-se que o cenário cultural brasileiro vivia no início dos anos 1960, um período de florescimento cultural – observado na música, literatura, artes plásticas, teatro, cinema, fotografia, danças e outras artes - e desenvolvimento da indústria cultural, que atingia, sobretudo as classes médias urbanas:

[...] Desenvolvia-se aceleradamente a mercantilização universal das sociedades, o que se convencionou chamar na época de *sociedade de consumo*: todos os bens e serviços, inclusive culturais, eram crescentemente subordinados ao mercado, tornavam-se objetos descartáveis de consumo, numa sociedade claramente movida pelo poder do dinheiro (RIDENTI, 2000, p. 35).

Considerando tal contexto, pode-se observar a inovação apresentada por Jorge Mautner. Sua obra “*Deus da chuva e da morte*”, dialoga com o cenário político, econômico e cultural, contudo, rejeita a proposta do CPC da UNE, assumindo o “engajamento experimental”. Sobre o processo de criação, explicou que a escrita se deu a partir de um *insight*, ou seja, oriunda de um momento de “iluminação”:

[...] Foi num dia de chuva – eu odiava a chuva, muito ligada a São Paulo, para onde eu vim quando minha mãe casou-se novamente e eu fiquei separado da minha mãe negra. Eu ia possivelmente enlouquecer quando consegui, através da arte, fundir, com toda a dor de filho de refugiado de guerra, de várias separações e loucuras, numa síntese, tanto a minha linguagem musical, a linguagem literária, a linguagem pictórica, numa só. Foi num

dia de iluminação. Foi por isso que fiz a música *Iluminação*, que eu gravei no final de 1958. Também adquiri um estilo literário. Foi tudo ao mesmo tempo. Fantástico. E depois eu li o Antônio Vieira. Inclusive o estilo dele tem muito a ver com o que me aconteceu. Eu escrevia muito bem e sabia imitar vários estilos – os realistas, os naturalistas, Maupassant, Flaubert, Somerset Maugham, Hemingway – mas nunca era o meu estilo. Nesse dia do estalo, consegui formá-lo (MAUTNER, 1989 apud COHN, 2007, p. 89-90).

Desde a publicação da obra, Jorge Mautner afirma que só uma “leitura global” de sua obra possibilitaria sua compreensão, pois afirma produzir uma “obra contínua, una e integrada”.

Assim, é preciso considerar suas canções e demais textos, conforme destacou:

Para Jorge Mautner, os três volumes que escreveu não podem ser considerados separadamente, mas apenas em conjunto. A trilogia promete o que ele chama “a Coisa Nova”: “O que é o Partido do Kaos? A Coisa Nova. É uma religião que inauguro. Escrevo levado por um impulso místico e escrevo em transe de delírio. Dizem os espíritos que alguém escreve em mim, e por vezes sinto isto realmente, capto tudo que está aí no ar, a revolução, as contradições espirituais e econômicas: sou fruto da Segunda Guerra Mundial; sou o profeta da nova era, da coisa nova que se abaterá sobre o Brasil e, mais tarde, sobre o mundo inteiro. É do Brasil que nascerá a Nova Coisa. [...]” (MAUTNER, 1962 apud COHN; FIORE, 2002, p. 28).

Conforme observa-se no trecho citado, Mautner apresenta-se como um “profeta”, que anuncia a “Nova Era”. Fundador do Partido do Kaos, que afirma tratar-se de nova religião. Afirmando que a escrita fora resultado de impulso místico e transe de delírio, distancia-se das propostas engajadas propagadas pelos participantes do CPC. Sua obra – em conjunto – é apresentada como um caleidoscópio que apresenta a leitura do contexto vivido, captados em fragmentos – revolução, contradições espirituais e econômicas. As influências presentes na obra revelam a amplitude de leituras de diferentes tendências e campos: Filosofia, Literatura e Religião. O texto representa um amálgama do repertório construído ao longo de sua formação. Sobre as referências, explicou:

Uma lista enorme de escritores e personalidades é necessária para referir os mestres do escritor de *Deus da chuva e da morte*: Artaud, Tolstoi, Dostoiévski, Sartre, Heidegger, Nietzsche, Gogol, Lawrence, Pasternak, Steinbeck, Rasputin, São João, Jesus, Buda, Jung, Marx, Engels, Kropotkin, Heráclito, além de Kierkegaard, Berdiaeff, Pitágoras, Kafka, Camus, Jorge Amado, etc., etc.: “Toda a cultura ocidental e oriental numa Nova Síntese! Sim! Eu sou a síntese de toda a cultura ocidental e oriental, numa nova síntese além-Marx, tenho em mim toda a cultura do mundo podre e o sangue novo da ressurreição do Brasil! É desta terra selvagem e plena de lassidão tropical, ingênua e cheia de tédio, que nascerá a Coisa Nova” (MAUTNER, 1962 apud COHN; FIORE, 2002, p. 28).

O texto, como já dito, pode ser definido como um caleidoscópio, pois não há uma narrativa com tema, enredo e personagens específicos. A narrativa apresentada por Jorge Mautner revela as experiências, sentimentos, dúvidas, desejos e concepção de mundo de um jovem – Jorge -, ou seja, trata-se de um texto autobiográfico. O texto, em forma confessional, pode ser comparado a um diário, onde Jorge Mautner, anota suas reflexões e expõe sua intimidade em fragmentos. A leitura nos aproxima do universo jovem de classe média urbana no Brasil –

Jorge Mautner tinha 19 anos quando iniciou a escrita e 21 anos quando a obra foi publicada. O “*Deus da chuva e da morte*” é o próprio Jorge Mautner, conforme explicou no texto:

[...] “Você é o deus da chuva e da morte. Só fala nisso. Eu não sou mais tua”. E depois ela afastou-se cada vez mais de mim e sumiu lá no fim da rua. Acho que havia lágrimas nos olhos dela. Depois eu fui para casa e me deitei na cama. Liguei o toca-discos e o Rock existiu. Eu fiquei alguns minutos sem olhar qualquer coisa definida. Depois pouco a pouco comecei a olhar a veneziana do meu quarto e ela é verde e cinzenta. Não estava chovendo, mas eu olhava a veneziana e comecei a pensar no que ela me tinha dito: “deus da chuva e da morte”. Era um título dado a mim e eu comecei a separar as letras e a brincar com as palavras. Era bonito e triste brincar com as palavras e dizer: “deus da chuva e da morte” e assim por diante. Foi de repente que eu percebi tudo. A razão da vida está na tragédia e no misticismo sexual! E a tragédia e o misticismo têm a sua base no nada. Tudo isto me cansou. Mas eu adormeci por causa do sono e havia percebido tudo (MAUTNER, 1962, p. 6-7).

A obra repercutiu na cena literária brasileira do início da década de 1960 e lhe rendeu o prêmio Jabuti de Literatura. Entre os críticos, foi considerado “gênio” e comparado aos grandes mestres da literatura brasileira:

Até hoje, no Brasil, ninguém escreveu como Jorge Mautner. Ninguém, entre nós, criou literatura com tamanho e tão belo fôlego renovador: o talento intenso de Mário de Andrade e Guimarães Rosa desgastou-se muito no excessivo amor à pesquisa folclórica.

Uns tomam ópio, outros cocaína. Mautner bebe a si mesmo, embriaga-se com o próprio excesso de vitalidade e fica “possuído”. E é nesse estado que escreve. Razão porque entre ele e a sua obra não há diferenças. Sua vida e as obra são uma coisa só: realiza de maneira total a integração autor-obra. [...]

Só os escritores máximos são profetas. Jorge Mautner neste livro nos põe cara a cara com a nova era que vem, a era do Kaos: “quando não mais existirá a relação homem-trabalho, mas a relação homem-tédio, possibilitada pela técnica que fará então o trabalho automático. E o tédio, afirma Jorge, “é magia, sexo e mistério”.

Aleluia! Acaba de nascer um escritor de gênio na literatura brasileira. E aqui está Deus da Chuva e da Morte que não me deixa mentir (COELHO apud COHN; FIORE, 2002, p. 23).

Os traços marcantes da obra, como a linguagem ágil, a narrativa contínua, sem pausa, também, provocou a atenção. Ainda, sobre a repercussão da obra, destaca-se:

Então, um jovem autor, absolutamente desconhecido entrou no baile, como alguém que dançasse lambada numa solene festa em que debutantes estivessem valsando. Jorge Mautner surgiu nas livrarias com um grossíssimo volume de capa preta e letras vermelhas chamado *Deus da chuva e da morte* e espantou com a linguagem solta, como a de um possuído, alguém em transe, que tivesse “recebido o santo”. Alguém que escrevia como se estivesse psicografando, recebendo e transmitindo, num fluxo constante, sem contenções e bloqueios, linguagem derramada que misturava delírio, fantasia, cotidiano, presente e futuro, desejos, frustrações, religião, política, sociologia, infantilismo e extrema maturidade (LOYOLA BRANDÃO, apud COHN; FIORE, 2002, p. 217-218).

Apesar de receber elogios, obviamente, não havia unanimidade em relação a qualidade da obra de Jorge Mautner, que sobre as críticas negativas, respondeu:

[...] “Nego-me a responder perguntas sobre estilo ou forma. Considero-as estereis, e o que vale é a força do indivíduo; se minha obra tem valor, ela repercutirá, e isto é o que vale, já disse: não sou parnasiano imbecil burilador. Mas algo eu digo: esta força que minha obra tem, esta repercussão nos espíritos jovens e revoltados que ela encontra é o que vale, e um dia meus inimigos engolirão com sangue minhas respostas finais”. (MAUTNER, 1962 apud COHN, 2007, p. 13).

Como já foi dito, não há um tema específico na obra. Contudo, a temática do sexo ganha destaque. O debate travado no início da década de 1960 sobre a liberdade sexual, possibilidade ampliada com o surgimento da pílula anticoncepcional, que dividia opiniões, escandalizava a parcela mais conservadora da sociedade e, ao mesmo tempo, era reivindicada e vivenciada por parte da juventude, manifesta-se na narrativa de Jorge Mautner:

- “Agora você está pronto para o meu amor. Está queimado, sofreu, gostou do sofrimento, carne, sangue oculto e brasa”.

Os dois se grudaram num beijo. Depois ela disse em voz baixa:

- “A loucura do sexo é violenta. Ela existe apesar de ser sufocada pelos cristãos. Mas até este sufocamento contribui para que a fúria do sexo se mostre de maneira mais ruidosa. É algo sufocado que se liberta permanecendo no sufocamento. Mas seria melhor um libertamento completo. Os cristãos castraram metade do mundo” (MAUTNER, 1962, p. 11).

O trecho citado acima evidencia a influência de Herbert Marcuse na obra de Mautner. O autor da tese *Eros e a Civilização* (1955), aproximou Psicologia, Política e Filosofia para defender a liberdade do indivíduo por si mesmo. Um dos principais teóricos do pós-II Guerra Mundial, Marcuse, apresentou uma crítica à suposta liberdade no sistema capitalista – essencialmente atrelada ao consumo – e propôs novas formas para a luta política, influenciando, sobretudo, jovens universitários:

[...] A recusa do intelectual pode encontrar apoio noutro catalisador, a recusa instintiva entre os jovens em protesto. É a vida deles que está em jogo e, se não a deles, pelo menos a saúde mental e capacidade de funcionamento deles como seres humanos livres de mutilações. O protesto dos jovens continuará porque é uma necessidade biológica. “Por natureza”, a juventude está na primeira linha dos que vivem e lutam por Eros contra a Morte e contra uma civilização que se esforça por encurtar o “atalho para a morte”, embora controlando os meios capazes de alongar esse percurso. Mas, na sociedade administrativa, a necessidade biológica não redundando imediatamente em ação; a organização exige contra-organização. Hoje, a luta pela vida, a luta por Eros, é a luta política (MARCUSE, 2009, p. 23).

Com a obra, Jorge Mautner foi considerado o primeiro *beat* brasileiro. Os *beatniks* foram os [...] “verdadeiros representantes de um anarquismo romântico, cujo estilo de contestação e agitação, novo e radical quando comparado à luta da esquerda tradicional, estava apoiado sobre noções e crenças tais como a da necessidade do “desengajamento em massa” ou da inércia grupal” (PEREIRA, 2009, p. 33). Ainda, entre os comentários elogiosos à obra, destacou-se a originalidade do autor e sua importância para o movimento da contracultura no Brasil:

Como autor, Jorge desponta mais ou menos na mesma época em que nos Estados Unidos começam a se difundir o Zen-budismo e os Beatniks – os *Dharma Bums*, Jack Kerouak, Alen Ginsberg e outros. O Zen-budismo, que exerceu uma grande influência sobre a *Beat Generation*, é uma característica importante da contracultura. [...] O que ele absorve é a forma de escrever e de se exprimir dessa geração. [...] Ele introduz o *rock* na música e o *beat*

---

na literatura, mas partindo de raízes simultaneamente cosmopolitas e nacionais. Ele se guia por entre esses dois eixos: o cosmopolitismo e a cultura popular brasileira. [...] (COHN; FIORE, 2002, p. 212).

Em caráter de manifesto, ou “profético”, como afirma Mautner, a obra anuncia o advento da “Nova Era”. A apologia da revolução comportamento e valores, a defesa de nova proposta de transformação social é destaque no texto:

[...] - Caos! Caos! Agora és tu quem manda em tudo. No começo a revolução era uma revolução como as outras: tinha ideais. Mas eu e meus amigos conseguimos fazer desta revolução uma revolução diferente. Ela transformou-se numa revolução do caos! A confusão é sagrada e os humanos fracos foram metralhados. Quando eu me lembro das cenas de fuzilamento e massacre daquele bando de nojentos me dá vontade de gritar! Agora só existe o caos e o ódio é mais bonito que o amor. O sangue, a vingança retomaram o seu lugar primitivo e glorioso que era deles no começo de tudo há muitos milhares de anos (MAUTNER, 1962, p. 19).

Atento a cena cultural brasileira, Jorge Mautner revela na obra, também, o debate musical no Brasil, no início dos anos 1960. No texto, revela-se entusiasta do samba tradicional e do samba-canção, acusando seus críticos:

[...] E a revolução nasce do Carnaval! E os carnavais desta gente fina como terão sido? Desta gente pobre como terão sido? E o carnaval de gente que nem eu? E agora enfim eu te compreendo ó Maísa! E eu sei Noel Rosa quase inteiro. Minha voz fica muito boa cantando Noel, Noel era um poeta louco e doido e já era um pré-revolucionário da Nova Era! Está zunindo um vento de terríveis esperanças e é um vento que canta melodias do povo. Eis o que eu falo! Depois eu encontro uns intelectuais pedantes, convencidinhos, artificiais, com toda aquela banalidade francesa e dizem que não entendem um Nelson Gonçalves, ou pior, não entendem como eu gosto de Nelson Gonçalves e principalmente das músicas que ele canta e cujas letras são de autoria do Adelino Moreira. Ora, eu tenho uma resposta para estes pseudo-intelectuais pedantezinhos e francesinhos: Merda! Pois é, eles não merecem mais que isto. Pois é, cretinos, bestializados! Vocês não entendem o Brasil? Eu entendo! Eu sou filho de pai judeu e mãe eslava e nasci no Rio de Janeiro e sou sambista e aqui em São Paulo eu adoro São Paulo minha querida cidade das cidades, cidade da chuva, querem maior elogio? Mas deixem estar que estes intelectuais pedantezinhos vão pagar caro a sua petulância. Querem impingir decadência francesa na Nova Realidade Mundial! [...] (MAUTNER, 1962, p. 377-378).

No texto, observa-se a crítica ao cerceamento das liberdades. A decepção com a “revolução socialista”, revela sintonia com militantes que integraram o Partido Comunista e a partir dos anos 1950 - após as denúncias de crimes cometidos durante o governo de Stálin – romperam com as diretrizes do partido e optaram pela dissidência, fragmentando-se em diversas tendências, inaugurando novas agendas, novas diretrizes e novas práticas. O comunismo autoritário, o controle tecnocrático, também, era questionado e rejeitado. Recusa o conformismo e a apatia, o controle e a censura. Identificando-se com a denominada “nova esquerda”, afirmou:

[...] Viva a liberdade do indivíduo! Abaixo o comunismo! E Napoleão chegou! E antes de Napoleão não existiram tiros nem fragor de batalhas, mas Napoleão surgiu e acabou com a paz e veio a guerra. É preferível uma guerra do que uma paz de castrados. O transe é difícil, ajudem-me. Mas há tanta coisa que falar! E os castrados, burocratas fizeram um governo péssimo, louco e idiota. Escravizaram a população e castraram o indivíduo. Mas surgiu Napoleão e o deus, o louco, o doido acabou com a revolução comunista e inaugurou uma

nova era das coisas. Uma era em que tudo estava determinado pela casta das pessoas. Uma era de confusão. Foi um Napoleão louco, rápido. Foi assim: Surgiu um homem que disse: - “Abaixo o comunismo! Viva a anarquia e a lei do mais forte! Viva o pessimismo e a religião do poder!” E aconteceu a avalanche. Surgiram heróis. Heróis. E a coisa pegou fogo. As unidades do povo foram dizimadas e os camaradas comissários pelaram-se de medo e Napoleão triunfou tudo por quê? [...] E foi assim que foi, Napoleão morreu e existiram, começaram a existir: VEJAM SÓ! MILHÕES DE BEATNIKS! Que coisa louca o beatnik! E a liberdade do mar, do oceano! Das orgias sexuais loucas e desenfreadas, pois houve a LIBERDADE! [...] Era a LIBERDADE! VOCÊS COMPREENDEM O SIGNIFICADO DESTA PALAVRA? LIBERDADE? LIBERDADE! Eu te amo mais do que a mim próprio! [...] (MAUTNER, 1962, p. 22).

No trecho citado, observa-se, novamente, a influência de Marcuse na obra de Mautner. A defesa da liberdade e das relações existenciais livres:

[...] a liberação instintiva significa uma recaída no barbarismo. Contudo, ocorrendo no auge da civilização, como uma consequência não de uma derrota, mas de uma vitória na luta pela existência, e apoiada numa sociedade livre, tal libertação poderia ter resultados diferentes seria ainda uma inversão do processo de civilização, uma subversão de cultura – mas *depois* da cultura ter realizado sua obra e criado uma humanidade e um mundo que podiam ser livres. Seria ainda uma “regressão” – mas à luz da consciência madura e guiada por uma nova racionalidade [...] (MARCUSE, 2009, p. 175).

A “Era de Aquário” é anunciada na obra. Destaca que a mudança viria da ação dos marginalizados, dos excluídos – os loucos e vadios. Como se fosse um *aedo*, anunciava:

[...] E SURGIRÁ UMA NOVA ERA DE NOVAS LOUCURAS E COISAS NUNCA VISTAS. Acontecerão tempestades e o homem descobrirá o valor da água, da chuva, da morte, rezará para o inolvidável JAMES DEAN, e respeitará a cantora MAISA, que é mais que o samba, é a voz da morte, é a voz da angústia nova transportada para a música, o Dionísio transportado para uma melodia, daí nasceu a tragédia, é ou não é? Não sei se me entendem, é difícil eu sei, mas é necessário que me leiam com sangue. E tudo ainda gira muito fortemente na minha cabeça, meu coração dança uma dança chuvosa e louca e eu estou aqui, aqui sozinho e triste olhando a chuvinha que cai ouvindo Rock e olho um pano vermelho ali, ali jogado no chão, eu sinto pena do pano, do trapo mas eu sei que é necessário superá-lo! É NECESSÁRIO SUPERÁ-LO! E o vento não deixa meus papéis em paz, eles vão voando, vão se espalhando pelo quarto e eu espio tudo silencioso, sozinho e triste com a minha dor. Rock na vitrola! É Elvis quem canta uma música italiana: *It's now or never*. O vento está úmido e meu coração canta. Eu também briguei com os pássaros da loucura! Tenho a terrível consciência da consciência. [...] (MAUTNER, 1962, p. 425).

Em tempos de debate polarizado entre direita e esquerda, no início da década de 1960, as discussões em torno dos projetos para o desenvolvimento econômico – nacionalismo ou abertura ao capital externo - dividiam as opiniões e os partidos políticos desde a década de 1950. Capitalismo ou Comunismo? Reformas ou Revolução? Eram questões pertinentes que agitavam o cenário nacional. Tal debate aparece na obra de Jorge Mautner, que se posicionava da seguinte forma:

[...] Querem saber a minha condição política? Sou anarquista e niilista! Não o anarquismo idealista de Kropotkin, mas sim o terrorista de Bakunin, o irracional, o pagão, o sexual de Rozanov e Lawrence, queria ser o de Berdiaev! *Mas eu não acredito naquilo que Berdiaev acredita!* Cuspo no comunismo porque aquilo é a lógica da morte do homem! E esta irretocável lógica de que tanto falam os comunistas e o comunista do meu professor de português que prefaciou o meu livro “O moço da motocicleta” não tem algo de mágico, tabu, irracional? Os comunistas são atormentados sagrados da força satânica da Nova Idade Média de Berdiaev! Berdiaev tem razão! Eles os comunistas, são o perigo maligno, a nova força de Satã que não pode ser combatida pelas forças da

---

história antiga – história na qual muitos de nós ainda vivem – mas sim com a força da fé da Nova Idade Média, a nova força de Jesus, crucificado! (MAUTNER, 1962, p. 82).

Conforme observa-se no trecho citado, Jorge Mautner, assumia uma posição política “radical” anarquista. Percebe-se no seu discurso, a postura compartilhada por diversos jovens nas décadas de 1960 e 1970, no Brasil e no mundo, de rejeição a todas as formas de controle, de opressão, representadas nas instituições:

[...] Sou por um governo popular, por reformas drásticas e revolucionárias e convido o jovem e o general vagabundo para comigo formarem um triunvirato popular com leis instituídas pelo povo, por este povo que luta sob as ordens do jovem. Sim, que tal? E foi aclamado por berros e urros de felicidade. [...] (MAUTNER, 1962, p. 272).

No texto de Jorge Mautner, o idealismo, a propagação do advento da “Nova Era” – um novo tempo, pacífico e harmonioso - ganha ênfase. Em diversos trechos há a exaltação da necessidade da colaboração e participação na construção de uma nova sociedade, a partir de novos valores e novas práticas, conforme trecho em destaque:

Ah! Que mundo feliz e este livro que eu escrevo sofrendo e com transes de febre eu tenho a esperança que vá contribuir para a paz e para a felicidade e justiça social dos povos. Chega de literatura vã! Vamos trabalhar pela felicidade! Esta a maior missão do homem! A maior missão é acabar com a fome, descobrir novos mundos pela poesia, pela arte, pela ciência, fazer maravilhas, fazer o homem feliz, trazer a felicidade PARA TODOS, cantar hinos de alegria e isto você Índia, você Gandhi, souberam melhor exprimir que eu na minha linguagem rude e grotesca e patética de ocidental. Mas todos nós trabalhamos pela mesma coisa. A felicidade dos POVOS chegará. [...] (MAUTNER, 1962, p. 405-406).

No texto, o contexto vivido no Brasil no início da década de 1960 é explícito. A abertura econômica, promovida no governo JK, e conseqüentemente a ampliação da circulação e consumo de mercadorias, bem como a influência estrangeira é apresentada por Jorge Mautner. Destoando de parcela da sociedade – sobretudo àqueles identificados com a política nacionalista -, revela entusiasmo com a aproximação estrangeira, conforme afirmou:

- A coca-cola é uma grande invenção. Nós os sul-americanos não devemos ter raiva dos norte-americanos. Eles nos deram o fabuloso Rock n’roll que age como um calmante em nossa psique e a coca-cola que é o símbolo da nossa classe. A coca-cola misturada ao rum todo mundo sabe dá o cuba-libre. A gente coloca um pedaço de gelo e o aspecto desta bebida, o gosto dela, a cor dela, a temperatura que ela tem, nos dá um bem-estar tremendo. Eu acho que falar de política é besteira. O negócio é dançar Rock N’ Roll, beber coca-cola e tudo está bem. Para que se matar pela humanidade se é mais gostoso beber coca-cola e ouvir Rock? (MAUTNER, 1962, p. 140).

É importante observar que a postura de Jorge Mautner se contrapunha a visão de uma parcela de jovens – sobretudo universitários -, que combatiam a influência estrangeira – econômica, política e cultural -, entendida como obstáculo ao desenvolvimento do país e vista como uma “ameaça” ao processo de consolidação da identidade nacional. No início dos anos 1960, o debate sobre a abertura ao capital externo, ainda, era intenso e foi criticado pelos

representantes do CPC da UNE, conforme trecho da canção “*O Subdesenvolvido*”, de autoria de Carlos Lyra e Francisco de Assis, de 1962, que integra o compacto “*O Povo Canta*”. Com humor e em tom de deboche, satirizavam:

[...] E começaram a nos vender e a nos comprar  
Comprar borracha  
vender pneu  
Comprar madeira  
vender navio  
Pra nossa vela  
vender pavio  
Só mandaram o que sobrou de lá  
Matéria plástica,  
Que entusiástica  
Que coisa elástica,  
Que coisa drástica  
Rock-balada, filme de mocinho  
Ar refrigerado e chiclet de bola  
E coca-cola!  
Oh...  
Subdesenvolvido, subdesenvolvido... [...]

Sobre o processo de criação da canção, Francisco de Assis, explicou que:

Eu escrevi uma coisa chamada *Ópera do subdesenvolvido*, que era uma sátira política ao governo de Juscelino Kubitschek. Depois até me arrependi de ter feito uma sátira ao Kubitschek, pois, que eu me lembre, aqueles foram os melhores anos da minha vida. E a canção do subdesenvolvimento era a *overture* da peça. Tinha uma série de sequências. Tinha a indústria automobilística, o teatro se desenvolvendo, tinha tido o que estava acontecendo no Brasil. Mas a peça ficou guardada, porque na época eu não tinha parceiro para fazer. Quando conheci o Lyra, nós fizemos essa canção em dez minutos. A letra estava pronta, e como o Lyra é muito rápido para fazer música, foi ali mesmo. Nunca achei que aquela era uma canção de teatro e, de repente, o Brasil inteiro começa a cantar A canção do subdesenvolvido (ASSIS apud BARCELLOS, 1994, p. 151-152).

Conforme o depoimento citado, percebe-se que o debate sobre os dilemas nacionais centralizava as discussões e ocupava espaço, também, na produção artística. No início dos anos 1960, o Brasil estava marcado pela disputa em torno de projetos nacionalistas e “entreguistas” (termo pejorativo atribuído pela oposição ao modelo de desenvolvimento econômico atrelado a abertura ao capital externo). A intensificação do debate em torno das questões nacionais, a ampliação da mobilização dos movimentos sociais, a polêmica em torno de reformas e a preocupação com a ascensão das esquerdas, agitaram a década de 1960, resultando no golpe civil-militar de 1964, como resposta dos setores conservadores da sociedade brasileira. E, em meio a tal contexto, Jorge Mautner em sua obra revela suas opiniões e posicionamentos, em tom confessional, afirmava:

[...] É preciso haver muita morte e sangue e sobretudo CAOS! ODEIO A HUMANIDADE! Odeio os ricos, os coletivos e amo alguns esfarrapados encarados como já disse individualmente. Amo também algumas *ricas*

---

encaradas sexualmente. É só. Odeio! Já disse, queria ter a tal bomba. Este último capítulo *mesmo* é uma espécie de explicação como aliás quase tudo que escrevo. [...] (MAUTNER, 1962, p. 459).

No trecho citado, percebe-se a defesa da mudança, que na visão do autor não ocorreria de forma pacífica. Defendendo o caos, ou seja, a transformação, revela-se contraditoriamente, pessimista e categórico – “*Odeio a humanidade*” –, contudo, apesar do tom negativo, em “*Deus da chuva e da morte*”, exaltava o nascimento de uma nova sociedade, preconizando o início da “Nova Era”.

### Considerações Finais

O movimento de contracultura, caracterizado nas décadas de 1950 a 1970, evidencia o questionamento às instituições, as formas convencionais e a resistência coletiva. Na produção cultural propunha uma nova estética, na busca de novas linguagens, novos conteúdos e novas formas baseada na experimentação, na reinvenção de valores, práticas e comportamentos e na produção independente. Defendia a criação do “novo sujeito”, capaz de construir uma “nova sociedade”. Dialogava com a classe média, sobretudo com os estudantes universitários.

A obra de Jorge Mautner dialoga com o movimento de contracultura no Brasil. Proclamando a chegada da “Nova Era”, exaltou o sincretismo literário, filosófico e religioso, sintetizando surrealismo, hedonismo, existencialismo, marxismo, cristianismo, budismo, fascismo e anarquismo. Defendeu a convivência dos antagonismos, que a partir do encontro e da convivência poderia criar algo novo. O “Kaos”, entendido como a anarquia e a liberdade, foi defendido e anunciado na obra como a possibilidade da convivência das diferenças. Portanto, é a defesa da utopia, da tolerância, do pacifismo e, sobretudo, da LIBERDADE (grafada na obra em letras maiúsculas).

A leitura e análise de sua obra aproximam-nos da experiência de parte da juventude brasileira nas décadas de 1950 e 1960. Como um “caleidoscópio”, a obra apresenta “estilhaços” do cotidiano vivido por um jovem urbano de classe média no Brasil, faz referências ao samba-canção, *rock and roll*, coca-cola, *beatniks*, motocicleta, Elvis Presley, James Dean, Maísa, Noel Rosa, Nélon Gonçalves e ao Partido Comunista. Na obra, o personagem Jorge, assemelha-se ao jovem transeunte exaltado na canção – *Alegria, alegria* de Caetano Veloso, de 1967: “*Caminhando contra o vento, sem lenço e sem documento / No sol de quase dezembro, Eu vou / O sol se reparte em crimes, espaçonaves, guerrilhas, em Cardinales bonitas, Eu vou*” [...].

Observa-se que a parceria estabelecida entre Jorge Mautner, Caetano Veloso e Gilberto Gil, na década de 1970, resultou da identificação de ideias e projetos comuns. Percursor da Tropicália, Jorge Mautner antecipou na obra “*Deus da chuva e da morte*”, vários elementos que caracterizariam o movimento conhecido a partir do final da década de 1960: a crítica à *intelligentsia* de esquerda, a recusa aos padrões – inclusive os estéticos – convencionais e a “Antropofagia” – a fusão de elementos da cultura nacional e estrangeira no processo criativo. Pode-se afirmar, que o “Kaos” anunciado por Mautner refere-se a Antropofagia que na década de 1960 se destacou nas obras tropicalistas:

[...] *Deus da Chuva e da Morte* tem a vitalidade das canções sentimentais e dos rocks que seu autor petulantemente exaltava contra todas as tendências de opinião da época. E tem a densidade do romantismo alemão. É, com tudo isso, uma obra de humor pop que fez os tropicalistas do final dos anos sessenta reconhecerem-se ali profetizados. E não só os tropicalistas: a imaginação no poder, o sexo na política, a religião além da irreligião – todos os temas que foram levantados pela contracultura estão nele prefigurados [...] (CAETANO VELOSO, 1997 apud COHN; FIORE, 2002, p. 25).

Por fim, conclui-se que a obra “*Deus da chuva e da morte*”, contribuiu para cena literária brasileira no início da década de 1960 e evidenciou as marcas da contracultura. E, desde então, Jorge Mautner segue produzindo, pois como afirmou: [...] “Todo o fim é fictício. É uma convenção. É uma utopia. Todo livro tem uma continuação porque a arte é a vida. [...] Faz de conta que este livro acaba aqui. A continuação dele eu farei em samba-canções loucos e tristonhos. Ou em histórias outras” [...] (MAUTNER, 1992, p. 453).

## Referências

- ALONSO, Gustavo. O píer da resistência: contracultura, tropicália e memória no Rio de Janeiro. In: *Achegas. net Revista de Ciência Política* v. 1, p. 44-71, 2013.
- BARCELLOS, Jalusa. *CPC da UNE: uma história de paixão e consciência* [Depoimentos]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- CAPELLARI, Marcos Alexandre. *O discurso da contracultura no Brasil: o underground através de Luiz Carlos Maciel* (c.1970). Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 2007.
- COHN, Sérgio (Org.) *Jorge Mautner - Encontros*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007.
- \_\_\_ & FIORE, Juliano (Orgs.) *Jorge Mautner* (Trajetória do Kaos). São Paulo: Azougue, 2002.
- FERREIRA, Antonio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de. (Orgs.) *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960-1970*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

MARCUSE, Herbert. *Eros e a Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Tradução de Álvaro Cabral. 8ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

MARQUES, Roberto. Seja moderno, seja marginal: engenhos e artimanhas da contracultura no Cariri. In: *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, 2008.

MAUTNER, Jorge. *Deus da chuva e da morte*. São Paulo: Martins, 1962.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *O que é contracultura*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

---

## Cidade, Memórias e Identidades: Boa Vista e Memorialistas (1970/1980)

Raimundo Nonato Gomes dos Santos<sup>142</sup>

**Resumo:** Atento a observações de teóricos da memória, este texto emprega metodologicamente os conceitos de “memória” e “identidade” procurando revelar a dinâmica da construção das memórias fundantes da cidade de Boa Vista e suas implicações nas relações de poder. Ressalta que os relatos históricos, independente da boa intenção de seu autor, dependendo das memórias viabilizadas, podem legalizar as posições tanto dos sujeitos que compõem a elite dos grupos sociais quanto dos indivíduos menos favorecidos e, até mesmo, reforçar as condições de exploração destes últimos. Faz esta reflexão tomando como fonte de análise os relatos de Antônio Ferreira de Souza e de Dorval de Magalhães, ambos memorialistas e autores das duas primeiras obras produzidas pelos moradores de Boa Vista sobre a história de Roraima e, conseqüentemente, dessa cidade: “Roraima fatos e lendas” e “Roraima: informações históricas” respectivamente, obras produzidas entre as décadas de 1970 e 1980.

**Palavras-Chave:** Boa Vista. Memória. Relações de Poder.

## City, Memories and Identities: Boa Vista and Memorialists (1970/1980)

**Abstract:** Focus on observations of theoreticians of the memory, this text methodologically employs the concepts of "memory" and "identity" seeks to reveal the dynamics of the construction of the foundational memories of the city of Boa Vista and its implications in power relations. It points out that the historical accounts, regardless of the good intentions of its author, depending on feasible memories can legalize the positions of both of the subjects that make up the elite of social groups as the most disadvantaged individuals and even strengthening the conditions of exploitation of the latter. Does this reflection taking as source the Antonio Ferreira reports of Souza and Dorval de Magalhães, both memoir writers and authors of the first two works produced by residents of Boa Vista on the history of Roraima and consequently this city: "Roraima facts and legends" and "Roraima: historical information" respectively, works produced between the 1970s and 1980s.

**Keywords:** Boa Vista. Identity. Memory. Power relations.

---

142 Licenciado em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor do Curso de História da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Email: rmonatog@uol.com.br.

## Introdução

As possibilidades parecem infinitas ou, pelo menos, suficientemente numerosas para terem um efeito paralisante. Pois, como pode alguém colocar no papel “a verdadeira ideia de uma cidade”.

Robert Darnton

A partir dos relatos de memorialistas, este texto busca apresentar quadros de memórias que apontam para a configuração de identidades (CANDAU, 2011, p. 9)<sup>143</sup> políticas e revelam a dinâmica dessas construções. Tendo como espaço de referência a cidade de Boa Vista, procura-se “marcos ou pontos relativamente invariantes” nos discursos registrados na documentação selecionada, entendendo que critérios como “acontecimentos, personagens e lugares, conhecidos direta ou indiretamente, podem obviamente dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares reais, empiricamente fundados em fatos concretos.” (POLLACK, 1992, p. 201-202).

Entendida enquanto “uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo”, a memória é vista aqui mais como “um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um ‘estar aqui’ que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele”. (CANDAU, 2011, p. 9) Trata-se, portanto, de uma:

[...] operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis (POLLACK, 1988, p. 9).

Nessa perspectiva, este trabalho busca, nas fontes analisadas, referências ao passado que permitam compor quadros sociais de memórias, entendendo que “A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada”, o que resume “a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa” (CANDAU, 2011, p. 16) e, enfim, revelar o sentido da vida na construção de identidades coletivas.

---

143 “Identidade” tomada aqui enquanto “[...] uma construção social, de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialógica com o *Outro*”, em oposição às “concepções ‘objetivistas’, ‘reificadoras’, ‘primordialistas’, ‘substancialistas’, ‘essencialistas’, ‘originárias’, ‘fixistas’ etc. de identidade [...]” (CANDAU, 2011, p. 9).

---

Voltando-se para a história de Roraima, depois de receberem a notícia da presença dos espanhóis na região do rio Branco, a ocupação efetiva desse espaço “tornou-se uma questão central para os portugueses. A tropa de guerra enviada ao Branco para combater os espanhóis levava não só a ordem de expulsá-los, mas também de iniciar a construção de uma fortaleza e o aldeamento de índios na região” (FARAGE, 1991, p.123).

Colocado em prática esse projeto - a construção da fortaleza militar e os aldeamentos indígenas como mecanismos de fixação e colonização da região do rio Branco, pelos portugueses, em 1775 -, na segunda metade do século seguinte, o Forte de São Joaquim entraria em decadência “e dos povoados antigos, só o de **N. Sra. do Carmo**, com o nome de **Boa Vista**, permanece sobrevivendo” (FREITAS, 1997, p. 105).

Passado à sede da Freguesia do Carmo em 1858, e à condição de vila em julho de 1890, esse povoado foi visitado em 1917 por Luciano Pereira, então jurista e ex-deputado federal pelo Amazonas, que na ocasião comentou:

Boa Vista, de longe, parece ser muito maior do que realmente é. Situada à margem direita do rio Branco, em uma posição dominante, apresentando casas bem construídas de pedra de cal, cobertas de telhas e garridamente pintadas a cores, impressiona o viajante de modo muito favorável. [...]. As ruas da vila são largas como boulevards e não obstante a falta de calçamento, são limpas e secas, mesmo na estação invernososa (PEREIRA, 1917, p. 18).

Pelo fato de ter muitas ruas e uma grande área construída, o visitante se surpreendeu ao saber que a vila só contava com 49 casas, mas ele mesmo justificava esse fato “pela enorme distância em que os prédios ficam uns dos outros, havendo ruas em que não chegam a meia dúzia”. E, contabilizando as habitações, estimava a população: “Calculando-se para cada prédio da vila, a média de dez habitantes, a sua população não chega a 500 almas.” (PEREIRA, 1917, p. 18). Observava ainda que só há poucos anos a vila tinha uma farmácia; a igreja estava em ruínas; não havia nenhum serviço municipal organizado, embora o município dispusesse de um orçamento anual não inferior a R\$ 50.000.000. Baseado nisto, concluía que a vila poderia ter pelo menos água encanada e iluminação pública. (PEREIRA, 1917, p. 19).

Em expedição científica entre os anos de 1924 e 1925, o norte-americano Hamilton Rice disse que, na região, “Boa Vista é o único agrupamento [...] que tem a honra de ser chamado ‘vila’”. Ressaltava que era composto de 164 casas, com uma população de 1.200 almas, acrescentando que:

---

Alguns desses edifícios são de tijolos: a igreja, a intendência, algumas casas de moradia, o armazém; a maioria, porém, é de reboco pau-a-pique. A população se compõe de portugueses, brasileiros, mestiços, índios e alguns negros vindos das Índias Ocidentais pela Guiana Inglesa [...] (RICE, 1978, p. 25).

Entre as impressões que o romancista inglês Evelyn Waugh recebeu, de terceiros, acerca de Boa Vista, em sua permanência na ex-Guiana Inglesa, e as que ele próprio sentiu ao chegar à cidade, em 1934, encontram-se aspectos bastante contraditórios. De um lado, entre as informações que colheu sobre a cidade, foi informado de que se tratava de um centro de amplo abastecimento e de fascinante atração. Falaram-lhe de seu aspecto moderno e de luxo: luz elétrica, cafés, belos edifícios, mulheres, política e assassinatos. Falaram ainda de velozes barcos a motor que transitavam constantemente entre Manaus e Boa Vista.

De outro lado, diante da decepção que confessou sentir ao avistá-la, pois era “uma confusão de casas em ruínas” negou-se a acreditar que fosse Boa Vista. Não havia um hotel na cidade. Relatava que, ao subir o barranco do rio, já se encontrava na rua central, que era larga, com piso de barro ressecado e desnivelado, com grandes fendas por toda parte. As casas, caiadas, cobertas de telhas, de um só andar. Em suas portas, observava ele, havia pessoas sentadas, crianças nuas corriam de um lado para o outro da rua, fios soltos mostravam que em algum momento houvera linha elétrica. Falou que, para além da rua principal, no caso a Bento Brasil, havia duas estradas paralelas menos importantes, cortadas em ângulo reto por quatro outras ruas. Ele acrescentava que, em todas as direções, depois de uns 400 metros, transformavam-se em caminhos; entretanto, todas eram chamadas de avenidas e tinham nome de políticos locais. Comentava ainda que seu projeto era ambiciosamente vasto, em forma circular (CHIRONE, 1986, p. 15-20).

Ao chegar à cidade, em junho de 1944, para governar o recém-criado Território Federal do Rio Branco, entre as observações de Ene Garcez estava o fato de que “Boa Vista tinha 5.000 habitantes, três ruas paralelas ao rio Branco, algumas casas de alvenaria e, a quase totalidade, de taipa coberta de palha” (FREITAS, 1993, p. 32). O governo foi instalado na Prelazia, pois “era o único prédio digno e capaz de servir para sede do governo”. Em suas hesitações, “pensava: vou governar o quê? Não existia nada. Nenhum funcionário, nada”. Observava que na região do rio Branco “tudo está por fazer: não há saúde, não há produção local organizada, não há sequer iniciativas, quer particulares, quer estatais visando a melhoria da terra e de seus habitantes desamparados” (FREITAS, 1993, p. 37-38).

---

Desembarcando em uma quarta-feira de março de 1953, ainda no avião, Laucides de Oliveira, com apenas 21 anos de idade, figura que ganharia expressão da imprensa local, apreensivo observava: “Aí está Boa Vista! Do alto, mal parece uma cidade. Muito menos uma capital” (OLIVEIRA, 2009, p. 5). Continuando, notava:

[...] dá para ver que a cidade é pequena e deve ser bem pobre, contrariando a minha expectativa de ver uma cidade pequena, parecida com aquelas que eu conhecia no interior de Minas e Estado do Rio, antigas, de ruas calçadas a paralelepípedo ou mesmo sem pavimentação, mas piçarradas, arrumadinhas, com uma pequena praça, jardim e um coreto, coisa assim. Que esperança! (OLIVEIRA, 2009, p. 7).

Boa Vista não era igual às pequenas cidades já conhecidas, pois dava “para ver umas poucas casas e umas poucas ruas, na maioria curtas, de terra batida, algumas tortuosas, à beira do rio, largo, bonito, cheio de praias, mas quase seco. A cidade, outro desencanto”, para quem embarcara no Rio de Janeiro decidido a viver nela.

Observava que o aeroporto era dentro da cidade e, incrédulo, que a pista de pouso era de terra batida, branca, cruzava “um dos seus lados, obliquamente para o centro, misturada com as ruas”. A estação de passageiros era uma casa modesta, na qual um vão aberto separava dois cômodos do prédio, possivelmente um escritório e uma sala de rádio. “Ali, a cidade inteira parece se comprimir, enquanto aguarda a chegada do avião” (OLIVEIRA, 2009, p. 15). E, só na pensão em que foi acomodado, ficou sabendo que não havia água encanada e que a luz só chegava à noite, depois das seis horas, e apagava às dez.

Entretanto, com a criação do Território Federal, em 1943, não havendo na região outra cidade com condições melhores, Boa Vista se tornou sua capital, evento que pareceu abrir as portas para uma nova fase de sua história. A partir de então, entrou numa nova etapa de sua existência, que ganhou força com o período militar, a partir de 1964, quando se acelerou seu processo de urbanização.

Como se pode observar, trata-se de visões fragmentadas, e até contraditórias, mas que possibilitam perceber, ainda que de forma vaga, o processo pelo qual passou a cidade de Boa Vista até meados do século XX.

Pensando o passado da cidade de Boa Vista e observando as memórias produzidas sobre este espaço, percebe-se que as décadas de 1970/80 foram significativas, tanto para o processo histórico de Roraima como para sua historiografia. Por um lado, no que diz respeito ao primeiro ponto, viviam-se os desfechos da abertura da BR-174, que hoje liga por terra Boa Vista a Manaus. Nesse sentido, publicava o jornal que “A aproximação célere da ligação a

---

Manaus, pela rodovia, [...] provocará incontrolável invasão de terras, desde que o governo não tenha previamente se preparado para o grande evento da comunicação pela estrada” (JORNAL BOA VISTA, 27 jul. 1974, p. 4). Por outro lado, viviam-se inquietações levadas a efeito pelas manifestações políticas em favor da mudança de Território Federal de Roraima para Estado de Roraima, consolidado com a Constituição de 1988; a descoberta de grandes garimpos de ouro, o que acarretou um intenso processo migratório para a região e, em parte se opondo a este, as manifestações ecológicas e o movimento indígena que se consolidava no Estado.

Quanto ao segundo ponto, a historiografia roraimense nessas décadas parecia despertar o interesse dos memorialistas locais para o registro do passado. Surgiram duas publicações sobre a história de Roraima, em que a pecuária aparecia como natural nas atividades exercidas pelo ser humano na localidade, por sinal, mito fundador de Boa Vista, capital e principal cidade do Estado.

Os registros sobre a história de Roraima nesse período nos conduzem à sua elite intelectual, uma vez que em 1979 era publicado o livro *Roraima em revista*, editado anos mais tarde com o título *Roraima fatos e lendas*, de Antônio Ferreira de Souza, professor de História, funcionário público, cearense fixado em Boa Vista e roraimense de coração, que teve seu trabalho como vencedor de um concurso de monografia sobre o Território Federal de Roraima, realizado em 1979.

Em 1986 era publicado um segundo trabalho, *Roraima: informações históricas*, de Dorval de Magalhães, roraimense, descendente de família de “pioneiros” na região. Foi, ao longo de sua trajetória de vida, agrônomo, funcionário público, executivo, professor, escritor, poeta e membro da Academia Roraimense de Letras. Ambas as obras carregavam consigo a pretensão de uso como manual escolar ou, no mínimo, de funcionar como material didático sobre a história e a geografia local, portanto, destinadas a uma função privilegiada na construção e preservação de memórias.

O trabalho “Roraima em revista” ou “Roraima fatos e lendas” de Souza tinha como foco central o Território Federal de Roraima, uma unidade territorial da federação brasileira, uma pequena parcela da considerada sociedade nacional e uma entidade política. Acredita-se que é esse ente político enquanto objeto central do trabalho que, acima de tudo, dá veracidade ao texto não só de Souza, de Magalhães e de outros memorialistas locais como também de vários

pensadores acadêmicos, pois é falando do sujeito político – nesse caso, “Roraima” – que suas narrativas ganham sentido.

Nos capítulos iniciais de sua obra, Souza “desenha” o objeto, trabalha seu corpo físico mostrando suas características, ressaltando a sua dimensão em quilômetros, seu tamanho em comparação com outros estados da federação brasileira, sua posição geográfica, sua divisão administrativa e política, sua denominação, seus limites, sua economia, sua fauna e a flora. Essas temáticas iniciais do livro tornavam visível o objeto da pesquisa, Roraima, sujeito descrito que, acima de tudo, dava sentido à história narrada pelo autor. Era a instituição política – Território Federal de Roraima – o centro dos argumentos que se processavam na obra e que, ao se apresentar semelhante ao “sujeito do Iluminismo”: “indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação”, qualidades que surgiam com o seu nascimento (HALL, 2005, p. 10-11), deixava o conjunto dos indivíduos que a produziram em segundo plano.

Dado o sujeito, a partir daí podia-se pensar a sua história, o que quase sempre começa com a origem. Nesse ponto, acredita-se que Souza tem o mérito de iniciar, de forma mais bem elaborada, a construção de uma memória da pecuária como mito fundante dessa região. Dessa maneira, assim como as características biológicas no indivíduo, os “Campos gerais”, título de um capítulo do livro, além de embelezar “a terra com uma paisagem verde”, eram descritos como, “sem preparo nem trabalho algum, próprios para a criação de gado bovino, caprino e ovino [...]” (SOUZA, 1979, p. 9), pois:

Nessa planura, numa altitude quase uniforme, entre os 140 a 160 metros, excetuando a parte mais ao norte, já no sopé das montanhas, como já dissemos, a cobertura vegetal é uma gramínea que, em volta dos lagos e dos buritizais, ou na periferia dos igapós, representa a alimentação preferida pelo gado que aí se encontra desde o Século XVIII (SOUZA, 1979, p. 9)

Percebe-se, na citação, que a harmonia entre bois e vegetação era inteiramente natural, de modo que os próprios animais denunciavam os propósitos da natureza, gado e pasto do lavrado eram feitos um para o outro. Tomado nessa perspectiva, pode-se perceber o quanto um relato simples, dependendo do contexto, pode encerrar verdades tão concretas – talvez o próprio autor não se dê conta da dimensão de sua construção. No exato momento em que essa afirmativa era declarada e aceita, colocava no esquecimento todas as construções anteriores sobre esse espaço. E, como se sabe, os heróis da mitologia indígena ainda rondam

assombrando os “brancos” na região e, por sinal, forçando a retirada de fazendeiros de algumas áreas, demarcando-as enquanto terras indígenas agora no século XXI.

Pensando os processos que têm por objetivo formar identidades, mais especificamente no que diz respeito à memória nacional, Tomaz da Silva destaca os essencialismos culturais, apontando, entre outros, o apelo aos mitos fundantes, argumentando que “é necessário criar laços imaginários que permitam ‘ligar’ pessoas que, sem eles, seriam simplesmente indivíduos isolados, sem nenhum ‘sentimento’ de terem qualquer coisa em comum” (SILVA, 2007, p. 85).

Quanto aos pontos de amarração das memórias ligadas à pecuária ou “pontos relativamente invariantes”, na perspectiva de Pollak, Souza, depois de relacionar alguns visitantes “ilustres” na região, observava que:

A todas essas figuras de conquistadores, aventureiros, missionários, sertanistas e preadores de índios, dos Séculos XVII e XVIII, avanteja-se a do Cel. Manuel da Gama Lôbo d’Amada. Porque, além de ter sido Governador da Capitania de São José do Rio Negro e do Rio Branco, muito mais se distinguiu estudando a geografia física, a fauna e a flora da bacia do rio Branco, [...]. É que Lôbo d’Almada anteviu na beleza do manto verde configurado pelos lavrados e savanas rio-branquenses, as possibilidades de uma colonização, baseada nas atividades pastoris (SOUZA, 1979, p. 17).

Acrescentava ainda que: “A era almadina [...] resultou do seu patriotismo, da sua inteireza de caráter, da sua clarividência, da sua intimidade com os problemas da terra [...]” e da sua aproximação com o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira “gênio científico”, “no campo da botânica, da zoologia, da etnografia, da medicina, da agricultura” (SOUZA, 1979, p. 18).

Nessas citações, Manuel da Gama Lobo d’Almada, militar português que chegou à Amazônia em 1769 e governou a capitania de São José do Rio Negro entre 1787 e 1799, considerado o introdutor da criação de gados bovino e equino no vale do rio Branco, aparecia como um estudioso da geografia física, da fauna, da flora, da cartografia e como um homem de visão econômica, fundamentado, acima de tudo, em experiências objetivas e conclusões abalizadas do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira, que havia empreendido viagem à região a serviço da Coroa Portuguesa, enviado por D. Maria I.

Dessa forma, por mais que a natureza denunciasse a objetividade das coisas, foi necessária a voz de especialistas para torná-la realmente verdadeira e aceita. Por um lado, isso punha em evidência uma das principais características do mundo moderno e trazia para o centro das operações a figura do técnico, do intelectual.

Por outro lado, o autor abria senda para outro encaminhamento ainda mais complexo da questão. As matrizes de uma identidade que parecia ter origem regional e estar atrelada especificamente à elite local da segunda metade do século XX tomaram uma dimensão histórica muito mais abrangente, ao colocar na sua construção engenheiros de um tempo bem mais distante. Nesta perspectiva, ganhavam centralidade pessoas que participaram diretamente do processo de colonização do mundo pelos europeus. Uma vez que Lobo d'Almada, e Alexandre Rodrigues Ferreira eram colocados em destaque como os agentes idealizadores, fomentadores e executores das atividades que deram origem às memórias do vale do rio Branco.

Quanto a este passado mais distante, o segundo autor, Dorval de Magalhães lembrava as primeiras visitas feitas pelos portugueses, afirmando que estavam ligadas à busca de “drogas do sertão”, captura de nativos e catequese de indígenas, observando que os portugueses só se interessaram em ocupar de forma definitiva a região quando souberam da presença de espanhóis: “Esse episódio serviu [...] para que o General João Pereira Caldas, governador do Grão-Pará, tomasse as providências para fortificar e povoar a região [...]. Vem dessa época a preocupação de povoar a região com gado bovino” (MAGALHÃES, 1986, p. 18).

No que dizia respeito à decisão de implantar o gado nos campos do rio Branco, citando Arthur César Ferreira Reis, relatava que Pereira Caldas, nos desvelos que lhe assinalaram a passagem pelo território amazonense, tinha projetado a introdução dos gados no vale prodigioso. Obrigações de vária natureza lhe haviam impedido a execução do propósito. O problema permanecia sem solução (MAGALHÃES, 1986). Foi nesse ínterim que apareceu a figura de Lobo d'Almada:

Explorando o vale do rio Branco, por ordem do Governo, em 1787, Lobo D'Almada percebera o valor daquelas campinas verdejantes que se estendem até os contrafortes guianos. Aliás, o próprio Pereira Caldas, nas instruções com que o despachara àquela missão, lhe chamava a atenção para elas, mostrando a conveniência do estabelecimento de fazendas de criação (MAGALHÃES, 1986, p. 18).

E, por força das circunstâncias:

Lobo D'Almada, em visão de estadista, deu então o passo econômico. Mandou adquirir novilhas e vacas em Moura e Carvoeiro, pagas à sua custa as despesas de transporte e fundou à margem direita do rio Branco, a fazenda de São Bento com dezanove exemplares, a que juntou, 1793, as tomadas aos espanhóis em Tefé, quando dali os expulsou (MAGALHÃES, 1986, p. 18-19).

Portanto, como o próprio autor afirmava, no que diz respeito a Lobo d'Almada, “a introdução do gado no vale do rio Branco” foi o que ficou “para eternizar-lhe o nome”. Reconfigurada

assim, na visão desse autor, a divisão dos méritos pela ocupação dos campos do rio Branco entre os estadistas do passado, cabe notar que nos escritos dos dois autores em discussão o gado mantinha a centralidade nas memórias do processo de colonização da localidade. Apesar disso, para Magalhães essa atividade estava associada aos militares, uma vez que, conforme seus relatos, o forte de São Joaquim e o gado surgiram juntos na região.

Pode-se observar nesses relatos que:

Essas aventuras narradas, que ao mesmo tempo produzem geografias de ações e derivam para os lugares comuns de uma ordem, não constituem somente um “suplemento” aos enunciados pedestres e às retóricas caminhatórias. Não se contentam em deslocá-los e transpô-los para o campo da linguagem. De fato, organizam as caminhadas. Fazem a viagem, antes ou enquanto os pés a executam (CERTEAU, 1994, p. 200).

Dessa forma, além de desenharem o lugar, os relatos davam todas as características necessárias à sobrevivência nesse espaço, já colocando de antemão o que se podia e seria natural fazer ali, de maneira que parecia não haver alternativa a não ser seguir suas determinações. Contudo, dos discursos supracitados ficava excluída uma etapa do processo de colonização dos campos roraimenses, referente ao esforço em aldear os povos indígenas, experiência iniciada junto com a construção do Forte São Joaquim, em 1775, e que resultou em fracasso em 1790, com a rebelião dos nativos, dando fim à primeira tentativa de ocupação efetiva do espaço pelos portugueses.

Tomando como referência os marcos relativamente invariantes sugeridos por Pollak para pensar as memórias relatadas, pode-se constatar como “lugar” os campos dos lavrados roraimenses; como “acontecimentos”, a instalação dos portugueses e a introdução do gado bovino na região do rio Branco; e como “personagens” Lobo d’Almada, Alexandre Rodrigues Ferreira e João Pereira Caldas, personagens da história colonial brasileira que foram apresentados como coronel, doutor e general, respectivamente. Nesses três pontos, foi fixada a origem das memórias que passaram a contribuir para a construção da identidade local, pois o processo desencadeado por esse conjunto abriu espaço nos relatos dos autores para o surgimento de outras figuras que se tornariam expressivas em fase posterior da história da região, uma vez que para o Forte vieram pessoas como: Frei José dos Inocentes (capelão do Forte), Major Carlos Batista Mardel, Capitão Inácio Lopes de Magalhães (fundador da fazenda no local em que se originou a cidade de Boa Vista), Capitão Bento Brasil, Sargento João Capistrano da Silva Mota.

Pode-se perceber que, ao contrário da proposta de Tomaz da Silva, esses pontos de apoio das memórias examinadas foram apresentados para a sociedade local como algo natural, definido de forma simples, em convívio harmonioso, sem hierarquias e sem disputas (SILVA, 2007, p. 81), deixando transparecer seu essencialismo cultural.

É entre essas memórias que surge a cidade de Boa Vista, presa a este mesmo contexto histórico, ou seja, às memórias do vale do rio Branco, uma vez que aparece como uma extensão destas, pois:

Quase tudo aqui em Roraima gira em função da indústria pastoril. A pecuária foi o primeiro chamariz para a colonização das campinas roraimenses. O boi vem sendo o maior sustentáculo da economia regional. A cidade de Boa Vista, Capital do Território, teve sua origem na fazenda de gado fundada em 1830 pelo Capitão Inácio Lopes de Magalhães e ainda hoje conserva o mesmo nome da antiga fazenda. A outra cidade roraimense, Caracará, foi implantada no local de um antigo curral de boi, do coronel Bento Brasil, destinado ao reembarque de gado para Manaus. As duas primeiras ligações por terra Manaus-Boa Vista não foram feitas para o tráfego de veículos, simplesmente porque em 1893 e 1927 ainda não os havia na região. As famosas picadas foram feitas para conduzir as boiadas daqui para lá. Uma das maiores festas populares de Boa Vista é a exposição de produtos econômicos do Território, onde o boi concentra as melhores atenções do povo, atraindo para a cidade o homem rural de todos os quadrantes da gleba (SOUZA, 1979, p. 29-30).

Como se pode observar, nessa construção discursiva, o gado deu origem a toda espacialidade regional ao produzir os principais “pontos de amarração” de suas memórias; a própria cidade de Boa Vista teria surgido a partir desse tipo de criação. A pecuária, como atividade principal, colocou a fazenda como lugar central para o acolhimento das memórias dessa cidade, revelando experiências de várias gerações que, conforme o autor, nela ancoraram suas lembranças.

E, para além da significação mais material e formal, do ponto de vista desse autor, o gado preencheu quase todos os aspectos da vida local. Não só levou indivíduos e famílias a se estabelecerem nesse espaço físico, como também estava associado a um sentimento de bem-estar, uma vez que o boi aparecia nos momentos mais felizes dos habitantes da região, por ocasião de suas principais festas e homenagens aos santos padroeiros.

Quanto ao segundo autor, uma característica de sua obra é a apresentação de tópicos curtos, com menos de meia página. Em uma sequência nas páginas 58 e 59 estão os seguintes tópicos: “A vocação para a pecuária”; “As primeiras famílias”; “Fundação de Boa Vista e a primeira fazenda”; e “Árvore genealógica de Inácio Lopes de Magalhães: inacianos de Roraima”. O primeiro ressalta o espaço físico que foi cenário das ações colonizadoras, mais especificamente os campos do rio Branco: “A notável pradaria de Roraima, a perder-se de vista, ditou, sem dúvida, a vocação pecuária regional [...]”. No segundo tópico, destacam-se

os agentes da colonização, as famílias de “pioneiros” na região, começando pela do próprio autor:

Inácio, Domingos e Manoel Lopes de Magalhães; Bento Ferreira Marques Brasil, João Capistrano da Silva Mota e Alfredo Venâncio de Souza Cruz foram os pioneiros representantes das respectivas famílias a chegarem ao antigo município de Boa Vista do Rio Branco, ao tempo em que esta unidade pertencia ao Estado do Amazonas, constituindo-se, por isso, nos autênticos pioneiros da região (MAGALHÃES, 1986, p. 58).

Relacionados aí os “autênticos pioneiros da região”, o passo seguinte, no terceiro tópico, seria descrever o motivo da posição de destaque de tais personagens:

Graças à imensidão de seus campos naturais, onde bonitos buritizais serpenteiam nos diversos cursos d’água, que resistem, vigorosamente, aos períodos de verão, Roraima sempre foi um convite à pecuária. Face a esta particularidade, Inácio Lopes de Magalhães aqui fundou, em 1830, a primeira fazenda particular de gado bovino, denominada Boa Vista, Deve-se, portanto, a esse cearense, a designação de Boa Vista e, ao mesmo tempo, a criação da primeira fazenda particular, de vez que já existiam as três fazendas do Rei: São Marcos, São Bento e São José. (MAGALHÃES, 1986, p. 59).

Nessa citação, observam-se dois pontos de inflexão. O primeiro é que o mérito pela ocupação dos campos do rio Branco com gado bovino foi transferido de Lobo d’Almada, de Pereira Caldas e outros personagens do século XVIII para famílias pioneiras de meados do século XIX. Nesse caso, Inácio Lopes de Magalhães, à semelhança de Lobo d’Almada, pôs em prática seu plano de estabelecer fazenda de gado nos campos de Roraima, proporcionando a sua colonização, ao mesmo tempo em que o destacava como autêntico pioneiro.

Uma segunda inflexão está no fato de ações individuais, familiares e, portanto, de cunho privado ganhar conotação pública, se confundindo com uma construção coletiva na fundação da cidade de Boa Vista. Nessa perspectiva, a cidade já nascia particularizada, em um contexto revelado por memórias mesclando indivíduos, famílias e cidade em um mesmo conjunto determinado pela pecuária, apresentando laços imaginários entre pessoas e sugerindo que tinham algo em comum, conforme Tomaz da Silva (SILVA, 2007).

Dessa maneira, a origem da cidade nesses relatos aparecia de forma muito natural, contrariando mais uma vez a proposta de Tomaz de Souza, pois não se percebia nenhum vetor de força e as relações de poder se harmonizavam perfeitamente no modelo social apresentado, contemplando todos os habitantes da região em um campo sem hierarquias e divergências. Entretanto, examinando com mais calma as narrativas dos memorialistas locais, percebe-se que, conforme o próprio Souza relatava: “Já existia, à época, um pequeno núcleo populacional onde, nos tempos primitivos, havia a aldeia dos índios Paraviana e hoje está a cidade de Boa Vista, Capital do Território de Roraima” (SOUZA, 1979, p. 30).

Poderia se perguntar, qual a importância da fazenda Boa Vista para a cidade de Boa Vista? Qual o mérito dos personagens que foram colocados como supostos fundadores da fazenda e por extensão da cidade? Observando Souza: “Esta denominação de Boa Vista foi dada por Inácio Lopes de Magalhães, então Oficial do Forte de São Joaquim, quando, por volta do ano de 1830, fundou, neste local, uma fazenda de gado com o nome de BOA VISTA. (SOUZA, 1979, p.30). Dessa forma, o mérito parece estar restrito ao nome “Boa Vista” dado à cidade, já que a denominação foi transferida da sua propriedade para a vila, de forma que a contribuição maior da fazenda e daqueles que a estabeleceram não se deu enquanto pioneiros no espaço onde está situada a cidade, uma vez que fica patente que, antes da fazenda, outros indivíduos já haviam se instalado ou ocupado esse local, pois, ainda que não haja registros da presença de outros colonizadores, a instalação indígena na região pode ser dada como certa.

Quando se procura destacar os pontos de amarração das memórias da cidade de Boa Vista, percebe-se que eles são semelhantes aos que deram apoio às memórias da região do rio Branco. Alterava-se a dimensão do espaço físico, pois em lugar de toda a região do rio Branco entrava em cena apenas a extensão relativa à cidade de Boa Vista; alteravam-se também os personagens, uma vez que, em vez dos agentes coloniais, surgiam as famílias de “pioneiros”. Contudo, permanecia inalterado o objetivo do processo: ocupar a região com a instalação de fazendas de gado, ponto igualmente importante para o acolhimento de memórias de ambos os empreendimentos.

Dessa forma, no reenquadramento das memórias que davam base à construção de uma identidade de pioneiros na década de 1980, ficava subentendido que tudo permanecia inalterado: o “lugar” - os mesmos campos de Roraima; o “acontecimento” - a ocupação do espaço com a atividade da pecuária; e os personagens – os descendentes diretos dos colonizadores do século XVIII e, portanto, continuadores do mesmo processo de instalação da sociedade “civilizada” na região.

### **Considerações finais**

Como se pode perceber, existe uma sequência cronológica no enredo, uma vez que “[...] essa tentativa de acesso a si mesmo obedece sempre a uma ‘teleologia linear’, transforma um passado feito de rupturas e descontinuidades em um traçado que religa o que estava separado” (CANDAUI, 2011, p. 73). De maneira, que “todo aquele que recorda domestica o passado e,

sobretudo, dele se apropria, incorpora e coloca sua marca em uma espécie de selo memorial que atua como significante da identidade” (CANDAUI, 2011, p. 74).

Dando uma força quase institucional às memórias coletivas, a princípio, os pensadores<sup>144</sup> não perceberam nelas “uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica”, uma vez que enfatizaram a coesão social pela adesão afetiva ao grupo, acentuando, assim, as funções positivas dessas memórias. Diante disso, em vez de tomar os fatos sociais como coisas, sugere-se pensar como se tornaram coisas, “como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (POLLACK, 1988, p. 4).

Observar a construção da identidade local colocando em evidência, entre outras coisas, o processo de constituição da própria identidade e os agentes sociais diretamente envolvidos na sua construção e conservação, permite refletir sobre o seu processo de inclusão e exclusão e, com isso, compreender a posição reservada às “pessoas comuns”, uma vez que esses mecanismos intrínsecos à sua produção demarcam e revelam quem integrava ou não o seu quadro.

Pensa-se, dessa forma, na perspectiva de cultura política, enquanto um sistema de representações que propicia a compreensão dos sentidos que um grupo específico atribui a uma dada realidade social, em determinado momento e lugar (GOMES, 2007, p. 47-48), o que implica considerar que o grupo produz e é produzido ao mesmo tempo pelas práticas e valores com os quais se autoproduz e é reconhecido. Entretanto, este trabalho não envolve apenas esse grupo restrito, sujeito dessa ação, uma vez que este não é responsável só pela sua identidade, mas também pela forma como outros grupos ganham sentido nessa relação, haja visto que:

Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normatização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normatizar significa eleger - arbitrariamente - uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas (SILVA, 2007, p. 83).

Portanto, pensar no conjunto de memórias selecionadas para a construção da identidade local é pensar no trabalho de enquadramento, fazendo surgir interrogações: como, por exemplo, quem seleciona tais memórias? Que lugares, personagens e objetos são lembrados? A que

---

144 Trata-se de uma observação feita por Michael Pollack sobre a concepção de memória coletiva de Émile Durkheim e de Maurice Halbwachs.

pessoas e grupos elas estão associadas? E, por fim, que habitantes de Boa Vista estavam incluídos em tal repertório?

Na atualidade, isso reforça a sugestão de se ampliar a noção de patrimônio histórico (NUNES, 2005, p. 26), com o objetivo de contemplar os segmentos populares, as consideradas “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1988), quase sempre condenadas a uma vida efêmera, uma vez que o desejo de progresso, o sonho do novo e do fantástico as predestinam à exclusão do campo das memórias, tornando-as algo que não se deseja lembrar.

Dessa forma, “Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica” (LE GOFF, 1994, p. 477). Entende-se que essa recomendação procede, como uma forma de alertar o pesquisador para o risco de trabalhar as memórias tendo como centro de articulação, implícita ou explícita, apenas a lógica que articulava a “ordem de lugar” (CERTEAU, 1994, p. 201), moderno, deixando-se levar por ela e perdendo muitas vezes a oportunidade de questionar essa seleção naquilo que esconde privilégios em favor de determinados grupos sociais.

Imagina-se que tomar as memórias como algo neutro para pensar as experiências das “pessoas comuns” numa sociedade com alto grau de desigualdades social seria aprisioná-las como “caças” no território do “predador”. Trata-se de uma armadilha, pois, mesmo pensando que os lugares não têm dono, as memórias parecem mais afinadas com o jogo de interesses de determinados grupos sociais, de forma que pensar uma identidade requer pensar naqueles que a viabilizam, que a exercitam, pois:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1994, p. 426).

Entende-se que, politicamente, os grupos trabalham e devem trabalhar suas memórias, mas estas devem ser compreendidas como construções, e não como algo natural, pois por trás de muitos discursos que expressam de forma explícita a ideia de uma sociedade democrática existe uma sociedade fortemente hierarquizada. Repensar a cidadania em uma sociedade como a brasileira, constituída por oligarquias, implica abrir espaço para a voz das “pessoas comuns”, o que requer deslocar o foco de atenção até esses indivíduos, para observar suas práticas e representações.

## Referências

- BARROS, Nilson Cortez Crocia de. *Roraima: paisagens e tempo na Amazônia setentrional*. Recife: Editora Universitária, 1995.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1 - Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHIRONE, Alberto (Coord.). *Noventa e dois dias: Reportagem de uma viagem aos Trópicos através da Guyana (Ex-Inglesa) e parte do Brasil (Roraima) feita por Evelyn Waugh em 1934*. Boa Vista: Centro de Informação da Diocese de Roraima - CIDR, jul./1986.
- CIDR - Centro de Informação da Diocese de Roraima. *Índios de Roraima: Makuxi, Taurepang, Ingarikó, Wapixana*. Boa Vista: Diocese de Roraima, 1989.
- DINIZ, Edson Soares. *Os índios makuxi do Roraima: sua instalação na sociedade nacional*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1972.
- FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões, os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- FREITAS, Aimberê. *Geografia e história de Roraima*. Manaus: Editora Grafima, 1997.
- \_\_\_\_\_. *A história política e administrativa de Roraima de 1943 a 1985*. Manaus: Umberto Calderaro, 1993.
- GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Marta; SOIHET, Raquel e GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GUERRA, Antônio Teixeira. *Estudo geográfico do Território do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Conselho Nacional de Geografia, 1957.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3ª ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.
- MAGALHÃES, Dorval de. *Roraima: informações históricas*. Rio de Janeiro, 1986.
- NUNES, José Walter. *Patrimônios Subterrâneos em Brasília*. São Paulo: Annablume, 2005.
- PEREIRA, Luciano. *O Rio Branco: observações de viagem*. Manaus: Imprensa Pública, 1917.
- POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. 10 - Teoria e História. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1992.
- \_\_\_\_\_. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*. 3 - Memória. São Paulo, Vértice, 1988.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- SILVA, Vandeilton Francisco da. *A festa de Nossa Senhora do Carmo em Boa Vista – Roraima: conflitos e disputas de poder 1892 – 1927*. Campina Grande: EDUFCEG, 2012.
- SOUZA, Antônio Ferreira de. *Roraima: fatos e lendas*. Boa Vista: Gov. do T. F. de Roraima, 1979.

**Periódico**

Jornal Boa Vista. Boa Vista, 27 jul. 1974.

---

## Um (In)Disciplinado Olhar sobre Representação na Escrita Historiadora<sup>145</sup>

Cesar Leonardo Van Kan Saad<sup>146</sup>

**Resumo:** Por meio desse ensaio apresento um exercício reflexivo perante aquilo que se denominou de “*linguistic turn*”. Longe de atribuir um significado holístico e totalizante para a virada linguística, considero-a como um movimento intelectual transnacional e multifacetado por diferentes prerrogativas epistemológicas. Do século XX ao XXI, problemas decorrentes da virada linguística transformaram, ou ao menos, impulsionaram um convite para a reflexão dos pressupostos básicos de formas tradicionais de se produzir conhecimento nas ciências humanas e sociais. Nesse quadro, um dos objetivos desse ensaio é problematizar a noção de representação na escrita da história.

**Palavras-Chaves:** Linguagem. Verdade. Representação.

### An (Un)Disciplined Look Over Representation in the Writing of History

**Abstract:** Throughout this essay I present a reflective exercise on what is called “*linguistic turn*”. Far from assigning a holistic and totalizing meaning to the linguistic turn, I consider it as a transnational and multifaceted intellectual movement by different epistemological prerogatives. From the twentieth to the twenty-first century, problems arising from linguistic turn transformed, or at least pushed, an invitation to reflection of the basic assumptions of traditional ways of producing knowledge in the humanities and social sciences. In this context, one of the objectives of this essay is to problematize the notion of representation in the writing of history.

**Keywords:** Language; Truth; Representation.

#### Introdução

Usar o cérebro como uma máquina de moer conhecimentos que não interessa à vida; que barbárie!  
Simone de Beauvoir<sup>147</sup>

Início esta reflexão apresentando os motivos os quais me levaram à escrita deste texto. Como uma tentativa de reação, mas sem a pretensão de ser mais uma palavra de ordem (hoje em dia existem muitas!), assumo de antemão uma contraposição perante algumas formas de pensamento com as quais nos deparamos em nosso cotidiano acadêmico, seja por meio das

---

<sup>145</sup> A primeira versão desse texto foi escrita em 2014, como trabalho de conclusão da disciplina Teoria e Metodologia da História II, ministrada pelo Prof. Dr. Anderson Vargas no PPGH da UFRGS.

<sup>146</sup> Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: cesar\_saad\_123@hotmail.com.

<sup>147</sup> BEAUVOIR, Simone de. *Quando o espiritual domina*. Trad. de Danilo Lima de Aguiar. São Paulo: Círculo do Livro, 1979, p. 102.

---

leituras e aulas, seja em congressos e simpósios, ou qualquer outro espaço de pretensa discussão, formas essas de manifestações de “conservadorismo epistemológico”, denotando, em muitos casos, a constituição de impedimentos e barreiras frente a dadas discussões, dados objetos, dados autores, não aceitos pelo cânone. Logo, entendo “conservadorismo epistemológico” como a enunciação do impedimento de formas de pensamento que não se enquadram aos enunciados ditos “aceitos”, “verdadeiros” e “autorizados”.

Tais medidas inserem-se juntamente com muitas outras que não vem ao caso levantar por falta de espaço, mas o que importa é que eles me colocam diante de uma agenda de pensamento, sugerindo práticas que se formalizam na não-possibilidade - muitas vezes tomada como exagero ou erro - de constituir determinados feixes de relações, os quais não se enquadram dentro do rol das regras do meio e que, assim, constituem-se em “erros de pensamento”. Práticas essas que, na maioria das vezes, manifestam-se impedindo qualquer vontade de abrir as janelas e ventilar um pouco de ar fresco no nosso ambiente de trabalho.

Essas considerações iniciais sustentam-se naquilo que se pode perceber facilmente no cotidiano acadêmico brasileiro, por meio de discursos dispersos e práticas recorrentes (não quero com isso acusar este/esta ou aquele/aquela) e que circulam muitas vezes de uma maneira sutil, sorrateira e pulverizada, advogando em salvaguardar e conservar – nesse caso falo a partir da História – a disciplina da História, em uma imagem tal qual ressoante ainda por aquele desejo do século XIX de fazê-la ciência autônoma, com regras fixas e com formas corretas de procedimento, sustentando a querela de um vocabulário objetivo e desvinculado de qualquer preceito autoral, político, ético e subjetivo. Em suma, práticas que podem ser percebidas sem muito esforço e que têm como intuito disciplinar a própria disciplina, dotando-a de seu “verdadeiro” sentido, ou de seu modo “correto” de desenvolvimento.

Alguns poderiam me criticar de início, afirmando que este tipo de postura é já passado, que exagero em meus argumentos, que há poucos ou quase nulos os que advogariam ou mesmo acreditariam em tais enunciados. Ainda poderiam esses mesmos críticos me responderem que nosso conhecimento histórico já é há tempos tomado em um sentido plural e múltiplo, que a disciplina da História se transformou e etc., mas é aí, nesse consenso fácil e rápido que residem os problemas.

Embora a maioria dos historiadores e historiadoras adotem uma versão de pluralismo interpretativo em seus trabalhos, ainda assombra certos vocabulários que os levam, por mais

que reconheçam e façam “diferentes interpretações”, a vincularem-se conscientes ou não por uma concepção de conhecimento correto, que tem como chave interpretativa a estrita defesa da objetividade, pelo relato sinóptico baseado nas evidências sem que as tomem em questionamento, e pela suma busca da verdade no final da investigação, como se as considerações finais levassem a um lugar que realmente transcendesse a todas as expectativas. Como sustenta Keith Jenkins, paralelo ao reconhecimento de que há distintas interpretações na prática historiadora, parece que ainda se conserva “fechamentos efetivamente interpretativos” (JENKINS, 2012, p.12). Nesses termos, o que me lança a refletir sobre essas questões que são constitutivas do *modus operandis* do conhecimento histórico é uma reivindicação de um pensamento de desobediência disciplinar. Essa desobediência é um esforço crítico em tomar por questionamento esses lugares-comuns que parecem funcionar como enunciados *a priori*, ou naturalizados da prática historiográfica. Nas palavras de Jenkins:

[...] argumentos que se colocam em *desobediências críticas* às normas da teoria e da prática profissionais predominantes em história e que tendem soprar todo o ar fresco possível em uma ‘disciplina antiga’ ao refigurá-la em um discurso que aceite e celebre com gratidão o que chamaremos de falhas inevitáveis da representação/apresentação histórica, em vez de lutar para superá-las (JENKINS, 2012, p. 11).

O problema que desenvolverei nessas páginas diz respeito a algumas questões que perpassam o que ficou conhecido como *linguistic turn* e o que tais conjuntos de questões (tomarei algumas, uma vez que o rol seria disperso e um artigo não seria suficiente para abarcá-las) lançam à disciplina da História. Partindo do problema de um vocabulário científico conservado e o problema da verdade decorrente da representação historiadora (se é que a “verdade” ainda nos é um problema), gostaria de refletir a respeito dessa vontade de representar o “passado” a partir de algumas discussões da filosofia da linguagem. Para aqueles que acreditam na vitalidade da disciplina, e que reconhecem esses problemas iniciais como problemas pouco sérios, ou para aqueles que dispensam esse tipo de reflexão, a leitura desse texto, sem nenhuma pretensão de esgotamento, é um convite ao debate.

### **Escrita Historiadora**

Ao menos no Ocidente, parece não existirem dúvidas de que o funcionamento do trabalho historiográfico constituiu-se, e ainda se constitui, por práticas de investigação. Sabe-se que “é

uma ‘pesquisa’, *história* segundo a expressão grega” (RICOUER, 1955, p. 27). Essa questão sobre a pesquisa, inicialmente, não é uma interrogação silenciosa sobre nossa desencorajadora historicidade, que toma como escopo a nossa maneira de vivenciar o tempo, mas “uma resposta a essa condição ‘histórica’: uma resposta pela escolha da história, pela escolha dum certo conhecimento” (RICOUER, 1955, p. 27), que opera por um ato de compreensão. Logo, uma disposição que impulsiona a colocar-se em face de si mesmo frente à própria constituição de sujeitos do conhecimento que se denominam históricos.

Se o século XIX tem seu ponto de destaque como o século da História, com a profissionalização e a constituição de um discurso do método para a mesma, a vontade de verdade enunciada colocava a História como um campo discursivo específico, necessitando, nessa mesma operação, de emergência postular, uma diferença, como destaca François Dosse, de uma: “[...] lenta emergência e sucessivas rupturas com o gênero literário, em torno da busca da verdade” (DOSSE, 2003, p. 13). A “busca da verdade” como um imperativo do conhecimento histórico e dos historiadores era o postulado recorrente da definição de um campo, vinculado por uma centralidade enunciativa: o método. A diferença dessa operação, ou dessa concepção de conhecimento, era marcar sua existência/ruptura com a literatura e, por consequência, com o discurso literário a respeito do passado. Segundo Hartog:

História ‘verdadeira’: o historiador entende, assim, prevenir o leitor de que seu texto é verdadeiramente história, de fato, história sem nenhum qualificativo; a história é verdadeira ou ela não é história. Além de estabelecer uma postura metodológica, esse título é, no mesmo movimento, polêmico. Com efeito, escrever uma história “verdadeira” é uma forma de afirmar que as outras não o são, seja por falta de método (não chegaram a encontrar o caminho do verdadeiro), seja por qualquer outra razão, relacionada mais diretamente com a posição e o papel do historiador na sociedade. História “verdadeira”, “verídica” – ou, em suas variantes mais recentes, história “científica” ou, ainda, “nova”, eis algo que há vinte e cinco séculos, atravessa o projeto de escrever a história ou de fazer história, pelo menos no Ocidente, e ainda que o conteúdo do que tem recebido a antiga denominação de história tenha assumido um grande número de variações (HARTOG, 2011, p. 77).

A vontade pela verdade da História enquanto conhecimento que seja relativo e parcial, sem qualquer primor de um sentido absoluto, parece ressoar de forma recorrente pela escrita dos historiadores e historiadoras. Busca-se um ‘modo de ser’ da verdade por meio das pesquisas, mas reconhecendo pelo mesmo exercício que esse ‘modo de ser’ não glosa de um sentido final em si mesmo. Não é “A verdade” que se deseja, mas verdades. Porém, não teria algo de ambíguo e paradoxal nessa afirmação? O que garante esse sentido “múltiplo e plural” para a verdade? A verdade para constituir-se verdade – se assim se credita a pensar – é verdade e ponto. Não haveria algo de estranho no uso de tal vocabulário para um conhecimento que se

defronta pela sua “razão de ser” com lacunas e incertezas a todo o momento, ou com ambiguidades de sentido em sua realização?

Antoine Prost, em *Doze Lições sobre a História* (1996), elenca dois sentidos para essas “verdades”: o relativo e o parcial. Em primeiro lugar, os objetos da história são considerados sempre em contextos e, por isso, “ao apresentar seu objeto, o historiador refere-se sempre a tais contextos” (PROST, 2008, p. 257). Em segundo lugar, os objetos da história são construídos sempre a partir de pontos de vista, sendo que essa relação constitui-se a partir de referências individuais ou coletivas.

Nesse sentido, pretender uma objetividade seria sempre um horizonte que sequer efetiva-se enquanto possibilidade, uma vez que a objetividade implica uma oposição entre sujeito cognoscente e objeto conhecido que caracteriza as ciências em que o observador não está implicado pessoalmente em sua investigação. Logo, para Prost, em um sentido estrito, “a objetividade é impossível tanto na história, quanto na sociologia ou na antropologia” (PROST, 2008, p. 258).

Em seguida, o que Prost indica é aquele conhecido debate de se a História seria ou não ciência. Não entrarei nessa aporia, por considerá-la mais uma opinião pessoal do que qualquer outra medida epistemológica<sup>148</sup>. O que se deve tomar de partida é que, se a “verdade” é relativa e parcial, se a “objetividade” é “impossível” por questões de objeto, se o estatuto de ciência é duvidoso, por que a recorrência desse tipo de vocabulário? Por que percebemos, por parte de um grande número de colegas, o uso recalcitrante de um vocabulário que, inquirido

---

<sup>148</sup> Com a intenção de exemplificar, duas posições podem ser levantadas, contra e a favor da cientificidade da História. Jörn Rüsen aposta em *Razão Histórica* (1983) para o imperativo da racionalidade da história, tendo como sentido a motivação da orientação, por meio da ciência da História, ao pensamento histórico em vista de uma *práxis*, “a ciência da história está, assim entre a cruz e a caldeirinha: como ciência, ela não é especificidade competente para responder às perguntas fundamentais sobre o sentido e, no entanto, ela se sabe movida por tais questões, o que a impede de ignorá-las” (RUSEN, 2010, p. 13). Doze anos antes, Paul Veyne em seu ensaio *Como se escreve a História* (1971), apresenta o cerne do argumento contra a cientificidade. Construindo seu argumento na defesa da impossibilidade da História, esta seria, por uma questão de fundamento (princípios e objeto) impedida de objetar leis, regularidades e repetições, uma vez que a diferença é a marca entre presente e passado, assim como, ao futuro, isto é, a história seria um saber da dispersão. Nas palavras de Veyne: “[...] principalmente, quase sempre é impossível, no estado atual da ciência, formular leis com precisão [...] tem-se somente representação aproximativa de uma regularidade subjacente ou ainda não se pode formular a lei, em razão de sua complexidade [...] concordamos plenamente com esta descrição da explicação histórica, exceto que não percebemos muito bem o que se ganha em qualificá-la de ‘esboço’ de explicação científica; desse modo, tudo o que os homens sempre pensaram é esboço de ciências” (VEYNE, 1998, p. 133). Ambas as posições dialogam com um princípio de justificação ao estatuto da verdade do conhecimento. Nesse caso, ambas as posições se constitui, quer queira quer não em uma tomada de posição em relação a cientificidade da História, sendo tributária de uma carga subjetiva ao sujeito do conhecimento do que do conhecimento histórico em si. Logo, uma aporia sem fim!

mais de perto, teria muito pouco subsídio a oferecer como resposta à questão proposta por Michel de Certeau em *A Escrita da História* (1975): “que fabrica o historiador quando faz história”? Para quem trabalha? Que produz? (CERTEAU, 2000, p. 65).

Junto a essas indagações, outras mais são possíveis: por que vocábulos como “verdade”, “objetividade”, “valor absoluto do fato”, “significação”, “racionalidade”, “evidência”, ajudam-nos a entender melhor o funcionamento da História enquanto um campo de conhecimento autônomo? Em que medida esses mesmos vocábulos, que são partícipes de uma concepção de História entendida em seu contexto disciplinar, esclarecem e constituem os mecanismos pelos quais produzimos nosso conhecimento? Seriam tais vocábulos já marcas de um momento historiográfico pelo qual não mais faz sentido objetar, sendo esse condizente com uma história e com uma cultura histórica da qual não fazemos parte? Seriam os historiadores que usam de tais recursos verdadeiros “teimosos” em não querer deixar-se caminhar por novos ares, novas escolhas, novas crenças e novos vocabulários? Por que a “resistência”<sup>149</sup> sobre um vocabulário que parece pouco querer dizer a respeito de uma certa concepção de historiografia? Ou tais questões seriam atributos de “crenças”, sobre as quais os sujeitos do conhecimento, vendo a si mesmos como são, teriam receio em abrir mão de tais noções, pois com isso abririam mão de suas próprias identidades?

---

<sup>149</sup> Com o propósito de esclarecer essa questão em *Depois da Teoria* (2003), Terry Eagleton insiste no uso dos vocabulários aqui suscitados. “Verdade”, “objetividade”, “virtude”, aparecem na análise de Eagleton para justificar certa concepção de análise dos estudos culturais. Reforça o uso dessas noções, usando de um tom irônico que enseja sua posição considerando que abrir mão de tais noções seria perder o que esses conceitos significaram para o próprio Ocidente, ou seja, nas palavras de Smith, Eagleton, resiste! “Gente que vê a verdade como dogmática e, por isso, não quer nada com ela, é bem parecida com os que se chamam imoralistas porque acham que moralidade só quer dizer proibir as pessoas de irem para a cama umas com as outras (...) tais pessoas são puritanas ao contrário [...] assim como os puritanos acham que moralidade e repressão; levar uma vida moral é passar terríveis percalços [...] mas enquanto os puritanos acham que passar maus percalços é uma coisa excelente e, além disso, notavelmente edificante, essas pessoas não acham de modo algum e, então rejeitam a moralidade como um todo [...] rejeitam uma ideia de verdade que, para começar, nenhuma pessoa razoável defenderia” (EAGLETON, 2011, p. 148). Para Eagleton, “ser objetivo é um trabalho árduo e fatigante que, afinal, só os virtuosos podem realizar. Apenas aqueles com paciência, honestidade, coragem e persistência podem penetrar as densas camadas de autoengano que nos impedem ver a situação como realmente é. Isso é especialmente difícil para os que manejam poder – pois o poder tende a gerar fantasia, reduzindo o self a um estado de narcisismo sempre insatisfeito. Apesar de seu obstinado pragmatismo, está crivado de equívocos, presumindo que o mundo inteiro vive em função dele, subservientemente. Dissolve a relatividade no espelho de seus próprios desejos. Aqueles cuja existência material é bastante sólida são os que tendem a supor que o mundo não o é. O poder é, naturalmente, solipsista, incapaz de sair da própria pele. [...] Ninguém que não estivesse aberto ao diálogo com outros, disposto a ouvir, discutir honestamente e admitir estar errado poderia realmente avançar na investigação do mundo” (EAGLETON, 2011, p. 181-182). Usando de certa astúcia intelectual que põe aqueles que abrem mão de tais noções como “imoralistas”, com falta de zelo em suas tarefas, reivindica o uso deste “velho” matiz, com as ressalvas que leva a perguntar, por meio da leitura de Eagleton, qual seria a razão de ser desta insistência pedante e, ao mesmo tempo, ineficaz, pois o próprio autor parece reconhecer, apesar de reiterar, o grau de conservantismo em suas reflexões.

---

Barbara Herrnstein Smith, em *Crença e resistência: a dinâmica da controvérsia intelectual contemporânea* (1997) acena sobre as questões evocadas de modo a elucidar que vocábulos como “verdade, conhecimento, significado, razão, objetividade e justificação”, dentre outros, seriam centrais para a constituição de um pensamento ocidental e, “na visão de muitas pessoas (mas não de todas), centrais para a condução da vida intelectual como tal” (SMITH, 2002, p. 12). Na interpretação de Smith, os juízos colocados em questão junto com o vocabulário que os sustentam se respaldam em toda a forma e disponibilidade de um conjunto de crenças e expressividade, conjuntamente com toda uma forma de vida, e uma vez questionados entrariam em risco.

O que desejo apontar sobre essas questões levantadas por Smith é a relação de autoridade, de controle, de prioridade, que esse tipo de vocabulário destacado anteriormente sugere sobre uma forma de conhecimento. Nesse caso, o conhecimento histórico.

Afirmando muitas vezes que o conhecimento é objetivo, racional etc., os historiadores partícipes dessa concepção de conhecimento indicam que a forma como dispõem os seus enunciados e a projeção de representações sobre o pretérito está condizente com uma concepção que atribui ao conhecimento que produzem um sentido de pertencimento. Ou seja, “de que se está no verdadeiro” e, assim, um imperativo, por mais que sutil, da desqualificação parece justificar a superioridade do modo de trabalho do verdadeiro, deslegitimando toda e qualquer outra forma de conhecimento que tomaria por objeto o passado (vide as outras narrativas correntes produzidas por não-historiadores) não inscrito nesses critérios, que são por si mesmos os critérios ou códigos da disciplina. Só que esses mesmos historiadores e historiadoras, que agem em prol da disciplina, em consequência parecem esquecer um dos princípios basilares, destacado por Nietzsche em *Sobre a verdade e mentira no sentido extra moral*, de 1873, para este sentido de se ‘estar no verdadeiro’.

Segundo o filósofo, ser verdadeiro significa apenas não se desviar do sentido usual das coisas; o verdadeiro é o existente, em contraposição ao “não-efetivo”. A primeira convenção, afirma, “é aquela que deve valer como ‘existente’” (NIETZSCHE, 2008, p. 82). Logo, devemos compreender ‘verdadeiro’, segundo Nietzsche, antes de tudo, como aquilo “que usualmente consiste em uma metáfora habitual – portanto, somente uma ilusão que se tornou familiar por meio do uso frequente e que já não é mais sentida como ilusão: metáfora esquecida, isto é, uma metáfora da qual se esquece de que é uma metáfora” (NIETZSCHE, 2008, p. 82). Em

páginas anteriores, percebemos essa relação da verdade como metáfora e desta constituindo-se pelo esquecimento em ilusão pela força do hábito:

Não há, porém, quaisquer expressões “próprias”, *assim como, sem metáforas, não há nenhum conhecer propriamente dito*. Mas nisso consiste o engano, quer dizer, a crença numa verdade da impressão sensível. As metáforas mais habituais, usuais, agora servem como verdades e medida para as metáforas mais raras. Em si, vigora aqui a diferença entre o familiar e o novo, o frequente e o excepcional (NIETZSCHE, 2008, p. 80).

Voltando à questão dos vocabulários disciplinares. Isso me leva a considerar, por ora, que um conhecimento justificado por tais enunciados/vocabulários não teria em sua própria constituição nada a apresentar de novo sobre um determinado objeto ou perspectiva, pois, por força do hábito, ele conserva uma determinada ordem de funcionamento e mais, teria apenas o intuito de reiterar uma determinada posição em face do mesmo, que aqui e da maneira como construo essas reflexões assemelha-se com o ‘princípio de razão’ (ou a razão da razão) da disciplina<sup>150</sup>.

Posição essa condizente muito mais com relações de poder, de manutenção de certo status da verdade (metáforas usuais) e da ordem (estatuto) do conhecimento do que da própria vontade por produção de formas novas, de novas escrituras que, em síntese, solapariam o próprio status de se “estar na verdade” ou no “verdadeiro”, ou afetaria o modo normativo e a razão de ser da história enquanto disciplina.

Em uma perspectiva contrária, recorrendo ao questionamento desse ‘princípio de razão’, ou da própria razão de ser da estrutura dos códigos do conhecimento histórico, periga-se anulá-lo, ou mesmo ludibriar-se com sua não-necessidade, com seu caráter descartável, ou com o qualificativo de ser mais uma dentre tantas formas de se usar o passado. Longe de reduzir meu argumento a esse simplismo, uma análise ou ao menos um caminho possível que pode ser aberto é pelo questionamento da própria paisagem acadêmica, a qual é integrante do cenário institucional onde os códigos, os vocabulários e as regras de funcionamento residem e integram o campo discursivo ou disciplinar.

Optando por esse caminho, muito mais do que formular questões e submetê-las ao crivo analítico, uma das opções poderia ser preparar toda uma agência de pensamento para

---

<sup>150</sup> Sustento a ideia de “princípio de razão” por meio de Derrida em *As pupilas da Universidade*. Segundo o filósofo: “O princípio de razão não instala seu império senão na medida em que a questão abissal do ser que nele se oculta permanece dissimulada, e, com ela, a própria questão do fundamento, do fundamento como *gründen* (fundar), *bodennehmen* (fundar ou tomar raízes), como *bergründen* (motivar, justificar, autorizar) ou sobre tudo como *stiften* (erigir, instituir, sentido do qual Heidegger reconhece com uma certa precedência)” (DERRIDA, 1999, p. 137).

---

transformar, em consequência, outros modos possíveis de escritura da história, como também transformar a cena pedagógica, os procedimentos de trocas com outras áreas, com a instituição acadêmica e pós-acadêmica de uma forma geral, com seu exterior e seu interior (DERRIDA, 1999, p. 150).

Essa seria uma opção que deixo sem resposta, em suspenso, ou apenas como mais uma dentre várias hipóteses que me levaram a escrever esse ensaio, uma consideração antecipada, por parte de um questionamento sobre uma forma de produção de conhecimento que é ao mesmo tempo atual e ativo, pois falo como acadêmico de mestrado<sup>151</sup> que em seu tempo de graduação e mesmo no desenvolvimento do mestrado deparou-se com essas formas rígidas de se pensar o conhecimento Histórico.

A possível saída reflexiva apontada é pela percepção de que, por mais viva e consistente que essa forma de pensar e escrever a história seja (forma essa que já é por si história e tradição, pois é fruto herdado de uma concepção de história do século XIX), ela tem perdido, década após década, o seu potencial prático, político e ao mesmo tempo ético de interrogar e interferir nas questões presentes. Assim como a “verdade” produzida por meio desses mesmos protocolos tem perdido seu potencial de inferência na contingência a qual lhe dá possibilidade<sup>152</sup>.

As páginas que seguem tratarão desse emaranhado de reflexões. Não tentarei esgotá-las, uma vez que é conteúdo impossível para um singelo ensaio. Do contrário, tentarei apresentar algumas possíveis considerações aos problemas levantados.

Nesse sentido, retomar a constituição da disciplina da história por uma chave de leitura que perpassa as políticas interpretativas as quais lhe deram possibilidade torna-se um caminho promissor, a fim de traçar alguns paralelos com a filosofia da linguagem para, em seguida, traçar algumas considerações parciais entre o entrelaçamento conceitual que integra verdade, linguagem e representação na escrita da história.

---

<sup>151</sup> Quando da escrita do texto ainda era mestrando na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

<sup>152</sup> A esse respeito ver: WHITE, Hayden. El pasado práctico. In: TOZZI, Verónica; LAVAGNINO, Nicolas. *HAYDEN WHITE: la escritura del pasado y el futuro de la historiografía*. Buenos Aires: Editorial EDUNTREF, 2012; WHITE, Hayden. *The Practical Past*. North Western University Press, 2014; LORENZ, Chris. It Takes Three to Tango. History between the ‘Practical’ and the ‘Historical’ Past. *Storia della Storiografia*, v. 62. n.º1, p. 29-46, 2014.

Hayden White, em *La Política de la Interpretación Histórica: Disciplina y Sublimación* (1987), apresenta uma reflexão sobre a constituição da disciplina histórica no século XIX, por um modo de compreensão que atenta para as “políticas da interpretação”. Em suas palavras:

[...] a política da interpretação surge naquelas práticas interpretativas ostensivamente mais distantes das inquietudes evidentemente políticas, práticas realizadas sob a égide de uma **pesquisa** da verdade puramente desinteressada ou de uma indagação na natureza das coisas que parecem carecer de toda relevância política. Esta política tem a ver com o tipo de autoridade que o intérprete reivindica frente às autoridades políticas estabelecidas da sociedade a qual pertence, por um lado, e frente aos outros intérpretes de seu próprio campo de estudo ou investigação, por outro, como base de quaisquer direitos que se arrogue a si mesmo e quaisquer que se sinta obrigado a descarregar em seu status como perseguidor profissional da verdade<sup>153</sup> (WHITE, 1992, p. 75).

As disputas sobre interpretações e os conflitos assim encerrados alcançam, nessa argumentação, um limite que tem especificamente a forma interpretativa de se sugerir a relação entre o poder político ou a autoridade para resolvê-los. Como sustenta White, a pureza de qualquer interpretação pode ser medida na sintonia em que se consegue reprimir o impulso a apelar a uma autoridade política em curso, ou seja, “para obter sua compreensão ou explicação de seu objeto de interesse” (WHITE, 1992, p. 76)<sup>154</sup>.

Significando que a política de interpretação deve falar sobre o meio no qual é efetuada uma dada repressão ou sublimação do impulso e, com isso, apela-se a certa autoridade política, transformando a interpretação como instrumento de si por meio dessa mesma operação, no resultado do próprio impulso da formalização dos enunciados aceitos ou constituídos pela política interpretativa em funcionamento. A repressão subsidiada nessa operação é a construção de uma representação que não quer se representar, uma vez que a imagem aceita e recorrentemente formulada é a própria formalização do objeto que lhe deu possibilidade, ou seja, a representação é substituída pelo referencial representado, ou o objeto representado inscreve um apagamento de si pela representação<sup>155</sup>.

---

<sup>153</sup> No original: “[...] la política de la interpretación surge en aquellas prácticas interpretativas ostensiblemente más alejadas de las inquietudes patentemente políticas, prácticas realizadas bajo la égide de una búsqueda de la verdad puramente desinteresada o de una indagación en la naturaleza de las cosas que parece carecer de toda relevancia política. Esta política tiene que ver con el tipo de autoridad que el intérprete reclama frente a las autoridades políticas establecidas de la sociedad a la que pertenece, por un lado, y frente a otros intérpretes de su propio campo de estudio o investigación, por otro, como base de cualesquiera derechos que se arrogue a sí mismo y cualesquiera que se sienta obligado a descargar en su estatus como buscador profesional de la verdad” (WHITE, 1992, p. 75).

<sup>154</sup> No original: “[...] de obtener su comprensión o explicación de su objeto de interés” (WHITE, 1992, p. 76).

<sup>155</sup> Essa interpretação que desenvolvo a respeito das *políticas interpretativas* aproxima-se do conceito de ideologia em Ernesto Laclau. A esse respeito ver: LACLAU, Ernesto. Muerte y Resurrección de la Teoría de la Ideología. In: *Misticismo, retórica y política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.

A problemática que se abre está construída em relação às formas aceitas da representação histórica, essas sendo convergentes com a própria assertiva da disciplina em meio a sua constituição. Ou seja, se o discurso da história constitui-se na querela da verdade, o que a sustenta senão a própria disciplina da história que lhe outorga autoridade política para a mesma verdade que credita? O que compõe essa disciplina para suspender juízos de ordem moral ou ética e sustentar formas verdadeiras de enunciados? O que é, pois, a verdade nessa intrincada relação? Novamente recorro a Nietzsche, para encaminhar um sentido à palavra “verdade”. Essa recorrência faz-se necessária ao contrariar uma visão metafísica da verdade como um atributo de necessidade transcendente aos próprios interesses humanos e contingenciais. Assim, Nietzsche lembra-nos e faz pensar que a “verdade” nada mais é que:

Um exercício móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, numa palavra, uma soma de relações humanas que foram realçadas poética e retoricamente, transpostas e adornadas, e que, após uma longa utilização parecem a um povo consolidadas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões das quais se esqueceu que assim o são, metáforas que se tornaram desgastadas e sem força sensível, moedas que perderam seu troquel e agora são levadas em conta apenas como metal, e não mais como moedas. Ainda não sabemos donde provém o impulso à verdade (NIETZSCHE, 2008, p. 36).

Logo, esse não saber de onde provém a verdade não descarta uma prática habitual do uso desse mesmo imperativo, que nada mais é do que um jogo de imagens esquecidas como imagens e normatizadas pela correspondência ao real. Assim, as representações sobre o passado e a produção do conhecimento que se intenta construir, juntamente com o vocabulário que se utiliza dentro dessa forma de pensamento, normatizam, em meio à sua própria “forma” e para além do conteúdo, uma baliza política sobre o que se considera como aceitável e factível.

O problema levantado por Foucault em *A ordem do discurso* a respeito das formalizações disciplinares e as relações com as ordens discursivas esclarece o ponto: “para pertencer a uma disciplina uma proposição deve poder inscrever-se em certo horizonte teórico [...] *a disciplina é um princípio de controle da produção do discurso* [...] fixa os limites do jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras” (FOUCAULT, 1996, p. 36).

Por meio disso, o que se chama de “políticas de representação” são essas imagens contingentes do possível, do viável, do aceito, as quais são traduzidas como “o” factível que a disciplina objeta como sendo a correspondência verdadeira do conhecimento histórico. Assim, fica evidente que as “políticas de representação” são mecanismos pelos quais a disciplina

opera para produzir processos de seleção e exclusão, não só de objetos e temas, mas de formas de escrituras e de concepções teóricas.

No entanto, e em paralelo a essa imagem contingente do aceite, o seu contrário também é integrante de disputas por políticas representacionais. A minha intenção ao levantar essas reflexões contribui sobre outras formas de políticas representacionais não tomadas como condizentes, mas que fabricam, ou ao menos forçam, prerrogativas reflexivas relativas à economia representacional tida como “verdadeira” ou “real”, integrante de uma forma hegemônica de compreender a produção do conhecimento histórico e, por consequência, da disciplina da História. Nessa abertura reflexiva reside uma ideia de responsabilidade prescrita que, segundo Derrida, constitui-se como uma tomada de posição, mas acima de tudo, uma tomada de posição que é política e ética pela desconstrução das formas hegemônicas da instituição da qual se é parte. Cito Derrida:

Assim sendo, se ela visa alguma consequência, aquilo que muito apressadamente se denomina *a* desconstrução nunca é um conjunto técnico de procedimentos discursivos, ainda menos um novo método hermenêutico que trabalha sobre arquivos ou enunciados cobertos por uma dada instituição estável; é também, e pelo menos, uma tomada de posição, no próprio trabalho, em relação a estruturas político-institucionais que constituem e regulam nossa prática, nossas competências e nossos desempenhos. Precisamos por não ter jamais concernido aos conteúdos de sentido, a desconstrução deveria não ser separável dessa problemática político-institucional e requerer um questionamento novo sobre a responsabilidade, um questionamento que já não se fiasse necessariamente nos códigos herdados do político e do ético. Isso se faz com que, demasiado política aos olhos de uns, ela possa parecer desmobilizadora aos olhos daqueles que não reconhecem o político a não ser com o auxílio das placas de sinalização de antes da guerra (DERRIDA, 1999, p. 108-109).

Em suma, a consolidação da autonomia do campo historiográfico direciona para alguns elementos que podem ser elencados como parte de uma política representacional. Ao lado do vocabulário mencionado no início, podem ser levantadas outras mais ideias que são difundidas e, ainda hoje, corroboram com o argumento exposto. São elas: “produção de sentido”, “análise” versus “interpretação”, “narração/narratividade”, “compreensão”, que corroboram com a construção de certa política representacional da História e que justifica, em síntese, a constituição de um rigor científico à História. Cito White:

Como a constituição dos estudos históricos enquanto disciplina realizou-se no período moderno ao serviço de valores e regimes políticos de caráter antirrevolucionário e conversador, o fardo de provar a viabilidade e desejabilidade de tratar a história como objeto de uma ciência possível recai sobre os que desejariam tratá-la assim. Isto significa que a política da interpretação nos estudos histórico modernos gira sobre a questão dos usos

---

políticos aos quais pode ou poderia aplicar-se um conhecimento para ser especificamente histórico<sup>156</sup> (WHITE, 1992, p. 78).

Aberta algumas das questões, meu intuito é o de conduzir à problemática por meio de alguns autores que, a meu ver, trazem contribuições para o problema da representação histórica, até aqui levantado. A seleção deu-se por meio de algumas leituras e reciprocidades pela intenção do ensaio. Longe de vincular-me a esta ou aquela tradição (por mais que sejam evidentes minhas tomadas de posição derivadas do pós-estruturalismo), penso ser mais interessante traçar algumas linhas de raciocínio que esclareçam o argumento levantado. Os filósofos, “inimigos” há tempos de parte de alguns setores da comunidade historiadora, tornam-se os “amigos sinceros”, que objetam questões a serem encaradas, pois parece imperar ainda por parte de muitos colegas a vontade, em meio a problemas irresolvíveis, de apenas contornarem os problemas para manter certa paz, ou para forjar determinados consensos e produzir um efeito de que tudo vai bem com a disciplina da História. Fracassos e tentativas frustradas de não dar respostas ou caminhos prontos e seguros podem funcionar como algo positivo neste tipo de reflexão.

### **Conhecimento como Representação**

Richard Rorty abre *Filosofia e o espelho da natureza* (1979) com a prerrogativa de que o conhecimento se constitui como representação. Conhecer, como afirma, é representar (RORTY, 1994, p. 19). E o que é esta “representação” que o filósofo atribui como o ponto central de sua concepção de conhecimento? Rorty compreende que a representação seria um gesto acurado para com o que estaria fora da mente. “Assim, compreender a possibilidade e natureza do conhecimento é compreender o modo pelo qual a mente é capaz de construir tais representações” (RORTY, 1994, p. 19).

Buscando direcionar sua reflexão visando desmontar esse “mentalismo” que oporia de um lado, o mundo e, de outro, a mente, sendo a linguagem a possibilidade de inferência sobre o primeiro em vista do segundo, Rorty compõe uma história das ideias, direcionando sua perspectiva para essas formas de pensar, recorrentemente modernas, subscritas em Descartes e Locke e reavivadas pelo racionalismo kantiano, que construíram para o conhecimento, por

---

<sup>156</sup> No original: “Como la constitución de los estudios históricos en cuanto disciplina se realizó en el período moderno al servicio de valores y regímenes políticos de carácter antirrevolucionario y conservador, la carga de probar la viabilidad y deseabilidad de tratar a la historia como objeto de una ciencia posible recae sobre los que desearían tratarla así. Esto significa que la política de la interpretación en los estudios históricos modernos gira sobre la cuestión de los usos políticos a los cuales puede o podría aplicarse un conocimiento para ser específicamente histórico” (WHITE, 1992, p. 78).

meio da instituição de enunciados de epistemologia, uma hierarquização que toma certos campos do saber como mais aptos a representar a realidade do que outros em nome de uma concepção de “verdade”. Cito Rorty:

Devemos ao século XVII, e especificamente a Locke, a noção de uma ‘teoria do conhecimento’ baseada numa compreensão dos ‘processos mentais’. Devemos ao mesmo período, e especificamente a Descartes, a noção de ‘mente’ como uma entidade separada na qual ocorrem ‘processos’. Devemos ao século XVIII, e especificamente a Kant, a noção de filosofia como um tribunal da razão pura, sustentando ou negando as asserções do resto da cultura; mas essa noção kantiana pressupunha a aquiescência geral das noções lockeanas dos processos mentais e às noções cartesianas de substância mental. No século XIX, a noção de filosofia como uma disciplina fundacional que “suporta” asserções-de-conhecimento foi consolidada nos escritos dos neo-kantianos. É nesse cenário que devemos ver a obra de três filósofos mais importantes de nosso século [o XX] – Wittgenstein, Heidegger e Dewey [...] [eles] mostram-se concordantes em que a noção de conhecimento como representação acurada, tornada possível por processos mentais especiais e inteligível através de uma teoria geral da representação deve ser abandonada. Para todos os três, as noções de ‘fundamentos do conhecimento’ e da filosofia como girando ao redor da tentativa cartesiana de responder ao ceticismo epistemológico são colocadas de lado. *E mais, eles colocaram de lado a noção de ‘mente’, como a de Descartes, Locke e Kant – um objeto de estudo especial, localizado no espaço interior, contendo elementos ou processos que tornam possível o conhecimento.* (RORTY, 1994, p. 22, grifos meus).

Este colocar de lado implica em reconhecer a insuficiência de um vocabulário herdado do século XVII que não mais reverberava ou inferia em questões de seu presente, tal qual o vocabulário do século XIII havia parecido ao século do Iluminismo. O que isso representaria de mudança na construção do conhecimento? Qual a posição da verdade na produção de um conhecimento que tome por princípio enunciados verdadeiros? O que a escrita da História pelos historiadores tem a ver com isso? Sobre a terceira questão, voltarei na seção seguinte. Nesta seção, objetivo oferecer algumas saídas às duas primeiras questões.

Com a ideia de filosofia como espelhamento da natureza, Rorty quer diagnosticar o binômio que incide na separação entre o mundo e a mente, sendo o conhecimento, ou a verdade do conhecimento, a representação construída que leva em consideração a clássica distinção de sujeito-objeto. A prioridade, nessa forma de compreender o conhecimento, e que tem uma larga tradição no Ocidente, imputa à representação que formaliza o conhecimento a prioridade de se atingir certa noção de objetividade, por meio de uma noção intrínseca a essa operação que se formaliza pela racionalidade, apontando precedências epistemológicas determinantes a certas disciplinas, pois essas teriam em sua forma enunciativa a capacidade de “melhor” representar o mundo em face de outras.

A filosofia desempenharia nessa tradição uma tarefa seletora e julgadora da melhor forma de representar a realidade devido à concepção de filosofia como epistemologia que teria, ao

menos na interpretação de Rorty em relação ao período que engendra a modernidade, uma função de prescrever e separar aquilo que diz respeito ao verdadeiro.

Acima de tudo, essa maneira de argumentar de Richard Rorty está inscrita em uma posição política e, ao mesmo tempo, ética de problematizar o conhecimento. O autor argumenta que tentar explicar “racionalidade” ou “objetividade” em termos de representação exata é um esforço autofrustrante de eternizar, de des-historicizar e naturalizar o discurso normal de uma determinada época, principalmente se essa época incide a direcionar uma interpretação estanque e des-historicizada da filosofia que empenha certa representação para a mesma, como uma linearidade sem mudanças desde o mundo clássico (RORTY, 1994, p. 26).

Nesses termos, Rorty destaca que são as “imagens” mais do que as “proposições”, as metáforas mais do que as afirmações, que determinariam a maior parte das convicções a respeito da filosofia, em específico, e do conhecimento, de forma geral. A imagem que se mantém como operação no modo tradicional de conceber o conhecimento seria a da mente como um grande espelho, contendo várias representações – algumas exatas e outras nem tanto – e capaz de ser atingida por meio do estudo de métodos puros culminando em um racionalismo operacional não-empírico, que sanciona a empiria a procurar seus elementos para além de uma aparência que teria como ponto de partida o “senso-comum”. Sem a noção de mente, a noção de conhecimento como representação exata do “real” não faria o menor sentido ou nem sequer teria aparecido.

Para Richard Rorty, a ideia de “fundamentos do conhecimento” em uma “teoria”, e esta vista como o fator fundamental do conhecimento, prioridade máxima da seleção e versada sobre uma emulação de autoridade, é produto de escolhas perceptuais, sustentando que:

[...] podemos pensar no conhecimento como uma relação às proposições e, assim, na justificação como uma relação entre as proposições em questão e outras proposições das quais as primeiras possam ser inferidas. Ou podemos pensar tanto em conhecimento como em justificação enquanto relações privilegiadas aos objetos sobre os quais são essas proposições. Se pensarmos no primeiro modo, não veremos nenhuma necessidade de terminar o regresso potencialmente infinito de proposições-trazidas-em-defesa-de-outras-proposições. Seria uma tolice manter em andamento a conversação sobre o assunto, uma vez que todos, ou a maioria, ou os sábios estão satisfeitos; mas naturalmente nós *podemos*. Se pensarmos no conhecimento do segundo modo, desejaremos querer chegar às causas por trás das razões, para além do argumento à compulsão do objeto conhecido, a uma situação em que o argumento não seria apenas tolo mais impossível; pois quem quer que seja dominado pelo objeto da maneira requerida será *incapaz* de duvidar ou ver uma alternativa. Chegar a esse ponto é chegar aos fundamentos do conhecimento (RORTY, 1994, p. 165-166, grifos no original).

Nesse sentido, a busca incessante pelos fundamentos, ou pelos fundamentos dos fundamentos, cairia num círculo vicioso sobre o qual a metáfora da “cebola” é representativa, uma vez que

---

cada proposição selecionada justificaria a precedente *ad infinitum*, sem com isto desvelar os fundamentos, mas justificando apenas sua contingente “razão de ser”. Talvez se possa afirmar que o conhecimento em vista das crenças que se tem sobre o mesmo funcione muito mais sobre uma lógica de justificações de enunciações do que por fundamentos.

O que pretendo indicar por meio de minha leitura de Richard Rorty diz respeito à consideração sobre os tipos de representações que estão disponíveis à teoria do conhecimento, sendo expressos pelas intuições e conceituações que teriam caído em descrédito, uma vez que não temos a distinção entre o que é ‘dado’ e o que é ‘acrescentado’ pela mente, ou entre o que é ‘contingente’ – influenciado pelo que é dado – e o necessário, posto serem inteiramente postulados “dentro” da mente, e assim residirem sobre o esquematismo do próprio conceito de mente. Seria dificultoso, ou mesmo impossível, perceber e, com isto, separar o que seria uma “reconstrução” racional do conhecimento de uma não-racional.

Uma das saídas oferecidas por Rorty concentra-se nos estudos de Sellars e Quine. Aqui, a problemática do conhecimento aproxima-se à da linguagem, mas sem esgotá-la, apenas elucidando os pontos da construção do conhecimento como atos de linguagem. Nesse sentido, a saída oferecida por Rorty do problema compreende que, para ambos os autores citados acima e mencionados por Rorty, a justificação não é uma questão de relação especial entre ideias ou palavras, de um lado, e objetos, de outro, mas de conversação, de diálogo, logo, de prática social (RORTY, 1994, p. 176). Segundo Rorty:

A justificação conversacional, por assim dizer, é naturalmente holística, enquanto que a noção de justificação embutida na tradição epistemológica é redutiva e atomística. O ponto crucial desse argumento é que compreendemos o conhecimento quando compreendemos a justificação social da crença, e assim, não precisamos encará-lo como exatidão de representação (RORTY, 1994, p. 176).

A justificação funcionaria como uma disposição conversacional e de prática social, antes de ser uma tentativa de espelhar a natureza ou a realidade. Não seríamos passíveis de visualizar uma “meta-teoria” (o que a filosofia teria desempenhado até então) que seria a crítica de todas as formas possíveis de prática social. O que se defende é que “[...] se as asserções são justificadas antes pela sociedade que pelo caráter das representações internas que expressam, então não há sentido em tentar isolar representações *privilegiadas*” (RORTY, 1994, p. 179). Ao contrário, a saída oferecida é compreender a legitimidade dos enunciados conforme o sistema de crenças sugestionado em suas constituições, tanto quanto o meio social,

institucional, político e cultural que investem autoridade e potencialidade de legibilidade (sentido) ao conhecimento produzido.

O que se reclama, por meio da leitura oferecida por Rorty, é do protesto colocado em questão para uma postura política em meio às relações de força que tensionam a constituição de uma teoria central ou geral do conhecimento, e para as disposições em campos disciplinares que justificariam, precedentes a mesma orientação de uma centralidade que formula princípios fundamentais, “um problema filosófico arquetípico: o problema de como reduzir normas, regras e justificações a fatos, generalizações e explicações” (RORTY, 1994, p. 185).

A crítica abre-se tanto ao conhecimento de modo geral, tendo a epistemologia como seu “dogma” redutor, como também a campos disciplinares específicos que se elegem como “autoridade privilegiada” sobre formas de representar a realidade e de obter o controle sobre dados objetos<sup>157</sup> e, por meio de uma teoria integradora, estabelecem um ponto central, que é muito mais efeito de uma relação de autoridade, simulacro tratado como sustentáculo de regras, do que algo inato daquela forma de conhecimento. Nesse caso, penso, por exemplo, na relação da História e da Teoria da História, sendo que esta última muitas vezes é encarada como o “tribunal da razão” para o que se pode e não se pode em nome do conhecimento histórico.

O leitor poderia questionar-me de que as coisas já não são assim e que essa noção de “espelho” ou “espelhamento” se reserva a um tradicionalismo sem vez, que não faz mais nenhum sentido, uma vez que a “verdade” é tanto relativa quanto o conhecimento que a sustenta, e “objetividade” ou “racionalidade” não seriam mais “dogmas” que a ciência oferece como demanda para todas as formas de conhecimento e de tratamento do mundo. Entretanto, as permanências muitas vezes subscrevem-se às rupturas.

---

<sup>157</sup> Nesse caso, é fácil a associação com as ciências humanas: recorrentemente pode-se perceber a reivindicação por meio de uma “autoridade” justificada em um conhecimento verdadeiro que se teria sobre a humanidade, a história, a sociedade, a cultura, com um grau de distanciamento do próprio funcionamento das “representações” que os próprios sujeitos estudados teriam de si. A questão que se coloca é que, para as ciências humanas, não é em termos de objetividade, racionalidade, verdade ou ciência o vocabulário que sustenta o conhecimento, sendo este constitutivo de um privilégio enunciativo, mas também de uma representação privilegiada sobre o seu próprio objeto. Essa distinção só tensiona uma ineficácia do conhecimento e marca sua serventia a legitimar o seu próprio contexto de enunciação que, nesse caso, fica voltado em si mesmo. Como sustenta Foucault, “[...] as ciências humanas não são uma análise do que o homem é por natureza; são antes uma análise que se estende entre o que o homem é em sua positividade (ser que vive, trabalha, fala) e o que permite a esse mesmo ser saber (ou buscar saber) o que é a vida, em que consiste a essência do trabalho e suas leis, e de que modo ele pode falar” (FOUCAULT, 1985, p. 370).

Paul K. Moder, Dwayne H. Mulder e J. D. Trout, em *Teoria do conhecimento: uma introdução temática* (1997), exprimem um contraponto ao meu argumento, quando consideram que a tarefa da epistemologia seria a decisória centralidade da cautela sobre erros e acertos. Nas palavras dos autores:

Os erros que ocasionalmente percebemos, porém, nos movem naturalmente a perguntar como saber se as informações obtidas pelo testemunho de outras pessoas são corretas. Esses erros nos levam também a querer saber por nós mesmos qual testemunho aceitar e qual rejeitar. Esse questionamento das fontes de informação revela uma necessidade de elucidação das condições que definem o conhecimento. Para nos perguntarmos se certas pessoas *sabem* o que dizem, temos de saber o que é necessário em geral para saber alguma coisa, e não para meramente crer que se sabe. Tipicamente, os filósofos investigaram a natureza do conhecimento *em geral* e se perguntam o que é necessário para que uma pessoa realmente saiba que algo é verdadeiro e não falso. A teoria do conhecimento busca lançar luz sobre essas questões gerais acerca do conhecimento. **O valor do estudo filosófico do conhecimento deriva, em parte, do valor que tem a própria posse do conhecimento.** De diversas maneiras, a posse de várias espécies de conhecimento é preciosa, **e é ruim estar enganando acerca de assuntos importantes. Consequentemente, tentamos adquirir conhecimentos verdadeiros e evitar crer em relatos falsos, pelo menos no que diz respeito a assuntos significativos, como a saúde e a felicidade.** É assim que cada qual se vê diante da tarefa de separar a imensa quantidade de informação com que se defronta todos os dias a fim de aceitar o verdadeiro e rejeitar o falso. Sob este aspecto, a vida intelectual e a vida prática são excepcionalmente complexas (MODER; MULDER; TROUT, 2009, p. 5, grifos meus).

A posição acima elucidada dialoga com uma concepção teórica ou epistemológica do conhecimento entendida como “tribunal puro da razão”. A epistemologia seria o discurso da verdade ou do desvelamento da verdadeira razão, uma vez que teria a função de separar ou demonstrar o falso do verdadeiro, atribuindo fidedignidade em determinadas representações e mostrando aquelas que melhor se aproximam ou não do real. Logo, essa noção de conhecimento funciona sobre uma legislação do discurso, não em nome do que é justo, mas daquilo que se enquadra dentro dos protocolos aceitos e justificados como justos, fidedignos e verdadeiros. Essa lógica legislativa do discurso, ou dos enunciados de conhecimento como representações, é constituída em torno de uma lógica normativa, isto é, a lógica legislativa do discurso apresenta-se em si como normatividade.

Normatividade essa que se elucida sobre um discurso de proibições, como se houvesse um *a priori* do qual não se pode transcender. Não é difícil associar essa forma legislativa do discurso com o contexto acadêmico da divisão dos campos de conhecimento por meio de disciplinas. Essa associação entre a teoria como tribunal da razão e a questão legislativa do discurso retiro de *A condição pós-moderna*, de Lyotard. Nas palavras do filósofo:

A legitimação é um processo pelo qual um legislador é autorizado a promulgar esta lei como norma. Considere-se um enunciado científico; ele está submetido à regra: um enunciado deve apresentar determinado conjunto de condições para ser reconhecido como científico. Aqui, a legitimação é o processo pelo qual um “legislador” ao tratar do discurso científico é autorizado a prescrever as condições estabelecidas (em geral, condições de consistência interna e de verificação experimental) para que um enunciado faça parte deste discurso e possa ser

---

levado em consideração pela comunidade científica. O paralelo pode parecer forçado. Veremos que não. A questão da legitimação encontra-se, desde Platão, indissolúvelmente associada à da legitimação do legislador. Nesta perspectiva, o direito de decidir sobre o que é verdadeiro não é independente do direito de decidir sobre o que é justo, mesmo se os enunciados submetidos respectivamente a esta e àquela autoridade forem de natureza diferente. *É que existe um entrosamento entre o gênero de linguagem que se chama ciência e o que se denomina ética e política: um e outro procedem de uma mesma perspectiva ou, se se preferir, de uma mesma "opção", e esta chama-se Ocidente* (LYOTARD, 1986, p. 13, grifos meus).

O abandono da busca do melhor modo de se fabricar “representações”, como lembra Rorty, desenvolve-se contra essas formas tradicionais descritas acima. Esse tradicionalismo é operacionalizado pela concepção do conhecimento, ou da produção de conhecimento como sendo subserviente de uma teoria geral e genuína, a qual seria correspondida em todos os campos e em todas as disciplinas, podendo ser distinguido aquilo que é falso daquilo que é verdadeiro.

Em suma, se não há quaisquer representações privilegiadas no “espelho”, para usar a metáfora/conceito de Rorty, a produção de conhecimento deixa de responder à necessidade de uma pedra de toque para a escolha de afirmações justificadas ou não justificadas sobre nossas crenças, “o abandono da imagem do Espelho leva-nos a abandonar a noção de filosofia [ou da teoria] como uma disciplina que julga as afirmações da ciência e da religião, da matemática e da poesia, da razão e do sentimento, alocando um lugar apropriado para cada um” (RORTY, 1994, p. 214).

Portanto, irrompe a abandonar também a ideia de que haveria um binômio que separaria a “mente” do “mundo” e que o entremeio de ligação seria a linguagem. Levando também à renúncia da ideia de que haveria formas de conhecimento e representações que seriam mais fiéis à realidade do que outras.

Em síntese, o que está em questionamento é a irredutibilidade dos “fatos”, das “evidências”, como vetos absolutos e intransponíveis, pois não havendo um “fora” nem um “dentro” da linguagem, que legitimidade teria esse ou aquele enunciado em afirmar que isso é mais “correto” ou mais verdadeiro? A própria questão é a resposta de si, sendo o questionamento a própria abertura para o conhecimento, pois do contrário facilmente é a queda numa “retórica do objetivismo”, como assevera Smith, “[...] a evocação da verdade auto-evidente e do fato objetivo, do valor intrínseco e do direito absoluto, daquilo que é universal, total e transcendental” (SMITH, 2002, p. 37). Mas o que um historiador ou uma historiadora tem a ver com isso?

### **Conhecimento Histórico**

---

O lugar privilegiado da historiografia e dos historiadores no controle dos enunciados do conhecimento histórico pode ser colocado em questão. Não seria a historiografia o lugar de fala de autoridade, ao invés de ser tão somente um dos modos correntes de se tratar os tipos de conhecimento histórico? Ainda mais num tempo em que, para além da universidade, um público geral consome história pelo cinema, pela literatura ou pela escrita de jornalistas.

Isso não significa que a historiografia perdeu seu lugar de destaque ou rigor. A operação historiográfica que sustenta a produção de enunciados históricos e seu reconhecimento, como formulou Certeau, é um dos atributos distintivos da escrita dos historiadores como um discurso especializado. Nas palavras de Certeau:

[...] como o aluno de outrora falava à classe tendo por detrás dele seu mestre, uma obra é menos cotada por seus compradores do que por seus "pares" e seus "colegas", que a apreciam segundo critérios científicos diferentes daqueles do público e decisivos para o autor, desde que ele pretenda fazer uma obra historiográfica (CERTEAU, 2000, p. 72).

Essa atitude do conhecimento historiográfico especializado é uma das marcas de sua “política de representação”, a qual apontei no início deste ensaio. Deve-se lembrar qual é a política interpretativa que fundamenta a formação disciplinar da história e sanciona a repressão de uma dimensão prática do passado, como afirma Mudrovic: “aunque el pasado fue colocado al servicio de los estados-nación, este rol político fue desconocido. El pasado histórico debía ser considerado sepradade cualquier interés práctico del presente” (MUDROVIC, 2012, p. 93).

Assim, a hipótese que levanto é a de que sustentar um regime disciplinar estrito cala-nos ainda mais sobre os dilemas de responder ao presente. Ao presente cotidiano, dos homens e mulheres comuns; dos grupos subalternos e subalternizados que escapam a representação/imagem que os próprios historiadores, enquanto casta profissional, faz do mundo social. A divisão assim requerida pode ser lida como um dos elementos que faz com que se mantenha fiel a representação do historiador como erudito de gabinete que pouco tem a dizer e a atuar no tempo em que vive, pois “no sepulcro habitado pelo historiador não existe senão o ‘vazio’[...] a intimidade com o outro é, pois, sem perigo: esta segurança me tornou ainda mais benevolente para com estes que não poderiam me fazer mal [...] cada dia ele se torna mesmo mais ‘jovem’ no trato com este mundo morto, definitivamente outro” (CERTEAU, 2000, p. 13).

---

Como sugere Hayden White em *O evento modernista* (1992), a pesquisa histórica e a composição do texto historiográfico moderno – disciplinar – poderiam prescindir do personagem e do enredo, “o que a invenção de uma historiografia sem sujeito e sem enredo, no século XX, tem demonstrado amplamente” (WHITE, 1998, p. 191). A dissolução do evento como um norte, assim como a unidade básica de ocorrência temporal e bloco constitutivo da história, solaparia, na leitura do autor, “a distinção entre o discurso realista e o simplesmente imaginário” (WHITE, 1998, p. 191). O que está em questão aqui é que a dissolução do evento mina um pressuposto do realismo ocidental – a oposição entre fato e ficção. A saída para a antinomia, na leitura de White, seria pelo modernismo. Cito White:

O Modernismo resolve os problemas propostos pelo realismo tradicional, isto é, de como representar realisticamente a realidade, simplesmente abandonando o fundamento sobre o qual o realismo é construído, em termos de uma posição entre fato e ficção. A negação da realidade do evento sabota a própria noção de “fato” que informa o realismo tradicional. Com isso, o tabu em relação à mistura de fato e ficção, excetuando-se o discurso manifestamente imaginativo, fica abolido. E, como a opinião crítica atual sugere, a própria noção de “ficção” é posta de lado na conceituação da literatura como um modo de escrever que abandona tanto a função referencial quanto a função poética do uso da linguagem (WHITE, 1998, p. 192).

Uma das saídas oferecidas por White, na leitura que apresenta da crítica literária estadunidense Linda Hutcheon, é pela noção figurativa dos textos históricos, e que coaduna com a ideia de conceber o conhecimento para além de uma relação meramente representativa, isto é, a ênfase recai sobre seu caráter figurativo. A noção de “imagem” subscreve uma relação com o texto historiográfico, que o considera para além do meramente factual e aquém do supostamente ficcional. É o atributo performático, não só da linguagem, mas da narrativa, que é enfatizado, pois tendo em vista os problemas do presente, a distensão de inferência do performativo reconectaria um sentido prático ao conhecimento histórico em responder às querelas que se mantêm entre passado, presente e futuro.

A reflexão de White tem como mote os eventos modernistas que, para ele, teriam esta marca de redirecionar o sentido da representação histórica, uma vez que se dissolve a distinção entre “fato” e “evento”, pois os eventos modernistas deixam tênue a distinção entre fatos e eventos. O que se entende por eventos modernistas? São eventos que tiveram sua emergência despertada dentro do contexto da experiência, da memória, e a atenção para acontecimentos que, não só não poderiam ter ocorrido antes do século XX, mas que por sua natureza, alcance e implicações, nenhuma idade prévia sequer poderia tê-los imaginado, ao exemplo das guerras mundiais, holocausto, bomba atômica etc. O que estes eventos sugerem ao debate teórico?

---

A distinção entre fato e significado é normalmente tomada como base do relativismo histórico. Isso porque, numa pesquisa histórica convencional, os fatos estabelecidos sobre um “evento” específico são tomados como o próprio “significado” daquele evento. Os fatos deveriam, supostamente, fornecer a base para uma arbitragem entre vários significados que diferentes grupos podem atribuir a um evento, a partir de suas razões políticas ou ideológicas. Mas os fatos são uma função do significado atribuído aos eventos, e não dados primitivos que determinam os possíveis significados de um evento (WHITE, 1998, p. 197).

Considerando-se a questão da objetividade histórica, constituída segundo certa historiografia predominante no século XX (e ainda hoje presente), essas determinações de sentido do fato pela própria incidência do mesmo estão sustentadas por meio de dualismos que condicionam a se considerar a diferença, ao menos teórica – e por que não, da prática historiográfica –, entre acontecimentos “reais” e “imaginários” que, por sua vez, provém da oposição entre “fato” e “ficção” (WHITE, 1998, p. 197).

Esses problemas já foram perseguidos em certa medida por Paul Ricoeur, em *História e Verdade*, de 1955. O filósofo francês considerava certa ambivalência na atribuição de uma marca de objetividade ao conhecimento histórico visto que só funcionaria correlata à subjetividade historiadora. Se de um lado havia a objetividade da história, de outro havia a subjetividade do historiador (RICOEUR, 1955, p. 33).

Qualquer tentativa de consignar uma causa objetiva a um evento, quer decompondo-o em uma quantidade imensa de detalhes, quer colocando-o em seu contexto, tem de conjurar duas circunstâncias específicas: de um lado, o número infinito de detalhes, de outro, o contexto de que qualquer evento singular se torna dissoluto em sua infinidade. Com isso, torna-se viável referirem-se a eventos, fatos, acontecimentos, tais quais as representações e as figurações dos mesmos, tanto quanto a sua performatividade narrativa, que mais depende do sujeito que narra do que do objeto narrável, por meio do caráter “contingencial” de seu aparecimento, ou do seu aparecimento como acontecimento.

Nesses termos, uma das considerações possíveis, em minha leitura, a respeito dos eventos modernistas tem relação com a insuficiência das formas tradicionais de narrar o passado. Essa consideração epistemológica e ao mesmo tempo estética sobre os eventos modernistas leva à suposição de que a dissolução dos “eventos” e “fatos”, junto com as insuficiências epistemológicas/estéticas das formas tradicionais de compreender a escrita histórica, impõem uma intrincada relação que coloca, de um lado a ação que impulsiona a escrita, e de outro, o desenvolvimento a respeito da linguagem. A saída para esse binômio consiste no

reconhecimento do caráter figurativo da escrita e da performatividade linguística, em detrimento de uma representação construída por um princípio eminentemente referencial.

Em certa medida, Frank Ankersmit, em *A virada linguística, teoria literária e teoria da História* (2001), sugestiona esse conjunto de problemas. Apresentando a relação entre a escrita da história sob o viés da virada linguística, o autor problematiza os aspectos que em sua leitura estão sendo considerados num nível mais profundo, as implicações daquilo que denomina como *antiempiristas*. Ankersmit adota uma perspectiva aberta para com as tópicas da virada linguística (ou do que ele compreende por virada linguística), e direciona esse olhar a partir da linguagem à problemática da escrita da história. Essa problemática da linguagem e escrita da história está sustentada em torno da noção de fala, mas não do falar sobre, mas do impulso de uma fala sobre a fala, ou uma meta-fala. Nas palavras de Ankersmit:

[...] contra a própria reivindicação empirista à medida que ela não pode ser reduzida, seja a verdade empírica, seja à verdade analítica – então, mesmo sem pressuposições empiristas, tal identificação deveria ser estigmatizada previamente como um não comprovado ‘dogma do empirismo’ [...] a fala sobre a fala frequentemente será parte da aquisição de um conhecimento empírico (ANKERSMIT, 2012, p. 66).

O dogma em questão sobre o qual Ankersmit se debruça, sustenta-se sobre a reivindicação empirista de que todas as crenças verdadeiras podem ser retraçadas em duas fontes de verdade. Primeiro, “[sobre] o que sabemos sobre a experiência empírica”; segundo “o que podemos derivar de premissas verdadeiras pela analítica dedutiva.” (ANKERSMIT, 2012, p. 66). Um segundo elemento seria o de que não há fontes de verdade, assim como a verdade empírica pode ser sempre distinguida da verdade analítica. A implicação crucial seria, nas palavras de Ankersmit:

[...] nem sempre podemos estar certos se nossas crenças possuem suas origens na ‘compulsão da experiência’ – no qual a realidade empírica mostra ser o caso – ou na ‘compulsão da linguagem, na qual se crê com base em um argumento *a priori* filosófico ou analítico. [...] Assim, a linguagem pode ser uma produtora de verdade não menor do que a realidade (ANKERSMIT, 2012, p. 67).

Em *Contingência, ironia e solidariedade* (2007), Richard Rorty aponta algumas saídas para os problemas levantados por Ankersmit. Partindo de Donald Davidson, compreende que a verdade é combinada com seu tratamento do aprendizado da linguagem e da metáfora, formando com isso a primeira abordagem sistemática da linguagem que rompe com a noção de linguagem como algo que pode ser adequado ou inadequado ao mundo ou ao “eu”, uma vez que a linguagem para ele não funcionaria mais como um “meio” – um meio de representação ou de expressão:

Posso explicar o que pretendo dizer com “meio” assinalado que a imagem tradicional da situação humana tem sido a de que os seres humanos não são simples redes de crença e desejos, mas seres que tem tais crenças e desejos. A visão tradicional é que há um eu nuclear capaz de examinar essas crenças e desejos, decidir entre eles, usá-los e se expressar por meio deles. Ademais, essas crenças e desejos podem ser criticados não apenas em referência a sua capacidade de serem coerentes entre si, mas em referência a algo externo à rede da qual eles são os fios. As crenças, segundo essa visão, são criticáveis por não corresponderem à realidade. Os desejos são criticáveis por não corresponderem à natureza essencial do eu humano – por serem “irracionais” ou “antinaturais”. Temos assim uma imagem do núcleo essencial do eu, num dos lados da rede de crenças e desejos, e da realidade, no outro [...] a rede é o produto de uma interação entre os dois, que altamente expressa e representa um e representa o outro (RORTY, 2007, p. 37).

Essa é a imagem tradicional do sujeito-objeto que o idealismo tentou e não conseguiu substituir (de Descartes a Nietzsche; de Heidegger a Derrida, de James, Dewey e Davidson etc.). A fase posterior, marcada com um esforço de substituição, teria por mote trocar “mente” ou “consciência” e colocar a linguagem em seu lugar. A substituição, adverte Rorty, é ineficaz. Em suas palavras:

Isso porque, se nos ativermos à imagem da linguagem como meio, como algo que se coloca entre o eu e a realidade não humana com que o eu procura manter-se em contato, não teremos feito progresso algum. Continuaremos a usar uma imagem de sujeito-objeto, e continuaremos às voltas com problemas referentes ao ceticismo, ao idealismo e ao realismo, porque ainda poderemos formular sobre a linguagem perguntas do mesmo tipo das que formulávamos sobre a consciência (RORTY, 2007, p. 37).

Na visão davidsoniana, segundo a leitura de Rorty, a linguagem não é reducionista nem expansionista, ao contrário, ela se propõe a não mais oferecer definições reducionistas de concepções semânticas como “verdade”, “intencionalidade” ou “referência”. O que se advoga é que, evitando o reducionismo e o expansionismo, Davidson se assemelharia a Wittgenstein, “os dois filósofos tratam os vocabulários alternativos mais parecidos com ferramentas alternativas do que com peças de um quebra-cabeça” (RORTY, 2007, p. 38). Desse modo, o quebra-cabeça presume as suas peças de modo a entender os vocabulários, ensejados ao seu descarte ou redutíveis a outros vocabulários, ou sendo passíveis de unirem-se a todos os outros, denotando um supervocabulário unificado<sup>158</sup>.

Em suma, a ideia de um fim da linguagem ou de uma readequação em face do “mundo” desaparece juntamente com a ideia de um “meio”, uma vez que a linguagem, tal qual a cultura, seriam contingentes, resultantes de pequenas mutações que marcam suas

---

<sup>158</sup> À ideia da linguagem como forma unificada extraída de Wittgenstein e Davidson, Rorty alia ao pragmatismo de Simon Blackburn, caracterizando a celebração desse tecido sem costura que é a linguagem; a dissolução das distinções, já que essas opõem as qualidades primárias das secundárias, os fatos dos valores, a descrição da expressão, ou de todas as outras noções: “o que resta é uma visão plana, indiferenciada da linguagem [...] é um tecido contínuo, que podemos apanhar renunciando a todas as distinções tradicionais” (ENGEL; RORTY, 2008, p. 53).

especificidades inferenciais. O que essa ideia afirma é que a descoberta de uma autocriação da verdade instaura uma imagem de gerações famintas, que pisoteariam umas às outras, “no lugar da imagem de uma humanidade que se aproxima cada vez mais da luz” (RORTY, 2007, p. 52). O jogo da linguagem seria invertido. As evidências funcionariam como inferência de sobreposições linguísticas ligando-se a outros sistemas de linguagem, na intenção de inferir o real, ao invés de descobri-lo. A verdade como “contingência” apresentaria essa marca, e os jogos de linguagem seriam seu *modus operandi*. Nas palavras de Lyotard:

[...] o estudo da linguagem a partir do zero, centraliza sua atenção sobre os efeitos dos discursos, chama os diversos tipos de enunciados que ele caracteriza desta maneira, e dos quais enumerou-se alguns, de jogos de linguagem [...] [que] devem poder ser determinadas por regras que especifiquem suas propriedades e o uso que delas se pode fazer, exatamente como o jogo de xadrez se define como um conjunto de regras que determinam as propriedades das peças, ou o modo conveniente de deslocá-las. [Três Regras] A primeira é que suas regras não possuem sua legitimação nelas mesmas, mas constituem objeto de um contrato explícito ou não entre os jogadores (o que não quer dizer todavia que estes as inventem). A segunda é que na ausência de regras não existe jogo, que uma modificação, por mínima que seja, de uma regra, modifica a natureza do jogo, e que um "lance" ou um enunciado que não satisfaça as regras, não pertence ao jogo definido por elas. A terceira observação acaba de ser inferida: todo enunciado deve ser considerado como um "lance" feito num jogo. [...] falar é combater, no sentido de jogar, e que os atos de linguagem provêm, de uma agonística geral. Isto não significa necessariamente que se joga para ganhar. Pode-se realizar um lance pelo prazer de inventá-lo: não é este o caso do trabalho de estímulo da língua provocado pela fala popular ou pela literatura? A invenção contínua de construções novas, de palavras e de sentidos que, no nível da palavra, é o que faz evoluir a língua, proporciona grandes alegrias. Mas, sem dúvida, mesmo este prazer não é independente de um sentimento de sucesso, sobre um adversário pelo menos, mas de envergadura: a língua estabelecida, a conotação (LYOTARD, 1983, p. 17).

A arbitrariedade não assumiria o lugar do “real” em face do absurdo de que tudo pode ser afirmado pelos jogos de linguagem. O que está em questão é que tais afirmações, dentre elas os enunciados verdadeiros e os falsos, tal qual a verdade e a mentira e o factível e o não-factível, seriam contingentes de seu aparecimento e referenciaríamos a si próprios, culminando em um sentido similar ao que Michel Foucault chamou certa vez de “regimes de verdade” (FOUCAULT, 1979, p. 71), os quais se assume na fala e no ato de escrever e que já são, por si mesmos, um ato de pensamento, ou um modo de ser. A distinção entre teoria, de um lado, e prática, de outro, dissolve-se.

O que se mantém, por outro lado, é a relação criativa da linguagem, ou dos jogos de linguagem, desencadeando uma forma de pensar os enunciados em relação a seus fins, ou seja, a consideração aqui é de que há enunciados melhores do que outros para tratar de determinados temas, e isto leva em consideração muito mais uma relação de “utilidade” (ética, política, estética etc.), a fim de esclarecer determinadas questões e seus problemas, do que de comprovar como as “coisas realmente são”. Logo, assume-se muito mais uma relação

performática do que representativa da linguagem, pois os “fatos”, “evidências” e “fontes” entrariam em choque com a sua ‘áurea’ de autoridade perpétua<sup>159</sup>.

Não haveria, portanto, nada de errado com isso, como sustenta Ankersmit: “nos escritos históricos, seremos, muitas vezes, achados (quer gostemos ou não) no nível em que não podemos distinguir entre verdades *de dicto* e verdades *de res*” (ANKERSMIT, 2012, p. 71). As decisões tomadas iriam, em grande medida, determinar a maneira como vemos o passado, depositando no conhecimento histórico uma prerrogativa para além dos elementos empíricos e informados pela experiência de um caráter conceitual. Mas qual seria o lugar das “evidências”? Haveria, de um lado, um modo descritivo de se relacionar, e, de outro, um representativo?

No entanto, nem Ankersmit e nem boa parte dos historiadores abrem mão das evidências, ou do papel singular que atribuem às mesmas dentro da operação historiográfica. Essa é a posição, por exemplo, de Avizier Tucker em *Our Knowledge of the Past: a Philosophy of Historiography*, de 2004. Tucker, ao contrário de Ankersmit, se aproxima de uma perspectiva historiográfica tradicional, a qual entende que o conhecimento histórico necessita de um regime disciplinar para funcionar, isto é, ele aproxima a História de um ideal de ciência. Assim, para Tucker, o conhecimento histórico constitui-se em torno da evidência histórica, considerando-a como a marca d’água, o ponto culminante de toda e qualquer historiografia, logo, sua infraestrutura. Em suas palavras: “A infraestrutura da historiografia é a pesquisa historiográfica, interação com a evidência, a maior parte da atividade profissional dos historiadores” (TUCKER, 2004, p. 6)<sup>160</sup>.

Nesse sentido, essa consideração de Tucker me coloca a pensar muito mais em interação do que em irredutibilidade. As evidências seriam todo e qualquer veto da prática historiográfica? Se assim o fosse, seria mais fácil aproximar a historiografia da prática arquivista ou paleográfica. Reproduzir documentos seria a grande tarefa historiográfica, com a distinção de que se produzem comentários sobre os documentos, pois as fontes não são um “fora” da linguagem do historiador. Elas são elementos linguísticos, interpretações, rastros e vestígios,

---

<sup>159</sup> A esse respeito ver: RORTY, Richard. Pragmatismo: a filosofia da criação e da mudança. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000. E também: RORTY, Richard. Objetividad, relativism y verdad. Escritos Filosóficos 1. Barcelona: Paidós, 1996.

<sup>160</sup> No original: “The historiographic infrastructure is historiographic research, interaction with evidence, the bulk of the professional activity of historians” (TUCKER, 2004, p. 6).

para usar a expressão de Ginzburg (GINZBURG, 1990)<sup>161</sup>. Nesses termos, seria uma fabricação dos jogos de linguagem, no entrelaçamento de uma construção performática do conhecimento, em que vocabulários de outrora são traduzidos em uma linguagem do e para o presente. Uma mescla de disposições a perfazer uma forma de conhecimento que denote um “efeito” de realidade passada.

Lembro, então, o ensaio de Roland Barthes, *O efeito do real* (1968), que por meio de uma citação de Nietzsche (apud BARTHES, 2004, p. 155), critica o positivismo: “Não existe fato em si. É sempre preciso começar por introduzir um sentido para que haja um fato”. Compreende-se, assim, a ironia de Barthes em relação ao paradoxo do discurso histórico moderno: “[...] o fato nunca tem mais do que uma existência linguística (como termo de um discurso), e, no entanto, tudo se passa como se essa existência não fosse senão a ‘cópia’ pura e simples de outra existência, situada num campo extratextual, o ‘real’” (BARTHES, 2004, p. 155).

Para Barthes, a ilusão referencial de todo discurso de pretensão realista ou objetiva jaz na confusão do referente com o significado: “na história ‘objetiva’, o ‘real’ nunca é mais do que um significado não formulado, abrigado atrás da onipotência aparente do referente. Essa situação define o que se poderia chamar de *efeito do real*” (BARTHES, 2004, p. 156)<sup>162</sup>

A partir dessa acepção barthesiana da desmistificação do realismo como efeito linguístico próprio do texto histórico, Hayden White sustenta que o discurso histórico é uma elaboração ideológica, ou, de modo mais preciso, uma elaboração da “imaginação” (WHITE, 2011, p. 457), ato discursivo “performativo por natureza, através do qual aquele que profere o discurso (uma entidade puramente linguística) preenche o lugar do objeto proferido (uma entidade psicológica ou ideológica)” (WHITE, 2011, p. 457). Nas palavras de Barthes, os discursos históricos supõem uma dupla operação:

---

<sup>161</sup> A menção que faço de Carlo Ginzburg aqui flerta com um sentido irônico, pois o mesmo advoga fielmente a defesa de uma perspectiva tradicionalista da evidência, bem como da produção do conhecimento histórico. Nesse sentido, o leitor pode consultar os “debates” de Ginzburg com Hayden White, onde aquele apresenta-se contra qualquer perspectiva que fuja de uma matriz disciplinar da história que não esteja sustentada por um ideal de verdade. Ver: GINZBURG, Carlo. O extermínio dos judeus e o princípio da realidade. In: MALERBA, Jurandir (org). *A História escrita. Teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. \_\_\_\_\_. *O fio e os Rastros: o verdadeiro, o falso e o fictício*. São Paulo: Cia das Letras, 2007. \_\_\_\_\_. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

<sup>162</sup> A esse respeito discuto em outro ensaio, junto com Antônio Paulo Benatte, professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), questões relativas à escrita da história e as implicações teóricas da narrativa. Ver: BENATTE, A. P.; SAAD, Cesar L. Van Kan. *Narrativa e escrita da História: sobre a não-castidade do historiador*. Londrina: *Revista Antítese*, vol. 8, n. 15, p. 448-467, jan/jul, 2015.

---

Num primeiro momento (essa decomposição não é, evidentemente, mais que metafórica), o referente é destacado do discurso, fica-lhe exterior, fundador, é considerado como seu regulador: é o tempo das *res gestae*, e o discurso se dá simplesmente como *historia rerumgestarum*; mas, num segundo momento, é o próprio significado que é rechaçado, confundido no referente; e o referente entra em relação direta com o significante e o discurso, encarregado apenas de *exprimir* o real, acredita fazer economia do termo fundamental das estruturas imaginárias, que é significado. Como todo discurso de pretensão “realista” o da história acredita fornecer apenas um esquema semântico de dois termos, o referente e o significante; a confusão (ilusória) do referente com o significado define, como se sabe, os discursos *suireferenciais*, como o discurso performativo; pode-se dizer que o discurso histórico é um discurso performativo com trucagem, em que o constativo (o descritivo) aparente não é de fato mais do que o significante do ato de palavra como ato de autoridade (BARTHES, 2004, p. 178).

Como considerou Certeau, que em História tudo começaria com “o gesto de separar”, de reunir, de transformar “em documentos” certos objetos instituídos de outra maneira (CERTEAU, 2000, p. 81), ou seja, fabrica-se a evidência, os fatos, as fontes etc. Nesses termos, em Certeau pode-se encontrar, em certa medida, o lastro performático de criação, atribuído à escrita historiadora, que não só se concentra na narrativa, mas estaria no próprio princípio de distinção da produção do conhecimento histórico. Da pesquisa à escrita já há uma intenção criativa, isto é, figurativa, uma seleção conforme os interesses e as prioridades do historiador e da instituição que o mesmo faz parte, para com o que se localiza no passado, as periodizações sobre o mesmo gesto de intenção, pois esse passado não mais está. Conforme Ricoeur, “[um] paradoxo da presença ausência, paradoxo comum à imaginação do irreal e à memória do anterior” (RICOEUR, 2010, p. 310).

Com essas considerações não quero dizer que há uma relação arbitrária. Como sustentado anteriormente, a relação da produção do conhecimento e da verdade de seus enunciados são disposições contingenciais, logo, a mesma relação se subscreve com os enunciados tratados como “evidência”. Nesses termos, esse caráter contingencial, que assume a importância do instante, possibilita inscrever a relação dos jogos de linguagem e as “marcas” de possibilidade do passado. A diferença, no entanto, consiste em que as ‘marcas de passado’ são presentes, são estados de presença desses mesmos jogos linguísticos do pretérito, marcando uma presença e possibilitando seu mapeamento, sua cartografia. Possibilitam, também, uma concepção de conhecimento que tome por lugar a relação entre historicidades em meio a diferença. Nesse sentido, tendo em vista a dimensão “ontológica” do conhecimento histórico sustentada por um conceito de presente do historiador, a metáfora da marca possibilita um conhecimento que interroga pela historicidade. Conforme Ricoeur:

[...] a metáfora da marca: enquanto deixada, ela é presente. Mas, como sabemos que ela foi deixada, e por quem? Ou pelo quê? O enigma da presença do ausente é somente abordado mais à frente, na pressuposição de um agente que imprimiu a marca como signo de sua passagem; ora, esta representação da causa é exterior a função

---

do signo da impressão. Em outras palavras, para valer como marca, uma forma de cavidade deve comportar de antemão uma dimensão de alteridade concernente à origem da impressão (RICOEUR, 2010, p. 333).

No entanto, a questão ainda em suspenso – se haveria espaço para distinguirem-se “descrições”, de um lado, e “representações”, de outro – volta à tona. As noções expostas por Rorty, contra a ideia de um espelhamento que conserve imagens mais verdadeiras do que outras, promove a dissolução da tese da possibilidade da distinção de representações por um princípio de valor da verdade (de que há representações mais verdadeiras do que outras). Logo, a interpretação desenvolvida sobre a tese de Richard Rorty teve como intenção apontar que não haveria um “fora” que dotaria a representação ou a descrição de um caráter mais fidedigno, mas somente a correspondência de jogos de linguagem, que conectam aquilo que se considera como “do passado” com o que se considera como integrante “do presente”.

Essa relação de aproximar e transpor a distância entre passado e presente a partir do reconhecimento dos jogos de linguagem possibilita uma nova perspectiva sobre a produção do conhecimento histórico. Nesses termos, os jogos de linguagem acionam o caráter contingente do uso da noção de evidência, denunciando seu caráter holístico, e possibilitando um sentido aberto para a mesma. Logo, a evidência torna-se um conceito aberto e construtivo no domínio do enunciado, isto é, as evidências transformam-se, assim, em mediações contingenciais entre passado e presente.

Entretanto, Ankersmit parece considerar o exercício de distinguir entre “descrição” e “representação” exequível. Em suas palavras:

Deveríamos ser cautelosos em relação à intuição comum de que representação é uma variante da descrição, uma conclusão que sugere que o representado é intersubjetivamente dado exatamente da mesma maneira a todos nós apenas se tomamos o cuidado de olhar na direção correta. A intuição está correta apenas para a ‘superfície’ daquilo que vemos. Mas tão logo desejamos olhar mais profundamente para a realidade, ela se torna opaca e com multicamadas; as camadas se perdem na escuridão e obscuridade à medida que vamos mais fundo, descendo daquela “pública” ou quase intersubjetiva superfície da realidade (ANKERSMIT, 2012, p. 82).

E continua:

O resultado final dessas considerações é o de que existe na representação uma correspondência entre o representado e a sua representação, que não tem contrapartida ou equivalente na descrição. A descrição não reconhece essas restrições de coerência e consistência as quais, inevitavelmente, entram em cena à medida que nos movemos da simples descrição para as complexidades da representação (ANKERSMIT, 2012, p. 83).

Ankersmit aproxima a descrição do que na linguística ficou conhecido como o domínio da “frase”, de Frege. Nas palavras de Barthes, sendo a frase “a última unidade da qual se julga com direito de tratar; se, com efeito, a frase, sendo uma ordem e não uma série, não pode ser

reduzida a soma das palavras que a compõem, e constitui por isso mesmo uma unidade original” (BARTHES, 1976, p. 22). Em contraste, o enunciado, “não é apenas a sucessão das frases que o compõe: do ponto de vista da linguística, o discurso não tem nada que não se reencontre na frase” (BARTHES, 1976, p. 22).

Portanto, a distinção de Ankersmit corrobora com a ideia de que é possível distinguir descrição de representação. Em sua leitura, descrição assume um sentido irreduzível de si mesma, sendo a unidade de si, logo, um sentido de objetividade. Representação, por outro lado, é entendida, pelo historiador holandês, como a composição de variedades de enunciações. No entanto, ambas ao final da análise acabam funcionando sobre a prerrogativa do todo planejado da linguagem, como apontando anteriormente, uma vez que o “real” ou a “realidade”, são conceitos que se sustentam por um valor de escolhas, isto é, um efeito de significação inferencial.

A descrição, para tornar-se possível, necessitaria de um caráter de fidedignidade e uma potencialidade que não possui, ou seja, a de expressar em linguagem aquilo que não está, ou não pertence ao domínio linguístico. O caminho de volta, no entanto, a dissolveria em representação. Contudo, esses debates levam-me a repensar as “políticas de representação” da disciplina histórica, de modo a repensar a relação entre o conhecimento produzido e a relação da justificação dos enunciados. Uma das considerações possíveis é a de abertura do efeito prático do passado em vista do presente e do futuro, ou as implicações éticas e políticas da escrita historiadora.

Esse exercício de (re)pensar leva à proposição em torno da “(re)descrição”, como sugere Rorty. Essa seria uma tarefa importante para os filósofos, mas também para os historiadores, sociólogos, antropólogos, e também, para os intelectuais de modo geral, pois, modificando o uso das palavras, dos conceitos, das noções etc., “[pode-se construir] novos mundos intelectuais [...] sugerir novas maneiras de falar – propor práticas linguísticas que [...] são sensivelmente diferentes das que estão em curso em sua época” (ENGEL; RORTY, 2008, p. 77). Esses processos de “(re)descrições” não se fazem sem conflitos e indicam “resistência”, não só dos regimes das disciplinas, mas principalmente dos seus agentes. A essas resistências, que muitas vezes provocam tensões despendendo-se em “verdadeiras” disputas por formas diferentes de produzir conhecimento, Smith denomina equivalências de “conservadorismos

cognitivos” (SMITH, 2002, p. 19), para os quais chamei atenção na parte que deu início ao ensaio.

Longe de propor saídas seguras, porque penso não existir nada de seguro e permanente em ciências humanas, tentei por meio desse ensaio levantar a relação problemática de um certo conceito de “verdade”, “linguagem” e “representação” a partir de sua relação com o conhecimento histórico. Tenho clareza de que as questões discutidas tocam todos os campos de conhecimento, uma vez que as relações entre pensamento, linguagem e realidade inscrevem-se em todas as dimensões da cultura. Se for válido para uma, é válido para todas, como frisa Rorty; “[...] se um discurso tem a faculdade de representar o mundo, então todos os discursos têm essa faculdade [...] se um está “ajustado” ao mundo, todos os outros igualmente estão” (ENGEL; RORTY, 2008, p. 57).

### Referências

- ANKERSMIT, F.R. A Virada Linguística, Teoria Literária e Teoria da História. In: *A escrita da História: a Natureza da representação histórica*. Londrina/PR: Eduel, 2012.
- BARTHES, Roland. Introdução à Análise Estrutural da Narrativa. In: *Análise estrutural da narrativa: Pesquisas Semiológicas*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1976.
- \_\_\_\_\_. O discurso da História. In: *O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- \_\_\_\_\_. A Morte do Autor. In: *O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BEAUVOIR, Simone. *Quando o espiritual domina*. São Paulo: Círculo do Livro, 1979.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- DOSSE, François. *A história*. Bauru/SP: Edusp, 2003.
- DERRIDA, Jacques. Machos ou o Conflito das Faculdades. In: *O olho da universidade*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.
- \_\_\_\_\_. As Pupilas da Universidade: O princípio de razão e a ideia da universidade. In: *O olho da universidade*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.
- EAGLENTON, Terry. *Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- ENGEL, Pascal; RORTY, Richard. *Para que serve a verdade?* São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- \_\_\_\_\_. *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

- \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*: Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- HARTOG, François. *Evidência da história*: O que os historiadores veem. Belo Horizonte, MG: Editora Autêntica, 2011.
- KEITH, Jenkins. *A história refigurada*: novas reflexões sobre uma antiga disciplina. São Paulo: Contexto, 2014.
- LACLAU, Ernesto. Muerte y Resurrección de la Teoría de la Ideología. In: *Misticismo, retórica y política*. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- LYOTARD, François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- LORENZ, Chris. It Takes Three to Tango. History between the ‘Practical’ and the ‘Historical’ Past. *Storia della Storiografia*, 62, nº 1, p. 29-46, 2014.
- MODER, Paul K; MULDER, Dwayne H; TROUT, J.D. *Teoria do conhecimento*: Uma introdução temática. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- MUDROVIC, Maria Ines. El retorno de la historia retorica y lo sublime histórico: el fin de la política moderna de representación histórica. In: LAVAGNINO, Nicolas & TOZZI, Veronica (Orgs.). *Hayden White, la escritura del pasado y el futuro de la historiografía*. Buenos Aires: Eduntref, 2012. p. 91-98.
- NIEZTSCHÉ, Friedrich. *Sobre a verdade e a mentira*. São Paulo: Hedra, 2008.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte/MG: Autêntica Editora, 2008.
- RICOEUR, Paul. *História e verdade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1955.
- \_\_\_\_\_. As Marcas do Passado. In: *História da Historiografia*. Ouro Preto/MG. n. 10. p. 329-349, 2010.
- RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Objetividade, relativism y verdad*. Escritos Filosóficos. Barcelona: Paidós, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Pragmatismo: a filosofia da criação e da mudança*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Contingência, ironia e solidariedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- RUSEN, Jörn. *Razão histórica*: Teoria da História: os fundamentos da ciência histórica. Brasília/DF: Editora UNB, 2010.
- SMITH, Barbara Herrnstein. *Crença e resistência*: A dinâmica da controvérsia intelectual contemporânea. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- TUCKER, Avizier. *Our Knowledge of the Past: A Philosophy of Historiography*. New York: Cambridge University Press, 2004.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília, DF: Editora UNB, 1998.

---

WHITE, Hayden. La Política de la interpretación histórica: disciplina y desublimación. In: *El Contenido de la Forma: Narrativa, discurso y representación histórica*. Buenos Aires: Editora Paidós, 1992.

\_\_\_\_\_. O Evento Modernista. In: [Revista] *Lugar Comum*. n. 56. p.191-219, 1998.

\_\_\_\_\_. A questão da narrativa na teoria histórica contemporânea. In: NOVAIS, Fernando. Antônio & SILVIA, Rogério Forastieri. (Orgs.). *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

\_\_\_\_\_. El pasado práctico. In; TOZZI, Verónica; LAVAGNINO, Nicolas. *HAYDEN WHITE: la escritura del pasado y el futuro de la historiografía*. Buenos Aires: Editorial EDUNTREF, 2012.

\_\_\_\_\_. *The Practical Past*. NorthWestern University Press, 2014.

### **O Fascínio do Fascismo e as Seduções do Autoritarismo nos Filmes “A Onda” (2008) e “Detenção (2010)”**

Danilo Linard<sup>163</sup>

**Resumo:** As fronteiras entre política, radicalismo e violência sempre foram bastante tênues. Essas noções, para algumas pessoas ou grupos políticos, chegam mesmo a se confundir. Em vista disso, nosso esforço objetiva colocar em discussão como as narrativas apresentadas nos filmes “A Onda” e “Detenção” nos ajudam a compreender com mais clareza a emergência e a aceitação de práticas marcadamente autoritárias e radicais semelhantes aos pressupostos e condutas do fascismo, que já foram (e, de certo modo, ainda são) defendidas como comportamento e postura política legítimas. Nessa compreensão, analisaremos algumas das discussões presentes nesses filmes, tais como as ideias de “ordem”, “autoridade” e “disciplina”, sempre procurando estabelecer um contraponto com algumas definições sobre o autoritarismo e sobre os tipos de fascismo, geradas no campo da ciência política e da história, diálogo esse que conta, como pano de fundo, com a noção de Personalidade Autoritária sugerida por Theodor Adorno e outros pensadores da Escola de Frankfurt.

**Palavras-Chave:** Filmes. Personalidade Autoritária. Fascismo.

### **The Fascination of the Fascism and the Seductions of the Authoritarianism in the Movies “Die Welle” (2008) and “The Experiment” (2010)**

**Abstract:** The boundaries between politics, radicalism and violence always have been quite tenuous. These notions, for some people or political groups, can even get confused. On face of it, our effort aims to put in discussion how the narratives presented in the films "Die Welle" and "The Experiment" help us to understand more clearly the emergence and acceptance of markedly authoritarian practices and radicals similar to the assumptions and behaviors of fascism, that already were (and, to some extent, still are) defended as legitimate political behavior. In this understanding, we analyze some of these discussions in these films, such as the ideas of "order", "authority" and "discipline", always seeking to establish a counterpoint to some definitions of authoritarianism and on the types of fascism, generated in the political science field and history, such dialogue that counts, as a backdrop, with the Authoritarian Personality notion suggested by Theodor Adorno and other thinkers of the Frankfurt School.

**Keywords:** Movies. Authoritarian Personality. Fascism.

#### **Introdução**

A existência do autoritarismo e de certas tendências/disposições antidemocráticas, em alguns posicionamentos políticos, deixou marcas indeléveis em nossa história. Em face disso, nos sentimos provocados a (re)pensar a complexa relação entre os regimes políticos com tais características e os setores da sociedade civil que lhes deram suporte. Mais especificamente, voltamos nossos olhos para determinadas posturas e comportamentos inspirados/próximos às

---

<sup>163</sup> Doutorando em História Social pelo PPGH da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Mestre em História pelo PPGH da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: danilo.linard@bol.com.br.

---

experiências históricas do fascismo alemão e italiano. Ainda com o intuito de compreender melhor a relação indicada acima, tentamos estabelecer, também, um diálogo com a noção de Personalidade Autoritária, elaborada por Theodor W. Adorno e um conjunto de colaboradores. Entre os anos 1930-1950, foram desenvolvidos estudos seminais que procuravam analisar a personalidade de tipo “autoritário”. Algumas dessas pesquisas, por exemplo, foram realizadas por autores como Sigmund Freud, Erich Fromm, Max Horkheimer e Adorno, estes últimos pesquisadores associados à chamada Escola de Frankfurt.

Para efeito de discussão, tentamos estabelecer um contraponto entre algumas observações acerca desses estudos sobre a Personalidade Autoritária e/ou sobre experiências políticas marcadas pelo fascismo/autoritarismo e a análise das narrativas presentes nos filmes “A Onda” (*Die Welle*), de 2008, e “Detenção” (*The Experiment*), de 2010, que abordam a organização e a emergência de grupos/práticas autoritárias e semelhantes ao fascismo.

Em nossa primeira seção, intitulada “**Elementos Estéticos do Fascismo no Filme “A Onda” (Die Welle/2008)**”, procuramos discutir como é representada a constituição de um grupo de tipo autoritário/fascista quando um professor, ao ministrar um curso sobre autocracia, decide realizar uma espécie de experimento com sua turma, mostrando como os princípios mais básicos e essenciais de regimes sustentados pelo autoritarismo e pelo fascismo podiam ser aceitos, quase que tacitamente, pela maioria das pessoas.

Na segunda seção de nosso trabalho, cujo título é “**As Seduções do Autoritarismo no Filme “Detenção” (The Experiment/2010)**”, analisamos essa narrativa cinematográfica que aborda um experimento comportamental que simula as condições de aprisionamento, no qual dois grupos deviam representar, respectivamente, o papel de “guardas” e de “prisioneiros”. Das tensões nascentes no decorrer do experimento, uma série de comportamentos agressivos e autoritários é desencadeada com a justificativa de defender conceitos e noções tais como “ordem”, “disciplina”, “autoridade”, “obediência” etc.

Esses filmes representam experiências históricas ligadas ao fascismo ítalo-germânico, como em “A Onda”, e práticas autoritárias, como em “Detenção”, traços esses compartilhados por regimes ditatoriais e/ou totalitários, em que pese as distinções entre autoritarismo, autocracia, fascismo e totalitarismo. Ao que parece, há uma zona de intercessão constituída por indivíduos dotados com elementos de uma personalidade autoritária latente (ou fácil de ser “moldada”) e pela presença de ideologias/regimes autoritários. Assim, regimes autocráticos,

---

fascistas, autoritários e totalitários encontram em indivíduos/grupos com certas predisposições psicológicas um “ambiente” fértil, uma plateia cativa e adeptos fervorosos. Tentamos formar uma observação crítica desse fenômeno e, ao tecermos nossas considerações finais, fizemos um breve balanço para avaliar os resultados obtidos nesse trabalho.

### **Elementos Estéticos do Fascismo no Filme “A Onda” (Die Welle/2008)**

Ao nos debruçarmos sobre dois filmes, cremos não ser necessário retomar a discussão sobre a inclusão do cinema como fonte de pesquisa para o historiador. Tal debate já comporta, atualmente, vasta literatura e muitas são as pesquisas e artigos que exploram a relação entre história e cinema, constituindo um campo de estudos sólido e múltiplo em possibilidades.

Contudo, não custa lembrar uma observação cara feita por Marc Ferro:

O filme, aqui, não está sendo considerado do ponto de vista semiológico. Também não se trata de estética ou de história do cinema. Ele está sendo observado não como uma obra de arte, mas sim como um produto, uma imagem-objeto, cujas significações não são somente cinematográficas. [...] E a crítica também não se limita ao filme, ela se integra ao mundo que o rodeia e com o qual se comunica (FERRO, 1992, p. 87).

Nesse sentido, um filme nos oferece uma leitura de certos aspectos do mundo, proporcionando a esse mesmo mundo (como espectador) uma visão de si mesmo, de alguns de seus elementos e dimensões. Não se trata, evidentemente, de um reflexo puro, “tal e qual”. Contudo, o que o cinema proporciona, além, é claro, de nos entreter, é uma oportunidade para (re)pensar nossas experiências, expectativas e medos.

O filme “A Onda” (*Die Welle*) é uma produção alemã de 2008, um *remake* de uma adaptação americana homônima, feita para TV em 1980. Ambas versões são uma releitura de um experimento social realizado, em 1967, na *Cubberley High School*, situada na cidade americana de Palo Alto, Califórnia, conduzido pelo professor Ron Jones (1941). Ao trabalhar em sala conteúdos relacionados ao Nazismo e o Holocausto na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), este professor decidiu formar, com seus alunos, um grupo/movimento denominado “*Third Wave*” (A Terceira Onda), visando mostrar como ocorre a aceitação/constituição de um grupo autoritário/fascista e seu perigo potencial.

No *remake* alemão vemos o personagem do carismático professor Rainer Wenger, que implementa esse experimento em sua sala de aula, durante uma semana de estudos temáticos, interagindo com os personagens que representam alguns dos seus aluno(a)s: “Tim”, um jovem solitário e problemático; “Marco”, atleta, popular na turma, e sua namorada “Karo”; “Sinan”, um imigrante turco; “Bomber”, um *bully* que passa a fazer parte do movimento; “Kevin”, filho mimado de pais ricos; “Mona”, que junto com Karo, irá se opor ao movimento). Há,

também, o personagem “Faust”, que não é aluno de Wenger, representando um punk adepto do anarquismo, os anarquistas sendo, no caso, o inimigo “simbólico” dos membros da turma e do movimento em sua fase de formação.

O professor Rainer Wenger iria ministrar um curso sobre anarquismo, mas, por um remanejamento interno da escola, acabou tendo que assumir o curso sobre “Autocracia”. No primeiro dia, os alunos se sentem incomodados, pois todos estão cientes do passado nazista da Alemanha, um dos primeiros exemplos dados, na aula, de um regime de tipo autocrático. Há uma resistência, por parte da turma, em discutir o tema. A personagem “Mona”, no entanto, em face da oposição de alguns alunos quanto à discussão, afirma:

[Mona]: – Cara, é um tema importante. [outro aluno diz:] – A Alemanha nazista foi uma merda. [Outro aluno diz ainda]: Aqui não vai mais acontecer. [Mona retruca]: –Ah, e os neonazis? [Outro aluno complementa]: Não podemos nos sentir culpados por coisas que não fizemos. [Mona, por fim, diz]: Não se trata de culpa [...] trata-se de termos uma certa responsabilidade por nossa história (A ONDA, 2008, 00:12:27 min).

O termo “autocrático”, como citado acima, figura, num contexto político moderno, como sinônimo para “ditadura” e, na antiguidade, para tirania. Assim, ditaduras, regimes fascistas e/ou totalitários, mesmo que diferentes entre si, são derivações de um regime “autocrático” que, em suas bases, é um governo autoritário. Por definição, vemos que:

Na tipologia dos sistemas políticos, são chamados de autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas (STOPPINO, 1998, p. 94).

As “autocracias” possuem o “autoritarismo” como base. Uma particularidade do que se entende por “autoritarismo” reside no fato de que “... do ponto de vista dos valores democráticos, o Autoritarismo é uma manifestação degenerativa da autoridade. Ela é uma imposição da obediência e prescinde em grande parte do consenso dos súditos, oprimindo sua liberdade” (STOPPINO, 1998, p. 94). Cabe ressaltar ainda que o “autoritarismo” não é privilégio/defeito de uma classe, ideologia ou grupo em particular. É possível existir tanto um tipo de autoritarismo “conservador”, de “direita”, visando a preservação de uma ordem já estabelecida, tradicional, como um autoritarismo “transformador”, (pseudo)revolucionário, de “esquerda”, significando, então, tentativas de implantação (muitas vezes deturpada ou mal executada) de uma ordem vista como necessária ou inevitável, mas ainda não existente.

Desse modo, Mario Stoppino sugere a presença de três elementos atuando, ora isoladamente, ora em conjunto: as “ideologias autoritárias”, a “personalidade autoritária” e os “regimes e instituições autoritários”. Stoppino comenta: “Razoavelmente, pode supor-se que exista uma

certa congruência entre eles. Uma personalidade autoritária, por exemplo, sentir-se-á provavelmente à vontade numa estrutura de poder autoritária e achará provavelmente genial uma ideologia autoritária” (STOPPINO, 1998, p. 95). Indivíduos mais afeitos ao autoritarismo sentir-se-ão mais representados por uma ideologia autoritária que justifique seus atos e expectativas, assim como, por um regime (ou instituição) autoritário que condicionará/estimulará o desenvolvimento dessa personalidade, justificada pela ideologia. O indivíduo autoritário tudo pode, pois o regime/ideologia lhe fortalece.

No filme, o professor Rainer ouve seus alunos em sala e questiona: “É da opinião de que a ditadura na Alemanha não seria mais possível, sim? [Um aluno responde]: De jeito algum, isso já resolvemos” (A ONDA, 2008, 00:13:00 min). Após breve intervalo e diante dos debates suscitados, o professor Wenger decide iniciar seu experimento. No decorrer da aula, ele pergunta qual seria o princípio de um regime autocrático e várias sugestões são dadas: “ideologia”, “controle”, “supervisão” etc. O personagem Tim sugere que o principal seria o “descontentamento”, sendo parabenizado por colaborar com seu comentário.

O professor Rainer aponta que toda autocracia possui uma “figura modelo” e propõe uma eleição para escolher quem iria representar, naquela semana, o papel de “chefe”. Rainer termina “eleito” pela maioria. Para manter a ordem e a disciplina, impõe que todos devem chamá-lo “Sr. Wenger” (A ONDA, 2008, 00:15:18 min) e que só podem falar, em pé e em postura ereta, após pedirem a palavra. Wenger, então, pede que todos levantem e que inspirem e expirem, solicitando a quem não obedecer que se retire da sala: “ou se enturma, ou vai embora”, afirmando que não obriga ninguém a fazer nada (A ONDA, 00:17:10 min). Ao fim do primeiro dia, indica que uma das bases da ditadura é “o poder pela disciplina”.

A ensaísta americana Susan Sontag (1933-2004), em sua obra “Sob o Signo de Saturno” (1986), tece importantes análises e reflexões sobre a estética fascista, capaz, segundo ela, de literalmente fascinar seus adeptos. Segundo Sontag (1986):

Estéticas fascistas [...] nascem de (e justificam) uma preocupação com situações de controle, de comportamento submisso, de esforço extravagante e de resistência à dor; elas endossam duas situações aparentemente opostas: a egomania e a servidão. As relações de dominação e de escravização tomam a forma de uma pompa característica: a manipulação de grupos de pessoas; a transformação de pessoas em coisas; a multiplicação ou reprodução das coisas; e o agrupamento de pessoas/coisas ao redor de uma força toda-poderosa e hipnótica ou de uma figura-líder (SONTAG, 1986, p.71).

Alguns estudos, a partir dos anos 1930, buscavam compreender como e por que determinados indivíduos ou grupos se mostravam mais afeitos aos padrões comportamentais autoritários. São lembrados os estudos de Erich Fromm (1900-1980), de Max Horkheimer (1895-1973), de

---

Wilhelm Reich (1897-1960) e de Sigmund Freud (1856-1939). Pode-se citar, ainda, teorias como o “Behaviorismo” (GOMIDE; MACIEL, 2015).

Stéphane Haber rubrica as pesquisas de Fromm, de Freud e de Horkheimer como pioneiras no estudo do que se pode chamar de “caractereologia” ou caráter “autoritário” (HABER, 2014, p. 339). Para Haber, há uma limitação nos estudos de Fromm, qual seja, associar posturas/práticas autoritárias aos estratos dominantes, ao passo que as classes trabalhadoras seriam mais progressistas. “O peso do postulado de uma divisão política entre uma direita tendencialmente repressiva, prisioneira da ideologia, e uma esquerda de vocação revolucionária e portadora da lucidez histórica [...] não resistiu à prova da verificação” (HABER, 2014, p. 342). Pesquisas empíricas revelaram que membros das classes dominadas também expressavam posturas afinadas com práticas autoritárias.

É certo que os grupos sociais dominantes (quaisquer que sejam), vendo seu *status* ameaçado, poderão adotar posturas autoritárias, o deve ser sempre indicado por estudos empíricos e evidências, não *a priori*. Haber afirma que a superação da simples ancoragem da atitude ou caráter autoritário numa classe/camada social específica veio com Horkheimer:

[...] ao contrário de Fromm [...] Horkheimer destaca que essa atitude não é um fenômeno patológico contingente que diria respeito apenas a certas camadas da população objetivamente atrasadas em relação ao movimento progressivo da história universal. Um retorno a Freud permite compreender que a fascinação pela autoridade constitui um fenômeno universal, porque está enraizado na própria educação; com efeito, parece inevitável que o estado de dependência, de obediência e de adaptação passiva que caracteriza a infância se constitua no indivíduo enquanto um *habitus* estável e enquanto uma visão de mundo social, que não deva se surpreender que possa ser reativado em períodos críticos e de ansiedade, muito embora se trate de um fenômeno modelável historicamente (HABER, 2014, p. 344).

Fomentando uma aproximação entre sociologia e psicologia/psicanálise, aqueles estudiosos supracitados enxergam com mais clareza que as atitudes de caráter autoritário podem acompanhar a formação da personalidade dos indivíduos desde à infância e que determinados elementos podem ser “reativados” na vida adulta e no mundo sociopolítico, seja pela ocorrência de circunstâncias de crise, ansiedade e descontentamento, seja pela “modelagem” desse caráter, pelo seu estímulo ou reforço, como fazem, por exemplo, as ideologias autoritárias que justificam a vazão de atos e comportamentos também autoritários.

No filme, no segundo dia do experimento, Wenger espanta-se com a naturalidade dos alunos ao adotarem o papel de “subordinados” e propõe novo exercício: todos, de pé, deviam movimentar-se em ritmo compassado, até toda a turma estar marchando. Wenger os estimula: “esquerda!, direita!, esquerda!, direita! Sentem isso? Como todos nós ficamos juntos?! É o

Poder da Comunidade!” (A ONDA, 2008, 00:27:00 min). Alguns alunos “sentem” a sensação de “unidade” que a marcha impõe mais do que outros. Wenger diz: “Sob nós está o curso de Anarquia do Weiland! E quero que [com a vibração da marcha] o plástico do teto caia sobre nosso inimigo!” (A ONDA, 2008, 00:28:40 min).

Para reforçar a ideia de “poder pela comunidade”, Wenger reorganiza a sala, aproximando os alunos independente de vínculos subjetivos/amorosos. Ao fim do dia, ele sugere a necessidade de algo que identificasse a turma. O uso de “uniformes” é mal visto, sobretudo por Mona, porque lembrariam os nazifascistas e por anularem a individualidade. Como observou Susan Sontag, parte da “mística” que envolvia os adeptos do nazifascismo, tanto quanto os ideais compartilhados, era o elemento estético:

Os uniformes da SS [tropa de elite nazista] eram elegantes, bem cortados, com um toque (porém não excessivo) de excentricidade. Compare com os relativamente tediosos e não muito bem cortados uniformes do exército americano [...] essencialmente civis. Os uniformes da SS eram justos, pesados, rijos, e incluíam luvas para confinar as mãos e botas que faziam as pernas e pés parecerem pesados, encerrados, obrigando o portador a ficar ereto. [...] a SS foi a encarnação ideal da afirmação pública do fascismo, da justeza da violência, do direito de ter poder total sobre outros e de tratá-los como absolutamente inferiores (SONTAG, 1986, p. 78-77).

A maioria escolhe camisas de cor branca como “uniformes”. A personagem Karo, ao recusar usar a camisa branca, é criticada por seu namorado, Marco. Ela se torna “a minoria” na sala. No terceiro dia de curso, a sala está lotada, inclusive com outros alunos desejando participar. Já Mona é a primeira a abandonar o curso de Wenger, por não concordar com o andamento das aulas. Nesse dia, o aluno Dennis propõe a escolha de um nome para o grupo/movimento: as primeiras sugestões são “esquadrão do terror”, por brincadeira, “Clube dos Visionários”, “A Onda” (sugerido por Marco), “O Pacto”, “A Base”, “O Gigante Branco”. Karo tenta sugerir um nome, mas por não estar com a camisa branca é ouvida por último. Após votação, a maioria escolhe “A Onda”. Por fim, Wenger diz que o passo seguinte é o do “Poder pela Ação” (A ONDA, 2008, 00:38:33 min), sugerindo a criação de um logo (uma Onda é o símbolo escolhido), os alunos propondo também a criação de sites, de botões de lapela, entre outras coisas que mobilizassem todos os membros do grupo.

Conforme Robert Paxton, o fascismo, tanto nos casos italiano e alemão, como para além deles, apresentaria características volúveis, contraditórias, que dificultam sua compreensão e que, ora constituem-se em bloco, ora configuram-se em várias combinações possíveis.

Vejam os quais seriam algumas das paixões mobilizadoras do fascismo:

[a] Um senso de crise catastrófica, além do alcance das soluções tradicionais; [b] A primazia do grupo, perante o qual todos têm deveres superiores a qualquer direito, sejam eles individuais ou universais, e a subordinação do indivíduo a esses deveres; [c] A crença de que o próprio grupo é vítima, [o que] justifica qualquer ação, sem

limites jurídicos ou morais, contra seus inimigos, tanto internos quanto externos; [d ] O pavor à decadência do grupo sob a influência corrosiva do liberalismo individualista, dos conflitos de classe e das influências estrangeiras; [e] A necessidade de uma integração [...] no interior de uma comunidade mais pura, por consentimento, se possível, pela violência excludente, se necessário; [f] A necessidade da autoridade de chefes naturais (sempre do sexo masculino), [de um] comandante nacional, o único capaz de encarnar o destino histórico do grupo; [g] A superioridade dos instintos do líder sobre a razão abstrata e universal; [h] A beleza da violência e a eficácia da vontade, [...] voltadas para o êxito do grupo; [i] O direito do povo eleito de dominar os demais, sem restrições [...] de qualquer tipo de lei humana ou divina, o direito sendo decidido por meio do critério único das proezas do grupo no interior de uma luta darwiniana (PAXTON, 2007, p. 359).

O roteiro do filme preocupa-se em mostrar os descontentamentos e frustrações cotidianos dos alunos: alguns têm problemas com os pais, amores frustrados ou não correspondidos, além de problemas financeiros. Os membros do “A Onda” passam a usar as camisas brancas mesmo quando não há aula, atraindo a atenção até de quem não é aluno. Tim, que vendia pequenas porções de droga, se nega a vender para dois punks, pois eles eram “anarquistas”, o inimigo “simbólico” do grupo. Ao ser hostilizado pelos punks, é socorrido por outros alunos da turma que o reconhecem por conta da camisa branca. Após empurrões mútuos os punks os chamam de “fascistas” (A ONDA, 2008, 00:40:20 min).

A polissemia do conceito nos faz lembrar que o fascismo nasceu após os horrores da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), da descrença no modelo democrático liberal, do medo do comunismo e nas nações “derrotadas” no conflito, Alemanha e Itália. Um “novo homem” e uma “nova” política eram idealizados. Para Edda Saccomani (1998):

[...] [o fascismo seria] um sistema autoritário [caracterizado]: pela monopolização política por parte de um partido único de massa [...]; por uma ideologia fundada no culto ao chefe, na exaltação da coletividade nacional, no desprezo aos valores do individualismo liberal e no ideal de colaboração de classes, em oposição frontal ao socialismo e ao comunismo, dentro de um sistema de tipo corporativo; [...] pelo aniquilamento das oposições mediante terror; por um aparelho de propaganda baseado no controle das informações e dos meios de comunicação de massa; por um [...] dirigismo estatal [numa] economia que continua a ser, fundamentalmente, de tipo privado, pela tentativa de integrar nas estruturas de controle do partido ou do Estado, [...] a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais (SACCOMANI, 1998, p. 466).

Outro traço marcante do fascismo é que tais movimentos foram, após tentativas de golpe fracassadas, conduzidos ao poder legalmente, por eleição/plebiscito, no caso dos nazistas, como observou Alcir Lenharo (2003) ou, no caso italiano, por nomeação, pelo Rei Vitor Emanuel (1861-1947), de Benito Mussolini (1883-1945), que ocupou o cargo de Primeiro-Ministro da Itália de 1922 até 1943.

As ditaduras modernas, enquanto autocracias, apesar de possuírem/adquirirem traços semelhantes ao fascismo, são diferentes dele: elas quebram/subvertem a norma eleitoral democrática vigente, seja para permanecer no poder, seja para alcançá-lo, derrubando um governo constituído legalmente. Mesmo compartilhando a nomenclatura, as ditaduras

modernas distinguem-se, ainda, da “ditadura romana” (STOPPINO, 1998), magistratura incluída na estrutura política de Roma, com prerrogativas e limites “constitucionais”. O surgimento de uma “ditadura”, após uma “revolução”, obedece outra lógica:

Na “Ditadura revolucionária”, portanto, o poder ditatorial não é apenas um poder concentrado e absoluto, tal como ocorre tanto na Ditadura romana como na moderna; ela, além disso, se instaura de fato e não suporta limites preestabelecidos, como só acontece na Ditadura moderna. Acrescente-se que a “Ditadura revolucionária” prenuncia outra característica possível da Ditadura moderna: o poder não estava nas mãos de um só homem (o ditador), podia também estar nas mãos de um grupo (uma convenção, uma assembleia, um partido revolucionário) (STOPPINO, 1998, p. 370).

Nessa compreensão, a “ditadura moderna” é um regime autocrático e autoritário, que quebra/subverte uma dada ordem constitucional/institucional democrática. A “ditadura romana”, ao contrário, integrava a política de Roma e possuía certos limites. A “ditadura revolucionária”, além do que foi indicado acima, visava à substituição de uma “ordem antiga” por uma “nova ordem”, mesmo podendo alcançar o polo do totalitarismo. Este fenômeno já foi abordado por vários estudos, um dos principais sendo o de Hannah Arendt (1989) que diz:

Os movimentos totalitários são possíveis onde quer que existam massas que, por um motivo ou outro, desenvolveram certo gosto pela organização política. [...] Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem poder de voto. [...] Contudo, onde o governo totalitário não é preparado [previamente, como na Alemanha Nazista, cuja lealdade foi exigida antes mesmo de se alcançar o poder], tem de ser organizado depois e as condições para o seu crescimento têm de ser artificialmente criadas de modo a possibilitar a lealdade total que é a base psicológica do domínio total. Não se pode esperar essa lealdade a não ser de seres humanos completamente isolados que, desprovidos de outros laços sociais – de família, amizade, camaradagem – só adquirem o sentido de terem lugar neste mundo quando participam de um movimento, pertencem ao partido (ARENDR, 1989, p. 361-373).

Numa articulação com a trama do filme, vemos que os descontentamentos de cada aluno de Wenger eram paralelos ao prazer de participar do “A Onda”: encontravam nele um acolhimento ausente (ou enfraquecido) em suas vidas particulares. As afinidades criadas a partir do grupo foram transpostas para fora da sala de aula. Os mais integrados ao movimento sentiam-se mais fortes, os menos integrados sentiam-se mais fracos, excluídos.

Pode-se dizer, grosso modo, que o fascismo seria um fenômeno político autoritário que, normalmente, utiliza-se de meios democráticos ou legais para legitimar-se no poder, posteriormente subvertendo/anulando o ambiente democrático de que se valeu, contando com o apoio da massa para isso, visando manter/ampliar o poder adquirido. Sua conversão num regime totalitário é provável; contudo, nem todo regime totalitário foi, em sua origem, um regime fascista. Robert Paxton (2002, p. 13) assevera ainda que “O fascismo foi a grande inovação política do século XX, e também a origem de boa parte de seus sofrimentos”.

Outra tentativa de compreensão do fenômeno do fascismo reside no conjunto de pesquisas sintetizadas em “A Personalidade Autoritária” (1965), marcada por um esforço de pesquisa colaborativo e interdisciplinar. Após o Holocausto e, em certo sentido, apoiado pelo *American Jewish Committee's*, um grupo de pesquisadores (Theodor Adorno, Else Frenkel-Brunswik, Daniel Levinson, R. Nevitt Sanford, entre outros) reuniram-se na Universidade da Califórnia, em Berkeley. Lá, estabeleceram critérios de análise, formularam escalas e questionários que foram aplicados à grupos de voluntários. Curiosamente, alguns dos resultados poderiam, inclusive, identificar traços “fascistas” em posturas judaicas mais tradicionalistas e/ou conservadoras. No prefácio, escrito por Max Horkheimer, lemos:

Este livro trata sobre a discriminação social. Seu propósito, contudo, não é o de adicionar simplesmente novas descobertas empíricas a conhecimentos assaz amplos. O tema central da obra é um conceito relativamente novo: a aparição de uma espécie “antropológica” que denominamos o tipo humano autoritário. À diferença do fanático de outrora, [este tipo autoritário] parece combinar as ideias e a experiência típicas de uma sociedade sobremaneira industrializada com certas crenças irracionais ou antirracionais. É, ao mesmo tempo, um ser ilustrado e supersticioso, orgulhoso de seu individualismo e constantemente temeroso de ser diferente dos demais, zeloso de sua independência e inclinado à submeter-se cegamente ao poder e à autoridade. A estrutura de caráter que compreende estas tendências opostas tem atraído a atenção de filósofos e pensadores políticos modernos. Este livro encara o problema com os meios que nos brindam a investigação sociopsicológica (HORKHEIMER apud ADORNO et al., 1965, p. 19).

O livro organizado por Adorno é extenso e complexo. Os capítulos ou seções são divididos entre os colaboradores. Além da preparação e aplicação de questionários para voluntários, os autores indicam, também, a existência de entrevistas. Os dados obtidos foram sistematizados mediante análises estatísticas. Formularam-se “escalas” para traçar o perfil do indivíduo dotado de uma personalidade autoritária, potencialmente fascista. Ao invés de ancorar essa “personalidade” numa classe ou numa ideologia específica, os autores construíram quatro escalas básicas, baseando-se nas características mais aparentes expressas pelos indivíduos afeitos aos regimes autoritários e/ou fascistas: 1) uma escala Antissemita (AS); 2) uma escala etnocêntrica (E); 3) uma escala para medir o conservadorismo político e econômico (CPE); 4) uma escala fascista (F).

Tais escalas são constituídas por pressupostos intercambiáveis, implicando não numa definição rígida, mas num “espectro” variável. Esses “perfis” (ou seja, o antissemita, o etnocêntrico, o conservador político e econômico e o fascista), compartilhariam, em maior ou menor grau, algumas características em comum, ainda que cada perfil possa existir isoladamente.

---

Iray Carone ressalta a contribuição de Theodor Adorno no livro acima citado e sublinha que, para além dos estudos sobre o fascismo como uma política de “Estado”, esses estudos contribuíram na compreensão do que se poderia chamar de “mentalidade fascista” (CARONE, 2012, p. 14). Analisada mediante uma aliança entre sociologia e psicanálise/psicologia, vê-se que as características típicas dessa mentalidade, nos indivíduos, “[...] não são *inatas*, mas adquiridas durante seu processo de socialização: elas são *psicossociais*” (CARONE, 2012, p. 15, grifos do autora).

Por seu lado, Stéphane Haber considera que, apesar de alguns percalços, a pesquisa sobre o caráter autoritário apresentada nesse livro foi seminal: “Em resumo, *A Personalidade Autoritária* representa um momento feliz, um momento de equilíbrio, não apenas na história da relação entre análise empírica e interpretação filosófica da história, mas também na relação entre psicanálise e sociologia” (HABER, 2014, p. 356). Existem, logicamente, outros caminhos interpretativos que podem superar possíveis falhas dessa teoria.

No filme “A Onda” é sublinhado o fascínio que o movimento exerce sobre os alunos e até mesmo sobre o professor. Kevin, filho de pais ricos, custeia a impressão de adesivos com a logo do “A Onda”, que são fixados em postes, vitrines e grafitados em muros da cidade, aumentando a “popularidade” do grupo. Os membros adotam uma lógica restritiva (“nós” e os “outros”), atacando quem critica o grupo, como Mona e Karo, que escreveram um texto contra “A Onda”. Na aula seguinte, mostram à Wenger um gesto com o braço direito que seria a “saudação” interna do grupo. Quando os membros do “A Onda” reencontram os punks anarquistas na rua, uma briga ocorre e só cessa quando Tim, o mais entusiasmado com o movimento, saca uma pistola e ameaça atirar (A ONDA, 2008, 00:58:50 min).

É precisamente o personagem Tim, a cada dia mais fascinado com o pertencimento ao movimento, que representa o perigo potencial desse tipo de agrupamento baseado em elementos estéticos fascistas. Ele chega a visitar a casa de Wenger para oferecer-se como seu “guarda-costas” (A ONDA, 2008, 01:02:10 min). Wenger espanta-se ao ver fotografias dos símbolos do “A Onda”, que haviam sido grafitados na cidade, na primeira página do jornal. Diante dos acontecimentos, Wenger pede, como penúltima tarefa durante a semana temática, que todos os alunos do curso sobre autocracia escrevam um relatório acerca da experiência de participarem do “A Onda”. A postura autoritária dos membros do grupo, em relação aos outros, vai se tornando cada vez mais espontânea e natural. Durante um jogo de polo aquático,

parte da torcida, uniformizada com a cor branca do “A Onda”, briga nas arquibancadas do ginásio. Numa discussão, Marco agride fisicamente sua namorada, Karo.

Ao ler os relatórios de seus alunos e tomar conhecimento da agressão de Marco, Wenger toma consciência de que o envolvimento dos alunos com a atividade didática tinha ultrapassado os limites. Marca, então, uma reunião no auditório do colégio, solicitando a presença de todos os membros do “A Onda”. No dia e hora combinados, o local encontrava-se lotado, todos de branco, com faixas e bandeiras com o logo do grupo, alguns alunos representando o papel de “seguranças” na porta do auditório. Após Wenger fazer a saudação que haviam instituído, todos os alunos respondem com o mesmo gesto, mecanicamente.

Depois de ler frases encontradas nos relatórios produzidos pela turma, Wenger faz um discurso inflamado, entusiasmado, especulando sobre o poder do grupo e sobre tudo o que poderiam conquistar com a expansão nacional do movimento: é aplaudido por todos, efusivamente. Marco levanta-se no meio do auditório e discorda veementemente do que estava acontecendo e de tudo que Wenger dizia (tudo indica que haviam combinado previamente essa discussão e o seu desdobramento seguinte).

Wenger então ordena: “Tragam-me o traidor aqui na frente! [referindo-se à Marco]” (A ONDA, 2008, 01:28:15 min). Dois alunos rapidamente obedecem, trazendo-o à força para o palco. Diante de Marco, Wenger pergunta à plateia: “O que devemos fazer com o traidor?” e exige que um dos alunos que segurava Marco respondesse. O aluno, atônito, não sabe o que dizer e, ao ser perguntado por que trouxe Marco à força até lá, afirma ter feito apenas o que Wenger havia ordenado, praticamente sem pensar. Nesse momento, Wenger revela o sentido do que estava acontecendo e do que todos estavam participando: um movimento (proto)fascista e autoritário. Alguns alunos, apesar disso, ainda desejavam a continuidade do movimento, tamanho era o fascínio que os envolvia. Para Susan Sontag:

[...] comumente se pensa que o nacional-socialismo representa somente a brutalidade e o terror. [...] O nacional-socialismo [como o fascismo] também representam [...] ideais que persistem ainda hoje, sob outras bandeiras: o ideal de vida como arte, o culto à beleza, o fetichismo da coragem, a dissolução da alienação em sentimentos extáticos de comunidade. O repúdio ao intelecto; a família do homem (sob a paternidade de líderes) (SONTAG, 1986, p. 75).

A defesa destes e de outros ideais, como esses citados acima, justificariam, na ótica fascista, sua conduta e seus atos contra os “inimigos”. Diante do fim do “A Onda”, Tim, desesperado, ameaça Wenger, atira num dos alunos e suicida-se. O grupo era tudo para ele. A morte desse aluno é uma licença poética do filme, pois isso não ocorreu na experiência original. Contudo,

ocorreu, de fato, a sedução dos alunos, fascinados por alguns dos elementos da estética fascista (obediência cega, ordem, disciplina, (com)unidade, ação irrefletida etc.), conforme relatos de Ron Jones e de ex-alunos.

A finalidade, seja da experiência conduzida por Jones, seja da narrativa do filme, é discutir o que pode ocorrer (baseado na experiência histórica nazifascista), quando indivíduos (ou um grupo) potencialmente autoritários acham-se plenamente justificados (por princípios étnicos, religiosos ou políticos) e seduzidos pela estética “positiva” do fascismo: o resultado quase sempre é a degeneração da autoridade em autoritarismo, a associação acrítica do respeito ao temor e a transformação do debate político, argumentativo, propositivo, em violência gratuita e agressões verbais, físicas ou psicológicas. Vejamos, por fim, como o “mal”, para Hannah Arendt, integra a experiência humana como uma potencialidade latente:

Faz parte da própria natureza das coisas humanas que cada ato cometido e registrado pela história da humanidade fique com a humanidade como uma potencialidade, muito depois de sua efetividade ter se tornado coisa do passado. Nenhum castigo jamais possuiu o poder suficiente para impedir a perpetração de crimes. Ao contrário, a despeito do castigo, uma vez que um crime específico apareceu pela primeira vez, sua reaparição é mais provável do que poderia ter sido a sua emergência inicial (ARENDR, 2011, p. 295-296).

Uma das peculiaridades da reflexão de Arendt, derivada de seu acompanhamento do julgamento, ocorrido em 1961, em Jerusalém, do criminoso nazista Adolf Eichmann (1906-1962), reside, precisamente, na percepção de que qualquer pessoa, até mesmo um sujeito comum, ordinário, pode vir a ser capaz de perpetrar os mais cruéis atos contra os outros sem realizar o menor exame de consciência. A prática do “mal” é exercida de modo banal, quase como um exercício burocrático. Em verdade, para aquele que ataca o “outro”, o “inimigo”, tudo não passa de obediência, pois visto que a ideologia autoritária, ao definir o “outro”, diferente de “nós”, como “inimigo”, o transforma em alvo “legítimo”. É nesse ponto preciso que obediência pode implicar na execução de centenas de milhares de pessoas.

### **As Seduções do Autoritarismo no Filme “Detenção” (The Experiment/2010)**

O filme analisado nesta seção, que estreou em 2010, intitula-se “Detenção” (The Experiment) e também é um *remake* de uma produção alemã de 2001, chamada “Das Experiment”. Ambos são uma releitura de um experimento psicossocial/comportamental realizado pelo psicólogo e professor Philip Zimbardo, da *Stanford University*, nos dias 14-20/08 de 1971. Nessa experiência, que ficou conhecida como “*Stanford Prison Experiment*” (Experimento Prisional de Stanford, que ganhou versão cinematográfica em 2015 e também é tema do volumoso livro de Zimbardo, “O Efeito Lúcifer ou Como Pessoas Boas se Tornam Más”), dois grupos de

---

peessoas (representando guardas e prisioneiros) foram confinados num dos espaços da universidade, objetivando-se observar como lidariam com a autoridade concedida. A narrativa apresentada no filme “Detenção” parte exatamente dessa premissa.

Em nossa leitura, é possível apontar uma articulação entre comportamentos autoritários e posturas (proto)fascistas. No livro “A Personalidade Autoritária”, é dito: “Nossa principal preocupação foi a de estudar o sujeito *potencialmente* fascista cuja estrutura é tal que o faz especialmente suscetível à propaganda antidemocrática (ADORNO et al., 1965, p. 29, tradução nossa). É certo que nem toda pessoa/grupo autoritário é fascista, mas todo fascista é autoritário. Há zonas de contato entre esses fenômenos que permitem essa associação, ou seja, que sugerem uma predisposição do autoritarismo ao fascismo.

A trama do filme é a seguinte: após ser demitido, o personagem Travis, pacifista convicto e apaixonado por uma mulher que iria viajar para a Índia, decide participar de um experimento comportamental anunciado nos classificados de um jornal, visando obter dinheiro para viajar com ela. Os participantes receberiam mil dólares por dia, caso concluíssem o experimento que duraria exatas duas semanas. Ao encontrar, num tipo de escritório, os demais participantes que desejavam se inscrever, Travis conhece, num clima amistoso, o personagem Michael Barris, um homem negro, com pouco mais de 40 anos.

Um dos psicólogos/cientistas informa que o experimento simularia condições prisionais, uma das exigências sendo que ninguém tivesse cumprido pena antes. Informa ainda que durante o experimento haveria suspensão de direitos civis (DETENÇÃO, 2010, 00:09:10 min). Inicia-se uma série de entrevistas para traçar o perfil dos participantes, enfocando histórico de violência, visão religiosa etc. Travis informa não ser agressivo, além de não ser religioso, diferindo, nesse caso, de Barris. Outros revelam comportamentos sexuais meio compulsivos e uso de drogas. Os participantes são expostos a imagens de acidentes, violência (fuzilamentos, assassinatos, imagens do holocausto), de líderes fascistas/totalitários, dentre outras. Em *flashbacks*, vemos outros traços da personalidade de cada um, suas aspirações e frustrações. Por fim, um ônibus os leva para o local onde tudo ocorreria.

No primeiro dia, os grupos são divididos entre guardas e prisioneiros. As regras básicas dos guardas eram: 1) Os prisioneiros devem fazer 3 refeições por dia e toda comida servida deve ser consumida; 2) Deve haver 30 minutos de recreação diária; 3) Os prisioneiros devem ficar em sua própria área; 4) Os prisioneiros devem falar apenas quando permitido; 5) Os

prisioneiros não devem jamais tocar nos guardas. Qualquer regra violada deve ser “*punida proporcionalmente*” em até 30 minutos após sua ocorrência. Caso não haja punição, se as regras não forem cumpridas, se houver desistência de alguém ou violência física, uma luz vermelha se acende, o experimento é encerrado e ninguém recebe pagamento. Nesse cenário, emergiu uma série de práticas autoritárias e (proto)fascistas.

Edda Saccomani rubrica a polissemia do conceito de fascismo, fenômeno normalmente estudado por duas abordagens: “singularizante” e “generalizante”. Em linhas gerais, “[...] o Fascismo, como evento histórico concreto, engloba-se numa fenomenologia mais ampla, a do autoritarismo na sociedade moderna, apresentando-se como resultado de uma série assaz complexa de concatenações causais, umas remotas, outras mais próximas, investigadas em suas inter-relações específicas” (SACCOMANI, 1998, p. 467).

Robert Paxton, além de reafirmar a polissemia do conceito, associado a várias imagens/ideais, ressalta certa articulação entre autoritarismo e práticas fascistas, em que pese suas particularidades. É certo que há distinções, mas as áreas de contato entre autoritarismo e fascismo são fortes. Paxton cita ainda que “as ditaduras autoritárias governam por meio de forças conservadoras preexistentes (as igrejas, os exércitos, os interesses econômicos organizados) e buscam desmobilizar a opinião pública, ao passo que os fascistas governam por meio de um partido único e tentam gerar entusiasmo público” (PAXTON, 2007, p. 24).

No filme, os comportamentos autoritários não demoram a aflorar. Um dos personagens que ficou no grupo dos prisioneiros é homossexual e logo se torna alvo de hostilidades. Inicialmente, toda a situação é levada sem seriedade, mas a possibilidade do experimento ser encerrado sem que os pagamentos sejam feitos funciona como um tipo de estímulo/justificativa à emergência de posturas autoritárias por parte dos “guardas”.

Os prisioneiros passam a ser chamados pelos números em seus uniformes. As motivações dos personagens que representam os guardas são mostradas em *flashbacks*: o personagem Chase, que parecer ter compulsões sexuais, deseja o prêmio para seduzir o máximo de mulheres possível. Já Barris, que mora com sua mãe, é constantemente humilhado por parte dela. O pagamento serviria para custear um tratamento médico que ela necessitava. Durante um jogo de basquete, na recreação, um prisioneiro atinge com a bola, com certa intenção, um guarda e a primeira “punição” ocorre: os prisioneiros são obrigados a fazer 10 flexões (DETENÇÃO, 2010, 00:25:40 min). Barris, ao controlar a situação, é meio que escolhido como líder: ele é

seduzido pela sensação de autoridade, que logo degeneraria em autoritarismo. As ideologias autoritárias variam no tempo e no espaço, conforme nos mostra Mario Stoppino (1998), mas parecem possuir um fundo mais ou menos comum:

Geralmente, as doutrinas autoritárias, [...] são doutrinas anti-racionalistas e anti-igualitárias. Para elas, o ordenamento desejado pela sociedade não é uma organização hierárquica de funções criadas pela razão humana, mas uma organização de hierarquias naturais, sancionadas pela vontade de Deus e consolidadas pelo tempo e pela tradição ou impostas inequivocadamente pela sua própria força e energia interna. De costume, a ordem hierárquica a preservar é a do passado; ela se fundamenta na desigualdade natural entre os homens (STOPPINO, 1998, p. 96).

No filme, no segundo dia, durante a refeição, ocorre outro conflito. Travis reclama que a comida é ruim e joga tudo nas mãos de um “guarda”, os demais “prisioneiros” fazendo algo semelhante, meio que “brincando”. Os “guardas”, visando cumprir a regra, tentam obrigá-los a consumir tudo e encaram a situação de outro modo, pois há o receio de que o experimento e os pagamentos sejam cancelados. Como não podem utilizar violência física, Barris sugere o recurso à humilhação (DETENÇÃO, 2010, 00:34:30 min). Travis é algemado, como castigo, na grade externa da cela onde ficava. Após breve discurso, Barris é parabenizado pelos outros “guardas” por instaurar a “ordem” e fica tão entusiasmado pela sensação de poder e autoridade que fica sexualmente excitado. Stéphane Haber observa que:

[...] Horkheimer parece sugerir que, [...] o indivíduo, confrontado com a realidade social reificada e opaca, que lhe escapa e prejudica objetivamente e lhe submete a frustrações repetidas, só pode sentir impotência e humilhação. [...] Em suma, a humilhação é sempre suscetível de se converter em fantasmas paranóicos, em agressividade reativa e em identificações valorizantes compensadoras; e é a realização dessa possibilidade que abre as portas para condutas autoritárias (HABER, 2014, p. 347).

A abordagem/análise “singularizante” das experiências fascistas, citada anteriormente, enfoca mais o caso italiano e alemão. Em ambos, existiram características extremamente particulares que tornaram possível a existência do fascismo como política de Estado. Investiga-se, p.ex., os modos pelos quais o regime fascista recebeu respaldo da elite e da sociedade civil, já que nenhuma forma de governo é totalmente “exterior” aos setores sociais que, em tese, representa. Também é foco de análise a repressão dos setores sociais discordantes em relação ao regime. O direito de crítica/libre expressão torna-se limitado ou inexistente, pois as regras do jogo político democrático são alteradas ou suspensas, tornando o regime fascista praticamente irresistível. Sobre os regimes autoritários, Stoppino diz que:

[Haveriam 2 perfis comuns aos regimes autoritários, o primeiro sendo caracterizado] pela ausência de Parlamento e de eleições populares, ou, quando tais instituições existem, pelo seu caráter meramente cerimonial, e ainda pelo indiscutível predomínio do poder executivo. [O segundo perfil é] a ausência da liberdade dos subsistemas, tanto no aspecto real como no aspecto formal, típica da democracia. A oposição política é suprimida ou obstruída. O pluralismo partidário é proibido ou reduzido a um simulacro sem incidência real. A

---

autonomia dos grupos politicamente relevantes é destruída ou tolerada enquanto não perturba a posição de poder do chefe ou da elite governante (STOPPINO, 1998, p. 100).

As vozes contrárias são sufocadas, seja pela elite dirigente ou pela sociedade civil, que se acham representadas pelo regime. O “chefe” deve ser obedecido e dele não se pode discordar. Ele é “cultuado” como um tipo de “mito”, sendo o “culto” à personalidade do chefe típico de regimes fascistas e totalitários. Barris, humilhado e frustrado em sua vida doméstica, fica cada vez mais fascinado com a posição de autoridade que ocupa, meio que liderando o grupo dos “guardas”. Um dos “prisioneiros”, diabético, começa a sentir-se mal. Os “guardas” pensam ser isso um tipo de “desobediência” ou fingimento. Travis intervém e é repreendido. Barris não vê os grupos como “iguais”, afirmando a autoridade/superioridade dos “guardas” e a posição subordinada, inferior, dos “prisioneiros” (DETENÇÃO, 2010, 00:40:30 min).

Como Travis não recua na defesa do “prisioneiro” doente, Barris ameaça agredi-lo, mas como não pode, humilha Travis ao extremo: na calada da noite, prendem-no numa cadeira, amordaçam-no, raspam seu cabelo e, por fim, a maioria dos guardas urina em seu corpo e em seu rosto (DETENÇÃO, 2010, 00:47:31 min). Um dos “guardas”, que não concordou com a tortura psicológica, tenta ajudar o prisioneiro diabético à pedido de Travis. Enquanto isso, o prisioneiro homossexual é assediado novamente pelo “guarda” Chase, cuja compulsão sexual é cada vez mais flagrante. O “guarda” que tentou ajudar o prisioneiro diabético é agredido pelos outros “guardas”, por ter desobedecido, e transformado em “prisioneiro”. Travis é novamente torturado, sua cabeça sendo enfiada numa privada.

Travis continua a criticar as regras, sendo seguido pelos demais prisioneiros. Ele, olhando para uma câmera, pede desesperadamente para sair do experimento (DETENÇÃO, 2010, 01:13:00 min), mas é impedido por Barris e por outros “guardas”. O prisioneiro diabético agride Barris que reage violentamente, deixando-o desmaiado em convulsão. Como novo castigo, Travis é isolado, trancafiado numa espécie de tubulação, um tipo de “solitária”. Barris e os guardas perdem todos os limites e agredem fisicamente os demais. Alguns guardas que discordam do que estava acontecendo tentam desistir, mas também são repreendidos por Barris, já degenerado pelo autoritarismo. Barris desespera-se com a ideia de que o experimento se encerre: o prêmio em dinheiro parece não importar mais. O que ele não quer é perder a posição de poder e autoridade que ocupa, bastante diferente de sua vida normal.

A abordagem “generalizante” das experiências históricas fascistas enfatiza a necessidade de compreender traços definidores do fascismo para além das características particulares que

cada situação histórica apresenta. Certamente, isso não significa fechar os olhos às aquelas particularidades, mas, sim, investigar as características e regularidades desse fenômeno político, manifestos em épocas e lugares distintos.

No cerne da abordagem generalizante, existiriam quatro formas possíveis de manifestação do fascismo como política de Estado. 1) o fascismo como uma “ditadura aberta da burguesia”, 2) o fascismo como “totalitarismo”; 3) o fascismo como “via para a modernização”; 4) o fascismo como “revolta da pequena burguesia” (STOPPINO, 1998, p. 469-472). Cada uma dessas formas de expressão relaciona-se, direta ou indiretamente, com as experiências históricas fascistas originais, na Itália e na Alemanha, adquirindo, pela própria dinâmica da história, outras características. Vejamos, em síntese, cada uma delas.

O fascismo como “ditadura burguesa” ocorreria quando, numa circunstância potencialmente transformadora/revolucionária, a burguesia sente a necessidade “[...] em face do agravamento das crises econômicas e da exacerbação do conflito de classes, de manter o seu domínio, intensificando a exploração das classes subalternas e, em primeiro lugar, da classe operária” (STOPPINO, 1998, p. 470). Desse modo, o grupo fascista se tornaria um instrumento político da burguesia, ainda que ambos mantenham relações controversas.

O fascismo como “totalitarismo” implica numa discussão de maior fôlego. Como nos diz Stoppino (1998, p.470), “o aspecto central dessa teoria, e ao mesmo tempo o mais criticado, é a subsunção sob uma mesma categoria, a do Estado totalitário, dos regimes fascistas e comunistas, com base em analogias existentes na estrutura e técnicas de gestão do poder político”. Robert Paxton (2007), no entanto, observa que:

Ver tanto a Hitler como a Stálin como totalitários e tratá-los da mesma forma leva a um exercício de julgamento moral comparativo: qual dos dois monstros foi mais monstruoso? Seriam as duas formas stalinistas de assassinatos em massa – experimentos econômicos temerários e perseguição paranóica de “inimigos” moralmente equivalentes às tentativas de Hitler de purificar a nação pelo extermínio dos medíocres e geneticamente impuros? [...] Stálin matava de maneira totalmente arbitrária a todos que sua mente paranóica decidisse ver como “inimigos de classe” (condição passível de mudança) [...] Hitler, ao contrário, matava “inimigos raciais”, uma condição irremediável que condena até mesmo recém-nascidos. Ele queria exterminar povos inteiros, incluindo suas sepulturas e artefatos culturais (PAXTON, 2007, p. 348-349).

É inegável o caráter autoritário dos regimes fascistas e comunistas totalitários, mas existem particularidades em cada regime que, para além das semelhanças, devem ser observadas. Con(fundir) os conceitos de “revolução”, “ditadura”, “fascismo” e “totalitarismo”, tal como se cada um desses conceitos fossem sinônimos, como se dissessem respeito a um único e mesmo

fenômeno político-social, é não compreender adequadamente as circunstâncias históricas que tais conceitos, como ferramentas da reflexão, visam elucidar.

Podemos afirmar que uma revolução/ditadura pode adquirir traços “fascistas” ou “totalitários”, mas as experiências inerentes a um processo revolucionário são distintas dos modos como os regimes fascistas, sobretudo no caso alemão e italiano, alcançaram o poder. Se numa revolução há um processo de “tomada do poder” por setores exógenos ao governo/Estado, no caso do nazifascismo não houve, necessariamente, uma “tomada de poder”, mas uma “condução” a ele, dentro dos limites legais de seus sistemas políticos, o fascismo sendo implementado “legalmente”. Uma ditadura usurpa o poder através de um “golpe” de Estado (político e/ou militar) realizado por setores endógenos ao Estado/governo derrubado, diferindo, assim, do conceito de revolução, de fascismo e totalitarismo.

No domínio das interpretações que entendem o fascismo como “via para a modernização”, as configurações históricas, sociais, políticas e econômicas são vistas de outra forma: “Neste quadro, os regimes fascistas se configuram como uma das vias para a modernização – as outras historicamente identificadas são a liberal-burguesa e a comunista – fundada no compromisso entre o setor moderno e o tradicional” (STOPPINO, 1998, p. 472). Talvez seja possível apontar como exemplo desse caso os regimes de Vargas, no Brasil, e de outros governos populistas nas Américas Latina, Central e do Sul, sem jamais perder de vista que o conceito de “populismo”, por si só, já abre outro (e amplo) campo de discussões, tão complexo como no caso do fascismo. Dois estudos extremamente férteis que podem ser citados, próximos a todas essas questões, são as pesquisas de Leandro Konder (2002) e o livro organizado por Denise Rollemberg e Samantha Quadrat (2011).

Por fim, temos o campo interpretativo que compreende o fascismo como “revolta da pequena burguesia”. Nesse domínio, as discussões orbitam nas tentativas de compreensão das razões que levaram os estratos médios da sociedade (entre a elite e o operariado) a apoiar os regimes fascistas, seus pressupostos, grupos e líderes, sentindo-se representados por eles mais do que pelos partidos, grupos e líderes, seja da democracia social/liberal, seja das tendências mais à esquerda (anarquistas, socialistas e/ou comunistas). Stoppino aponta que:

Na década de [1930], após o sucesso do nazismo na Alemanha, o fascínio exercido pelos movimentos fascistas sobre a pequena burguesia tornou-se objeto de uma pesquisa que tendia a completar a explicação sócio-econômica com a análise psicossocial. As interrogações a que a abordagem psicossocial queria dar uma resposta eram deste tipo: porque é que a pequena burguesia, mais que qualquer outra classe, tinha aderido ao Fascismo de onde não podia provir nenhuma solução para a situação de crise? Que elementos da ideologia fascista tinham exercido sobre ela uma atração capaz de se tornar mais eficaz que qualquer consideração em termos racionais

---

sobre a finalidade do movimento fascista? [...] [Enfim, haveria uma] disposição de indivíduos, grupos e classes sociais a submeterem-se a relações de tipo autoritário? (STOPPINO, 1998, p.473)

As discussões acerca da emergência do fascismo como política de Estado, como visto nessas rápidas observações sumariadas nos parágrafos anteriores, nos dão uma pequena amostra das múltiplas possibilidades e abordagens teóricas, metodológicas e conceituais acerca desse fenômeno. Como temos tentado discutir, nosso enfoque reside na discussão de uma área de convergência e de intercessão, uma “zona nebulosa”, entre uma disposição autoritária, na personalidade de indivíduos ou grupos, e a aceitação de ideologias ou regimes potencialmente (ou marcadamente) fascistas e/ou autoritários.

Os estudos de Adorno e seus colaboradores na Universidade da Califórnia, em Berkeley, entre 1944-1947, constituídos por uma série de entrevistas e questionários baseados em algumas escalas, inclusive a chamada Escala F, (teste psicológico que visa mensurar inclinações preconceituosas/autoritárias/fascistas) aplicados para mais de 2 mil pessoas, resultaram num fértil cruzamento entre psicanálise/psicologia e sociologia. Stoppino (1998) diz:

A interpretação que Adorno e seus colaboradores deram da personalidade autoritária é profundamente psicanalítica. Uma relação hierárquica e opressiva entre pais e filhos cria no filho um comportamento intenso e profundamente ambivalente em relação à autoridade. De um lado, existe uma forte disposição para a submissão; por outro lado, poderosos impulsos hostis e agressivos. E a extraordinária energia dos impulsos contidos, enquanto contribui para tornar mais cega e absoluta a obediência à autoridade, é, em sua maior parte, dirigida para a agressão contra os débeis e inferiores. [...] O indivíduo, para salvar o próprio equilíbrio ameaçado em sua raiz pelos impulsos em conflito, se agarra a tudo quanto e força e energia e ataca tudo quanto é fraqueza (STOPPINO, 1998, p. 98).

Posturas autoritárias e fascistas, em que pese suas particularidades, compartilham alguns traços. A “Escala F”, empregada nas análises feitas em “A Personalidade Autoritária”, é constituída por nove eixos temáticos (ADORNO et al., 1965, p. 256-257) que procuram medir tendências antidemocráticas implícitas: “Convencionalismo” (adesão rígida aos valores da classe média/tradicional); “Submissão Autoritária” (associação do par temor-respeito às autoridades morais idealizadas); “Agressividade Autoritária” (tendência à atacar indivíduos/grupos que não comungam com os valores convencionais adotados); “antiintracepção” (oposição ao subjetivo e ao sentimental); “Superstição e Estereotipia” (crença na determinação sobrenatural do destino humano e na fácil aceitação de estereótipos); “Poder e “Dureza”” (preocupação com a relação domínio-submissão e valorização excessiva da força); “Destrutividade e Cinismo” (hostilidade geral à humanidade); “Projetividade” (exteriorização de sentimentos inconscientes que são atribuídos/projetados no(s) Outro(s)) e “Sexo” (preocupação exagerada com práticas/costumes sexuais dos outros).

---

Cada questão presente na escala possui uma pontuação e estão relacionadas aos eixos temáticos sumariados acima. Ao término do questionário, a pontuação é calculada e quando ela apresenta alto grau de concordância com as questões perguntadas, pode-se traçar o perfil do potencial fascista do indivíduo. Algumas questões são: “Os homossexuais são apenas degenerados que deveriam receber castigo severo” ou “os homens podem ser divididos em duas classes definidas: os débeis e os fortes” (ADORNO et al., 1965, p. 256-257).

No filme “Detenção”, vemos como determinadas disposições presentes na personalidade de alguns dos personagens tornou mais fácil a aceitação de uma circunstância em que a autoridade rapidamente degenerou em autoritarismo e abuso de poder. Por exemplo, o personagem Chase, que dá indícios de compulsão sexual, quando os conflitos entre guardas e prisioneiros torna-se completamente aberto e agressivo, ocupa-se em assediá-lo um dos prisioneiros que é homossexual (já assediado anteriormente). Em sua compulsão, chega a violentá-lo, ato que somente é interrompido quando Travis consegue escapar da tubulação onde era mantido preso. (DETENÇÃO, 2010, 01:20:20 min)

O experimento mal completa uma semana e os conflitos e a agressividade estavam plenamente manifestos. Travis, ao impedir o estupro do prisioneiro homossexual, começa a libertar todos com a chave que Chase possuía. Nix, um dos personagens do grupo dos “prisioneiros”, era um neonazi que já havia sido preso: ele meio que “previu” o que estava acontecendo. Nesse momento, sua ideologia política não importava: ele é libertado junto com os demais prisioneiros que buscavam a desforra contra os guardas, totalmente acuados.

O personagem Benji, que era o prisioneiro diabético, termina morrendo em razão da complicação da crise de diabetes e da agressão feita por Barris que, junto com os guardas que o apoiavam, não prestaram o devido socorro a ele. Os guardas, da sala de monitoramento, ficam apavorados ao perceberem pelas câmeras de segurança que todos os prisioneiros estavam sendo libertados. Diante da morte de Benji, até mesmo Travis, que se definia como pacifista, entrega-se cegamente ao desejo de vingança.

Podemos notar, nas ações dos personagens que esse filme representa, algo semelhante à prática banal do “mal”: por mais violentos que seus atos fossem, tanto física quanto psicologicamente, a maioria dos “guardas” não se recriminava: viam-se plenamente justificados, pois apenas estavam tentando fazer com que as regras fossem respeitadas, independentemente dos meios empregados para que isso ocorresse. No filme, o critério para a

punição é que ela fosse “proporcional” à falta cometida. Todavia, tais punições rapidamente se transformaram em abusos, humilhações, agressões físicas e violência sexual. Ainda que se possa apontar alguns pontos fracos nos estudos desenvolvidos por Theodor Adorno acerca do tipo antropológico autoritário, Stéphane Haber (2014) afirma que:

Do ponto de vista psicológico, os indivíduos desse tipo se caracterizam por sua rigidez não comunicacional para com o outro, pela frustração e falta de distanciamento crítico em relação a si mesmo, pela frieza nas relações interpessoais e pela dureza da partilha que instauram entre “os nossos”, constituídos no modelo da família, e os outros, os estrangeiros. [...] o indivíduo elabora, por exemplo, racionalizações morais (a busca da responsabilidade dos males do presente, o desejo de “educar” as minorias) que mascaram mal a influência de desejos punitivos puros e simples ou mesmo fantasmas purificadores mortíferos (HABER, 2014, p. 355).

Robert Paxton ressalta certa dificuldade em compreender o fenômeno do fascismo: “o fascismo não consistia nem da aplicação direta de seu programa nem de oportunismo desmedido” (PAXTON, 2007, p. 359). O fascismo/fascista apresenta-se como uma prática/sujeito paradoxal, inconstante, ambivalente, como se fosse dotado(a) de múltiplos polos que orbitam um “centro” mais denso, autoritário.

É curioso que mesmo com toda a gama de informações, testemunhos, registros e estudos que já foram feitos acerca do período nazifascista e sobre regimes totalitários, como o de Stálin, por exemplo, ainda haja tanta sedução por posturas autoritárias e (proto)fascistas no seio de sociedades civis que vivem em regimes democráticos. Uma reflexão bastante significativa sobre esse tema foi formulada pelo filósofo Umberto Eco:

[...] embora os regimes políticos possam ser derrubados e as ideologias criticadas e destituídas de sua legitimidade, por trás de um regime e de sua ideologia há sempre um modo de pensar e de sentir, uma série de hábitos culturais, uma nebulosa de instintos obscuros e de pulsões insondáveis. Há, então, outro fantasma que ronda a Europa (para não falar de outras partes do mundo)? (ECO, 2002, p. 34).

Seria esse fantasma a nos assombrar o fascínio e a sedução de posturas fascistas e autoritárias? Na análise desse espectro fantasmagórico, Umberto Eco conjectura ainda: “[...] considero possível indicar uma lista de características típicas daquilo que eu gostaria de chamar de “Ur-Fascismo”, ou “fascismo eterno” (ECO, 2002, p. 42). Tal lista, em síntese, é composta por: 1) o “*culto da tradição*”: este, por “sincretismo”, aglutina contradições, num misto conveniente de fé no mito e na ciência; 2) a “*recusa da modernidade*”: louva-se os progressos científicos, mas critica-se sua superficialidade, idealizando o passado, o “sangue” e a “terra”; 3) o “*culto da ação pela ação*”: a valorização extrema da “prática”, da “ação” e a suspeita/desvalorização de todo trabalho teórico, intelectual ou cultural, tidos como inferiores; Vemos em 4) a rejeição do “*desacordo*” em favor de um consenso imposto: “Na cultura moderna, a comunidade científica percebe o desacordo como instrumento de avanço dos

---

conhecimentos. Para o Ur-Fascismo, o “*desacordo é traição*” (ECO, 2002, p. 45); 5) a adoção do “racismo” e, por extensão, da xenofobia; 6) O “*apelo às classes médias frustradas*”, em crise econômica ou desvalorização social; 7) A valorização do “*Nacionalismo*” como substituto de uma identidade em falta ou enfraquecida e a obsessão pela ideia de “*complô*”, organizado por inimigos internos/externos; 8) a ambivalência de criticar e invejar aquilo que o “inimigo” possui e que o fascista não tem;

Observamos ainda: 9) o ideal de “*vida para a luta*”, antipacifista, pois “*...o pacifismo é conluio com o inimigo*” (ECO, 2002, p. 47); 10) um “elitismo” reacionário e o desprezo pelos mais fracos; 11) um ideal de “*herói*”, encarnado no líder visto como modelo a ser imitado; 12) o reforço do “*machismo*” e a depreciação do gênero feminino/homossexual; 13) um “populismo qualitativo”, demagógico, um tipo de “elitismo popular”, pois quem obedece o líder/grupo participaria de uma “elite”; Por fim, 14) o uso de uma “neolíngua”, pouco expressiva, defensora de uma comunicação empobrecida, limitada, tanto no seu conteúdo, quanto em sua forma. Umberto Eco rubrica: “O Ur-Fascismo pode voltar sob as vestes mais inocentes. Nosso dever é desmascará-lo e apontar o indicador para cada uma de suas novas formas – a cada dia, em cada lugar do mundo” (ECO, 2002, p. 52).

No término do filme, os guardas, que sempre foram minoria, estão aterrorizados: apenas algumas portas os separam dos prisioneiros libertos e furiosos. Barris ainda acredita que os coordenadores do experimento iriam impedir novas agressões e que os prisioneiros voltariam a obedecer, reconhecendo a autoridade dele (e dos guardas) e a própria subalternidade/inferioridade. Com a invasão da sala de monitoramento, os guardas correm para salvar suas vidas. Barris tenta, numa última cartada, pedir que todos lutassem contra os prisioneiros, que defendessem aquilo que era “o mundo deles” (DETENÇÃO, 2010, 01:23:00 min). Uma verdadeira batalha ocorre. Barris esfaqueia a mão Travis durante a luta e, na iminência de mais uma morte, a luz vermelha se acende, encerrando o experimento.

Os portões da instalação onde tudo ocorreu se abrem. Nenhum responsável pelo experimento aparece para dar alguma resposta ou satisfação. O mesmo ônibus que os trouxe, vem buscá-los. Agressores e agredidos, Barris e Travis, sentam-se quase que lado a lado, com os cheques em mãos e os corpos feridos. Pareciam soldados derrotados e prisioneiros de guerra libertos, voltando para casa após o término do conflito. Sentiam-se, talvez, como muitos que apoiaram

regimes nazifascistas e ditatoriais após a queda destes, encarando o olhar e a presença daqueles que foram suas vítimas.

Dentro do ônibus em movimento, Nix pergunta à Travis: “Ainda acha que somos mais evoluídos que os macacos na cadeia evolucionária?” ao que Travis responde: “Acho. Ainda podemos fazer alguma coisa a respeito” (DETENÇÃO, 2010, 01:29:00 min). Por fim, os sobreviventes, principalmente os prisioneiros, aparecem na TV, para denunciar todos os abusos ocorridos e sugerem que tentarão localizar os responsáveis pelo experimento, para que estes possam pagar pelo crime que orquestraram. No entanto, quem devemos responsabilizar: os organizadores do experimento ou a violência latente em cada um de nós?

### **Considerações Finais**

Ao término desse trabalho, podemos avaliar alguns resultados, sem perder de vista os limites de nossa discussão. A partir da análise de dois filmes, baseados em fatos reais (nas experiências comportamentais de Ron Jones e Philip Zimbardo), juntamente com o diálogo com filósofos, cientistas políticos, historiadores e psicólogos, pudemos ver a complexa trama que envolve regimes/práticas (proto)fascistas e o apoio/aceitação de indivíduos ou grupos, dotados com uma predisposição autoritária ou moldados/encorajados para adquiri-la.

Longe de defendermos qualquer tipo de determinismo, para afirmar, p.ex., que os nazifascistas não tinham outra escolha a não ser se tornarem o que se tornaram, acreditamos que o termo “psicossocial” indica bem a área fronteira entre o surgimento de uma personalidade autoritária e o apoio a um indivíduo, grupo ou ideologia também autoritária. Se os estudos derivados da Escola de Frankfurt, entre os quais a pesquisa de Adorno e seus colaboradores, apresentam deficiências, cabe superá-las e, tal como sugeriu Umberto Eco, continuar tentando compreender, criticar e evitar fenômenos autoritários, fascistas, totalitários ou fundamentalistas/extremistas, cuja existência histórica já causou danos indelévels.

Ao analisarmos o filme “A Onda”, tentamos mostrar como os elementos “estéticos” próximos ao fascismo podem fascinar as pessoas, haja vista que termos ou imperativos como “manter a ordem”, garantir a “disciplina”, a “obediência”, ou respeitar a “autoridade”, por exemplo, possuem uma carga semântica muito “positiva”. Devemos, contudo, questionar: qual tipo de ordem? A que custo ou através de que meios essa obediência deve ser mantida? Quem se beneficia dessa disciplina ou obediência e para que fins ela serve?

Na discussão do filme “Detenção”, vimos a emergência de elementos autoritários próximos ao fascismo. É certo que há distâncias entre ambos. No entanto, as áreas de contato devem ser criticadas e não subestimadas. Os personagens que representavam os “guardas” desejavam manter a ordem, as regras, a disciplina, exigindo respeito à autoridade. Contudo, isso só foi feito à custa da integridade física/psicológica dos outros.

Torna-se necessário sempre compreender que autoridade não se confunde com autoritarismo, que ordem e disciplina não significam abusos, humilhações e exclusão e que respeito não se confunde com temor. Como já foi dito numa música, “o fascismo é fascinante e deixa a gente ignorante e fascinada”. Devemos tentar evitá-lo, assim como todas as outras formas de poder associadas ao autoritarismo, independente de qual seja a bandeira. Por fim, na conclusão desse trabalho, esperamos ter contribuído no esclarecimento de algumas questões (teóricas, metodológicas ou conceituais) e na proposição de outras.

### Referências

- A ONDA (DIE WELLE). Direção: Dennis Gansel. Ratpack Production. Alemanha. 2008. DVD. 01:47:00 min.
- ADORNO, Theodor; BRUNSWICK-FRENKEL, Else; LEVINSON, Daniel J.; SANFORD, R. Nevitt. *La Personalidad Autoritaria*. Buenos Aires. Editorial Proyección, 1965.
- ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_, *Eichmann em Jerusalém: Um Relato Sobre a Banalidade do Mal*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2011.
- CARONE, Iray. A Personalidade Autoritária: Estudos Frankfurtianos Sobre o Fascismo. *Revista Sociologia em Rede*, Goiás, GO, v. 2, n 2, 2012, p. 14-21. Disponível em <<http://redelp.net/revistas/index.php/rsr/article/view/2carone2/9>>. Acesso: Dezembro 2015.
- DETENÇÃO (The Experiment). Direção: Paul Scheuring. Alliance Cinema. Estados Unidos. 2010. DVD. 01:36:00 min.
- ECO, Umberto. O Fascismo Eterno In: *Cinco Escritos Morais*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.
- FERRO, Marc. *Cinema e História*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.
- GOMIDE, Ana Paula de Ávila; MACIEL, Ruth Marques; O Legado da Pesquisa The Authoritarian Personality Para o Campo da Psicologia Social. *Perspectivas em Psicologia*. Uberlândia, MG, v. 19, n. 1, p. 196-216, jan/jun 2015. Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/30854/16836>>. Acesso: setembro 2015.

- 
- HABER, Stéphane. Patologias da Autoridade: Alguns Aspectos da Noção de “Personalidade Autoritária” na Escola de Frankfurt. In: Princípios – *Revista de Filosofia*, Natal, RN, v. 21, n. 36, p. 337-360, jul/dez. 2014.  
<<http://www.periodicos.ufrn.br/principios/article/view/6771/pdf>>. Acesso: janeiro 2015.
- KONDER, Leandro. *Introdução ao Fascismo*. São Paulo. Expressão Popular Editora, 2002.
- LENHARO, Alcir. *Nazismo: “O Triunfo da Vontade”*. São Paulo/SP: Editora Ática, 2003.
- PAXTON, Robert. *Anatomia do Fascismo*. São Paulo: Editora Paz & Terra, 2007.
- ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha. *A Construção Social dos Regimes Autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro, 2011.
- SACCOMANI, Edda. Fascismo. In: BOBBIO, Norberto (Org.). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p. 466-475.
- SONTAG, Susan. *Sob o Signo de Saturno*. São Paulo: L&PM Editores, 1986.
- STOPPINO, Mario. Autoritarismo. In: BOBBIO, Norberto (Org.). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p. 93-104.
- \_\_\_\_\_. Ditadura. In: BOBBIO, Norberto (Org.). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p. 368-379.

---

## O Novo Florescer da Independência: Afonso Celso e o Congresso Internacional de História da América (Rio de Janeiro, 1922)

Lúcio Nascimento<sup>164</sup>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho consiste em analisar o discurso proferido pelo conde de Afonso Celso na abertura do Congresso Internacional de História da América realizado no Rio de Janeiro em 1922. Este congresso, organizado pelo IHGB, fez parte das atividades de comemoração do Centenário de Independência, tema pouco estudado pela historiografia brasileira. Para elucidar esse discurso, o presente trabalho se insere na interface entre a história da historiografia e a história intelectual, pois não há como examiná-lo sem considerar o contexto intelectual do período (1910/20), o fato de ter ocorrido à abertura de um evento oficial que reunia intelectuais e personalidades do Brasil e de diversos países do mundo, e que a narrativa de passado mobilizada pelo conde de Afonso Celso partia de elementos que poderiam ou não ser compartilhados pelos presentes.

**Palavras-Chave:** Afonso Celso. Congresso Internacional de História da América. História da Historiografia.

## New Bloom of Independence: Afonso Celso and the International Congress of American History (Rio de Janeiro, 1922)

**Abstract:** The objective of this study is to analyze the speech by Count Afonso Celso at the opening of the International Congress of History of America held in Rio de Janeiro in 1922. This conference, organized by IHGB, he was part of the Independence Centennial celebration activities, little studied topic in Brazilian historiography. To elucidate this discourse, this work is part of the interface between the history of historiography and intellectual history, because there is no way to examine it without considering the intellectual context of the period (1910/20), the fact that it occurred opening an official event which brought together intellectuals and personalities from Brazil and various countries in the world, and the last narrative mobilized by Count Afonso Celso started from elements that might or might not be shared by those present.

**Keywords:** Afonso Celso. International Congress of History of America. History of Historiography.

### Introdução

Ao olhar para o discurso realizado pelo conde de Afonso Celso<sup>165</sup> na sessão de abertura do Congresso Internacional de História da América, doravante chamado de

---

164 Mestrando em História pelo PPGH-UERJ. Graduado em História pela SUAM-RJ. Membro da Comunidade de Estudos em Teoria da História e História da Historiografia (COMUM-UERJ). Pesquisador-Júnior no Real Gabinete Português de Leitura (RJ). Professor de História da Rede Estadual no Rio de Janeiro e de História aplicada ao Turismo no SENAC/RJ. E-mail: prof.joselucio@gmail.com.

Congresso de História, não se pode deixar de observar o contexto em que ele se insere, o evento que está participando e o próprio discurso que ele proferiu. Considerar estas questões faz parte do método de análise da produção historiográfica proposto por Michel de Certeau no início da década de 1980, em *Operação Historiográfica*<sup>166</sup>.

As décadas de 1970/80 podem ser vistas como um marco para a revisão na forma de pensar a História e sua relação com a memória. Neste período começava a ganhar força os estudos de historiografia, a escrita da História passava a ser objeto de historiadores. Isto não significa que estudos dessa forma não tenham ocorrido anteriormente. Considerando o caso brasileiro, Pereira, Santos e Nicodemo (2015) demonstram que o uso do termo historiografia no Brasil entre 1870 e 1950 estava ligado ao processo de disciplinarização da história. Já na década de 1950, Sergio Buarque de Holanda e Astrogildo Mello Rodrigues publicaram artigos sobre análise destacando o que entrava ou não na categoria na historiografia brasileira.

A historiografia como campo de estudos passou a ser reconhecida em 1980, após a criação da Comissão Internacional de História da Historiografia criada por um grupo de estudiosos reunidos em Bucareste (GUIMARÃES, 2011). Neste mesmo período, emergiram novos estudos que visavam relacionar a história intelectual e dos intelectuais com a sua produção historiográfica, além de se reconhecer que a História também servia para legitimar projetos de nação (SIRINELLI, 1998; GUIMARÃES, 2003; HARTOG; REVEL, 2001). A produção de letrados do século XIX passou a ser objeto de análises sistemáticas por historiadores.

Este trabalho se insere na interface entre os estudos da história da Historiografia e da história dos Intelectuais<sup>167</sup>. Para tanto, parte do questionamento de como o Conde de Afonso Celso apresentou a sua versão da Independência do Brasil em seu discurso de abertura no

---

165 Afonso Celso Assis Figueiredo Júnior (1860-1938) ficaria mais conhecido na História do Brasil como Conde de Afonso Celso. Entre 1912 e 1938, foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tendo assumido a cadeira após a morte do Barão do Rio Branco. Nascido em Ouro Preto em 1860, foi professor, poeta e historiador, além de político.

166 O referido texto abre a coletânea *Faire de l'histoire. Nouveaux problèmes, nouvelles approches, nouveaux objets* organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora publicada em 1974. A publicação de *L'écriture de l'Histoire* de Michel de Certeau é de 1975; neste artigo consideramos a presente em: *A Escrita da História*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2013.

167 Neste artigo consideramos as proposições teóricas propostas por Sirinelli (1998) acerca da história dos intelectuais; porém, no Brasil, durante a Primeira República o campo intelectual ainda não está formado, por isso preferimos nos referir aqueles que produzem conhecimento histórico e ou científico neste período como letrados, tal como apontam Gomes (1998) e Miceli (2001). Porém, estes letrados também podem ser vistos como mediadores culturais, pois atuavam na produção, divulgação e/ou disseminação do conhecimento produzido, dentro e fora dos espaços acadêmicos (GOMES; HANSEN, 2016).

---

Congresso de História, no Rio de Janeiro, em 1922. Lembrando que este congresso foi parte das comemorações do Centenário de Independência e que neste momento era *mister* repensar os marcos históricos da História Nacional. Este artigo contribui, também, com o campo por ser um estudo de caso com a possibilidade de confrontá-lo com as concepções de História e com leituras sobre o passado que se construía no Brasil no primeiro quartel do século XX.

### **O Centenário da Independência: O Ponto de Partida**

Quando pensamos o ano de 1922, logo nos vem à mente a Semana de Arte Moderna realizada em São Paulo, a fundação do Partido Comunista Brasileiro ou a ação dos tenentes no Rio de Janeiro na campanha dos 18 do Forte. Contudo, pouco se vê sobre a comemoração do Centenário da Independência do Brasil realizado no Rio de Janeiro neste ano (MOTTA, 1992). Isto ocorre, como sabemos, porque a memória nacional não é algo dado ou pronto, mas, sim, construído, sendo espaço de disputa entre intelectuais e historiadores (HARTOG; REVEL, 2001). Para Paul Ricoeur (2007), dentro da memória estão presente a lembrança e o esquecimento, a escrita da História pode reforçar um ou outro de acordo com a representação do passado que deseja construir.

Por causa das comemorações do Centenário da Independência os letrados brasileiros se viram impelidos a repensar o Brasil. Estes debates ocorreram ao longo das décadas de 1910/20, seja em espaços de produção acadêmica, tais como a Revista do IHGB, seja em veículos de ampla divulgação, tais como jornais e revistas. Além disso, o Instituto Histórico organizou dois grandes congressos nestas décadas: o I Congresso de História Nacional, em 1914, e o I Congresso Internacional de História da América, realizado em 1922, ano do centenário da Independência. Nas páginas subsequentes trataremos da prática dos membros do Silogeu de participar de eventos acadêmicos como este para que fique mais claro a importância que eles possuem, e em especial o I Congresso Internacional de História da América, no qual o Conde de Afonso Celso fez o discurso, objeto de estudo deste artigo.

Não podemos deixar de sublinhar que a passagem do Regime Monárquico para o Republicano fez com que o IHGB passasse por maus momentos. No período entre a instauração da República e o Barão do Rio Branco tornar-se presidente da casa, esta instituição deixou de contar com o mecenato do Estado. As verbas que eram destinadas a Escola Palatina pelo imperador D. Pedro II deixaram de ser recebidas. Contudo, como destacam Iumatti e Velloso (2014), nos primeiros anos da República ocorreu o crescimento do

número de Institutos Históricos e Geográficos, sejam estaduais, sejam municipais, que produziam saber científico que poderia ser utilizado em disputas políticas, em especial questões territoriais. Com o Barão do Rio Branco na presidência este papel ira se solidificar.

Novas mobilizações do passado poderiam ser realizadas por aqueles que disputavam territórios ou para legitimar a domínio sobre uma região. Os conhecimentos históricos e geográficos eram utilizados para comprovar a posição de uma das partes em questões de terras; este por sua vez deveria se assentar em bases científicas reconhecidas por seus pares. O governo republicano passou a financiar expedições de pesquisas em vários estados. Mesmo tendo sido financiado pelo governo imperial, nos primeiros anos da República ocorreria a aproximação entre o governo republicano e o IHGB. Esta aproximação possibilitou que alguns projetos do Instituto fossem financiados pelo governo republicano; igualmente como era no Instituto a república buscava elementos para justificar o novo regime (IUMATTI; VELLOSO, 2014).

O mesmo ocorria com as construções sobre o passado, uma vez que os pares poderiam auxiliar a definir o que fazia ou não parte da concepção de nação. A própria noção de Golpe ou Proclamação foi largamente discutida dentro do Instituto, havendo membros que defendiam uma ou outra opção (SOUZA, 2015). Estas posições, por sua vez, eram sustentadas com base na pesquisa documental, juntando o caráter experimental, monográficos e baseados nos estudos dos principais centros de pesquisas na Europa e EUA. Além disso, o IHGB era visto, à época, como principal centro de produção histórica no Brasil, estando, muitas vezes, sendo palco de debates sobre quais representações do passado eram legítimas (GUIMARÃES, 2003, 2006, 2007; SOUSA, 2015; HRUBY, 2008).

Nos últimos anos, estudos realizados por Monica Veloso (2003; 2010), Ângela de Castro Gomes (2009) e Manoel Salgado Guimarães (1988; 2003) apontam que no século XIX se iniciou a busca por compreender o que era a nação brasileira. Neste caminho os trabalhos realizados pelos membros do IHGB na primeira metade do século XIX podem ser vistos como um esforço no sentido de buscar estabelecer o projeto de nação para o Brasil. Não obstante, o Instituto Histórico realizou um concurso para saber como escrever a História do Brasil, vencido por Von Martius em 1844; contudo, Von Martius escreveu o plano de redação, mas não o texto. Ficaria para Francisco Adolfo de Varnhagem a tarefa de escrever a

---

primeira História Geral do Brasil sob a égide do IHGB (GUIMARÃES, 1988; OLIVEIRA, 2013).

A partir da década de 1870, com o fim da Guerra do Paraguai e o início da crise do império, surgiu uma nova geração de letrados que visava apresentar uma nova resposta para a questão do que era a nação brasileira. Composta por mediadores culturais de diferentes lugares do Brasil e com atuação profissional diversa, esta geração seria chamada pela historiografia atual de *Geração de 1870*. Pode-se destacar neste grupo nomes como Tobias Barreto, Silvio Romero, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha e Graça Aranha (VELOSO, 2003; 2010). A partir de diferentes olhares estes pensadores buscaram responder à questão do que era a Nação brasileira.

Se a crise do império iniciada na década de 1870 foi importante para que este grupo de letrados repensasse a ideia de nação brasileira, dois eventos ocorridos no final da década de 1880 fariam com que o projeto de nação fosse novamente repensado. A Abolição da Escravatura (1888) e a instauração da República (1889) modificavam as experiências vividas e projetavam novas expectativas na construção do imaginação de nação (KOSELLECK, 2006; GUIMARÃES, 2010). Isso fica visível na disputa em como se interpretaria a instauração da República: esta foi um golpe, algo que era do momento político, ou foi proclamada, algo esperado há muito tempo e que poderia ser comprovado por fatos anteriores (SOUSA, 2015).

Ângela Maria de Castro Gomes ressalta que o *historiador/letrado/mediador cultural* durante a *Belle Époque* (1870-1930) era um agente social participativo no campo político (GOMES, 2009; GOMES; HANSEN, 2016). Sua atuação não se limitava a pensar os processos históricos, mas, muitas vezes, estavam presentes em discussões que eram próprias do momento que vivia, tanto por ações entre seus pares como pela atuação em jornais de sua época. Nos jornais se debatia o que seria a imagem do Brasil, um país moderno e cosmopolita, ligada as cidades litorâneas, ou um país tradicional, ligado às tradições do interior e da cultura rural. Neste debate estavam presentes diferentes intelectuais tais como Max Fleuiss, Capistrano de Abreu, Sílvio Romero e o conde de Afonso Celso, que como veremos a frente, no seu discurso na abertura do Congresso de História da América fez sua escolha.

A comemoração do Centenário era o momento propício para se repensar a história do Brasil. Desde sua instauração, a República vinha produzindo uma visão de História que

pudesse legitimar seu projeto de nação. Na década de 1920, seria um momento oportuno para se fazê-lo, uma vez que a República já mostrava sinais de desgastes, trazendo a possibilidade de construção de novos horizontes de expectativas. Além disso, a Grande Guerra (1914-1918) deixou como uma de suas consequências a necessidade de se olhar tanto para o passado, quando para o futuro. O historiador, neste sentido, é aquele que utiliza os vestígios encontrados, transformando-os em fontes para: 1) analisar os fatos já apresentados; 2) construir novas interpretações de fatos a partir das fontes (KOSELLECK, 2006).

O Primeiro Congresso Internacional de História da América, que ocorreu em 1922, era um espaço excepcional para isso, uma vez que ocorreria durante as festividades do Centenário da Independência do Brasil. A Independência trouxe a Monarquia como seu regime político e a República, que a derrubou, precisava criar uma narrativa que ligasse a separação Política de Portugal com o presente que se vivia naquele momento da década de 1920. No seio da comunidade de letrados, coube a IHGB promover um evento que auxiliasse a realizar esta reconstrução.

### **O Congresso Internacional de História da América no IHGB (1922)<sup>168</sup>**

A solenidade de abertura do Congresso foi realizada no dia 08 de setembro de 1922 e contou com personalidade ilustres, tais como o Dr. Epitácio Pessoa, membro do IHGB, presidente solene do Congresso e presidente do Brasil naquele momento, Charles Evans Hughes, secretário d'Estado dos Estados Unidos da América, sir. John Tilley, embaixador da Inglaterra, Eufrásio Losa, embaixador da Argentina, além de outras personalidades de vários países do continente americano<sup>169</sup>. Pensado para ser um grande evento na comemoração do Centenário d Independência do Brasil, neste congresso o Conde de Afonso Celso e outros membros do IHGB objetivam apresentar suas construções acerca do passado do Brasil.

Dentre as atividades deste Congresso, temos que entre os dias 9 a 14 de setembro realizaram-se as seções e sub-sessões previstas no Congresso, onde letrados não apenas do Brasil, mas de quase todos os países da América e de algumas nações europeias, tais como Portugal, França e Inglaterra, poderiam apresentar suas memórias. A tabela 1 apresenta as sessões e seus temas.

---

168 Lúcia Mª P. Guimarães já analisou o Congresso Internacional de História da América em diversos textos (GUIMARÃES: 2005; 2006; 2007).

169 Neste texto, o termo *americano(s)* se refere a todos os países da América; para se referir aos nativos dos Estados Unidos da América utilizamos o termo *estadunidense*.

<b>Tabela 1 – Seções do I Congresso Internacional de História da América</b>	
1ª – História Geral da América.	18ª – História da República Argentina.
2ª – História dos Estados Unidos da América do Norte.	19ª – História do Uruguai.
3ª – História do México.	20ª – História de Cuba.
4ª – História da Guatemala.	21ª – História da República Dominicana.
5ª – História de Honduras.	22ª – História do Haiti.
6ª – História de S. Salvador.	23ª – História do Domínio do Canadá.
7ª – História da Nicarágua.	24ª – História da Guyana Inglesa.
8ª – História de Costa Rica.	25ª – História da Guyana Holandesa.
9ª – História do Panamá.	26ª – História da Guyana Francesa.
10ª – História da Colômbia.	27ª – História das Colônias insulares inglesas da América e de Honduras Britânica.
11ª – História da Venezuela.	28ª – História das Colônias insulares francesas na América.
12ª – História do Equador.	29ª - História das Colônias insulares holandesas na América.
13ª – História do Peru.	30ª - História das Colônias insulares dinamarquesas na América.
14ª – História da Bolívia.	
15ª – História do Brasil.	
16ª – História do Paraguai.	
17ª – História do Chile.	
<b>Fonte:</b> IHGB (1925, p. 16)	

Todas as seções eram divididas em nove subseções, a saber: (1) História Geral; (2) História das Explorações Geográficas; (3) História das Explorações Arqueológicas e Etnográficas; (4) História Constitucional e Administrativa; (5) História Parlamentar; (6) História Econômica; (7) História Militar; (8) História Diplomática; e (9) História Literária e das Artes (IHGB, 1925) De acordo com Lúcia Guimarães (2007) aponta que a divisão das subseções seguia a proposta de organização da história tal como definida por Charles Langlois e Charles Seignobos em seu manual de história de 1898. Tal fato indica que a forma como o Instituto Histórico organizou este congresso não se afastava dos moldes dos congressos

---

realizado na Europa e Estados Unidos desde o século XIX, tal como veremos na parte final deste artigo.

Além das atividades acadêmicas, ocorreram atividades culturais tais como visitas ao Jardim Botânico e Museu Nacional no dia 10 de setembro; no dia 12, foram visitados o Senado Nacional, Câmara dos Deputados e Biblioteca Nacional; no dia 13, foram visitados o Supremo Tribunal Federal e a Escola Nacional de Belas Artes. Pode-se observar que a escolha dos locais a serem visitados considerava não apenas atrativos científicos e culturais, mas também políticos. O que reforça a ideia de considerar os participantes deste Congresso como mediadores culturais, pois além de letrados haviam políticos e pessoas que navegavam nos dois mundos.

Havia espaços que remontavam ao período imperial. O Jardim Botânico, Biblioteca Nacional e Escola Nacional de Belas Artes foram criações de D. João enquanto este residiu no Brasil durante os anos de 1808-1821. Quanto a Biblioteca Nacional, cabe ressaltar que em 1808 ela já estava situada na Avenida Central, na Praça da Cinelândia. Construída em estilo eclético, com traços marcantes de neoclássico, o prédio da Biblioteca Nacional, junto com o Theatro Municipal e o Supremo Tribunal Federal, compunha o novo *boulevard* do Rio de Janeiro fruto das obras de melhoramentos levadas a cabo por Pereira Passos entre 1902-1906. Outros remetiam ao período republicano, tais como o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Supremo Tribunal Federal.

Voltando a tratar do Congresso de História da América, cabe ressaltar que duas sessões plenas ocorreram nos dias 12 e 14 de setembro. Na primeira o Dr. Ricardo Levene<sup>170</sup>, representante da Argentina, e membro da Junta de História y Numismática Americana, entregou a Ramiz Galvão, ao Conde de Afonso Celso, a Max Fleiuss e a Manuel Cícero certificados de sócio correspondentes da Junta de História. Ainda nesta sessão foi aprovada a elaboração da História Geral da América em conjunto com os representantes de todos os países presentes. A sessão de encerramento foi realizada no dia 15 de setembro de 1922, iniciada às 16 horas, onde houve a homenagem a José Bonifácio, chamado de O Patriota. Neste dia houve ainda um Banquete oferecido no salão da Associação dos Empregados do

---

170 De acordo com Ana Paula Barcelos da Silva (2015), Ricardo Levene foi Membro e presidente da Junta de História entre 1927 e 1931 e 1934 e 1938; participou da renovação dos estudos Históricos na Argentina, fazendo parte de um movimento conhecido como Nova Escola Histórica que defendia uma visão de história que fosse nacionalista e americanista.

---

Comércio. O fim do congresso se seguiu de uma viagem a São Paulo, entre 16 a 20 de setembro.

Em seu discurso na abertura do Congresso, o Conde de Afonso Celso utilizou de fatos da história do Brasil para demonstrar a grandeza e como este se tornou a nação que era. Considerando o momento em que foi proferido este discurso, ele torna-se capital para se analisar a relação entre História e memória e os usos políticos da história no momento em que o Brasil comemorava seu primeiro Centenário de Independência. A partir de sua experiência, o conde de Afonso Celso poderia tornar o passado vivido presente e projetar expectativas de futuro (KOSELLECK, 2006). Além disso, ao escolher os temas a serem abordados, conduzia uma relação dialética entre lembrança/recordação e esquecimento, que compõem a construção da Memória Coletiva (RICOEUR, 2007).

Podemos acessar o discurso de abertura proferido pelo conde de Afonso graças aos Anais do Congresso, que teve como secretário geral Max Fleuiss (1868-1943). Temos contato com esta preleção através de sua versão escrita, mas podemos, mesmo sem ter ouvido o discurso, analisar as figuras de linguagem utilizadas pelo Conde para construí-la. Como destaca Roger Chartier (2002), entre um texto escrito e sua leitura existe uma série de interlocuções possíveis, estas podem ser vistas ao analisar os elementos que compõem este discurso e relacioná-las com o ambiente onde foi proferido.

Na ata escrita por Max Fleuiss apenas é possível determinar a hora que a cerimônia começou, pois não há referência do horário de término. Como dissemos anteriormente, a ata indica uma série de presentes ilustres, políticos, historiadores, letrados, jornalistas e pessoas comuns. De tal modo, não podemos deixar de frisar que ao proferir seu discurso o conde de Afonso Celso, tinha que considerar esta diversidade de pessoas. Além disso, mesmo tendo se tornado um monarquista após o exílio que vivia com o pai, o Visconde de Ouro Preto, quando da instauração da República, o Brasil era, naquele momento, uma República e o chefe de Estado brasileiro estava presente na cerimônia.

A experiência vivida pode tornar o passado presente, uma vez que os acontecimentos podem ser lembrados, do mesmo modo como um evento pode ser esquecido. A História, tal como ressalta Reinhart Koselleck (2006), é o conhecimento das experiências alheias, daquilo que não foi vivido. O conde de Afonso Celso ao se referir à importância do dia 07 de setembro de 1822 cem anos depois estava mobilizando diferentes referências que podiam ou

---

não ser compartilhadas por todos os presentes. Para tanto, escolhemos três categorias utilizadas pelo Conde para analisar neste espaço.

### **A Independência como Reflexo de um Passado já Esperado**

Na construção de seu discurso Afonso Celso comparou o dia 07 de setembro de 1822 com 13 de maio de 1888, onde mais que ser o dia emancipação e da abolição, respectivamente, marcam um processo já em curso. Neste sentido, cabe sublinhar que no período final do Império o conde nutria inspirações republicanas e abolicionistas, posição que ele reveria após o exílio que viveu com o pai. Destarte, como a abolição era algo esperado para quem vivia no Brasil na década de 1880, Afonso Celso destaca que a independência era algo esperado para quem viveu o início dos anos 1820.

O conde via a Independência como um processo que se estendia de abril de 1821 a setembro de 1822. Este processo era composto por uma sucessão de eventos que marcaria o desatamento dos vínculos entre o Brasil e Portugal. Além disso, a Independência era algo esperado como fruto da própria evolução da história do Brasil, pois desde a nomeação de Christovam Jacques como governador da colônia, em 1526, até a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal, em 1815, este país já contava com sentimento que a muito já existia: o desejo de emancipação. Para Afonso Celso, por mais que o Brasil tivesse sido uma colônia de Portugal, aqui nestas terras deste as cartas de nomeação do governador-geral já havia liberdade na prática, faltando apenas a liberdade política.

Aqui cabe ressaltar que com a instauração da República em 15 de novembro de 1889 se iniciou um intenso debate dentro do IHGB sobre o significado deste evento: seria um golpe ou uma proclamação? O rompimento era algo esperado, logo 15 de novembro deveria ser visto como uma Proclamação, um ato já esperado e desejado. Então, quais eventos deveriam ser elencados para justificar este ato? Caso fosse um golpe, como representá-lo? Como explicar a separação do Império (Estado) com a nação, uma vez que na escrita da história no Instituto ao longo dos *oitocentos* a História da Nação era a Biografia do Estado? (SOUSA, 2015; GUIMARÃES, 1988).

Francisco Sousa (2015), ao analisar a querela da instauração da República no Instituto Histórico destacou que o Conde de Afonso Celso fazia parte daqueles que via a instauração da República como um desencontro da História, como um golpe. Em seu discurso no dia 08 de setembro, foi através de uma metáfora que ele se referiu a instauração da

---

República. De acordo com Afonso Celso, D. Pedro ao receber a carta enviada por sua esposa e por José Bonifácio, antes de pegar na espada para bradar a Independência, ele parou e pensou. A referência à espada, a nosso ver, consiste em uma forma de questionar a forma como a República foi instaurada no Brasil: uma ação militar sem grande reflexão.

Ao descrever o local onde ocorreu a Independência, Afonso Celso coloca na cena os militares, os civis e as pessoas do povo. Estes elementos formavam a sociedade que a República precisava legitimar. A Igreja, que fora separada do Estado quando da instauração da república, estava presente na Independência representada pela figura do padre. Assim, por mais que não tivesse mais uma posição de destaque no Estado, a Igreja Católica ainda possuía grande relevância e influência social. Cabe ressaltar que os títulos nobiliárquicos eram conferidos pela Igreja e que Afonso Celso não deixou de utilizar seu título de nobreza mesmo depois que seu uso havia sido proibido nos primeiros anos da República.

Vários membros do IHGB eram ligados ou faziam parte da estrutura eclesiástica da Igreja Católica. Entre 1889 e 1912, Hugo Hruby (2008) destaca que foram intensos os debates sobre a relação Igreja e Estado, e sobre a forma de se escrever a História do Brasil. O Padre José Maria, que era sócio do Instituto, defendia que era possível conciliar fé e ciência. Dentre os religiosos que faziam parte do Instituto, havia, também, os que defendiam que a História escrita pelo IHGB deveria considerar os movimentos da providência divina em alguns fatos da história do Brasil, tais como no Descobrimento do Brasil.

O Conde de Afonso Celso não segue esta posição de colocar nas mãos de Deus os caminhos trilhados pelos homens ao construir sua narrativa buscando no passado fatos que legitimem o presente. O que, contudo, não o impediu de utilizar metáforas religiosas para construir sua narrativa. O dia, a hora e a estação do ano também são utilizados como figuras de linguagem que ajudam a compreender a Independência, se valendo, inclusive de referência religiosas para compor a imagem por ele descrita.

A data de sete de setembro está no final do período do inverno que é seguido pela primavera, figura por ele associada ao surgimento do novo momento da história. O período de frio e escuridão simbolizado pela imagem do inverno seria seguido pelo esplendor da Independência, período de alegria, tal como marca a imagem da primavera. O fato de ser 16 horas e 30 minutos, ou seja, o dia estava terminando, serviria como simbolismo para explicar o fim da dominação portuguesa. E por ser sábado, véspera do dia de santificação (o domingo),

que no discurso se tornava ainda mais simbólico, pois o que viria seria santificado, ou seja, contava com a aprovação divina.

### **A Importância do IHGB para o Brasil**

Na análise de Afonso Celso, a independência era resultado da junção da ação de três personagens: o jovem (D. Pedro), sua esposa (D. Leopoldina) e o velho sábio homem de Estado (José Bonifácio). No final do discurso, o Conde indicaria que a função do Instituto, naquele momento, era similar à de José Bonifácio na independência: auxiliar o estadista em suas ações. Com isso, Afonso Celso retoma uma ideia que estava presente desde a fundação do IGHB: a função do Instituto não era apenas trazer mais que fatos políticos, mas auxiliar na formulação do projeto de nação (GUIMARÃES, 1988). E a metáfora serviria, naquele momento, para lembrar o papel que o IHGB deveria assumir nos tempos da república deveria ser próximo daqueles que possuía nos tempos do Império.

Nos primeiros anos da República, o IHGB passaria a assumir uma importância singular para o novo regime. Seria através da mobilização e da representação do passado que o regime poderia ser legitimado. O debate sobre o golpe ou proclamação da República viria acompanhado pela escolha de eventos no passado pudessem confirmar tal concepção. Mesmo não concordando com a instauração da República em 1889, em 1922 ela era uma realidade posta e com a qual o conde convivia. Em seu discurso o Afonso Celso buscou relacionar uma série de eventos que confirmavam a Independência, em 1822, como algo esperado. Estes, por sua vez, também poderiam ser utilizados para legitimar a República de 1889.

Afonso Celso ressaltava que deveria rememorar todos os que contribuíram para este dia, o da Independência em 1822. Iniciou a lista destacando os paulistas que em 1641 tentaram através de uma rebelião ter seu rei, sem citar nome de nenhum; trouxe em seguida Bernardo Vieira de Mello e sua ação em Pernambuco em 1711. Citou os pernambucanos de 1817 e a madre Joana Angélica com suas ações de em fevereiro de 1822. A escolha por quais eventos marcariam este destino esperado já era tema de debate na década de 1890/1900 no IHGB, como destaca Fernando Sousa (2015).

Mineiro nascido em Ouro Preto e filho do Visconde de Ouro Preto, Afonso Celso lembrou de dois personagens que faziam parte da história da antiga capitania de Vila Rica. O primeiro a ser lembrado foi Felipe dos Santos, que liderou uma Revolta em 1720 contra o governo português; depois, trouxe a cena Joaquim José da Silva Xavier, que ficaria conhecido

na memória nacional como Tiradentes, uma vez que além de militar era dentista prático. Cabe destacar que a data associada a Tiradentes não foi à da conjuração mineira, que deveria tornar-se incondência em 1789, mas o ano do enforcamento do Tiradentes em 1792. De rebelde a mártir, a imagem de Tiradentes foi uma das que foram utilizadas para construir as novas representações do passado que estavam sendo gestadas desde o início da República e Afonso Celso não deixa utilizá-la em seu discurso.

### **A Imagem da Nação Brasileira é o Litoral ou o Interior?**

Após demonstrar a vocação para a Independência, o conde de Afonso Celso faz uma descrição da ação de D. Pedro no dia 07 de setembro. O príncipe, que se tornaria o primeiro imperador, estava viajando pelo interior do Brasil, saindo da região de Minas Gerais, para onde havia ido aplacar dissídios e afirmar sua autoridade, seguindo para São Paulo. Durante esta viagem recebeu uma carta de sua esposa, D. Leopoldina, e de seu interlocutor José Bonifácio, dando notícias das ações das cortes sobre a vontade de recolonização do Brasil.

A descrição da ação é seguida pela análise da mesma, que em seu dizer “tudo em tão rápida e singela scena, é grandioso e symbolico: as personagens, o local, as circunstâncias do facto” (IHGB, 1925, p. 42). Neste ponto, o uso de figuras de linguagem tem um sentido especial, valoriza e (re)significa os acontecimentos que descrevia para um público diverso, mas que estava reunido na comemoração do Centenário daquilo que descrevia. As expressões “rápida e singela” e “grandioso e simbólico” mobilizavam referências que influenciavam na interpretação que poderia ser feita do evento que estava sendo descrito.

O grito de “Independência ou Morte” foi proferido em uma planície descampada, que, por sua vez, possuía seu simbolismo próprio. Para ele, este brado retumbante poderia se espalhar por todo o território brasileiro. Vejamos como o conde descreveu o lugar onde o fato haveria ocorrido:

Local: sítio desabitado, distante do oceano cosmopolita, vizinho da já histórica antiga Piratininga, modesta colina, humilde ribeiro, mas amplas esplanadas, horizontes interinos, – a assignalarem simultaneamente a tradição, o aspecto nacional, o porvir illimitado, a collaboração dos pequenos, a grande massa anonyma, bem como a significação, o alcance do grito que partindo do interior agreste do paiz, repercutiu por toda a sua enorme extensão (IHGB, 1925, p. 42).

Na passagem acima, vê-se Afonso Celso ressaltar o interior como aquele que conferiria identidade para o Brasil, dentro do debate que era realizado nas décadas de 1910/20, entre a imagem do litoral cosmopolita versus a do interior rural e tradicional,

representações que poderiam traduzir a imagem do Brasil Nação. A escolha pelo ambiente rural para a imagem do Brasil feita pelo Conde não deve ser vista como um consenso dentro do IHGB, nem entre os letrados brasileiros.

Havia uma corrente de letrados que via o país como possuindo características e vocação rural, questionando a capacidade dos letrados do litoral em conduzir a política nacional. Para eles, a cidade era o que havia de pior, um local sujo e aberto a estrangeirismo. O escritor e editor Monteiro Lobato (1882-1948) estava no grupo dos que viviam a vocação do Brasil como um país rural, vendo no bandeirante o herói nacional. Tal linha de pensamento bebia no romantismo e retomava a ideia de um Brasil rural para propor a identidade nacional, como o fizera um segmento da *Geração de 1870*, da qual o conde de Afonso Celso fazia parte.

Em sua obra mais conhecida, *Por que me ufano do meu país*, publicada a primeira vez em 1901 e que contou com várias reedições e com traduções para outros idiomas, Afonso Celso apresenta os motivos pelos quais o brasileiro deveria se orgulhar do seu país. De acordo com Bastos, temos que:

A obra está dividida em 42 pequenos capítulos, os quais procuram demonstrar a superioridade brasileira, a partir de onze argumentos e fatos: grandeza territorial, beleza física, riqueza, variedade e amenidade do clima, ausência de calamidades, excelência dos elementos que entraram na formação do tipo nacional, não ter sido povoado por degradados, os nobres predicados do caráter nacional, nunca sofreu humilhação e nunca foi vencido, procedimento cavalheiresco e digno com os outros, as glórias a colher a sua história (BASTOS, 2002, p. 9).

Podemos ver que na descrição apresenta por Bastos para a obra de Afonso Celso, este já apresentava alguns elementos que seriam utilizados no discurso que analisamos: a menção a recursos naturais, a imagem positiva da colonização portuguesa e o passado ferramenta para se conhecer o presente. Além disso, se aqui fomos colonizados por pessoas com nobres valores morais, por que se abrir para a influência de outros povos? Tanto no livro como no discurso aqui analisado a pessoa do interior é colocada como imagem do brasileiro. Contrapondo-se a esta visão, havia letrados que viam o Brasil como reflexo da cidade litorânea, cosmopolita e integrada ao mundo europeu<sup>171</sup>.

Cabe pensar porque o IHGB organizou um congresso de História da América no centenário da independência do Brasil. Para compreendermos esta escolha precisamos

---

171 Para saber mais: Motta (1992; 2004).

primeiro considerar a participação dos membros do Instituto em eventos internacionais e a reorientação do o Silogeu adquiriu a partir da presidência do Barão do Rio Branco e que fora seguida pelo Conde de Afonso Celso. Este é o tema da próxima seção.

### O Congresso Internacional e a Escrita da História da América

Estudos recentes demonstram que mesmo antes da formação da profissionalização do historiador em universidade, na década de 1930, o Brasil não estava alheio a produção historiográfica realizada nos principais centros de produção na Europa (GOMES, 2009; GUIMARÃES, 2007; OLIVEIRA, 2013; GUIMARÃES, 1988; NICODEMO, 2013). A circulação de letrados brasileiros em eventos internacionais eram uma constante. Tanto o governo imperial como o republicano financiaram viagens para que membros do IHGB para participar destes eventos. A tabela abaixo sintetiza alguns dos eventos científicos por onde os membros do Instituto Histórico circularam no entre 1870 e 1910.

**Tabela 1 – Participação de Membros do IHGB em Eventos Internacionais**

Evento	País	Ano	
Congresso de Ciências Históricas	Itália	1839	Luiz Moutinho Álvares e Silva
Congresso Arqueológico e Histórico de Antuérpia	Bélgica	1866	Vários Representantes
Congresso de Americanistas de Luxemburgo	Luxemburgo	1878	Barão de Rio Branco
Congresso de Ciências Históricas de Veneza	Itália	1881	Visconde de Araguaia
Exposição Universal de Paris	França	1889	Vários Representantes
Exposição Columbiana – Chicago	EUA	1892	Vários Representantes
XVI Congressos de Americanistas em Viena	Áustria	1908	Manoel de Oliveira Lima
<b>Fonte:</b> Guimarães (2007, p. 80)			

Percebe-se pelo exposto na Tabela que os membros do Instituto Histórico eram frequentadores assíduos dos eventos internacionais, neles se debatiam o que mais novo havia na produção científica. A realização de congressos e exposições internacionais era uma prática comum no cenário europeu e dos Estados Unidos do século XIX, em especial na segunda metade, e neles a presença de letrados brasileiros, inclusive enviados pelo próprio IHGB, era uma constante. No caso de membros do Instituto Histórico a presença nos círculos internacionais se iniciou, como mostra a tabela acima, um ano após a criação do IHGB.

---

Além disso, os letrados brasileiros não eram apenas ouvintes nestes eventos. A participação e a relevância do material apresentado eram uma constante, como por exemplo, no Congresso de Ciências Históricas de Veneza realizado em 1881. De acordo com Lúcia Guimarães (2007), os membros do Instituto Histórico receberam, neste evento, um prêmio que ressaltava a importância da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, quanto a sua periodicidade e qualidade para a produção brasileira como no cenário internacional. Este prêmio também congratulava os historiadores brasileiros pela qualidade dos mapas expostos ao longo do evento.

Além da participação de membros do IHGB nestes eventos, não podemos deixar de sublinhar a ação de outro importante membro do Instituto em eventos internacionais. O Barão do Rio Branco, que foi o correspondente do IHGB no Congresso de Americanistas de Luxemburgo em 1878, se tornaria ministro das Relações Exteriores e presidente da Escola Palatina, entre 1902 e 1912, ano de sua morte. Durante os anos em que esteve a frente do Ministério das Relações Exteriores, a política externa brasileira mudaria, ao invés de olhar apenas para a Europa, o Brasil passaria a participar de Conferências que reuniam países americanos, o que não acontecia nos tempos do Império, uma vez que se ligava mais a Inglaterra, França e Portugal.

Foi o próprio Simon Bolívar que convocou o Congresso do Panamá em 1826 com o objetivo de criar uma confederação entre as jovens nações latino-americanas. Foi apenas com o Manifesto do Partido Republicano em 1870 que o Brasil se aproximou dos EUA e da América Latina. Assim, quando da convocação do I Conferência dos Estados Americanos realizada entre outubro de 1889 e abril de 1890 em Washington, o Brasil participou. Nesta Conferência ficou nítida a oposição entre os interesses estadunidenses e argentinos, e que um acordo entre os países americanos seria um longo caminho a se construir. Após as conferências nos EUA, foram realizadas no México em 1901/02, no Rio de Janeiro em 1906 e em Buenos Aires em 1910.

A III Conferência Internacional Americana foi realizada no Rio de Janeiro entre 23 de julho e 27 de agosto de 1906. Todos os países da América foram convidados, exceto o Canadá, tendo enviado representantes dezoito países. Mesmo atendendo a questões levantadas por quase todos os países que representados, neste encontro os representantes brasileiros evitaram, ao máximo, temas que fossem controversos. Tal postura de evitar

---

grandes embates pôde ser vista tanto no Barão do Rio Branco quanto no secretário de Estado dos Estados Unidos Elihu Root (BUENO, 1997).

Na análise que fez do memorial da III Conferência, Bueno (1997) observou que a Argentina era a maior opositora das propostas de Pan-Americanismo. Os portenhos tinham uma posição comercial mais isolada no contexto de relações comerciais da América, tendo o seu fluxo comercial ligado a Europa. Havia uma concorrência entre os argentinos e os estadunidenses no comércio de trigo desde 1870, o que fazia com que os primeiros fizessem acordos bilaterais com o Brasil, mercado que estava em franca expansão. Se do ponto de vista econômico a Conferência de 1906 resultou em poucos dividendos econômicos para o Brasil, esta pôde aproximá-lo ainda mais dos EUA. Além disso, a ação do Barão do Rio Branco foi uma mostra de seu prestígio político ao trazer para o Rio de Janeiro antes de Buenos Aires a Conferência, mostrando que as relações entre o Brasil e os EUA eram intensas desde a passagem do século XIX para o XX.

No caso dos Congressos de História a serem promovidos pelo IHGB, houve em 1908, ainda sob a presidência do Barão do Rio Branco, a tentativa de se fazer um primeiro congresso internacional reunindo pesquisadores brasileiros e portugueses. Este projeto não se realizou devido ao assassinato do monarca português D. Carlos que estava com visita marcada ao Brasil. Nas duas décadas seguintes, o nacionalismo se efervesceu e o IHGB realizou dois grandes congressos. O I Congresso de História Nacional, em 1914, e Congresso Internacional de História da América realizado dentro das comemorações do Centenário da Independência, ocorrido no Rio de Janeiro em 1922 (GUIMARÃES, 2005; 2006; 2007).

Nas palavras de Lúcia Guimarães, temos que:

Os ventos do culto à nacionalidade também sopravam pelos lados do Instituto Histórico. Afinal, dentre as ligações do catecismo cívico, sobressai-se o estudo da história pátria. Tanto que, em 23 de abril de 1913, o historiador e diplomata Manuel de Oliveira Lima pronunciou uma conferência, que obteve grande ressonância entre os letrados e políticos, intitulada “O atual papel do Instituto Histórico”. [...] Tarefas pedagógicas de *assinalado serviço a causa nacional*, no entender do conde de Afonso Celso, então presidente do Instituto, figura reconhecida como *chefe venerável do nacionalismo brasileiro* (GUIMARÃES, 2007, p. 81).

De acordo com Lúcia Guimarães (2006; 2007), Manoel de Oliveira Lima após participar do Congresso de Americanistas realizado em Viena em 1908 escreveu uma série de crônicas sobre o evento. Nessas crônicas, lamentava que não ocorreria um evento deste tipo no Brasil. Não obstante, em sua conferência proferida no Instituto em 1913, intitulada *O atual*

---

*papel do Instituto Histórico*, defendeu que cabia a este órgão realizar esta empreitada. Ação que se confirmou com a realização do I Congresso de História Nacional em 1914. Foi no I Congresso de História Nacional que Afonso Arinos e Max Fleuiss, então secretário-geral do IHGB, sugeriram a realização do Congresso Internacional de História da América dentro das comemorações do Centenário, alinhando o Instituto as ações iniciadas pelo Barão do Rio Branco, de reorientar a posição do *Silogeu* para olhar também para a América.

No instituto a ideia de se comemorar o primeiro Centenário da Independência não era nova, já havia sido levantada pelo conselheiro Manuel Francisco de Correia ainda em 1898. Foi João Mendes e Afonso Arinos que trouxeram, em 1903, para o Instituto a ideia de se fazer um Congresso de História Nacional, já com o objetivo de avaliar a situação dos estudos históricos no Brasil.

Entre 1914 e 1922, ocorreram algumas reuniões preliminares para organização do Congresso. Na sessão de 15 de fevereiro de 1915 foi expedida uma portaria de nomeando a Comissão Executiva do Congresso de Internacional de História da América. A primeira reunião desta comissão, sendo a reunião coordenada pelo presidente perpétuo do Instituto, o Conde de Afonso Celso, foi realizada em 23 de fevereiro de 1915 e se decidiu pela composição da Comissão Executiva do evento. Em 09 de agosto de 1916 seguiu, via Ministério das Relações Exteriores, as instruções para proceder com os convites.

Em 1º de setembro de 1922, houve a Primeira Sessão Preparatória do Congresso. Nesta sessão Ramiz Galvão propôs que a comissão organizadora redigisse o Regimento Interno do Congresso. Neste grupo estavam os brasileiros Manuel Cícero, Tavares Lyra, Nuno Pinheiro, Solidonio Leite e o argentino Dr. Enrique Loudet. O regimento de interno foi aprovado na terceira sessão realizada a 06 de setembro. Nesta sessão foi anunciada a compra da Casa de Tiradentes, em Ouro Preto, pelo IHGB e foram eleitos os cargos de honra do Congresso.

Considerando que o evento ocorreu nas comemorações do Centenário da Independência do Brasil, este teve como tema a história da América por sugestão de Afonso Arinos e Max Fleuiss, no final do I Congresso de História Nacional realizado em 1914. Foi Ramiz Galvão, na primeira seção preparatória realizada em 1º de setembro de 1922, nas dependências do IHGB, que sugeriu aos presentes que além dos trabalhos do congresso os participantes cuidassem da elaboração de uma redação de história da América a ser terminada

até 12 de outubro de 1925; tal proposta foi aprovada por unanimidade pelos presentes nesta seção (IHGB, 1925).

Em seu discurso na abertura do Congresso o tema da escrita de uma História da América, assim como a importância que o Novo Mundo deveria possuir no pós-guerra se fizeram presentes. Vejamos as palavras de Afonso Celso:

Torna-se o Novo Mundo o renovador do Mundo; institua-se a paz americana, mais augusta e gloriosa do que a paz octaviana dos Cesares, – a paz da democracia, do trabalho, do progresso moral, a paz com que os anjos saudaram o Natal do Messias. E, na verdade, caberá a América uma missão messiânica: a de evangelizar e estabelecer o direito, a justiça, a felicidade possível na terra; a de regenerar, sobretudo pelo exemplo, o gênero humano; a de fazer as suas vinte uma nações atingirem o ideal, a semelhança das doze tribos de Israel que, através de tantas vicissitudes chegaram à terra da Promissão (IHGB, 1925, p. 44).

Observa-se, nas palavras de Afonso Celso, que havia entre os membros do IHGB a ideia de aproximação entre os países americanos. Tais países, por sua vez, deveriam assumir um novo papel no cenário internacional. Não se pode esquecer que em 1922 havia apenas quatro anos que a Primeira Guerra Mundial tinha terminado, o que auxilia a compreender a *missão da América* como aquele que poderia se tornar o principal continente a partir daquele momento.

Vê-se, também, que as metáforas religiosas, das quais falamos anteriormente, foram utilizadas no final do discurso como forma de criar a imagem explicativa das ideias do Conde. Tais imagens combinavam a busca pelo uso científico, utilizando referências de fatos passados, com uma visão de História Mestra da Vida, onde estes fatos poderiam ensinar e criar um projeto de nação, e de continente, demonstrando que o horizonte de expectativas consiste em uma construção dinâmica<sup>172</sup>.

### **Considerações finais**

Analisar um discurso possibilita ao historiador observar as tensões existentes entre o individual e o coletivo. Ao mesmo tempo em que a alocação expressa as ideias de um indivíduo, tais representações não podem ser vistas como soltas no tempo. Neste sentido, o contexto social não determina as ideias de uma pessoa, mas possibilita chaves explicativas que auxiliam na compreensão e interpretação das escolhas operadas na organização do discurso.

---

172 Para saber mais sobre História Mestra da Vida (KOSELLECK, 2006; HARTOG, 2014). Para ver como a História Mestra da Vida era utilizada no IHGB no século XIX (GUIMARÃES 1988, 2003, 2010).

Por não estarem soltas no tempo, mas sublinharem a posição de uma pessoa, a análise do discurso do Conde de Afonso Celso possibilita confrontar suas escolhas com outras construídas até aquele momento. A geração de 1870 que viveu *15 de novembro de 1889* e trazia consigo experiências do passado recente, construía suas expectativas acerca do futuro, que podem ser observadas na forma como o passado era mobilizado, organizado e apresentado. O que demonstra que a construção da imagem da nação não é algo dado, mas resultado de disputas entre mediadores culturais e letrados.

Em seu discurso, o presidente do Instituto Histórico se valeria de uma série de figuras de linguagem que tornava sua elucidação ainda mais significativa. Ao trazer os novos eventos elencados nos primeiros anos da República, Afonso Celso demonstrava que apesar de trazer uma visão particular do evento, para ser compreendido mais facilmente o emissor deve utilizar uma série de elementos compartilhados também por aqueles que o ouvem. Torna-se possível compreender a lista de eventos que explicam o desejo de república desde o período colonial, acontecimentos estes que serviriam para legitimar o novo regime, assim como a utilização da imagem das doze tribos de Israel para explicar o papel que a América deveria assumir a partir daquele momento.

Por fim, hoje sabemos que o projeto de se construir conjuntamente uma versão de História da América não foi alcançada. Deste congresso resultou a criação do Instituto Histórico e Geográfico Pan-Americanos, que realizou diversas atividades ao longo do século XX. Além disso, houve a aproximação do Brasil e da Argentina no plano intelectual e político com a celebração de acordos para a escrita conjunta de uma história da América na década de 1930, tendo como articuladores Ricardo Levene e letrados do IHGB. Igualmente, como foi em Buenos Aires que se realizou o Segundo Congresso Internacional de História da América. Mas, a análise deste congresso ficará para outra oportunidade.

### Referências

- BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva Histórica. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 22, nº 44, p. 289-321, 2009.
- BUENO, Clodoaldo. Da *Pax britânica* à Hegemonia Norte-americana: o integracionismo nas Conferências Internacionais Americanas (1826-1906). *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: nº. 20, p. 231-250, 1997
- CERTEAU, Michel. Operação Historiográfica. In: \_\_\_\_\_. *A Escrita da História*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense-universitária, 2013.

- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In.: \_\_\_\_\_. *A beira da falésia: a História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2002, p. 61-79.
- DELACROIZ, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *As correntes historiográficas na França: Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. *Essa gente do Rio... Modernismo e nacionalismo*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Argumentvm, 2009.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Circulação de saberes, sociabilidades e linhagens historiográficas: dois congressos de História Nacional (1914-1949). in.: GUIMARÃES, M. (org.) *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro, 2006, p. 162-181.
- \_\_\_\_\_. *Da Escola Palatina ao Silogeu: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.
- \_\_\_\_\_. Limites políticos de um projeto intelectual para a integração dos povos do Novo Mundo: o Primeiro Congresso Internacional de História da América (1922). *TOPOI*, v. 6, n° 10, p. 192-212, jan.-jun. 2005.
- \_\_\_\_\_. Sobre a história da historiografia como campo de estudos e reflexões. in.: NEVES, L. et al. *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/FAPERJ, 2011, p. 19-35.
- GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. A cultura histórica oitocentista e o nascimento da disciplina. *Anais do XXII Simpósio Nacional de História da ANPUH*. João Pessoa, PB: ANPUH, 2003. 1 - 7.
- \_\_\_\_\_. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n° 1, v. 1, p. 5-27, 1988.
- \_\_\_\_\_. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, M.; SOIHET, R.; TEIXEIRA, R. (org.). *Cultura política, historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010, p. 23-42.
- HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: Presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2014.
- HARTOG, François; REVEL, Jacques. Note de conjoncture historiographique. In: \_\_\_\_ (dir.) *Les usages politiques du passé*. Paris: EHESS, 2001, p. 13-24.
- HRUBY, Hugo. O tempo das sagradas escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912). *História da Historiografia*. Ouro Preto-MG, n° 2, p. 50-66, mar. de 2009.
- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). *Anais do Congresso Internacional de História da América (1922)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925, v. 1.
- IUMATTI, Paulo; VELLOZO, Júlio Cesar de Oliveira. Conhecimento, política e instituições no Brasil (1889-1934). *Reflexos*, Paris, n° 2, p. 1-26, 2014. Disponível em: [http://e-revues.pum.univ-tlse2.fr/sdx2/reflexos/article.xsp?numero=2&id\\_article=varia\\_02teixeiraiumatis-492](http://e-revues.pum.univ-tlse2.fr/sdx2/reflexos/article.xsp?numero=2&id_article=varia_02teixeiraiumatis-492). Acessado em: 12/07/2016.

---

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC, 2006, p. 305-327.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo, Cia das Letras, 2001.

MOTTA, Marly da Silva. *A não faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: FGV, 1992.

\_\_\_\_\_. *Rio, Cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

NICODEMO, Thiago Lima. Intelectuais brasileiros e a política de divulgação cultural do Brasil entre 1930-1950: primeiros apontamentos para o estudo do problema. *Dimensões*. Vitória-ES, v. 30, p. 110-132, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, nº 10, dez. 1993, p. 7-28.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. 3ª reimp. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

PEREIRA, Mateus Henrique de F; SANTOS, Pedro A. C. dos; NICODEMO, Thiago Lima. Brazilian Historical Writing in Global Perspective: on the emergence of the concept of “Historiography”. *History and Theory*, v. 54, 2015, p. 84-104.

SILVA, Ana Paula Barcelos da. História e integração regional: intelectuais, convênios e livros no Brasil e na Argentina nas primeiras décadas do século XX. *História da historiografia*. Ouro Preto, MG: n. 18, agosto de 2015, p. 231-247.

SOUSA, Francisco. Revolta e proclamação como molduras da história; escrita de história e olhares para a República entre os sócios do IHGB. *História da Historiografia*. Ouro Preto-MG, nº 18, Ago de 2015, p. 215-230.

VELLOSO, Mônica. O Modernismo e a Questão Nacional. in.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, L. (org.s) *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 1, p. 351-386.

## As Lixeiras Domésticas do Solar Lopo Gonçalves e a Cultura Material do Século XX

Rodrigo Garcia Fraga<sup>173</sup>

**Resumo:** O presente artigo versa sobre as práticas de descarte do lixo doméstico no Solar Lopo Gonçalves, disposto em distintas áreas de seus fundos, contrariando as medidas higienistas correntes durante o século XX. A investigação proposta deste pesquisador trata da análise espaço-temporal, ou diacrônica e sincrônica, no processo de descarte de lixo no Solar, atual sede do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo, através de um hábito internalizado neste núcleo familiar. Os artefatos exumados deste espaço doméstico, aliados às informações sobre a disposição externa de seu quintal e as implicações sócio-históricas dos grupos que o ocuparam, demonstram que ocorreram mudanças nos padrões de comportamento deste núcleo familiar e esse estudo, assim, aborda este espaço a partir de um olhar sobre a cultura material do século XX.

**Palavras-Chave:** Porto Alegre. Solar Lopo Gonçalves. História. Arqueologia. Lixo.

### The Household Waste Sites of Lopo Gonçalves and the Material Culture of the 20th Century

**Abstract:** This article deals with the household waste disposal practices in Solar Lopo Gonçalves, wrapped in different areas of your funds, contrary to current hygienists measures during the 20th century. The aim of this research researcher deals with spatio-temporal analysis, or diachronic and synchronic, in the process of disposing of trash in Solar, current seat of the Museum of Porto Alegre Joaquim José Felizardo, through a habit internalized in this family. The artifacts exhumed from this domestic space, allies to information about the external layout of your yard and the socio-historical implications of the groups that occupied, show that there have been changes in the patterns of behavior of this family and this study therefore addresses this space from a look at the material culture of the 20th century.

**Keywords:** Porto Alegre. Solar Lopo Gonçalves. History. Archaeology. Garbage.

#### Considerações Iniciais

Resquícios materiais como ossos, vidros, metais e louças advindos de intervenções arqueológicas em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, por vezes compõe uma falta de consciência em relação ao simples processo de descartar lixo. Ao refletir sobre as práticas de despejos deste lixo, inserindo significados no exercício diário, um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de nossa herança cultural, percebemos que esse ato

---

173 Historiador e Mestrando em História com ênfase em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGH/UFRGS, com a orientação da Prof<sup>ª</sup> Dra. Adriana Schmidt Dias. Pesquisa com o fomento financeiro da Capes. E-mail: rodrigogarciafraga@hotmail.com

quotidiano capacita-nos para um melhor usufruto destes *bens*. Isso porque trata-se de um processo contínuo de criação e, sobretudo, de uma apropriação cultural que as vezes é involuntária, sem uma intencionalidade direta.

Este *objeto real*, ou o material reciclado que é posto “fora” diariamente pela população ou, neste caso, mesmo por uma família, é uma fonte de informação sobre a rede de relações sociais, e o contexto histórico em que foi ele produzido e utilizado, é dotado de significado pela mesma sociedade que o criou. Sem o consumo, o objeto não se completa como um produto, pois, no sentido amplo, uma casa desocupada, por exemplo, não se caracteriza como uma casa. Contudo, o valor de uso não pode ser compreendido especificamente ao simples nível de “necessidades” e “desejos”. Os homens não produzem simplesmente “habitação” ou “abrigo”, a produção é algo maior e diferente de uma lógica de eficiência material: é uma intenção cultural (SAHLINS, 2003, p. 169).

Ao sugerir trabalhar a partir dos vestígios materiais de uma família porto-alegrense, passamos a recriar parte de nossa própria história e a descobrir esta rede de significados e relações, além de processos de criação, fabricação, trocas, comercialização e seus usos mais diversos. A Arqueologia informa-nos sobre o modo de vida das pessoas no passado e no presente, em um ciclo constante de continuidade, transformação e reutilização, cumprindo uma tarefa específica. Edgar Morin (2003, p. 87), nesse sentido, contempla-nos considerando “a natureza enquanto uma cera nas mãos do homem, onde este homem não apresenta critérios éticos para explorá-la”, ou seja, a racionalidade para elencar este *bem* cíclico, por vezes não renovável, remete a uma confusão deste homem com o meio ambiente e o patrimônio material.

Determinados distúrbios ambientais e patrimoniais que hoje afloram condicionam este homem, mas não os conscientiza suficientemente. E o lixo abrange essa perspectiva e seu estudo, assim, faz-se oportuno. Durante as intervenções arqueológicas em 1996 e 2005 na parte dos fundos do Solar Lopo Gonçalves<sup>174</sup>, nessa perspectiva, evidenciou-se uma contínua

---

174 Solar Lopo Gonçalves, atual sede do Museu Joaquim José Felizardo, órgão da SMC de Porto Alegre, localizado na Rua João Alfredo, 582, Cidade Baixa, Porto Alegre (RS). O sítio Solar Lopo Gonçalves (RS.JA-04) possuía 90m de largura e 227m de profundidade quando foi adquirido pela família. Cerca de 29m<sup>2</sup> de seus fundos sofreram intervenções arqueológicas. Este mesmo espaço já se estendeu da Rua da Olaria (atual Lima e Silva) até a Rua da Margem (atual João Alfredo) quando de sua edificação (uma casa de porão alto), construída entre 1845 e 1855, “[...] por um rico comerciante português, com uma das faces voltada para a Rua da Margem (atual João Alfredo), tendo esta denominação devido ao acompanhamento do antigo traçado do Riacho (atual

e, por vezes, aleatória prática de descarte de seus residentes. Entretanto, foi a existência de três sucessivas áreas de descarte de lixo doméstico do século XX por aqueles que ali residiam que despertaram o interesse deste pesquisador.

Os artefatos exumados e analisados dos buracos abertos e usados como lixeiras domésticas, podem mostrar que essas áreas respeitaram os usos das mesmas práticas de descarte dos períodos de ocupação do Solar durante o século XIX e de parte do século XX (oficialmente até 1946 quando os herdeiros de Joaquim e Maria Luiza vendem a propriedade e encerram o ciclo da família no assobradado).<sup>175</sup> Diante disso, percebemos a rotineira prática de descarte do lixo doméstico dos residentes do Solar disposto substancialmente em distintas áreas de seus fundos.

A pertinência está nas investigações espaço-temporal desse processo, em consonância com uma cultura material do século XX, ao integrar a compreensão da situação de descarte nos fundos do referido espaço doméstico, construído entre 1845 e 1845 pelo comerciante Lopo Gonçalves Bastos. Um espaço que, após o inventário de 1878, foi herdado pelo genro e sobrinho Joaquim Bastos, casado com sua filha Maria Luiza, e depois herdado pelos filhos do casal após o inventário de 1919.

O processo de descarte no século XX, todavia, compõe um cenário atípico para o Solar e mesmo para a Arqueologia, pois tais práticas em lixeiras domésticas nos novecentos mostram que o interior das unidades domésticas revelam um quadro de análise desconhecido, assim como o produto que chega ao mercado de destino, no caso, o seio familiar do Solar Lopo Gonçalves e que constitui, segundo Sahlins (2003, p. 180), “a objetificação de uma categoria social que ajuda a constituir esta última na sociedade”.

---

Arroio Dilúvio)”. GIACOMELLI, Sérgio. *Solar Lopo Gonçalves: de propriedade rural a Museu de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, p. 13.

175 O Solar Lopo Gonçalves foi vendido em 1946 pelos herdeiros de Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro (sobrinho, genro e herdeiro de Lopo Gonçalves Bastos, junto com os filhos Maria Luiza Teixeira Bastos, Lopo Gonçalves Bastos Filho, Francisca Teixeira Bastos e Aurélia Teixeira Bastos). Além do Solar, os descendentes de Lopo herdaram: uma casa térrea à Rua da Margem nº 40, avaliada em 2.500\$000; uma dita térrea na mesma Rua nº 26, avaliada em 2.500\$000; uma dita térrea na mesma Rua nº 4, avaliada em 1.800\$000; uma dita térrea na mesma Rua nº 11, avaliada em 1.500\$000; uma dita térrea na mesma Rua nº 13, avaliada em 1.300\$000; uma dita assobradada na mesma Rua nº 09, avaliada em 4.500\$000; uma dita de sobrado com dois andares à Rua dos Andradas nº 293 e 295, avaliada em 33.300\$000. In: Inventário de Lopo Gonçalves Bastos (e sua esposa Francisca Lopo Teixeira Bastos): 1º Cartório Cível, Autos 429, Maço 19, Estante I, março de 1878, p. 5 – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

### A Arqueologia nos Fundos de um Espaço Doméstico

Para tal apreensão, é preciso não somente verificar em qual categoria material se enquadra esse refugio doméstico que foi exumado, mas também a sua situação no sítio em relação às estruturas de habitação, a fim de determinar as áreas preferenciais de descarte e sua variação através do tempo (SYMANSKI, 1998, p. 125). A perspectiva aproximada das intervenções arqueológicas no Solar destaca três áreas escavadas que desvendaram concentrações de materiais, e que são atribuídas a lixeiras domésticas. Descartes periféricos e adjacentes à casa de Joaquim, Maria Luiza e de seus herdeiros no século XX ocorriam nos fundos do pátio, e a característica dos descartes neste sítio arqueológico merece reflexão.

No processo de análise e interpretação da cultura material escavada no Solar foi atestado a existência de três bolsões com materiais pertencentes a uma mesma cronologia de produção, e que dialogavam entre si através de um concomitante descarte nas áreas destinadas para o descarte doméstico. Artefatos esses de refugio doméstico, ou de consumo doméstico, que possuem um ciclo de vida que pode ser dividido, segundo Schiffer (1972, p. 3), em cinco etapas: manufatura, aquisição, uso, manutenção e descarte. Itens materiais que neste caso penetraram no ambiente doméstico pela via da aquisição através da compra, troca ou ganho.

Durante as intervenções arqueológicas nos fundos do Solar em 2005, coordenadas pelo arqueólogo João Felipe Garcia da Costa, evidenciou-se uma lixeira doméstica de seus residentes que mostraram um hábito internalizado neste núcleo familiar, ou seja, uma prática de enterramento de rejeitos corrente no século XIX. Como a cultura material evidenciada pertencia ao cenário de aquisição do século XX, atesta-se que continuaram essas práticas de descartes que faziam parte do cotidiano destes indivíduos no século XIX e eram, mesmo com o desrespeito aos artigos do Código de Posturas de Porto Alegre de 1892 que proibiam estas práticas, descartados e enterrados no quintal doméstico dessa unidade doméstica, contrariando também as medidas higienistas e de salubridade públicas (WEBER, 1992, p. 70).

Os locais de destinação de lixo são um expressivo *viés* de estudos das civilizações que os formaram, pois “costuma ser o que resulta da produção humana, o que se destina ao consumo” (EIGENHEER, 2009, p. 17). Uma produção cujo potencial pode ser atestado nas intervenções arqueológicas no Solar. O arqueólogo João Felipe que, como mencionado,

coordenou as escavações de 2005,<sup>176</sup> consubstancia a hipótese dos enterramentos novecentistas e do potencial desses estudos ao salientar que:

A quadrícula CIIa1 revelou-se como a quadrícula mais profícua, tendo em vista que nela foi evidenciada uma lixeira, provavelmente das primeiras décadas do século XX, embora alguns itens materiais possam remontar a períodos anteriores. A partir desta constatação, foram abertas mais três quadrículas contíguas (C2b1, C2b2, C2b10). O material arqueológico começou a aparecer logo aos 0,4m de profundidade na primeira camada (coloração marrom escuro), que projetava-se no máximo até os 0,7m. A segunda camada, entre 0,7m e 0,23m, apresenta uma coloração mais acinzentada e maior quantidade de material. A terceira camada (preta), evidenciada entre 0,25m até 0,40m corresponde à lixeira propriamente dita. Neste estrato foram encontrados uma grande variedade e quantidade de materiais, sobretudo do início do século XX (COSTA; TOCCHETTO, 2005, p. 16).

Em 1996, em sua primeira intervenção arqueológica no Solar Lopo Gonçalves, o arqueólogo Luis Cláudio Symanski, que coordenou as escavações entre 03 de janeiro e 17 de abril de 1996, dividindo o sítio em duas áreas de trabalho, assinala os materiais do século XX encontrados em suas investidas. Diante de uma área com potencial, o arqueólogo destaca que “os poços-testes abertos evidenciaram um buraco de lixo do século XX” (SYMANSKI, 1998, p. 135)<sup>177</sup>, do mesmo modo que os poços-testes feitos próximos ao local onde foi aberta a trincheira<sup>178</sup> apresentaram outro buraco de lixo do século XX, contemporâneo ao primeiro<sup>179</sup>.

O pertinente neste caso também são as identificações e interpretações do seu modo de deposição. De acordo com Marcelo Rede (1996, p. 276), mesmo a trajetória dos objetos altera-se em função das transformações da sua própria natureza física ou mesmo da sua inserção social (processos de desgaste, manutenção, reciclagem). Estudar o passado recente e o presente significa abordar questões que são mais relevantes para a sociedade e que facilitam a participação ativa do público, mesmo consciente da não observância dos arqueólogos, em muitos casos, no tocante à cultura material do século XX. Diante disso, segundo Rede (1996):

É uma ilusão pensar que um objeto incorpora seus atributos morfológicos, fisiológicos e semânticos em um único ato criador e os mantém por toda sua trajetória. Embora em nenhum aspecto haja um tal congelamento, alguns são mais visíveis que outros. Quanto à forma, será fácil perceber as alterações, seja se possui

---

176 COSTA, João Felipe Garcia da; TOCCHETTO, Fernanda Bordin. *Relatório Técnico Final. Projeto “Pesquisa Arqueológica e Valorização do Patrimônio Material Pré-Histórico e Histórico do Município de Porto Alegre.”* Porto Alegre: Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo (Secretaria Municipal de Cultura), entre junho de 2005 e junho de 2006 (Relatório aprovado: Portaria nº155, Diário Oficial da União de 20/06/2006, CLT30141/2005-08-24, projeto 914BRA4003 Monumenta/ PRODOC) – Acervo da 12ª CR do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/RS).

177 Quadrícula B7c3.

178 Quadrículas B2c5, B2d5, B2e5, C2a5 e C1a5.

179 Quadrícula C2a5.

uma ideia exata do estado original, seja por intermédio de análises laboratoriais, que revelarão acréscimos, subtrações, substituições, etc. As alterações na função também são, em geral, facilmente perceptíveis. As transformações nos significados, por serem mais abstratas, às vezes, imperceptíveis na materialidade, exigem esforço maior de compreensão por parte do historiador, mesmo que a apreensão pelos agentes seja imediata (REDE, 1996, p. 276).

Abordar este passado recente representa tratar coisas que lhes dizem respeito diretamente. Ao mesmo tempo, possibilita também enfrentar novas questões sobre a temporalidade e a materialidade, facilitando o diálogo com outras disciplinas ou formas de conhecimento. González-Ruibal (2012, p. 105) salienta que o passado, ou melhor, os passados, “estão aqui e agora, em todos os lados, embaixo de nossos pés quando pisamos em uma calçada ou em um pátio doméstico, diante de nossos olhos.” Isso, porém, não torna qualquer objeto de pesquisa de fácil acesso ou interpretação, mesmo ele estando próximo do pesquisador como fonte ou motivação. Debruçar-se sobre o que muitas vezes pulsa diante dos olhos não é tarefa fácil e requer fôlego.

Para Symanski (1998, p. 125), na perspectiva primeira da disposição dos artefatos recuperados do Solar, “no ambiente doméstico os itens materiais são utilizados e mantidos até perderem sua funcionalidade.” Se o reuso ou reciclagem não são convenientes para seus usuários, ocorre, então, o descarte. Com o descarte os itens materiais deixam de fazer parte do contexto sistêmico relacionado ao seu ciclo de vida dentro de um sistema cultural e passam, segundo Schiffer (1972, p. 4), para o contexto arqueológico. Com isso tornam-se objetos de investigação do arqueólogo e parte que integra o espaço no qual nunca saíram e, ao fazer parte do contexto arqueológico de investigação, passam a integrar seu ciclo de vida, domesticando uma estrada interrompida pelo descarte, pois aqui estamos tratando de peças dispostos em lixeiras e que, no sentido amplo, perderam valor funcional e que retomam seu ciclo de vida.

### **Os Elementos Diacrônicos e Sincrônicos no Solar Lopo Gonçalves**

Uma parcela expressiva do material exumado de sítios históricos domésticos está relacionada a atividades que transcorreram dentro das estruturas de habitação, tais como alimentação, higiene, lazer e, em alguns casos, trabalho. No Solar os itens materiais, ou os elementos semifixos<sup>180</sup> utilizados nessas diversas atividades não eram, no entanto, descartados

---

180 Segundo Amos Rapoport (1997): elementos fixos (*fixed-feature*) consistem em edificações, muros, pisos, etc; os semi-fixos (*semi-fixed-feature*), em “móveis”, interiores e exteriores; e os não-fixos (*non-fixed-feature*), em pessoas e suas ações. In: RAPOPORT, 1997, p. 13, *apud* TOCCHETTO, 2010, p. 20.

no mesmo local de uso, mas transportados para locais específicos de deposição de refugo externos às estruturas de habitação.

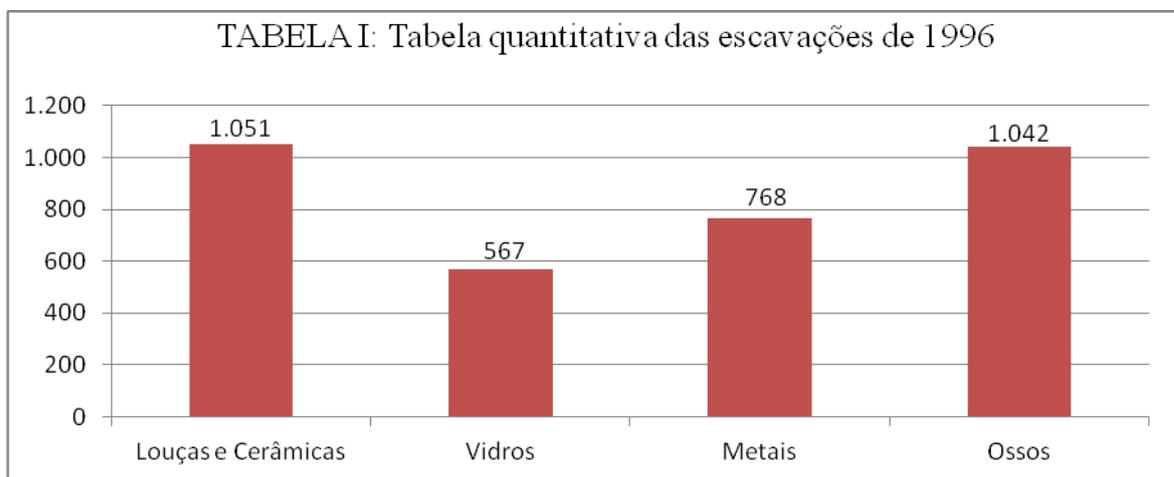
Diante disso, percebemos que uma das características preliminares desses sítios é o seu caráter de deposição secundária da maior parte do refugo produzido dentro da casa. Schiffer (1972, p. 7-9) considera como refugo secundário todo o material de um sítio cujo descarte final não é o mesmo do local de uso. O material descartado em seu contexto original de uso é designado refugo primário. Há, por fim, uma terceira categoria de refugo, concebida como refugo de fato, aos quais estão relacionados todos os elementos que alcançam o contexto arqueológico sem o desempenho de atividades de descarte, por exemplo, o material que permaneceu sobre o pavimento de uma estrutura após o seu abandono.

Assim, a presente investigação que passa pela diacronia e sincronia no processo de descarte de lixo no Solar, pode possuir uma roupagem específica: o movimento de um hábito internalizado por seus residentes no núcleo familiar, um hábito de descarte. Isso porque percebemos que os elementos sincrônicos e diacrônicos expressos através da cultura material, compõem a estratégia desta análise histórica na qual se verificam as práticas quotidianas ao longo da linha do tempo, de acordo com o seu contexto espacial e sócio-histórico. Segundo Castoriadis (1982), nessa perspectiva:

É impossível manter uma distinção intrínseca do social e do histórico, mesmo se trata de firmar que a história é “atributo essencial” da sociedade, ou a socialidade “pressuposto essencial” da história. Tais enunciados são na verdade, ao mesmo tempo insuficientes e redundantes. Não é que toda sociedade esteja necessariamente “num” tempo ou que uma história afete necessariamente toda sociedade. O social é isso mesmo, alto-alteração, e nada é se não é isso. O social faz-se e só pode fazer-se como história (CASTORIADIS, 1982, p. 252).

Nesse sentido, para a compreensão das práticas de descarte nos fundos do Solar prevemos que essa linha temporal que a história pressupõe se confunda com o social, onde a ideia é de que onde há signo, há um sistema que o informa. Um sistema histórico e social, no qual “a sincronia é intrinsecamente diacronizada e diacronizante, como a diacronia é intrinsecamente sincronizante e sincronizada” (CASTORIADIS, 1982, p. 253). A caricatura desse passado se insere também nos hábitos que estão presentes no processo de descarte, nessa prática padronizada, consciente e inconsciente, que permeia a leitura do presente cenário social e histórico.

Para Berger e Luckmann (1973, p. 79) “toda atividade humana pode estar sujeita ao hábito”, pois qualquer ação frequentemente repetida torna-se moldada em um padrão que, em seguida, pode ser reproduzido com uma economia de esforço e que, *ipso facto*, é apreendido pelo executante como tal padrão. O hábito implica, além disso, que a ação em questão pode ser novamente executada no futuro da mesma maneira e com a mesma economia de esforço, através de uma perspectiva diacrônica. Entretanto, a perspectiva sincrônica dos bolsões de lixo no Solar foi parte que integrou as inquietações deste pesquisador. Artefatos de uso cotidiano que foram alimentando lixeiras não sob a forma exclusiva de um ou outro tipo material, visto que percebemos uma incidência diversificada de artefatos descartados.



**Fonte:** Elaboração do Autor (2017)

As evidências arqueológicas podem demonstrar que o lixo doméstico do Solar possuía características de uma rotina de habitação. Como ilustrado na tabela a seguir (Tabela 1) composta por 3.428 fragmentos<sup>181</sup> relativa às escavações de 1996, a diversidade de fragmentos salienta o consumo de categorias materiais de uso cotidiano, e que também compuseram parte da dieta alimentar dos residentes. Há um equilíbrio quantitativo dos artefatos, porém o que destoa, por exemplo, é a quantidade expressiva de ossos na tabela (Tabela 1). Isso externa a inferência anterior, cuja ideia que se observa é de um espaço socialmente ativo e de uso contínuo por seus residentes.

181 Tabela confeccionada pelo presente pesquisador, tendo por base a cultura material das intervenções arqueológicas no Solar em 1996 (salvaguardada no Setor de Arqueologia do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo), e: SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira; TOCCHETTO, Fernanda Bordin. *Segundo Relatório Técnico Semestral. Projeto “Arqueologia Histórica em Porto Alegre: o Sítio Solar Lopo Gonçalves.”* Porto Alegre: Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo (Secretaria Municipal de Cultura), entre julho e dezembro de 1996 (Relatório aprovado: Portaria nº 12, Diário Oficial da União de 09/01/1997, processo administrativo nº05112000210/95-70) – Acervo da 12ª CR do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/RS).

As escavações em sítios domésticos poderiam informar em que medida a população de Porto Alegre respeitou as leis que pretenderam alterar hábitos de descarte de refugo há muito vigentes. Contudo, principiando que essas leis impostas foram espontaneamente obedecidas, era de se esperar que houvesse uma baixa incidência de material arqueológico posterior à década de 1890. O Solar Lopo Gonçalves, não obstante, atesta o inverso, pois sua amostra material é densamente alta e suas implicações mostram que as ações tornadas habituais conservam seu caráter plenamente significativo para o indivíduo e para um núcleo familiar. A perspectiva diacrônica dos hábitos de descarte manteve-se durante as estadias de Joaquim, Maria Luiza e de seus descendentes no Solar<sup>182</sup>, assim como a perspectiva sincrônica das áreas de descarte por estes mesmos protagonistas, expressa nas estratigrafias de suas lixeiras.

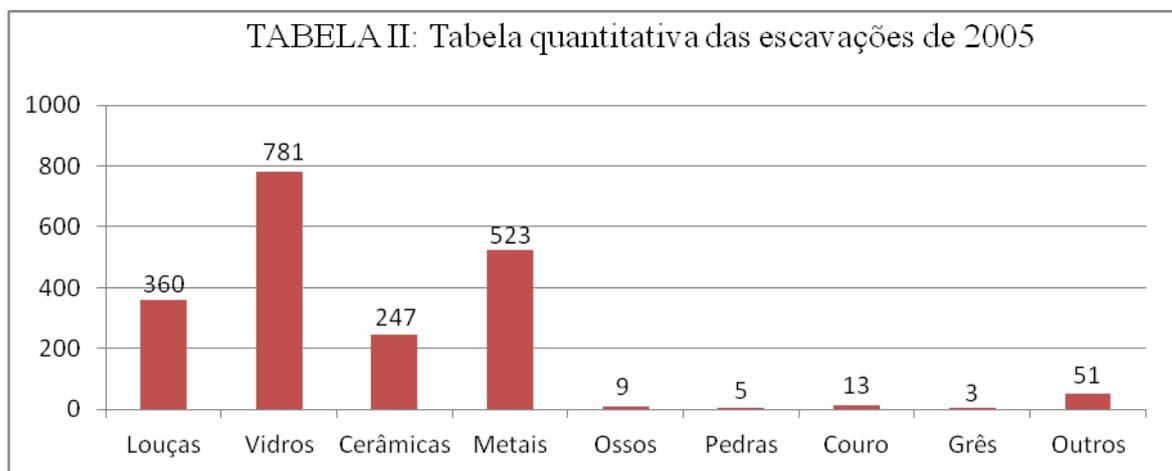
A Tabela 2 com 1.992 fragmentos<sup>183</sup>, por conseguinte, também compôs a análise da presente pesquisa e refere-se aos percentuais quantitativos das escavações de 2005 no Solar. Ela corrobora as reflexões acerca da alta incidência material mesmo após as determinações legais do final do século XIX, cuja prática de descarte nesse quintal doméstico persistiu durante uma densa fatia do século XX. Tratam-se dos números gerais das escavações e elucidam a expressiva amostra material recuperada. Nela houve uma divisão entre as peças em louças e em cerâmicas, diferente da tabela de 1996 onde esses materiais foram quantificados conjuntamente.

---

182 É pertinente salientar que, segundo discriminado no inventário de Joaquim e Maria Luiza de 1919, seus filhos herdaram: uma chácara com casa de moradia e galpões edificadas de frente à Rua João Alfredo, nº184 (atual Solar Lopo Gonçalves, desde 1926 sob o nº582), até os fundos da Rua José do Patrocínio e limitada à Rua Lopo Gonçalves; uma casa na Rua João Alfredo, nº161, com quatro janelas e uma porta de frente no centro delas; sete casebres de madeira em mau estado (cortiços), dentro do alinhamento da Rua Lopo Gonçalves do nº07 ao nº19; um pequeno terreno, 4,80m de frente, à Rua Lopo Gonçalves; um outro terreno, 12,80m de frente, à Rua Lopo Gonçalves; um terreno de frente com uma casebre de madeira e cerca de tábuas à Rua José do Patrocínio fazendo esquina com a Travessa da Harmonia e a Rua Lopo Gonçalves; e 30 ações da Compainha Aliança do Sul de nº5.962 ao nº5.991. In: Inventário de Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro (e sua esposa Maria Luiza Lopo Teixeira Bastos): 3º Cartório Cível, Livro 194, fls 122, de 22 de setembro de 1919, p. 11-12 – Arquivo do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (ATJ/RS).

183 Tabela confeccionada pelo presente pesquisador, tendo por base a cultura material das intervenções arqueológicas no Solar em 2005 (salvaguardada no Setor de Arqueologia do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo), e: COSTA, João Felipe Garcia da; TOCCHETTO, Fernanda Bordin. *Relatório Técnico Final. Projeto “Pesquisa Arqueológica e Valorização do Patrimônio Material Pré-Histórico e Histórico do Município de Porto Alegre.”* Porto Alegre: Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo (Secretaria Municipal de Cultura), entre junho de 2005 e junho de 2006 (Relatório aprovado: Portaria nº155, Diário Oficial da União de 20/06/2006, CLT30141/2005-08-24, projeto 914BRA4003 Monumenta/ PRODOC) – Acervo da 12ª CR do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/RS).

Entretanto, percebemos na tabela (Tabela 2), por exemplo, que a quantidade de ossos é menor se comparada às intervenções de 1996. A quantidade de vidros, porém, é menor. Trata-se de uma análise mais crua dos números, pois ao considerar que as escavações de 1996 foram de 22m<sup>2</sup> e as escavações de 2005 foram de 7m<sup>2</sup>, sem dúvida, os percentuais quantitativos da primeira seriam maiores. Além disso, o quadro de pessoas que participaram das pesquisas em 1996 era menor e mais qualificado, e o quadro de pessoas em 2005 era significativamente maior e menos qualificado. A manipulação menos atenta dos artefatos pode ter fragmentado e inflado os números das peças em vidro escavadas em 2005, em geral mais frágeis, o que pode atestar os percentuais maiores dessa categoria material, por exemplo.



**Fonte:** Elaboração do Autor (2017)

Embora o significado em questão torne-se parte da rotina nesta unidade doméstica, a formação do hábito acarreta um oportuno ganho psicológico para aqueles que o compõe, ou seja, a chamada economia de esforço. Ao estreitarem-se, através do hábito, as opções de ações cotidianas, a rotina pode admitir em seu acervo geral de conhecimentos, no sentido amplo, que as pessoas que compõe esse cenário terão algumas práticas como certas por elas e sempre presente para os projetos futuros. Isto é, o processo de descarte pode estar nessa esteira de possibilidades cotidianas através da economia de esforço que, talvez, fez-se presente durante o período em que a propriedade ainda pertencia aos herdeiros de Joaquim e Maria Luiza: uma economia de esforço institucionalizada. Para Berger e Luckmann (1973), nesse sentido:

Empiricamente, a parte mais importante da formação do hábito da atividade humana é coextensiva com sua institucionalização [...]. A institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores [...]. Qualquer uma dessas tipificações é uma instituição. [...] As instituições implicam, além disso, a historicidade e o controle. Não podem ser criadas instantaneamente. As instituições têm sempre uma história, da qual são produtos. É impossível

---

compreender adequadamente uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida (BERGER; LUCKMANN, 1973, p. 79).

Os diferentes níveis de hábitos, ou essas representações coletivas e simbólicas que são encontradas em práticas quotidianas, possuem a garantia da estabilidade e da continuidade de sua existência através de representantes individuais ou coletivos. Quando percebemos em uma casa as permanências arquitetônicas e familiares, por exemplo, percebemos um simbólico mais perceptível e visível. Porém, a estabilidade de hábitos por vezes imperceptíveis no espaço e no tempo nem sempre estão em consonância com o que está no pátio e na rua. Castoriadis (1982, p. 256), nesse sentido, salienta que “é pela significação imaginária social que se pode fazer com que as coisas existam, com que se apresentam e como elas são, mas essa significação não deixa de estar ameaçada.” Percebemos, por conseguinte, que o simbólico desempenha um papel relevante na sociedade, porque muitos dos elementos, das instituições e dos valores sociais, existem dentro de uma rede simbólica.

No entanto, não podemos compreender uma sociedade ou uma instituição apenas por sua rede simbólica, composta de signos e significantes, nem simplesmente por seu sistema funcional em que determinadas disposições estão destinadas a satisfazer uma série de necessidades das sociedades. Ao analisar o material exumado do Solar,<sup>184</sup> busca-se recuperar evidências que muito podem informar sobre as atividades quotidianas dos grupos que o compõe, relacionadas à produção e reprodução sociais, consumo e socialização. Embora o que constitua os sistemas ou estruturas desvendadas, e que suas respectivas ordens culturais sejam signos dessas práticas de descarte, compreender a situação de descarte dos residentes do Solar pode fornecer pistas do seu significado cultural.

### **As Mudanças Estruturais e Simbólicas no Solar Lopo Gonçalves**

O conceito de cultura, que aqui adoto, denota um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos. Trata-se, segundo Chartier (2015, p. 35), de “um sistema de concepções herdadas e expressas em formas simbólicas por meio das quais os

---

184 Materiais expressos nos números das tabelas mencionadas anteriormente e que são majoritariamente referentes ao período pós-1890, segundo análise dos artefatos em vidro e em louça, pois tratam-se dos materiais analisados por este pesquisador: a cultura material do século XX do Solar Lopo Gonçalves. Entretanto, as ocorrências dessa cultura material misturada à cultura material do século XIX atestam que as áreas de descartes no Solar possuíam uma contínua e ativa vida útil no seu quintal mesmo na camada superior (camada I) das escavações de 1996. Para maiores informações sobre a cultura material do Solar correspondente exclusivamente ao século XIX e às camadas inferiores durante as intervenções arqueológicas de 1996, e que não foram aqui analisadas, ver as profundas descrições quantitativas e qualitativas completas em: SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira. *Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida.” A abrangência do que integra os escritos de Chartier (2015) e das práticas de descarte no Solar, podem endossar a perspectiva da análise material e de seus significados para além dos artefatos. As concepções “herdadas e expressas” podem estar no recorte temporal que recua para meados do século XIX e chega aos dias de hoje no Solar (diacronia), e que integra as fatias de distintas cronologias expressas nos bolsões de lixo no seu pátio (sincronia).

Os prováveis conjuntos de peças cujos fragmentos foram exumados de bolsões de lixos distintos, como as peças ilustradas nas imagens a seguir (Figuras 1 e 2), por exemplo, mostram que as três áreas preferenciais de descarte foram alimentadas concomitantemente desde o final do século XIX até meados do século XX. Como mencionado em outro momento, um descarte que compunha o hábito da família, áreas que foram passadas culturalmente como preferenciais para o enterramento dos rejeitos quotidianos e que estive sob os olhos ao perceber que muitos artefatos em louças estavam dispostos em buracos distintos, e que dialogavam entre si através dos buracos de lixo escavados, ou melhor, das lixeiras domésticas nos fundos do Solar que pude visualizar, talvez de uma forma abstrata, quando diante da cultura material.

**Figuras 1 e 2:** Prato fundo e peça para servir em faiança fina, *transfer printing*, motivo floral com decoração na borda, produzida na Inglaterra entre 1897 e 1913 pela Fábrica Alfred Meakin Ltda. Artefatos encontrados nas intervenções arqueológicas no Solar em 1996 e 2005, em distintos bolsões com materiais.



**Fonte:** Acervo do Autor (2017)

A diacronia histórica se apresenta no momento de se estabelecerem os processos de mudanças estruturais ou simbólicas, porque se a estrutura muda, de uma situação anterior para

a atual, ou não (no caso a perpetuação das práticas de descarte no Solar), o tempo não pode ser ignorado, pois a estrutura é também diacrônica. A composição original, assim, está sempre pronta para servir de referência para interpretar ou retificar as mudanças que se produzem ao longo da sincronia histórica, uma vez que a estrutura também é sincrônica. Esse olhar sem amarras, ao que parece, mostra-se interdisciplinar durante o construto desses escritos. Isso porque as mudanças espaciais e temporais, ou sincrônicas e diacrônicas, são alimentadas por um cotidiano que se distancia com o passar do tempo, mas que faz parte da trajetória dos artefatos fixos e não-fixos que também compõe o sítio RS.JA-04. De acordo com Chartier (2015):

O historiador procura situar e interpretar o artefato temporalmente, num campo no qual se cruzam duas linhas. Uma linha é vertical, ou diacrônica, com a qual ele estabelece a relação de um texto ou um sistema de pensamento com expressões anteriores no mesmo ramo de atividade cultural (pintura, política etc.). A outra é horizontal, ou sincrônica; com ela o historiador avalia a relação do conteúdo do objeto intelectual com as outras coisas que vêm surgindo, simultaneamente, entre outros ramos ou aspectos de uma cultura (CHARTIER, 2015, p. 34).

Os textos históricos e os documentos arqueológicos, mesmo os que parecem claros ou que estejam *in loco*, não falam ou movimentam-se voluntariamente a não ser quando sabemos interrogá-los. Nunca em nenhuma ciência a observação passiva gerou algo de fecundo, segundo Marc Bloch (2001, p. 79), obviamente que supondo, aliás, que ela seja possível. Quando estamos diante da cultura material, interrogações acerca de sua funcionalidade, produção, pertença e descarte fazem parte do repertório primário realizado ao artefato. Mesmo sendo pacífica a ideia de que todo ser humano tem consciência do passado, ou melhor, do período imediatamente anterior aos eventos registrados na memória de um indivíduo, em virtude das distintas convivências em sociedade, a cultura material pode, ao ser interrogada, respeitar *ipso facto* práticas quotidianas voluntárias e involuntárias dotadas de significados e significâncias.

Beaudry et al. (2007, p. 79) observam que os sítios arqueológicos domésticos podem constituir expressões que são, ao mesmo tempo, “normativas, pessoais e intransponíveis da unidade mais básica da sociedade em sua interação com a sociedade como um todo.” Não obstante, ao permanecer entre o material recuperado de um sítio doméstico e os amplos processos que caracterizam uma sociedade, acredito que o grupo doméstico é tido como uma das escalas possíveis para a pesquisa arqueológica. O diálogo entre a sociedade e os artefatos,

---

no caso, a partir da disposição da cultura material de uma unidade doméstica e sua relação dá-se com um passado que nos é próximo e comum. Nesse sentido, para Eric Hobsbawm (2013):

[...] Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse “sentido do passado” na sociedade e localizar suas mudanças e transformações (HOBSBAWM, 2013, p. 25).

Entender aspectos da sociedade como ações, situações cognitivas, manifestações sociais através da cultura material, isto é, entender o cotidiano unicamente a partir desta análise é restringir os aspectos sociais e econômicos dos grupos em foco, por exemplo. Deve-se perceber outros aspectos daquilo que se enxerga, além da distribuição e uso do espaço onde é possível aproximar da realidade as atitudes que podem integrar a ocupação e as alterações do espaço construído. São características dos indivíduos alterarem suas práticas ao utilizar e reutilizar seus objetos cotidianos, e isso percebemos na própria representatividade das peças ilustradas anteriormente (Figuras 1 e 2).

Isso porque o utilizar e reutilizar, no caso, pode tratar-se de artefatos em faiança fina que compuseram conjuntos de mesa/cozinha que ornavam o interior do Solar. Peças que tinham um significativo valor para a família, pois um conjunto de pratos e travessas, por exemplo, foram recuperados e provavelmente pertenciam à família por possuírem a mesma técnica decorativa e disposição de cor das peças dispostas anteriormente. O que indica pertencer a um aparelho adquirido no final do século XIX, de acordo com o recorte cronológico das peças, e que dado as suas características ficou no seio da família durante o século XX, até o seu eminente descarte. Como os bolsões de lixo pertenciam a contextos semelhantes, a temporalidade dos artefatos indicou descartes em períodos distintos, porém em bolsões ativos e sempre contemporâneos aos residentes que efetuavam os enterramentos ou os descartes voluntários.

Burke (2008, p. 93-94), por sua vez, salienta que é pertinente chamar a atenção para as referências dos espaços da casa. Pode parecer paradoxal, ainda de acordo com o autor, “incluir o espaço na cultura material, mas os historiadores *culturais*, como os da arquitetura, sociologia e geografia, chegam a ler o texto de uma cidade ou de uma casa no sentido implícito.” Diante disso, faz-se necessário considerar que não foram apenas especificamente os artefatos em louça e vidro que alteraram o comportamento do grupo ou indivíduos

---

residentes no Solar. Sua própria estrutura física, seu construto e mesmo seu terreno que diminuía de tamanho na década de 1920, perdendo seu caráter eminentemente rural, além de seus residentes que compuseram um contexto novecentista de transição em relação aos hábitos sociais domésticos e extradomésticos, também o fizeram.

Nesse sentido, a *arqueologia do tempo presente* seria incompleta sem os estudos dos mercados, ferrovias e praças, assim como a história das casas seria incompleta sem as reflexões sobre uso, desuso e reuso de seus espaços interiores e exteriores (ou de seu quintal, indo ao encontro do presente artigo). A compreensão dos processos deposicionais dos artefatos nos fundos do Solar e a análise da sua distribuição espacial, são relevantes para a percepção dos descartes de seus residentes, dessa rotina, comportamento ou hábito.

Para Hobsbawm (2013, p. 55), a história não tem nenhuma fórmula simples para descobrir as consequências exatas de mudanças e práticas quotidianas, ou os desdobramentos de situações que podem ser geradas, no caso, infringir o Código de Posturas de 1892 que entrara em vigor em Porto Alegre, e que proibia o descarte e posterior enterro de lixo doméstico nos pátios residenciais. Porém, essa mesma história “pode definir *uma* dimensão urgente do problema, a saber, através de uma redistribuição social dentro do espaço doméstico” (HOBSBAWM, 2013, p. 55).

Destarte, as evidências materiais provenientes de espaços domésticos dificilmente podem ser atribuídas a indivíduos específicos. Relacionadas às mais diversas atividades que foram realizadas dentro e fora das estruturas de habitação, essas evidências fornecem informações sobre o grupo doméstico como um todo. Com a cultura material, podemos prever um recorte cronológico aproximado dos residentes de um espaço doméstico a partir de sua análise. Entretanto, o diálogo com a pesquisa histórica pode aproximar à crível temporalidade desse espaço, juntamente com os hábitos dos residentes que tendem a respeitar o seu tempo.

### **O Registro Arqueológico de um Espaço Doméstico**

Acredito que mais pelas representações do que pela racionalidade é que podemos ter acesso, no sentido amplo, e compreender o conhecimento sócio-histórico. Os diálogos com essas representações podem frutificar quem somos, o que fazemos e como fazemos em cada sociedade. De acordo com Chartier (2015, p. 23), diante disso, “a função das representações da história (definida como a capacidade do discurso histórico para representar o passado) é constantemente questionada, suspeitada pela distância necessariamente introduzida entre o

passado representado e as formas discursivas necessárias para sua representação.” Não obstante, ancorando-me em Bourdieu (1989, p. 134), dentro de uma representação, não só os hábitos, práticas quotidianas ou a rotina individual e coletiva de um núcleo familiar, “mas sim a posição de um determinado agente nesse espaço social é que pode ser definido como representativo desse homem,” no caso dos residentes do Solar, como membro da sociedade.

As representações de um passado que não passa requer fôlego, assim como perceber as práticas de descarte de um passado que tenho sob os olhos, um descarte dos herdeiros de Joaquim e Maria Luiza durante parte do século XX, como agentes dentro desse espaço social no período novecentista. Como parte do que compõe os objetos, entender os residentes desta unidade doméstica como agentes ativos e passivos, significantes e que significam a totalidade do sítio arqueológico Solar Lopo Gonçalves, é entender a igualdade que os integra juntamente com a cultura material e com o próprio Solar. Um contexto que, para Bourdieu (1989):

Pode-se assim representar o mundo social em forma de um espaço (a várias dimensões) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo. Os agentes e grupo de agentes são assim definidos pelas suas posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada no espaço (BOURDIEU, 1989, p. 133-134).

Entender as estruturas do Solar como agência composta também por seus elementos fixos, semi-fixos e não-fixos, “é apreender que a história da sociedade é *história*, isto é, ela tem como uma de suas dimensões o tempo cronológico real” (HOBSBAWM, 2013, p. 117). Para Matthew Johnson (2010, p. 168), agência e estrutura são analiticamente distintas, porém, apesar disso, entremeadas: cada uma é produto da outra quando são observadas de diferentes pontos dentro de um fluxo histórico. Para explicitar as estruturas, por conseguinte, “deve-se olhar para as condições nos níveis individuais e coletivos, e para o dia a dia das interações sociais.” A cultura material, na perspectiva aqui adotada, não pode ser apenas *reflexo* direto do comportamento humano, mas sim parte direta e indireta de uma transformação desse comportamento, ao considerar a biografia que abrange muitos aspectos da cultura material.

Faz-se necessário que a leitura do registro arqueológico leve em consideração suas transformações culturais. As reflexões desta etapa do presente artigo não se propõem necessariamente à preocupação apenas com estruturas e seus mecanismos de permanências e mudanças, bem como com as possibilidades gerais e padrões de suas transformações, mas

também com o que se aproxima do crível dentro dessa unidade doméstica, nesse espaço social. Entendo que as unidades domésticas também se caracterizam como espaços onde as rotinas das ações dos sujeitos são discerníveis, resultando em uma fecunda relação ao se interpretar práticas, o lugar onde se vive e a vida cotidiana. Práticas essas concebidas através de anseios diversos, sem rédeas, pois integram capacidades individuais e coletivas que estão imperceptíveis no cotidiano.

Nesse sentido, as práticas quotidianas de descarte de lixo nos fundos do Solar pelos grupos domésticos ligados ao seu núcleo familiar, indicam um descumprimento das medidas higienistas veiculadas pelo discurso médico, principalmente considerando o período de uma maior disciplina correspondente às últimas décadas dos oitocentos e o princípio do século XX. Depositar o lixo produzido no quintal dessa residência, a ser ilustrado a seguir, era, provavelmente, uma atividade que compunha o cotidiano dos residentes da unidade doméstica, ou seja, diariamente. Atestamos isso através da cultura material exumada, visto que a análise das louças, por exemplo, permitiu que algumas inferências acerca da prática de descarte no Solar fossem observadas.

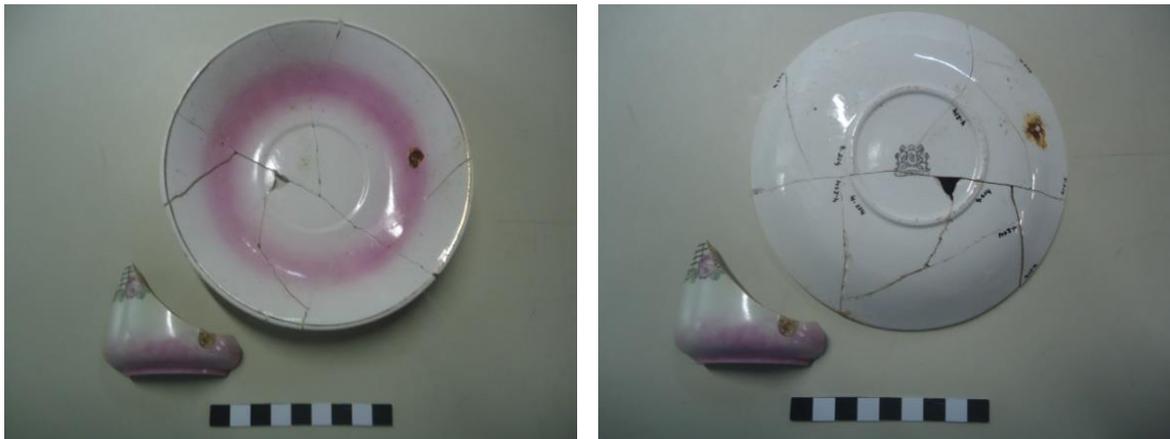
Menciono o exemplo das louças porque a análise das peças em vidro não permitiu observar fragmentos de bolsões distintos e que fossem remontados, ou mesmo que pudessem pertencer a aparelhos ou jogos de copos, cálices ou potes para conter alimentos, por exemplo. O nível de fragmentação dos artefatos em vidro também dificulta qualquer possível remontagem, e outra: o termômetro socioeconômico por vezes recai sobre as louças quando não há incidência de peças em vidro que denotem algum requinte, como neste caso. É possível perceber que as ausências também são categorias de análise e a inexistência de selos ou marcas nas peças em vidro permitem relações diversas, pois percebemos a materialidade onde o perceptível é a imaterialidade.<sup>185</sup> Não se trata aqui de um jogo de palavras, mas de uma análise das fontes que temos e das perguntas realizadas aos artefatos que dispusemos, ou não.

---

185 Reflexões ancoradas a partir da leitura de Daniel Miller (2013), através do qual “a imaterialidade por vezes recai sobre a materialidade para ser concebida”. A premissa que inferi propositalmente é a ideia de que “a ausência de materialidade recai sobre a imaterialidade para ser concebida”. Segundo o autor, nesse sentido, “nunca vamos chegar longe em nossa compreensão da materialidade se atacá-la frontalmente [...]. Uma coisa dura, como uma pedra, é mais material que algo frágil, como uma bolha? Uma ideia que perdura é mais material que outra, que não perdura? [...] Talvez em física seja possível definir materialidade, mas a definição seria de pouco valor para a ciência social [...] [porém], podemos voltar à contradição básica pela qual as religiões acham que a melhor maneira de expressar a imaterialidade é pela materialidade”. In: MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 107-108.

Em relação às louças, chamou atenção o fato de artefatos de diferentes bolsões de lixo possuir peças de uso doméstico pertencentes a um mesmo conjunto. Artefatos escavados nos fundos do Solar em 1996 e 2005, e que provavelmente formam aparelhos pertencentes a descartes concomitantes e desenterrados em bolsões de lixo distintos, como ilustrado nas imagens das peças em faiança fina a seguir (Figuras 3 e 4), constituídas por uma xícara e um pires, e que indicam compor um mesmo conjunto de chá/café. Reitero o que já fora mencionado, por tratar-se de uma hipótese que prezo, pois são remotos os estudos sobre lixeiras domésticas novecentistas, para não falar que inexistem, ou melhor, que no momento do construto desses escritos, o presente pesquisador desconhece. E o fato de existirem bolsões de lixo em uma mesma unidade doméstica e que foram alimentados por descartes contínuos, simultâneos e em diferentes períodos, incitam reflexões que merecem no mínimo atenção.

**Figuras 3 e 4:** Pires e xícara em faiança fina produzidas pela Cerâmica Porto-Alegrense entre 1920 e 1939, com friso dourado na borda, pintura interna rosa por *aerografia* e marca da fábrica no fundo. Artefatos encontrados nas intervenções arqueológicas no Solar em 1996 e 2005, em distintos bolsões com materiais.



Fonte: Acervo do Autor (2017)

O caráter rotinizado desta prática de descarte em áreas específicas, no entanto, não pode ser reduzido apenas às dimensões do espaço doméstico. No espaço social do Solar, por mais repetitivos e por mais rígidos que teriam sido os ciclos de suas atividades e de seus ritos, as práticas de descartes no pátio continuaram,<sup>186</sup> e a composição desses escritos mostram através da análise dos artefatos.

---

186 Mesmo com a regulamentação, em 1895, dos serviços de saúde pública no Rio Grande do Sul (decreto nº 44 de 02/04/1895), cuja atribuição era o estudo sobre o tema da higiene, o saneamento de espaços públicos e privados e a adoção de estratégias para prevenir e combater as doenças. Isso após o Código de Posturas Municipal de 1892. Além disso, como a higiene era competência dos municípios, em 1898 foi instituído o serviço regular de limpeza pública encampada pela Intendência de Porto Alegre, quando iniciou-se a coleta de

Para Burke (2008, p. 76-77), no caso, as reflexões acerca desse *campo* referem-se ao domínio autônomo que, em dado momento, “atingem a independência em uma determinada cultura e produzem suas próprias convenções culturais.” Essas convenções diacrônicas e sincrônicas que estão nas dimensões do Solar não estão somente no processo de descarte e sim nas permanências do seu próprio espaço, seus residentes, de uma família, de um terreno, de um endereço, de peças em louça, de uma lixeira doméstica, de uma segunda lixeira, de uma terceira etc.

Trata-se, por conseguinte, de um mesmo lugar e de práticas de uma mesma família. Talvez, por outro lado, haja uma ruptura visível: a técnica decorativa que adorna as peças ilustradas anteriormente (Figuras 3 e 4). A técnica decorativa por *aerografia* igualmente adorna muitos artefatos recuperados em 1996 e 2005, e é uma técnica típica do período novecentista, não havendo qualquer incidência desta decoração em contextos do século XIX. Mas são as permanências no Solar que me refiro, e elas também são comumente visíveis. Elas também estão, nessa perspectiva, nos hábitos adotados e nas práticas de descarte sincrônicas e diacrônicas dos atores sociais, e mesmo da agência do Solar e dos objetos que o compreende nas lixeiras, e daqueles que um dia o habitaram. Johnson (2010), diante disso, consubstancia essa reflexão quando destaca que:

[...] O ator social saberia muito bem sobre o modo como operava a sociedade, e seria mais ou menos capaz de reafirmar, manipular ou transformar essas regras de operação em determinada situação social. Vale a pena notar que, mesmo nessa concepção de ação social manifestadamente não-estruturalista, o ator somente pode conduzir essa estratégia tendo como referência alguma “estrutura” ou *habitus* pré-existente e “externo”, em um dado momento. Mesmo se historicamente essa estrutura ou *habitus* é fluida e em constante mudança (JOHNSON, 2010, p. 151).

A estrutura pelo simples fato de existir controla a conduta humana estabelecendo padrões, por vezes, previamente definidos de hábitos que são internalizados, que, para Berger e Luckmann (1973, p. 80), “canalizam-na em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis.” Alguma literatura ou sabedoria popular, ambas no sentido amplo, atestam que as ações repetidas uma vez, ou mais, tendem a se tornarem habituais até certo ponto, assim como “todas as ações observadas por outros que envolvem

---

fossas móveis ou cubos uma ou duas vezes por semana nas localizações do Solar Lopo Gonçalves. As pessoas que mantivessem cloacas em seus quintais, que jogassem águas servidas na superfície ou que colocassem entulhos sobre o lajedo de suas casas, por exemplo, eram multadas. In: TOCCHETTO, Fernanda Bordin. *Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista*. São Leopoldo/RS: Oikos, 2010, p. 264-265.

alguma tipificação por parte deste outro” (BERGER; LUCKMANN, 1973, p. 83). Depositar o lixo produzido no quintal das residências, como observado no presente contexto arqueológico (FIGURAS 05 e 06), era, talvez, uma atividade rotineira, repetitiva, e que se realizava de maneira semelhante, dia após dia.

**FIGURAS 5 e 6:** Artefatos em seu contexto em uma das áreas de descarte do século XX nos fundos do Solar Lopo Gonçalves evidenciada em 2005 (Quadrícula C2b1).



Fonte: Acervo do Autor (2017)

Embora haja uma história que antecede o nascimento do indivíduo, os hábitos e as práticas rotinizadas estão presentes e são exteriores a esse indivíduo. Acredito haver uma tendência do cotidiano em compor e orientar a conduta humana através do que é internalizado, voluntariamente ou não, a partir da estrutura ou agência, mesmo a agência implicando ação e alguma consciência. Johnson (2010, p. 167) em outra passagem salienta que o estudo da agência não pode ser separado do estudo da estrutura, visto que “a agência é uma manipulação de uma estrutura existente, uma estrutura que é externa ao indivíduo” e que se apresenta ao agente como um construto sincrônico, como algo a ser delineado a partir dele.

Quando se busca entender a agência humana ou dos objetos, nesse sentido, deve-se perceber e descrever as condições históricas antecedentes, a diacronia, o *habitus* no qual estes atores atuam, em uma maneira sincrônica e normativa, de modo a obter a compreensão destas ações (JOHNSON, 2010, p. 167). Diante disso, segundo Elias (1994):

Esse *habitus*, a composição social dos indivíduos, como que constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade. Dessa maneira, alguma coisa brota da linguagem comum que o indivíduo compartilha com outros e que é, certamente, um componente do *habitus* social – um estilo mais ou menos individual, algo que poderia ser chamado de grafia individual inconfundível que brota da escrita social (ELIAS, 1994, p. 150).

---

O *habitus* social que o autor menciona permite-nos introduzir os fenômenos sociais e culturais em “um campo da investigação científica, que antes lhes era inacessível.” Ainda ancorando-me em Elias (1994, p. 150), acredito que essa escrita social endossa a ideia de que não existe um dualismo entre sujeito e sociedade. Os indivíduos são regulares e conscientes visto que, ao mesmo tempo, suas ações também estão situadas em condições inconscientes e possuem consequências não intencionais. Por conseguinte, o agente pode ser um sujeito ativo, ou um objeto também ativo, e suas ações podem ser consideradas propositais, determinadas, voluntárias, conscientes ou involuntárias, porém vivas e com trajetórias *ipso facto*.

A conduta social é orientada, assim, através da estrutura ou da agência, como parte do comportamento cotidiano. Uma abordagem, ou conduta social e histórica, que busca captar, simultaneamente, as dimensões sincrônica e diacrônica, sem tomar como absoluta a distinção entre elas. Todavia, o domínio social pressupõe uma distinção entre diacronia e sincronia, ou mesmo o domínio temporal e espacial. É pertinente, porém, que essa distinção seja válida em uma forma provisória, circunstancial, dado que diacronia, nesse sentido, implica em uma perspectiva contínua, através de uma dinâmica evolutiva, e sincronia em uma inscrição momentânea deste tempo linear, e que implica em mudanças estruturais. Isso porque abordo um domínio que preza ser de totalidade sócio-histórica, espaço-temporal.

Integrar a contribuição de uma visão de mundo e entender que o diálogo dessa visão de mundo, com o contexto em que está inserida, pressupõe que o agente exerce um poder dentro de um quadro social ou de uma unidade social. O saber histórico, para Chartier (2015, p. 24), “é conduzido pelas exigências existenciais das comunidades para as quais a presença do passado no presente é um elemento essencial da construção de seu ser coletivo.” Faz-se necessário perceber, nesse sentido, que o saber histórico pode contribuir para dissipar as ilusões ou os descontentamentos que durante longo tempo desorientam as memórias coletivas. Todavia, esse saber histórico permite também dissipar as certezas e os contentamentos que durante longo tempo igualmente orientavam as memórias coletivas.

### **Considerações Finais**

A Arqueologia, na perspectiva apresentada, é utilizada como instrumento que contribui para o processo de formação da cidadania e de sentimentos de pertença relacionados a realidades socioculturais como parte da história da cidade. Assim, inserir preocupações, reflexões e ações quanto aos bens arqueológicos faz-se necessário, sobretudo se relacionado

ao lixo, aquilo que está no interior das unidades domésticas, aqui, através de suas lixeiras. O patrimônio vem sendo dilapidado com veemência diariamente e, com ele, as referências materiais de memórias, identidades, de vestígios de práticas quotidianas de pessoas e grupos anônimos, porém a necessidade de resgatar essas construções socioculturais deveria nutrir mais estudos sobre os rejeitos de áreas urbanizadas.

A abordagem do Solar Lopo Gonçalves, como um estudo de caso, contribui para refletir em como esse processo faz-se presente na cultura material, através da Arqueologia. Isso porque o descarte em geral é o destino final de qualquer produto, a partir de uma vida útil que já não é a mesma quando de sua aquisição, onde sua troca ou reposição é determinada. No caso, quando uma exumação está em curso através de uma intervenção arqueológica, fragmentos correspondentes a peças inteiras, consumidas provavelmente no interior da unidade doméstica no qual encontra-se inserida, são encontrados, presume-se que o descarte fora realizado na lixeira após a quebra do objeto.

Trata-se do consumo de produtos importados e de produção nacional no século XX tais como de louças inglesas e brasileiras por parte de famílias abastadas socialmente, e é uma realidade e foi atestado pelos estudos acerca da cultura material do próprio Solar. Produtos esses cujos trâmites comerciais dos negócios para a suas aquisições no século XIX e, em grande medida, até a década de 1950 (período em que os veículos automotores se popularizaram no Brasil), davam-se por intermédio do chamado comércio transatlântico.<sup>187</sup> Os artefatos exumados do Solar Lopo Gonçalves, aliados às informações sobre a disposição externa no seu quintal e as implicações sócio-históricas dos grupos domésticos que o ocuparam dentro de um contexto urbano, demonstram *neste olhar* que as permanências são proeminentes.

Ocorreram, porém, mudanças em parte dos padrões de comportamento de seus ocupantes durante o período novecentista que dizem respeito às áreas de descarte, e não às práticas de descarte. Isso porque percebemos que a sincronia reivindica o seu lugar, pois se a diacronia e as estruturas lineares implicam em um recurso constante à história, mostrando que instituições se transformam através de uma sucessão de acontecimentos, a presente unidade doméstica se apresenta como palco das transformações que reivindica essa voz no quotidiano.

---

187 Convêm mencionar que todo o tipo de comercialização ao longo do século XIX e em parte do século XX em Porto Alegre, dava-se via porto, ou seja, pelo Lago Guaíba após trâmite conhecido por *cabotagem* pelo Porto de Rio Grande e Rio de Janeiro, primeiramente, por se tratar da capital brasileira no período.

O Solar a partir dos artefatos que o compõe, manifesta a agência das diversas sincronias que integram um mesmo palco que ainda pode reservar uma história igualmente presente. Além das transformações nos limites e práticas rotineiras, as mudanças de uma estrutura para a outra e suas transformações estruturais, dialogam com a totalidade de seu espaço, ou melhor, partem de um provável diálogo.

A totalidade histórica do Solar Lopo Gonçalves, obviamente, pode ser obtida somente na soma de todos os seus tempos, individuais e coletivos, sociais e históricos, sincrônicos e diacrônicos. Não obstante, essa totalidade não está presente integralmente em nenhum desses tempos. Os acontecimentos e a descrição de um cenário conjuntural e estrutural não são capazes por si mesmos de oferecer a totalidade da história ou a simples compreensão da situação de uma unidade doméstica mesmo através de sua cultura material, o que para este pesquisador seja a fonte histórica *in loco*. Os limites de quaisquer pesquisa está na compreensão de que a totalidade, talvez, esteja em uma conjuntura que nos é inacessível.

### Referências

- BEAUDRY, Mary C; COOK, Lauren J; MROZOWSKI, Stephen A. *Artefatos e vozes ativas: cultura material como discurso social*. Belo Horizonte, MG: Vestígios Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica, v.1, nº2, p. 71-114, 2007.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2015.
- EIGENHEER, Emílio Maciel. *Lixo: a limpeza urbana através dos tempos*. Porto Alegre, RS: Pallotti, 2009.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- GIACOMELLI, Sérgio. *Solar Lopo Gonçalves: de propriedade rural a Museu de Porto Alegre*. Porto Alegre, RS: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. *Hacia otra arqueología: diez propuestas*. Madri: Complutum, v. 23, p. 103-116, 2012.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JOHNSON, Matthew. *Concepções de agência em interpretação arqueológica*. Belo Horizonte, MG: Vestígios Revista Latino-americana de Arqueologia Histórica, v.4, nº2, p. 147-173, 2010.

MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MORIM, Edgar. *Terra Pátria*. Porto Alegre, RS: Sulina, 2003.

REDE, Marcelo. *História a partir das Coisas: tendências recentes nos estudos de Cultura Material*. São Paulo: Anais do Museu Paulista (História e Cultura Material), v.4, p. 265-282, 1996.

SAHLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SCHIFFER, Michael. *Archaeological context and systemic context*. American Na tiquity, 37 (2), 1972.

SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira. *Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 1998.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin. *Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista*. São Leopoldo, RS: Oikos, 2010.

WEBER, Beatriz Teixeira. *O código de posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre, RS: UFRGS, 1992.

### Fontes e arquivos pesquisados

Inventário de Joaquim Gonçalves Bastos Monteiro (e sua esposa Maria Luiza Lopo Teixeira Bastos): 3º Cartório Cível, Livro 194, fls 122, de 22 de setembro de 1919 – Arquivo do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (ATJ/RS).

Inventário de Lopo Gonçalves Bastos (e sua esposa Francisca Lopo Teixeira Bastos): 1º Cartório Cível, Autos 429, Maço 19, Estante I, março de 1878 – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

Cultura material das escavações de 1996 e 2005: Sítio Arqueológico RS.JA-04 (Sítio Solar Lopo Gonçalves) – Setor de Arqueologia do Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo.

COSTA, João Felipe Garcia da; TOCCHETTO, Fernanda Bordin. *Relatório Técnico Final. Projeto “Pesquisa Arqueológica e Valorização do Patrimônio Material Pré-Histórico e Histórico do Município de Porto Alegre.”* Porto Alegre: Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo (Secretaria Municipal de Cultura), entre junho de 2005 e junho de 2006 (Relatório aprovado: Portaria nº155, Diário Oficial da União de 20/06/2006, CLT30141/2005-08-24, projeto 914BRA4003 Monumenta/ PRODOC) – 12ª CR do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/RS).

SYMANSKI, Luis Cláudio Pereira; TOCCHETTO, Fernanda Bordin. *Segundo Relatório Técnico Semestral. Projeto “Arqueologia Histórica em Porto Alegre: o Sítio Solar Lopo Gonçalves.”* Porto Alegre: Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo (Secretaria Municipal de Cultura), entre julho e dezembro de 1996 (Relatório aprovado: Portaria nº12, Diário Oficial da União de 09/01/1997, processo administrativo nº05112000210/95-70) – 12ª CR do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/RS).

---

## Epistemologia, Historiografia e História no Ensaio “O Brasil na História de Manoel Bomfim”.

### Epistemology, Historiography and History in Essay “O Brasil na História de Manoel Bonfim”

Clayton José Ferreira<sup>188</sup>

BOMFIM, Manoel. *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Topbooks; Belo Horizonte, Puc/Minas, 2013 [1930]. 486 p.

Em sua extensa obra, Manoel Bomfim (1868-1932) produziu quatro ensaios de cunho histórico, respectivamente: *A América Latina: males de origem* (1905), *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (1929), *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política* (1930) e *o Brasil nação: realidade da soberania brasileira* (1931). Nestes livros procura descrever e compreender grande parte da história brasileira através das mais diversas fontes documentais e da obra de diversos historiadores nacionais e internacionais os quais tiveram a história brasileira como objeto de estudo. Do mesmo modo, elabora uma crítica historiográfica, debatendo questões sobre a escrita da história.

Educador, historiador, médico e psicólogo, nasceu na cidade de Aracaju, estado de Sergipe, porém, viveu a maior parte de sua vida no Rio de Janeiro, onde completou sua formação superior em medicina, exerceu cargos públicos, participou da fundação de jornais e revistas e se tornou professor. Escreveu alguns trabalhos dedicados a educação escolar, tal qual o livro de leitura escrito em coautoria com Olavo Bilac, *Através do Brasil* (1910), utilizado até a década de sessenta em muitas escolas, tendo sua última, das muitas edições, datada do ano de 2000. Sua obra adquiriu, nas últimas décadas, uma ressignificação diante da relevância em nossa contemporaneidade de temáticas abordadas pelo autor como, por exemplo, a discussão em torno da potencialidade na multiplicidade étnica e a importância da ampliação da educação básica. Os textos de Bomfim anteriores a 1905, tal qual o discurso *O progresso pela instrução* proferido em 1904 e, posteriormente publicado, o artigo no jornal *A República* em sete de Janeiro de 1897, intitulado *Dos Sistemas de ensino*, e o discurso

---

188 Mestre e Doutorando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel e ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: claytonjf15@hotmail.com.

---

pronunciado em 1906 e intitulado *O respeito à criança*, também publicado, possuem um extenso material a respeito da sua preocupação com a educação no Brasil. Dada a atualidade de muitos temas trabalhados em sua obra, seu trabalho tem sido revisitado e novas edições de seus textos têm sido publicadas nas últimas décadas, tal qual a nova edição de 2013 do livro resenhado.

O ensaio histórico *O Brasil na História* de Bomfim, possui uma importante erudição teórica sintonizada a muitos dos principais historiadores, filósofos e sociólogos de sua contemporaneidade, além da análise de um grande número de fontes documentais. O livro de Bomfim se inicia com uma importante introdução a qual procura esclarecer sua compreensão epistemológica da história. Neste texto, intitulado “orientação”, é abordada a relação ontológica do ser humano com a história. Tanto em nossa existência individual como social procuramos possíveis estímulos para nossas ações de modo a norteá-las e potencializá-las. Impulsos parcamente constituídos podem resultar em constantes escolhas infrutíferas, na estagnação da ação e na instabilidade. Como a espécie humana e seu sucesso se estabeleceram através da capacidade de se organizar e agir socialmente (perspectiva construída a partir de sua leitura de Darwin), estímulos os quais projetam uma melhor sociabilidade orientam a atuação humana rumo a aquilo o qual se considera progresso em uma determinada temporalidade.

Portanto, sentimentos socializadores ou, a preocupação ética, são constantemente abordados na busca por estabilidade dos conflitos humanos. Tais estímulos para a busca por orientação da ação são elaborados, individualmente e comunitariamente, através do compartilhamento de determinadas experiências históricas que estão centralizadas na história, na memória, na identidade e na tradição. Apesar da distância moderna entre passado e presente, as experiências humanas, necessariamente são, com maior ou menor intensidade, espaços para a constituição de alguma reflexão e orientação do agir. Dito isto, Bomfim aponta a necessidade de um esforço historiográfico que siga ao encontro desta constituição ontológica do humano para que o conhecimento histórico profissional e científico ofereça possibilidades de reflexão sobre o norteamto da realização humana, enfrentando os aspectos abstratos e subjetivos da experiência, porém, consciente da incapacidade da disciplina em oferecer prognósticos.

---

A partir deste argumento, irá produzir uma crítica direcionada a historiografia nacional a qual, segundo Bomfim, possui uma metalinguagem onde se narra a história brasileira como o lugar da decadência, da desordem e da incapacidade para o progresso. Para o autor, o passado brasileiro (ou daqueles os quais viveram no território o qual se tornou o Brasil) evidencia uma profunda competência para o desenvolvimento. Se o saber histórico pode auxiliar na reflexão e orientação, já que necessariamente ou, para o autor, “instintivamente” os indivíduos se relacionam com o passado, a educação está na centralidade de seus argumentos para mediar e capacitar uma relação mais sofisticada no interior das experiências de modo a produzir uma sociabilidade melhor organizada, de ampliar o que Bomfim chama de “consciência” dos motivos para a ação frente a concepções de progresso historicamente constituídas. Uma historiografia centrada em certa hermenêutica a qual desestimula e retira a potencialidade das experiências passadas e desvia dos objetos históricos os quais demonstram outras possibilidades, fundamentava parte da constituição de uma memória e tradição desencorajadoras frente ao ideal de progresso, atribuindo crédito à falácia da incapacidade civilizacional do brasileiro.

O primeiro capítulo retoma e desenvolve a relação entre a tradição, a memória e a historiografia no interior de uma sociabilidade ativa sob o signo da nacionalidade. Para o autor, a partir da modernidade, a compreensão coletiva a respeito do passado está diretamente associada a capacidade confiante e engajada em se produzir ideais comunitários de progresso. A aptidão para produzir e direcionar a ação coletiva produz uma maior disposição à solidariedade entre os indivíduos e, portanto, situa-se no interior da sedimentação de valores ético-morais. Seria necessária uma historiografia atenta a esta compreensão teórica, já que aí se encontra o registro mais sofisticado e preciso do passado. Após estas reflexões, Bomfim quer deixar claro que sua proposta historiográfica, mesmo enquanto crítica à epistemologia da disciplina, mantém-se atrelada à produção do saber histórico através do método, da representação do passado fundada no maior rigor e exatidão possível, e não em uma hermenêutica a qual apresente uma história irrealista, idealizada.

Exatamente para tal aproximação do real, entende ser de vital importância que se tematize aspectos subjetivos entre as experiências passadas e sua contemporaneidade já que tais aspectos são partes incontornáveis da existência. Ainda no interior deste argumento, critica severamente a expectativa descabida de objetividade, apontando que, mesmo através

---

de procedimentos criteriosos, ainda assim todo saber será produzido no interior de valores morais e de identidade do pesquisador. Tais vínculos entre a história e a potencialização da sociedade frente a projetos de progresso poderiam ser observados na historiografia realizada naqueles países considerados como os mais avançados. No entanto, Bomfim aponta criticamente esta abordagem quando ela produz a representação imprecisa de um passado, fantasiando e glorificando a história em um esforço de legitimação de uma equivocada superioridade hierárquica, imputando a outros países a subordinação e dependência, calcadas falsamente em argumentos de inferioridade da formação histórica, social e étnica. O que é considerado progresso civilizacional na modernidade diz respeito a uma complexa relação de saberes e técnicas produzidos pelos mais diversos povos no tempo, o que tornava esta noção hierárquica um esforço estratégico para a realização de uma política internacional favorável.

No segundo capítulo é tematizada parte das abordagens históricas produzidas em outros países a respeito do Brasil como uma *causa externa* da deturpação da história brasileira, enquanto que a primeira *causa interna* estaria associada ao que chama de “Estado português bragantino”. Estas reflexões são voltadas, neste capítulo, com uma especial atenção aos historiadores, sociólogos e viajantes franceses os quais produziram trabalhos sobre o Brasil. Para o ensaísta, grande parte destes autores (Jean de Montlaur, Edmund de Goucourt, Renan, Koster, Gilbert Chinard, Villegagnon, Léry, Thevet, Febvre, Chateaubriand, Gauthier, Flaubert, etc.) teriam produzido muitos dos seus trabalhos buscando confirmar preconceitos e conjecturas, se utilizando de noções teóricas deturpadoras da realidade brasileira (para Bomfim, especialmente o positivismo de Comte), buscando o exótico e produzindo excessivas generalizações; escolhas inadequadas para analisar e compreender experiências divergentes do pesquisador. Como a intelectualidade francesa possuía grande prestígio, suas obras acabavam por impactar negativamente na compreensão do Brasil pelos brasileiros, deturpando principalmente a história nacional. Flexionando este argumento frente a alguns escritores, Bomfim traça grande elogio à História do Brasil (1810) do historiador inglês Southey, o qual teria produzido na grande maioria de seu livro uma sofisticada e atenta análise a qual associava as dicotomias da objetividade e subjetividade valorizadas pelo sergipano.

Quanto à administração bragantina, esta teria estabelecido um regime centralizado que incapacitou a realização do que Bomfim compreende como uma tradição a qual poderia

---

culminar com uma política republicana; tradição desenvolvida devido a anterior frouxidão das capacidades administrativas da metrópole, resultando em uma organização no território brasileiro relativamente autorregulada. As sublevações, realizadas até então e a partir deste momento contra o Estado, teriam sido compreendidas como resultados de uma população desordeira, sem autogoverno, incapaz frente aos ideais civilizacionais modernos, categorizadas sempre como insurgências e inconfidências e desvalorizando os movimentos sociais no registro da historiografia. No entanto, para Bomfim, se tratavam de legítimas manifestações contra o Estado, de grande potencialidade para a política republicana, demonstrando ampla capacidade para os ideais progressistas de sua contemporaneidade.

O terceiro capítulo dedica-se a mediação e crítica de parte da historiografia nacional. Aqui, muitos dos historiadores fortemente associados aos Estados monárquicos desde 1808 são apontados como a segunda *causa interna* da deturpação da história brasileira. Tais autores, especialmente Varnhagen, teriam repetido, no intuito de legitimar a política centralizadora do Estado, os argumentos os quais imputavam a população uma desordem e incapacidade atávica. Em sua crítica a Varnhagen, há uma forte desaprovação de seus procedimentos para o levantamento de fontes e dados, métodos, fundamentos hermenêuticos e teóricos. Como sua contrapartida, aponta Capistrano de Abreu como historiador ideal, de procedimentos científicos, o qual associava simultaneamente em seu trabalho fundamentos objetivos e subjetivos. Há também uma análise elogiosa a respeito do livro *História do Brasil* (1627) de Frei Vicente do Salvador como o primeiro e mais valoroso esforço de produção de uma história brasileira, procurando realocá-lo como verdadeiro patriarca da história nacional no lugar de Varnhagen.

A crítica a respeito do argumento que atribui à monarquia Bragança a unidade territorial é a primeira questão a ser debatida no quarto capítulo. Neste ponto, é desenvolvida com maior densidade a compreensão de que havia certa frouxidão do Estado até a transferência do centro governamental para a até então colônia americana, o que gerou certa auto regulação administrativa a qual tendia à constituição de uma tradição republicana. Admitindo as distâncias e diversidades dos povoamentos ralos, critica especialmente o pressuposto a respeito da unificação atribuído a monarquia no livro *Os Sertões* (1902) de Euclides da Cunha. Bomfim defende a existência de certa solidariedade entre a maior parte dos povoados na colônia, surgindo e se fortalecendo nas transações internas, nos movimentos

---

de defesa territorial contra os holandeses e franceses, na insatisfação contra o Estado e, ainda, durante a mediação entre os interesses da colônia e os holandeses, franceses, ingleses. Segundo o autor, alguns documentos evidenciam tal sentimento ao tratarem suas questões locais apontando, para além da localidade, certo sentimento de unidade.

O capítulo quinto se inicia através de um debate teórico a respeito dos conceitos de patriotismo e nacionalismo. Dissertando no interior do vínculo entre indivíduo e sociedade, o ensaísta discorre quanto às possibilidades de estabelecimentos de sentimentos socializantes a partir do assentamento das comunidades e seus antagonismos estabelecidos a respeito de outros grupos. A partir deste fundamento, é desenvolvida a tese de que o estabelecimento de certa tradição, de sentimentos de solidariedade e embates entre as comunidades coloniais e os holandeses, franceses, além da defesa de interesses contra os ingleses e certo hábito de se portar contra os portugueses, sedimentaram lentamente certo sentimento de identidade na colônia portuguesa americana. Tais sentimentos seriam observáveis em alguns documentos, na literatura e na divergência encontrada nas manifestações contra o Estado português.

O capítulo de número seis da continuidade ao argumento onde o autor defende a unidade territorial brasileira como resultado de sentimentos agregadores, surgidos entre as comunidades da colônia. Também da sequência a crítica direcionada a historiografia a qual associa unidade territorial a monarquia, apontando nestes trabalhos uma metodologia pouco criteriosa, altamente associada à política do império. Para o autor, a história do Brasil evidencia, no geral, tipos sociais fortes e ativos, como os sertanejos e bandeirantes, além de uma constante resistência aos abusos do Estado. Há ainda, certo caráter de “tranquila bondade” atávico ao brasileiro, o qual se concretizou desde a experiência colonial. Em poucos momentos surgiram movimentos de separação, e quando houve, estavam associados a uma administração tirânica. Segundo o ensaísta, o processo de independência, segundo historiadores e documentos do período, demonstra a adoção do sistema imperial como uma rápida resposta para evitar o que se considerava uma real possibilidade de rompimento incisivo entre o Brasil e a corte portuguesa: a implantação de uma república. Tal processo tornaria saliente, mais uma vez, certa tradição republicana.

Bomfim aborda no capítulo sete, parte da história portuguesa do século XVI até a segunda metade do século XVII, principalmente através da obra do historiador Oliveira Martins. Portugal é compreendido como um grande reino, de importante atividade política, de

---

desenvolvida capacidade mental e nacional o qual teve suas tradições e política degradadas no decorrer de suas crises econômicas. Este processo teria acirrado a maior exploração de seus domínios, produzindo o mesmo declínio nos territórios americanos do reino. O oitavo capítulo da continuidade as questões do anterior. Aqui, o sergipano da foco maior a atividade mercantil de Portugal, partindo do seu auge, e relacionando sua crise aos decaimentos das instituições e do caráter nacional do português, vulgarizando certo comportamento ganancioso e cobiçoso. Em um segundo momento o autor trata dos mesmos problemas na corte da família Bragança e de uma consequente má administração e política internacional.

O nono capítulo apura o entendimento do autor acerca da deturpação das tradições e da sociabilidade no Brasil a partir do começo do século XVIII como consequência da crise econômica e política portuguesa. Neste sentido, o autor narra e expõe seu discernimento quanto as ações da administração e comercialização portuguesa em sua colônia americana. Entre eles estão os governos de Gregório de Castro Morais e Francisco de Castro Morais e as invasões ao Rio de Janeiro realizada pelos corsários franceses Jean François Duclerc e René Duguay-Trouin, a cobiça dos mercadores portugueses apontada em episódios como na expulsão em 1643 de comerciantes em Assunção devido a sua suposta cupidez, nos problemas entre os proprietários de terra e os negociantes reinóis os quais culminaram na “Guerra dos Mascates”, na proibição do cultivo da vinha e do trigo para não prejudicar a agricultura portuguesa, a cobrança dos impostos, entre outros.

No décimo capítulo o autor procura entender o processo de independência do Brasil a partir do que chama de *movimentos nacionalistas*. Muitas vezes conhecidos como *movimentos nativistas* e *movimentos emancipacionistas*, tratam-se de conflitos locais ocorridos em sua maioria entre os séculos XVII e XVIII, os quais, para Bomfim, poderiam atribuir possibilidades de sentido para o surgimento de algum sentimento socializante, de solidariedade e alguma unidade entre as comunidades espalhadas no território da colônia portuguesa nas américas. Através do apoio de documentos oficiais e de comerciantes, atas, relatos, cartas e outras fontes procura-se apontar o surgimento de alguma afetividade nacionalista, especialmente nos embates ocorridos em Minas Gerais de 1707 a 1709 e em Pernambuco em 1710 a 1711, e em 1917. Estes momentos seriam evidência da capacidade civilizacional do brasileiro, intrinsecamente fundamentada na história, deslegitimando e desmistificando os argumentos europeus os quais diagnosticavam um insucesso atávico as

---

populações da América latina através de argumentos a respeito da mestiçagem, do clima tropical e de uma suposta história inexpressiva.

Tal sociabilidade e tendências a uma civilidade e políticas republicanas além de um maior desenvolvimento civilizacional, aspectos de uma tradição em formação, teriam sido lentamente cerceadas com a administração do Estado português e a posterior monarquia instaurada na independência. Este é o problema central dos capítulos onze e doze, o primeiro se dedicando de 1808 até a independência, e o segundo aos governos de D. Pedro I e D. Pedro II. No processo de independência teriam sido coibidas as potencialidades das experiências constituídas no passado através do pacto entre a corte bragantina e as oligarquias, estabelecendo um regime político de certa incompatibilidade às tradições locais, dando continuidade a centralização política estabelecida desde 1808. Este processo teria introduzido o hábito em se produzir funcionários administrativos “ineptos, corrompidos, prevaricadores, tirânicos”.

Bomfim conclui que a história do Brasil revela grandes potencialidades para o progresso nas populações espalhadas pelo território. No entanto, estas competências foram constantemente reprimidas pelo descaso dos governos quanto às questões sociais, a sua instrução e educação, em favor de uma exploração comercial sustentada pelo argumento da necessidade da ordem, o que explicava o atraso frente aos ideais de progresso durante a Primeira República. Dito isto, tal atraso não poderia ser explicado por uma suposta condição determinista ou étnica, atávica aos americanos, fruto de uma cientificidade associada a identidade europeia e à políticas imperialistas: a história revelava a aptidão do brasileiro frente as adversidades. Grande parte da historiografia do século XIX teria se esforçado por legitimar a noção de que o brasileiro é um desordeiro e incapaz o qual apenas poderia manter-se unificado, como povo e território, através do regime monárquico, desvalorizando parte indispensável da história para o estímulo da ontológica orientação humana através das experiências do passado.

*O Brasil na História* compõe um importante exemplar historiográfico de um célebre momento da intelectualidade brasileira. No final do século XIX e início do XX foi produzida uma erudita e específica prática de escrita tendo a história como foco e o ensaio como gênero textual destacado, elaborando o espaço para a convivência do rigor, do método e da ciência simultaneamente a subjetividade, a afetividade, a elucubração. Para além de uma

compreensão particular de determinados fenômenos históricos, trata-se de um trabalho o qual possibilita a melhor apreensão da historicidade da década de 1920, da Primeira República brasileira e de sua comunidade letrada.